UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

IAFET LEONARDI BRICALLI

O PARADOXO DA CIDADE MONITORADA: VIGILÂNCIA LIMITADA E ESPAÇOS PÚBLICOS FRAGILIZADOS A PARTIR DO ESTUDO DO SISTEMA DAS CÂMERAS DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA - ES

VITÓRIA
2015

IAFET LEONARDI BRICALLI

O PARADOXO DA CIDADE MONITORADA: VIGILÂNCIA LIMITADA E ESPAÇOS PÚBLICOS FRAGILIZADOS A PARTIR DO ESTUDO DO SISTEMA DAS CÂMERAS DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA - ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.
Orientador: Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli

VITÓRIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Bricalli, Iafet Leonardi, 1986-

B849p O paradoxo da cidade monitorada : vigilância limitada e espaços públicos fragilizados a partir do estudo do sistema das câmeras do município de Vila Velha-ES / Iafet Leonardi Bricalli. – 2015.

182 f. : il.

Orientador: Cláudio Luiz Zanotelli.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Vigilância eletrônica - Vila Velha (ES). 2. Câmeras eletrônicas. 3. Espaços públicos - Vila Velha (ES). I. Zanotelli, Cláudio Luiz, 1959-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

"O PARADOXO DA CIDADE MONITORADA: VIGILÂNDIA LIMITADA E ESPAÇOS PÚBLICOS FRAGILIZADOS A PARTIR DO ESTUDO DO SISTEMA DAS CÂMERAS DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA"

IAFET LEONARDI BRICALLI

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 14 de Agosto de 2015 por:

Prof. Dr.Cláudio Luiz Zanotelli – Orientador - UFES

Profª. Drª. Eneida Maria Souza Mendonça – UFES

Prof. Dr. Luís Eustáquio Soares – PPGE/ UFES

Profª. Drª. Maria Encarnação Beltrão Spósito – UNESP

"[...] as manifestações necessariamente espetaculares do poder apagaram-se uma por uma no exercício cotidiano da vigilância, num panoptismo em que a penetração dos olhares entrecruzados há de em breve tornar inúteis a águia e o sol."

Michel Foucault

AGRADECIMENTOS

À Adriana, pela companhia e pelas leituras atentas do trabalho.

Ao Remigio, à Maria Helena, ao Luiz Carlos e à Luiza, os Bricallis.

Ao Cláudio Zanotelli. Este trabalho também é dele.

Ao Kaio, à Luciana e ao Roger, por indicarem os caminhos e/ou abrirem as portas da central de videomonitoramento.

À Fabiana Maioral, então secretária de Prevenção e Combate à Violência e Trânsito da prefeitura de Vila Velha, pela boa recepção e pela autorização do meu trabalho na central de videomonitoramento.

Aos trabalhadores da central de videomonitoramento por aguentar durante um mês a presença de um estranho durante seus trabalhos cotidianos.

Aos entrevistados das ruas, por cederem parte de seus tempos para a pesquisa.

RESUMO

A dissertação aborda a fragilização dos espaços públicos num contexto de utilização de câmeras de vigilância, temática que será problematizada a partir da vigilância exercida pelas câmeras do município de Vila Velha – ES. Partimos da hipótese de que vivemos cercados por objetos técnicos que continuamente produzem informações sobre os sujeitos sociais e os seus espaços como forma de controle. As câmeras representam o exemplo mais conhecido desses objetos, embora sejam apresentadas pelos discursos das administrações públicas como ferramentas de auxílio à segurança. Utilizando como metodologia a observação participante para acompanhamento do trabalho realizado "por trás" das câmeras, concluímos que uma série de fatores desmistificam esses discursos: as câmeras que não são monitoradas, a ausência de manutenção dos equipamentos do sistema, os baixos salários e as condições trabalhistas daqueles que operam as câmeras, a ausência de articulação com os demais setores da prefeitura, a falta de credibilidade das câmeras com a polícia, etc. Por outro lado, ao fazermos um trabalho "na frente" das câmeras, observando o cotidiano de três áreas vigiadas nos bairros Praia da Costa, Glória e Riviera da Barra, bem como entrevistando transeuntes, moradores e comerciantes, concluímos que a maneira surpreendentemente indiferente com que as pessoas lidam com a vigilância é alimentada quando descobrimos que elas não oferecem a segurança pretendida. Se as câmeras não auxiliam a segurança pública, a sua utilização tem um efeito perverso na fragilização dos espaços públicos de Vila Velha, considerando que a vigilância representa ameaças potenciais e reais às condições que o pressupõem: a *pluralidade* e a *liberdade*, pois as câmeras atualizam um estado de vigilância permanente alimentando o estigma sobre determinados grupos sociais, que, por sua vez, são os alvos favoritos da vigilância, o que permite às câmeras, ainda, a potencial função de controle socioespacial direto (função admitida inclusive pelos cidadãos entrevistados) sobre os espaços vigiados; e a *individualidade* dos cidadãos, que é acintosamente violada. As câmeras, portanto, ao pretenderem garantir qualidade de vida à população (oferecendo segurança), produzem o efeito exatamente inverso.

Palavras-chave: Vigilância. Câmeras. Espaços Públicos. Segurança. Vila Velha.

ABSTRACT

This dissertation approaches the weakening of public spaces in the context of surveillance camera use. This issue will be discussed based on surveillance performed through cameras in the municipality of Vila Velha, ES, Brazil. We start from the premise that we live surrounded by technological devices that constantly produce data on social subjects and their spaces, as a form of control. The cameras are the best known examples of these devices, even though they are presented in the public administration's discourse as tools to help ensure safety. The methodology employed was participant observation so as to follow the work performed "behind" the cameras. We concluded that various factors demystify this discourse: cameras that are not monitored; poor equipment maintenance; low salaries and poor labor conditions of operators; little or no interaction to other city government sectors; low credibility of this surveillance system within the police; etc. On the other hand, we carried out our study "in front of the cameras", observing the routine of three areas under camera surveillance in the neighborhoods of Praia da Costa, Glória e Riviera da Barra, and interviewing passersby, residents and business owners. Then we concluded that the surprising indifference in the way people deal with surveillance cameras is fed by the fact that the latter do not provide the safety intended. If the cameras do not assist in public safety, their use has the evil effect of weakening public spaces in Vila Velha since it poses potential and real threats to the underlying conditions in these spaces: *plurality, liberty* and *individuality.* Plurality and liberty, because surveillance cameras update a state of permanent monitoring. They feed the stigma about particular social groups, which are in turn targeted by surveillance, assigning the cameras the task of direct socio-spatial control about the spaces they monitor (a task that is recognized even by the citizens interviewed). And individuality, because that of citizens' is intentionally violated. Therefore, when surveillance cameras are intended to ensure quality of life to the population (providing safety), they have exactly the opposite effect.

Keywords: Surveillance. Cameras. Public Spaces. Safety. Vila Velha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da RMGV com destaque para o município de Vila Velha.....32

Figura 2 - Localização da Avenida Jerônimo Monteiro e de alguns bairros adjacentes.....34

Figura 3 - Localização da Avenida Carlos Lindemberg e de alguns bairros adjacentes.....35

Figura 4 - Localização da Terceira Ponte e de alguns bairros adjacentes.....38

Figura 5 - Localização da região da Grande Terra Vermelha.....39

.

Figura 6 - Localização das câmeras de vigilância do município de Vila Velha – ES.....66

Figura 7: Operadores na central de videomonitoramento de Vila Velha.....68

Figura 8 - Localização e apresentação das câmeras de vigilância do município de Vila Velha que não funcionam.....80

Figura 9 - Localização do bairro Praia da Costa e da câmera da área de estudo.....100

Figura 10 - Espaços contemplados pela câmera da área de estudo na Praia da Costa.....102

Figura 11 - Localização do bairro Glória e das câmeras da área de estudo.....111

Figura 12 - Espaços contemplados pela câmera da área de estudo no bairro Glória (1).....114

Figura 13 - Espaços contemplados pela câmera da área de estudo no bairro Glória (2).....115

Figura 14 - Localização do bairro Riviera da Barra e da câmera da área de estudo.....123

Figura 15 - Espaços contemplados pela câmera da área de estudo em Riviera da Barra.....125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dias e horários da pesquisa na sala de controle durante a primeira semana (01/09 à 07/09).....21

Tabela 2 - Dias e horários da pesquisa na sala de controle durante a segunda semana (08/09 à 14/09).....21

Tabela 3 - Dias e horários da pesquisa na sala de controle durante a terceira semana (15/09 à 21/09).....21

Tabela 4 - Dias e horários da pesquisa na sala de controle durante a quarta semana (22/09 à 28/09).....22

Tabela 5 - Locais e horários dos trabalhos de campo em Vila Velha durante a primeira semana (13/10 à 19/10).....26

Tabela 6 - Locais e horários dos trabalhos de campo em Vila Velha durante a segunda semana (20/10 à 26/10).....26

Tabela 7 - Locais e horários dos trabalhos de campo em Vila Velha durante a terceira semana (27/10 à 02/11).....26

Tabela 8: Entrevistas realizadas durante a pesquisa nos espaços públicos de Vila Velha (13/10 à 17/11).....29

Tabela 9 - Crescimento demográfico dos municípios da RMGV (1940 – 1970).....36

Tabela 10 -Taxas decenais de crescimento da população da RMGV entre 1940 e 1970.....36

Tabela 11 - Crescimento demográfico dos municípios da RMGV (1980 – 2010).....41

Tabela 12 - Taxas decenais de crescimento da população da RMGV entre 1970 e 2010.....41

Tabela 13 - Atividades contempladas pela Portaria 1.885/13 do Ministério do Trabalho e Emprego...87

Tabela 14: Ocorrências registradas pelos operadores das câmeras de Vila Velha durante o mês de setembro de 2014.....146

LISTA DE SIGLAS

AMPC – Associação de Moradores da Praia da Costa

CCTV – *Closed Circuit Television*

CIDS – Centro Integrado de Defesa Social

CIODES – Centro Integrado Operacional de Defesa Social

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

EFVM – Estrada de Ferro Vitória a Minas

FCA - Ferrovia Centro-Atlântica

GTV – Grande Terra Vermelha

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória

SESP - Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

TPVV – Terminal da Companhia Portuária de Vila Velha

TVV – Terminal Portuário de Vila Velha

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UVV – Universidade de Vila Velha

UNIGLÓRIA – Associação dos Lojistas do Pólo de Modas Glória

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS.....13

METODOLOGIA.....16

CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....31

1.1 Brevíssimo histórico da urbanização de Vila Velha.....31

1.2 O quadro atual do município de Vila Velha: aspectos sociais, econômicos e territoriais.....42

CAPÍTULO 2 – A VIGILÂNCIA E A FRAGILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....45

2.1 As câmeras de vigilância: panóptico atualizado, informações em série.....45

2.2 Cidades vigiadas, espaços públicos anêmicos.....50

2.3 Os conceitos de segregação e fragmentação socioespacial: breves apontamentos.....51

CAPÍTULO 3 – OS LIMITES DA VIGILÂNCIA: "POR TRÁS" DAS CÂMERAS.....55

3.1 As câmeras de vigilância no Brasil.....55

3.2 As justificativas para instalação das câmeras em Vila Velha: "ordem pública", "combate à criminalidade" e "segurança".....58

3.3 As etapas de implantação das câmeras de vigilância de Vila Velha.....63

3.4 Orientações para a leitura.....67

3.5 Entrando na sala de controle.....68

3.6 A vigilância dos vigias: a ironia da câmera na sala de controle.....71

3.7 O trabalho dos operadores.....74

3.8 Os limites da vigilância.....75

3.8.1 As câmeras "largadas".....75

3.8.2 A ausência de manutenção dos equipamentos.....78

3.8.3 A falta de articulação com os outros setores da prefeitura.....83

3.8.4 Os salários e as condições de trabalho: o trabalho flexível.....85

3.8.5 As resistências dos operadores.....93

3.8.6 A relação com a polícia militar.....96

CAPÍTULO 4 - ESSAS CÂMERAS NÃO "FUNCIONAM"!.....99

4.1 O bairro Praia da Costa.....99

4.1.1Formação e caracterização do bairro: breves apontamentos.....99

4.1.2 Breve descrição da área da pesquisa.....102

4.1.3 Por que a câmera não "funciona".....104

4.2 O bairro Glória.....111
4.2.1 Formação e caracterização do bairro: breves apontamentos.....111
4.2.2 Breve descrição da área da pesquisa.....114
4.2.3 Por que as câmeras não "funcionam".....116
4.3 O bairro Riviera da Barra.....122
4.3.1 Formação e caracterização: breves apontamentos.....122
4.3.2 Breve descrição da área da pesquisa.....124
4.3.3 Por que a câmera não "funciona".....126
4.3.4 De fato, a câmera não estava funcionando.....134
4.4 Desconstruindo o discurso da utilização de câmeras enquanto política de segurança pública.....137
4.5 Entre os desejos dos entrevistados e os efeitos sobre os espaços vigiados: a fragilização dos espaços públicos de Vila Velha "na frente" das câmeras.....138

CAPÍTULO 5 – O MONITORAMENTO E A FRAGILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE VILA VELHA: "POR TRÁS" DAS CÂMERAS.....144
5.1 Os alvos da vigilância e o estigma sobre os dominados.....144
5.2 O desrespeito à individualidade.....156
5.2.1 O *boredom factor* (ou fator tédio).....164
5.2.2 Intensificando o desrespeito à vida cotidiana: a informalidade na sala de controle.....167

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....175

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....179

INTRODUÇÃO, PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

Este trabalho aborda o tema da fragilização dos espaços públicos num contexto de utilização de câmeras de vigilância para fins de segurança. A temática será problematizada a partir do estudo da vigilância exercida pelas câmeras do município de Vila Velha, localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no Estado do Espírito Santo.

Partimos da hipótese de que vivemos em uma época onde certos objetos técnicos têm uma função contínua de produzir informações sobre os sujeitos sociais e os seus espaços como tentativa de controle. Para tanto, eles exercem um tipo de vigilância cuja origem é a pretendida busca de uma "transparência total" que remonta às ideias iluministas europeias do século XVIII (FOUCAULT, 2008a). A atualização dessa vigilância por esses objetos técnicos contribui para moldar um tipo de sociedade que leva Deleuze (2007) a denominá-la de "sociedade do controle".

Embora se generalizem por toda a superfície terrestre, esses objetos técnicos se destacam particularmente nas cidades. Como resultado de uma maior complexificação urbana, os espaços das cidades contemporâneas estão cada vez mais se organizando levando em consideração a administração de fenômenos que essa complexificação engendra. Ocorre que essa administração se utiliza muitas vezes de objetos e técnicas cada vez mais sofisticados, muitos deles prisionais e/ou militares, levando alguns autores a utilizar conceitos tais como *fobópole* (SOUZA, 2008), *arquipélago carcerário* (SOJA, 2008) e *cidades sob controle: o novo urbanismo militar* (GRAHAM, 2011) para a abordagem desses fenômenos.

As câmeras de vigilância representam o exemplo mais conhecido desses objetos e são, portanto, parte integrante dos espaços urbanos vigiados. Apresentadas pelos discursos das administrações públicas como ferramentas que auxiliam a segurança pública, as câmeras se naturalizaram como uma panaceia para o combate aos desvios sociais em relação a uma norma suposta padrão. Pretendemos desconstruir esse discurso em duas frentes.

Primeiramente questionando o determinismo tecnológico que costuma apresentar as câmeras como autossuficientes para desempenhar seu papel, demonstrando a importância do trabalho humano e de alguns aspectos que se passam "por trás" das câmeras na relativização da vigilância.

Por outro lado, investigamos a relação dos sujeitos sociais e seus espaços com as câmeras em três áreas socioespacialmente distintas do município de Vila Velha. Procuramos saber se elas garantem a sensação de segurança aos espaços vigiados, como são apresentadas pelos discursos dos gestores do sistema; o que as pessoas esperam das câmeras; e se elas cumprem as demandas que se supõe fazem os cidadãos.

Porém, quando decidimos por desenvolver um trabalho que desconstruísse a função de segurança das câmeras, estávamos cientes da armadilha que poderíamos cair justificando-as involuntariamente. Determinada leitura que se fizer do trabalho pode resultar em uma interpretação que conclua que, apresentando o que não funciona na vigilância, abre-se um caminho, mesmo que indiretamente, para mostrar o que deve ser melhorado. Não é isso que buscamos. Ao contrário,

pretendemos demonstrar toda a irresponsabilidade política presente no discurso daqueles que as utilizam.

Se as câmeras não auxiliam a segurança pública, a vigilância por elas exercida contribui para alimentar o declínio dos espaços públicos, já tão comprometidos num contexto em que são desvalorizados em detrimento dos espaços privados. No caso de uma cidade monitorada, o "declínio" ou "degradação" dos espaços públicos não quer dizer que eles deixaram de ser frequentados (mesmo que isso de fato ocorra em algumas cidades e/ou bairros dominados pelo medo, uma *fobópole* ou *agorafobia*).

O monitoramento urbano (no caso deste estudo, a vigilância através de câmeras) fragiliza os espaços públicos e os espaços comuns na medida em que ameaça algumas das condições indispensáveis que os pressupõem: a liberdade, a pluralidade e a individualidade.

Em primeiro lugar, ele representa ameaças à liberdade, considerando que as câmeras instauram um estado de vigilância a partir da multiplicação de olhares que impõe aos indivíduos um autocontrole permanente, a partir da interiorização da vigilância. Mas, em geral, as ameaças à liberdade è a pluralidade estão articuladas.

A atualização de um estado de vigilância permanente alimenta o estigma sobre determinados grupos sociais dominados, tais como comerciantes informais[1], moradores de rua e outros grupos que fogem à norma suposta padrão do citadino. Por outro lado, a vigilância não é imparcial: ela possui alvos específicos, considerando que de um ponto de vista raso e preconceituoso, o "bandido", o "favelado", no Brasil, tem um perfil. Aqui nos referimos especificamente aos jovens dos bairros populares que, historicamente, representam o "inimigo interno" do Estado brasileiro, como pode ser verificado pelos constantes abusos praticados pelo Estado ou por ele legitimados sobre essa população.

A construção dos "indesejáveis", portanto, faz das câmeras potenciais ferramentas de controle socioespacial direto sobre os espaços vigiados. A heterogeneidade e a liberdade urbanas se veem ameaçadas quando as câmeras são entendidas como ferramentas de auxílio à imposição de uma pretendida homogeneização socioespacial que questiona a presença de grupos que desafiam uma "ordem urbana" preestabelecida.

Finalmente, a vigilância exercida pelas câmeras provoca um acintoso desrespeito à individualidade dos cidadãos. Se, no Brasil, a concepção moderna de cidadania sofre um desvio, em espaços públicos estamos desprotegidos ou, de acordo com DaMatta (1997), somos "subcidadãos". Neste sentido, a vigilância praticada em ambientes públicos não sofre qualquer tipo de restrição. Ao

[1] Referimo-nos aos trabalhadores que comercializam produtos em estruturas móveis, para estabelecer uma oposição aos comerciantes que os comercializam em estruturas fixas (os comerciantes formais). Dentre os comerciantes informais poderíamos citar os vendedores de água de coco, de DVDs, de aparelhos eletrônicos, de gêneros alimentícios e de artigos de praia. Alguns deles possuem autorização da prefeitura, outros não. Durante o trabalho, nos referimos aos comerciantes informais em várias oportunidades com o único objetivo de diferenciá-los dos comerciantes formais, para que fique claro a quem estamos nos referindo. Advertências deste tipo são sempre bem vindas para que não caiamos na armadilha de reproduzir o estigma sobre esses trabalhadores, considerando o peso que a palavra "informalidade" carrega.

contrário, ela é absolutamente legitimada, o que leva a toda uma sorte de abusos que desrespeitam a vida cotidiana dos cidadãos.

Se num contexto de cidades monitoradas por câmeras os espaços públicos se fragilizam, ou, conforme Souza (2008), estão se tornando anêmicos, a utilização de câmeras parece sabotar a pretensão de, supostamente, aumentar a qualidade de vida da população, oferecendo segurança. Da mesma forma, a vigilância parece alimentar o problema da insegurança que ela pretendia resolver. Ela fortalece os muros simbólicos que se generalizam pelas cidades, contribuindo para criar um ambiente urbano marcado pelas suspeitas, assim como justificam o enfraquecimento das relações humanas, agora mediadas por certas técnicas, neste caso entre o Estado e aqueles com os quais este deveria se preocupar.

Se em alguns países, como os europeus, particularmente no Reino Unido, o estudo da vigilância a partir de câmeras já é algo consolidado, este é um campo de pesquisa que no Brasil é ainda relativamente muito pouco explorado. Considerando ainda que o problema se acentua quando consideramos uma abordagem socioespacial, acreditamos estar prestando uma contribuição ao estudo da vigilância no Brasil a partir desta perspectiva, o que justifica o nosso trabalho.

Definimos um objetivo principal e três específicos como questões a serem respondidas.

Objetivo principal

Caracterizar a fragilização dos espaços públicos do município de Vila Velha num contexto de utilização de câmeras de vigilância.

Objetivos específicos

1) Apresentar os fatores que impõem limites ao exercício da vigilância no trabalho de operação das câmeras do município de Vila Velha.

2) Verificar a relação que os sujeitos sociais e os espaços vigiados estabelecem com as câmeras de Vila Velha, particularmente quais seriam as demandas dos cidadãos em relação à vigilância.

3) Apresentar a vigilância através de câmeras como uma estratégia de poder que impõem obstáculos à constituição de espaços públicos e os fatores relacionados à vigilância de Vila Velha que enfraquecem os espaços públicos do município.

No item a seguir, apresentamos a metodologia do trabalho. Posteriormente, os cinco capítulos em que a dissertação foi estruturada.

O primeiro deles é destinado à caracterização da nossa área de estudo, resgatando brevemente a urbanização do município de Vila Velha e suas características atuais quanto aos aspectos sociais, econômicos e territoriais.

No segundo capítulo, faremos uma abordagem teórica da vigilância. Apresentaremos a utilização das câmeras como uma atualização do modelo icônico de vigilância denominado panóptico[2] e a consequente fragilização dos espaços públicos. Faremos também uma breve discussão dos conceitos de segregação e fragmentação urbanos, que nos ajudarão a entender algumas características dos espaços em que fizemos a pesquisa, bem como a abordagem da vigilância enquanto instrumento que potencializa esses processos, pois, em alguns casos, as câmeras podem ser usadas para estes fins.

O terceiro capítulo é destinado a apresentar os fatores que constituem os limites da vigilância "por trás" das câmeras que, a nosso ver, desconstroem os discursos que justificam a utilização de câmeras para fins de segurança pública. Antes, porém, faremos um breve histórico da utilização das câmeras no Brasil e apresentaremos as justificativas e as etapas da implantação do sistema de câmeras de Vila Velha.

No quarto capítulo, apresentaremos os resultados que indicam a relação das pessoas e dos seus espaços com a vigilância exercida pelas câmeras, o que está diretamente relacionado aos limites que apresentaremos no capítulo anterior. Em três áreas específicas (nos bairros Praia da Costa, Glória e Riviera da Barra), após caracterizá-las, apresentaremos as demandas dos cidadãos em relação às câmeras. Se elas não oferecem a segurança pretendida, elas são absolutamente legitimadas pelos cidadãos, ao mesmo tempo em que os usos que se espera delas revelam o fortalecimento do estigma sobre determinados grupos sociais, os desejos de padronização dos espaços e as suas potencialidades enquanto ferramentas de controle.

Finalmente, no quinto e último capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa "por trás" das câmeras que, acreditamos, comprometem o caráter público dos espaços coletivos de Vila Velha. Se no capítulo anterior esse comprometimento apareceu através dos desejos daqueles que entrevistamos nos espaços públicos, aqui mostraremos que tampouco as características da vigilância exercida na sala de controle favorecem uma vida pública autêntica, considerando a parcialidade da vigilância, cujos alvos são as camadas sociais dominadas, particularmente os jovens dos bairros populares, e a acintosa violação da vida cotidiana dos cidadãos.

METODOLOGIA

Consideramos a vigilância através de câmeras uma maneira de se exercer o poder, seja contribuindo para a interiorização da vigilância pelos sujeitos sociais e alimentando um estado de controle permanente a partir de olhares que se multiplicam, seja registrando ininterruptamente

[2] O panóptico foi um modelo de vigilância prisional imaginado pelo filósofo Jeremy Bentham. Consistia no seguinte: uma torre central, onde deveria ficar o guarda, estaria rodeada por celas onde estariam trancados os presos, de tal modo que o guarda poderia visualizar todas elas e, o que é mais importante, sem poder ser visto. Sem saber que estavam sendo vigiados, os presos guardariam incessantemente a sensação do controle e aí estaria o ideal de uma vigilância panóptica: não havendo necessidade de um guarda na torre central os próprios indivíduos seriam as engrenagens do poder e do "autocontrole". Embora inicialmente prisional, o panóptico foi pensado como um modelo de vigilância generalizável pela sociedade como um todo. Discutiremos mais detalhadamente o panóptico no capítulo 2 desta dissertação.

informações sobre os sujeitos e os seus espaços. Nossa referência teórica principal foi Michel Foucault, particularmente os seguintes textos: Foucault (1985; 2008a; 2008b; 2008c; 2009).

A vigilância atualizada pelos objetos técnicos que nos cercam, como as câmeras, interferem na constituição de espaços públicos. Para essa discussão, utilizamos como referências principais os seguintes textos: Souza (2008) e DaMatta (1997).

No decorrer do trabalho, utilizamos ainda outros textos teóricos que contribuíram para as discussões relativas ao poder, à vigilância e ao espaço. Destacam-se Deleuze (2005; 2007), Graham (2011), Santos (2008), Soja (2008), Souza (2008), Zanotelli et. al. (2011) e Zanotelli (2014). Fizemos comparações com outros estudos de caso no Brasil e no exterior sobre a vigilância através de câmeras, destacando-se, no Brasil, Firmino e Trevisan (2012) e Oliva (2013) e, no exterior, Smith (2004), Lomell (2004) e Martinais e Bétin (2004).

Para a caracterização da área de estudo, discutimos a urbanização do município de Vila Velha a partir dos seguintes textos: Abe (1999), Bernardo Neto (2012), Santos (1999), Sartório (2012) e Siqueira (2001). Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos auxiliaram na caracterização atual do município e basearam a nossa interpretação do seu crescimento populacional.

A pesquisa "por trás" das câmeras: os caminhos da pesquisa e a metodologia

Caracterizada a área de estudo e feita a discussão teórica, partimos para o nosso estudo de caso propriamente dito. Quando, numa reunião de orientação, Cláudio Zanotelli falou pela primeira vez de como seria interessante um trabalho de observação do trabalho na sala onde as câmeras são operadas, inicialmente pensei se tratar de uma ideia absurda, imaginando ser impossível que me deixassem entrar e, principalmente, acompanhar aquele tipo de trabalho por determinado período. E isto por duas razões principais, que estão relacionadas.

A primeira delas porque, em outra oportunidade, tive uma experiência de contato com o gerente de videomonitoramento do município de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, para obtenção de dados para um artigo, mas que não dependia de nenhum tipo de informação do que se passava na sala de controle. Na ocasião, a recepção não foi das melhores e tive uma série de dificuldades para conseguir os dados.

A segunda razão, diretamente relacionada à primeira e que talvez a explique, é que a área de segurança, na qual se insere o sistema de videomonitoramento, é reconhecidamente de difícil acesso para pesquisas. A liberação de dados exige uma série de condicionantes, eles nem sempre são liberados e quando o são, muitas vezes, podem ser apenas de maneira insatisfatória.

Surgiu, porém, uma oportunidade, quando fui informado por um aluno do PPGG (Programa de Pós-Graduação em Geografia) da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) de que o pai dele havia sido supervisor do sistema de videomonitoramento do município de Vila Velha. Este município se mostrava particularmente interessante por duas razões principais.

Em primeiro lugar, devido às suas características: Vila Velha é o município mais populoso do Espírito Santo (sua população em 2010 era de 414.586 habitantes), o segundo mais povoado e com maior percentual de população considerada urbana (atrás apenas da capital Vitória nesses dois quesitos) e apresenta o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo (atrás apenas dos municípios de Vitória e Serra), destacando-se nas atividades ligadas ao setor terciário da economia.

Em segundo lugar, Vila Velha é o município que conta com o maior número de câmeras dentre todos os outros do Espírito Santo (cento e dezesseis[3] no total). A partir do início do ano de 2009, quando as primeiras câmeras foram instaladas, elas rapidamente se proliferaram e o município passou a ser considerada "referência" no que se refere a este tipo de vigilância, ou seja, trata-se de um município consideravelmente vigiado.

Mesmo que não estivesse trabalhando mais lá, o pai do referido aluno certamente ainda conheceria pessoas que ainda trabalhavam, o que poderia facilitar o meu caminho. Ao entrar em contato com ele, descobri que a sua esposa fazia parte da equipe administrativa do videomonitoramento e, assim, sugeriu que eu ligasse para ela. Liguei e, explicando o motivo do contato, ela me convidou para que eu fizesse uma visita à central. Com toda a documentação em mãos, cheguei e fui muito bem recebido, inclusive pelo então subsecretário de Gestão Integrada, responsável pelo sistema de videomonitoramento. Explicaram-me como funcionava o trabalho deles e, para fazer propaganda, me mostraram uma série de vídeos gravados de ocorrências registradas (situações diversas de "anormalidades" cujos exemplos serão apresentados no decorrer do trabalho) pelas câmeras. Finalmente me levaram para uma rápida visita à central, onde são monitoradas as câmeras.

Dessa vez a impressão do videomonitoramento foi outra, a recepção foi melhor, mas quando mencionei a possibilidade de um trabalho de acompanhamento da central, se mostraram reticentes. Mas não fecharam as portas, pediram para aguardar um tempo, chegar com calma, que talvez isso fosse possível mais adiante.

Envolvido que estava com as outras atribuições do mestrado (cumprir créditos, escrever artigos, qualificação, etc.) deixei um pouco de lado as visitas ao videomonitoramento, embora tenha voltado outra vez para umas entrevistas (foram duas, uma com um dos gestores do sistema de videomonitoramento e outra com um operador de câmeras, então deslocado para compor a equipe administrativa) e mantivesse contato por e-mail e telefone para que se lembrassem de mim. Aproveitei também para ler alguns trabalhos de pessoas que já haviam feito esse tipo de pesquisa de acompanhamento do trabalho dos operadores na central. Os trabalhos eram em sua maioria do Reino Unido – onde a tradição da vigilância a partir de câmeras é reconhecida – e, para minha surpresa, no Brasil eles seriam inexistentes, se não houvesse uma dissertação de mestrado de um sociólogo da

[3] Vamos nos basear, agora e no decorrer do trabalho, na listagem de câmeras que existe na sala onde elas são operadas. Nessa listagem constam cento e dezesseis câmeras. A prefeitura costuma anunciar em seu site e na imprensa um total de cento e vinte câmeras. Como veremos no decorrer do trabalho, o número total é muito menor do que isso.

cidade de Curitiba, no Paraná (OLIVA, 2013). Mais tarde descobri outro trabalho deste tipo, feito também em Curitiba (FIRMINO e TREVISAN, 2012).

Os resultados da observação que os pesquisadores realizaram eram muito interessantes, uma vez que consideravam o trabalho humano e as banalidades cotidianas de um ambiente de trabalho quase invisível, visto que as câmeras são geralmente entendidas como ferramentas que funcionam por si só e são dotadas de poderes mágicos (uma espécie de determinismo tecnológico). Desde então não considerava mais a possibilidade de pesquisar as câmeras enquanto ferramentas de vigilância sem fazer esse acompanhamento do trabalho na central.

Voltei a fazer contato com a funcionária do setor administrativo que me convidou pela primeira vez a visitar o videomonitoramento e ela pediu que eu ligasse daí umas duas semanas porque estavam ocorrendo mudanças na central. Quando voltei a ligar, descobri que o gerente e o subsecretário (que haviam sido me apresentados da outra vez) não estavam trabalhando mais lá e ela me sugeriu que eu procurasse a secretária de Prevenção e Combate à Violência e Trânsito do município de Vila Velha para solicitar diretamente a ela a possibilidade de acompanhamento da central.

Bom, o trabalho que estava relativamente bem encaminhado sofreu uma reviravolta e imaginei que diretamente através da secretária eu teria mais dificuldades e os empecilhos seriam maiores. Ledo engano: de todos os funcionários da área de segurança que eu havia entrado em contato até então, a secretária foi a que melhor me recebeu e, feitas algumas exigências, autorizou o meu trabalho.

Eu não estava apenas autorizado a acompanhar o trabalho na central, mas também respaldado por uma assinatura da secretária. Mesmo que isto seja uma bobagem e não diga absolutamente nada, me serviu para que os funcionários envolvidos com o videomonitoramento me recebessem bem e se mostrassem solícitos para esclarecer minhas dúvidas. Mas isso não impediu que se mostrassem inicialmente contrariados com a presença de uma pessoa estranha ao seu universo de trabalho, o que eu notei particularmente no meu primeiro contato com as diferentes equipes que trabalham no videomonitoramento. Neste primeiro contato, os supervisores anunciavam a minha presença e faziam uma apresentação geral do meu trabalho. Aos poucos eu ia conversando quase individualmente com os operadores das câmeras e explicando do que se tratava a pesquisa.

Adotamos a metodologia da *observação participante*, um tipo de pesquisa etnográfica muito utilizada nas ciências sociais. Nela, um pesquisador se insere em determinado grupo social durante certo período de tempo para observação do cotidiano da maneira mais "natural" possível, embora requeira um envolvimento que acaba por modificar o grupo e o próprio pesquisador.

A pesquisa de observação participante não exige o seguimento de regras pré-determinadas que oriente o trabalho do pesquisador em campo, que precisa avaliar as situações específicas para decidir a melhor maneira de conduzir o trabalho. Neste sentido, esta metodologia exige certo grau de improvisação e de adequação às situações novas que aparecerão durante a pesquisa.

A bagagem teórica levada a campo pode e deve ser considerada, embora o trabalho de observação geralmente apresente surpresas onde o pesquisador deve estar atento e aberto a admitir novas possibilidades de leitura do objeto de estudo. Neste sentido, "o que se deve evitar, a todo custo, é que estes modelos teóricos sejam amarras demasiado fortes que aprisionem o pensamento, tapem os ouvidos e que tornem os/as pesquisadores/as cegos/as para a emergência de questões ainda não consideradas" (TURRA NETO, 2008, p. 377). Deste modo, sair a campo deve ter como objetivo descobrir o que há de novo que possa acrescentar e enriquecer a pesquisa.

Neste tipo de pesquisa etnográfica, o grupo social em que o pesquisador se insere – no caso deste trabalho, os operadores das câmeras – não está ali para fornecer informações e ajudar na pesquisa, embora isso possa eventualmente ocorrer. Fazer anotações e perguntas podem inclusive atrapalhar a pesquisa considerando que o grupo social em questão possa se sentir constrangido durante o trabalho. O objetivo, então, é uma observação do tipo mais espontânea possível, mas atenta a tudo que ocorre durante o trabalho e que precisa ser registrada posteriormente num diário de campo.

Procurou-se observar como se realiza o trabalho "por trás" das câmeras, tomando como referência Smith (2004), Lomell (2004) e Oliva (2013). Se a percepção geral é de que as câmeras são autônomas, procurou-se observar como o trabalho humano pode influenciar as características da vigilância exercida, tanto definindo o que é observado através das câmeras quanto impondo limites a este tipo de vigilância. Além disso, esses limites eram postos por outras questões, como a organização do trabalho e o estado em que se encontra atualmente o sistema de vigilância.

As informações eram conseguidas a partir de uma observação atenta, mas principalmente através de entrevistas informais com os operadores e supervisores. Algumas questões orientaram o trabalho, algumas elaboradas a partir das leituras de outros estudos do mesmo tipo, outras formuladas enquanto aos poucos me familiarizava com o ambiente de trabalho. Eis algumas delas: O que você monitora? Você é treinado para isso? Qual é o perfil das pessoas que você monitora? Você fica atento exatamente a quê? O que tem a dizer relacionado à privacidade das pessoas nas ruas? Você se sente incomodado quando está em áreas vigiadas por câmeras? Consegue olhar quantos monitores simultaneamente? Olhar muitos deles atrapalha o seu trabalho? Vocês têm uma boa relação com a polícia? E com outros setores da prefeitura? Vocês têm uma boa relação com os supervisores? Se sente incomodado com a presença da câmera na sala de controle? Gosta do trabalho que realiza? O que ele tem de positivo? E de negativo? O que poderia melhorar? Acha cansativo o trabalho que realiza? Acha entediante? Qual é o seu salário? Você gosta do seu emprego atual? Pretende continuar trabalhando aqui? Acha importante o serviço de monitoramento de câmeras para a segurança da cidade de Vila Velha? O serviço de vigilância sempre foi assim? O que mudou? Por quê?

Foi realizado um trabalho sistemático de observação da central onde são operadas as câmeras, por um período de quatro semanas durante o mês de setembro de 2014, totalizando cento e doze horas de observação. As tabelas a seguir detalham os dias e horários deste trabalho - o "X" indica o período de permanência na central.

Tabela 1: Dias e horários da pesquisa na sala de controle durante a primeira semana (01/09 à 07/09 de 2014).

Período do dia	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
0h às 4h							
04h às 8h							
8h às 12h							
12h às 16h	X	X	X	X	X	X	
16h às 20h							
20h às 0h							X

Tabela 2: Dias e horários da pesquisa na sala de controle durante a segunda semana (08/09 à 14/09 de 2014).

Período do dia	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
0h às 4h							
4h às 8h							
8h às 12h	X	X	X	X	X	X	
12h às 16h							
16h às 20h							
20h às 0h							X

Tabela 3: Dias e horários da pesquisa na sala de controle durante a terceira semana (15/09 à 21/09 de 2014).

Período do dia	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
0h às 4h							
4h às 8h	X	X	X	X	X	X	
8h às 12h							
12h às 16h							
16h às 20h							X
20h às 0h							

Tabela 4: Dias e horários da pesquisa na sala de controle durante a quarta semana (22/09 à 28/09 de 2014).

Período do dia	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
0h às 4h	X	X	X	X	X	X	
4h às 8h							
8h às 12h							
12h às 16h							
16h às 20h							X
20h às 0h							

Os dias foram divididos em seis períodos de quatro horas cada, acreditando-se ser um tempo suficiente de observação diária. Buscamos contemplar todos os períodos do dia e todos os dias da semana, de modo a fazer comparações entre os horários do dia, os dias da semana, além de permitir o contato com as diferentes equipes de trabalho que se revezam nos diferentes turnos.

Assim, a primeira semana de observação ocorreu no período de 12h às 16h; a segunda semana no período de 8h às 12h; a terceira semana no período de 4h às 8h; finalmente, a quarta semana de observação ocorreu no período de 0h às 4h. Os únicos períodos que não foram contemplados foram aqueles dois situados entre as 16h e as 0h em razão da impossibilidade deste pesquisador fazer a observação, pois este é o seu horário de trabalho. Tentamos compensar o problema contemplando estes períodos nos dias de domingo: nas duas primeiras fizemos a observação das 20h às 0h e nas duas seguintes das 16h às 20h.

Como já relatado em outras pesquisas que utilizaram a observação participante como metodologia de pesquisa (SMITH, 2004; TURRA NETO, 2008), inclusive nas pesquisas em centrais de monitoramento de câmeras, a estranheza do contato inicial vai aos poucos desaparecendo e a tendência é que as pessoas se acostumem com a presença do pesquisador, chegando ao ponto de esquecê-lo. Mais do que isso, o que foi notado nas conversas mantidas diariamente com os operadores, é que eles gostavam de tê-las porque era a oportunidade que tinham para liberar suas angústias de um trabalho que era nitidamente problemático. À medida que ia ganhando a confiança deles, era natural que falassem coisas importantes para a pesquisa e relatassem situações acontecidas ali sem que fosse preciso perguntar.

Mostravam-se particularmente interessados na pesquisa, estavam curiosos para saber as questões a serem respondidas e, à medida que os dias passavam, perguntavam o que estava achando do trabalho na central. Muitos inclusive se diziam curiosos para ver o trabalho final e perguntavam como poderiam ter acesso. Talvez eu tenha sido a primeira pessoa a entrar ali que estava de fato interessada em conhecer de fato o que se passava "por trás" das câmeras, que eles mais do que ninguém conheciam, e desmistificar o discurso oficial do Estado quando aborda o tema da vigilância relacionada à segurança pública.

As minhas visitas regulares e disciplinadas à central, inclusive nos fins de semana e em horários pouco convencionais, particularmente durante as madrugadas, resultavam em situações cômicas, mas de certa forma ajudaram a respaldar o meu trabalho, porque o "negócio parecia ser sério". Perguntavam se eu estava recebendo para fazer aquele tipo de trabalho e se tinha alguém vigiando se eu estava cumprindo os horários regularmente. Quando dizia que não, mas que isso era importante para a pesquisa, ficavam surpresos e diziam que se fossem eles iriam embora sempre antes do horário. Não podiam compreender como alguém poderia estar ali sem receber, sendo que eles, remunerados, não viam a hora de ir embora. Quando me viam nos fins de semana, perguntavam, em tom de brincadeira, se eu não tinha nada melhor para fazer, como ir à praia, passear, etc.

Particularmente interessante foi o dia que cheguei durante a madrugada e precisei acordar os vigias que tomavam conta da portaria do prédio. Sem terem sido avisados pelo gerente que uma pessoa chegaria naquele horário para acompanhar o trabalho na central, ficaram inicialmente constrangidos – por estarem dormindo – e assustados e foi todo um trabalho até que me permitissem entrar.

Se inicialmente a impressão geral foi a de que eu era um maluco, aos poucos aquilo foi se transformando em pena. Durante as visitas das madrugadas, dormindo muito pouco e acordando em horários improváveis, apresentava um aspecto de cansaço que se refletia no meu rosto e que era percebido pelos operadores. Apesar do cansaço, mas que logo passaria, aos poucos fui percebendo como o meu rosto devia guardar semelhança com o deles, tão acostumados a estarem exaustos, que já nem notavam. Virar noites em claro, muitas vezes vindos de outros empregos, para olhar aqueles monitores que apresentavam ruas desertas durante madrugadas em que nada acontecia em troca de um salário insignificante, é que era de dar pena.

Embora em geral os trabalhos sobre o acompanhamento de centrais de monitoramento de câmeras tenham ressaltado a importância do cuidado com as anotações durante os trabalhos de observação, para que os operadores não se sentissem constrangidos e se mostrassem menos espontâneos, e essa dica tenha sido levada em consideração durante a minha própria observação, as coisas se mostraram um pouco diferentes durante o trabalho. Nos primeiros dias ia sem a prancheta, não fazia nenhuma anotação, e quando voltava para casa sentava na frente do computador e anotava tudo o que lembrava. Aos poucos fui percebendo que esta não era a melhor maneira de proceder, pois acabava esquecendo muitas coisas, e muitas observações e falas dos operadores acabavam ficando comprometidas.

À medida que fui ganhando a confiança dos operadores/supervisores, resolvi fazer as minhas anotações na própria sala de controle, tomando cuidados e precauções que julgava importantes. Desenvolvi um método de observação que consistia no seguinte: chegava à central, fazia minhas observações gerais da sala e do ambiente de trabalho naquele dia, sentava ao lado de alguns operadores para observar e conversar com eles e somente depois sentava numa mesa vazia que havia na sala, pegava meus papéis e fazia minhas anotações. Guardava as anotações e fazia um novo giro

pela sala para conversar com outros operadores para depois sentar novamente na mesa vazia e fazer as anotações necessárias. Tal método me permitiu giros pela sala e conversas informais com os operadores sem que eu fizesse nenhum tipo de anotação, de modo a reduzir qualquer tipo de constrangimento, mas ao mesmo tempo minhas escapadas para sentar à mesa me permitiram fazer anotações quase completas das observações e conversas que acabara de fazer.

As anotações feitas resultaram em uma série de folhas rascunhadas que eu tentava organizar diariamente quando voltava para casa após o trabalho de observação. Organizei as anotações em um arquivo que foi a base para a redação final do trabalho.

O trabalho "na frente" das câmeras

Terminados os trabalhos de campo "por trás" das câmeras, partimos para verificar o que ocorre na frente delas. Escolhemos três áreas do município vigiadas por câmeras para realizar o trabalho de campo nas ruas: uma localizada no bairro Praia da Costa, outra no bairro Glória e finalmente uma localizada no bairro Riviera da Barra. Se a escolha dos bairros esteve pautada pelos conhecimentos prévios que tínhamos de suas características, a escolha da área contemplada pela câmera foi auxiliada pelas características observadas durante o trabalho na central e na posterior visita a campo, pois os bairros, com exceção de Riviera da Barra, eram contemplados por mais de uma câmera.

A escolha dos bairros foi orientada no sentido de pesquisar características espaciais bastante diversas que pudessem permitir uma comparação entre elas. O bairro Praia da Costa, o mais populoso (31.083 habitantes em 2010) do município de Vila Velha, é o principal local de residência das classes médias e dominantes[4] do município. Trata-se de um bairro residencial costeiro fortemente verticalizado, de beleza natural considerável, cujo comércio é diversificado e bem desenvolvido e é relativamente bem desenvolvido em termos de infraestrutura. Por tudo isso, a circulação de pessoas e automóveis é intensa durante todo o ano, mas aumenta consideravelmente nos finais de semana e durante o verão. A área escolhida foi aquela que apresenta a maior diversificação de usos (residências, comércios formais e informais e lazer), além de ser provavelmente a mais movimentada do bairro, pelo menos no que se refere à circulação de pessoas.

O bairro Glória, cuja população em 2010 era de 7.900 habitantes, é marcado por abrigar o "Pólo de Modas do Glória", um importante subcentro terciário da RMGV. Embora ainda apresente algumas residências, o "coração" do bairro é quase que exclusivamente comercial: destacam-se as lojas de confecção, mas também uma série de atividades comerciais e de serviços que diversificam as

[4] O estudo de Zanotelli et. al. apud Lira et. al. (2014) classifica os bairros da RMGV em três categorias, segundo as classes sociais que os compõem. Os autores consideram bairros dominantes aqueles onde mais de 50% dos chefes de famílias ganhavam mais de 10 salários mínimos, bairros de classe média aqueles em que mais de 50% dos chefes de família ganhavam entre 3 e 10 salários mínimos e bairros dominados aqueles onde mais de 50% dos chefes de família ganhavam até 3 salários mínimos. De acordo com essa classificação, o bairro Praia da Costa pode ser considerado um bairro dominante, o bairro Glória um bairro de classe média e Riviera da Barra pode ser considerado um bairro dominado.

características do bairro. Uma importante fábrica de chocolates, a Garoto (adquirida em 2002 pela multinacional de alimentos Nestlé), também se localiza no bairro e contribui para explicar um grande dinamismo que resulta em uma intensa circulação de pessoas, automóveis e mercadorias. A área escolhida é contemplada por duas câmeras e é provavelmente aquela de maior diversificação comercial do bairro, uma mescla de lojas de confecção, eletrodomésticos, restaurantes e comércios informais, abriga importantes bancos e instituições financeiras, além de se destacar no que se refere à circulação de pessoas e automóveis, provavelmente a mais significativa do bairro.

Já Riviera da Barra é um bairro "periférico"[5] do município de Vila Velha e faz parte de uma área de urbanização recente denominada de Grande Terra Vermelha (GTV). Trata-se de um bairro típico da periferia brasileira: notadamente residencial, é formado quase que exclusivamente por casas onde predominaram as autoconstruções; apresenta graves problemas de infraestrutura, como ausência de saneamento básico e poucas ruas pavimentadas; os serviços estão praticamente ausentes; o comércio é pouco desenvolvido; a população, relativamente pequena (3.445 habitantes em 2010), em geral apresenta baixo poder aquisitivo; e, finalmente, possui graves problemas relacionados à segurança pública, particularmente por fazer parte da região que concentra os mais elevados índices de crimes contra a pessoa do município, a GTV.

O bairro é atendido por apenas uma câmera de segurança, localizada na única praça do bairro, em cuja redondeza se encontra algumas residências e alguns estabelecimentos comerciais. Se em Riviera da Barra havia apenas um espaço vigiado por câmera, não havia escolha a se fazer. A ideia inicial era escolher um dos bairros da GTV. Decidiu-se por Riviera da Barra em razão das observações feitas durante o trabalho na central, pois era, dentre a áreas contempladas por câmeras nos bairros da GTV, a que apresentava os usos mais diversificados (residências, comércios, lazer), onde havia maior circulação de pessoas, e onde havia a questão recorrente de uso de drogas por alguns usuários da praça, particularmente durante a noite. Comparada às áreas da Praia da Costa e do bairro Glória, porém, a diversificação e a movimentação na Praça de Riviera da Barra eram menores.

Escolhidas as três áreas para realização dos trabalhos de campo, elaboramos algumas questões que orientassem o nosso trabalho. Algumas delas poderiam ser respondidas pela simples observação, outras dependiam da realização de entrevistas com os atores que frequentavam aquelas áreas. Eis algumas delas: Quais eram as características dos espaços vigiados pelas câmeras? Eles favoreciam quais tipos de uso? De que forma as câmeras se relacionavam com aquele espaço? As câmeras tinham algum efeito sobre sua "organização"? Qual era a percepção das pessoas em relação às câmeras?

---

[5]Estamos falando de periferia em seu sentido "tradicional", quando, no Brasil, isso significava espaços marcados pela precariedade ou mesmo ausência de infraestruturas, equipamentos e serviços, distantes das áreas "centrais" da cidade. Estamos cientes da mudança de conteúdo do conceito de periferia para as cidades contemporâneas, quando nas áreas afastadas multiplicam-se, por exemplo, espaços residenciais para as elites, como os condomínios fechados, e equipamentos coletivos, como os *shoppings centers*, e as infraestruturas foram, até certo ponto, instaladas. Mesmo assim, utilizaremos a expressão por ainda guardar certa força explicativa e abdicamos da utilização de aspas daqui em diante. Pelo mesmo motivo, utilizaremos as expressões áreas ou espaços "centrais" também sem as aspas daqui em diante.

Como as pessoas lidavam com a vigilância exercida por elas? Elas aumentavam a sensação de segurança? As pessoas sentiam algum tipo de incômodo com a presença das câmeras? O que mudou no local após a instalação das câmeras?

Com as questões elaboradas, decidimos por fazer inicialmente uma *pesquisa exploratória de observação*, quando o pesquisador visita regularmente por um determinado período e nos mesmos horários sua área de estudo (no nosso caso, áreas), de modo a melhor definir seu objeto de estudo ou melhor situá-lo, testando hipóteses e estabelecendo diálogos com o referencial teórico. Para tanto, lançamos mão de técnicas de coleta de dados, particularmente de anotações das regularidades do local relativas aos dias e horários, dos diferentes usos que se faziam do espaço, de realização de fotografias e de entrevistas com moradores, transeuntes e comerciantes, utilizando um pré-roteiro.

Essa pesquisa de exploração foi realizada durante três semanas, entre os meses de outubro e novembro de 2014, conforme o cronograma apresentado pelas tabelas a seguir.

Tabela 5: Locais e horários dos trabalhos de campo nos espaços públicos de Vila Velha durante a primeira semana (13/10 à 19/10 de 2014).

Locais	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**	**Sábado**	**Domingo**
Praia da Costa	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30
Glória	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h
Riviera da Barra	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h

Tabela 6: Locais e horários dos trabalhos de campo nos espaços públicos de Vila Velha durante a segunda semana (20/10 à 26/10 de 2014).

Locais	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**	**Sábado**	**Domingo**
Riviera da Barra	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30
Praia da Costa	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h
Glória	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h

Tabela 7: Locais e horários dos trabalhos de campo nos espaços públicos de Vila Velha durante a terceira semana (27/10 à 02/11 de 2014).

Locais	**Segunda**	**Terça**	**Quarta**	**Quinta**	**Sexta**	**Sábado**	**Domingo**
Glória	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30	8h às 9h30
Riviera da Barra	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h	11h30 às 13h
Praia da Costa	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h	14h30 às 16h

É válido relembrar da impossibilidade de se fazer a observação no período noturno, pela razão já explicitada. Definimos três intervalos do dia com duração de uma hora e meia cada. A escolha dos intervalos foi definida para que pudéssemos fazer comparações entre os que acreditávamos que fossem os de maior circulação, 8h às 9h30 e 11h30 às 13h, em função das idas e vindas de pessoas aos trabalhos, escolas, faculdades e intervalos para almoço, e aquele de 14h30 às 16h, quando, a princípio, as movimentações seriam menores, pois estava no "meio" da tarde.

Durante a primeira semana realizou-se a observação da Praia da Costa durante o primeiro intervalo (8h às 9h30), do Glória no segundo intervalo (11h30 às 13h) e de Riviera da Barra no terceiro intervalo (14h30 às 16h). Na segunda semana, observou-se Riviera da Barra no primeiro intervalo, Praia da Costa no segundo intervalo e Glória no terceiro intervalo. Finalmente, na terceira semana, foi feita a observação do Glória no primeiro intervalo, de Riviera da Barra no segundo intervalo e da Praia da Costa no terceiro intervalo.

Durante essa etapa preliminar, foram dezenove (19) entrevistas realizadas com transeuntes e sete (7) com comerciantes (formais e informais) no bairro Praia da Costa. No bairro Glória, foram sete (7) entrevistas com transeuntes, dezesseis (16) com comerciantes (formais e informais) e três (3) com seguranças privados. Em Riviera da Barra, foram nove (9) entrevistas com transeuntes e seis (6) com comerciantes formais.

As três semanas de observação constituíram uma etapa preliminar da pesquisa feita nas ruas. Mas deve-se destacar aqui, que ela foi importantíssima por duas razões principais: em primeiro lugar porque ela permitiu uma observação mais detalhada das áreas escolhidas, tanto dos aspectos propriamente físicos quanto aos usos que ali se desenrolam, que eram impossíveis de serem notados apenas através das imagens das câmeras; em segundo lugar, ela permitiu uma reelaboração dos questionamentos, dando prioridade à algumas questões, formulando outras e relativizando outras delas.

Eis alguns exemplos: se durante essas semanas, aos poucos descobríamos que, em geral, as pessoas não sabem que estão sendo vigiadas e, quando estão cientes da presença das câmeras, não acreditam que elas estejam "funcionando" (veremos o significado deste "funcionar" no decorrer do trabalho), as questões relacionadas ao incômodo causado pela presença das câmeras e a sensação de segurança passavam a fazer menos sentido. Percebia-se isso, inclusive, observando a reação das pessoas quando questionadas em relação a isso, um misto de surpresa e absurdo, pois não fazia o menor sentido para elas pensar a vigilância a partir destas questões. Embora essas questões tenham sido mantidas, elas passaram a ser relativizadas. Por outro lado, ao se descobrir que a percepção geral era de que as câmeras não "funcionam", passamos a estimular as pessoas para que dissessem o porquê achavam aquilo. De certa forma, este "funcionar" tomou conta da pesquisa realizada nas ruas. Enfim, os questionamentos iniciais se mantiveram para a etapa seguinte do trabalho, embora tenham sofrido adaptações.

A etapa seguinte, durante as duas semanas posteriores (03/11 à 17/11) à etapa preliminar da pesquisa consistiu na formalização de entrevistas com moradores, transeuntes, comerciantes, presidentes das associações de moradores e, no caso do bairro Glória, com o gerente da associação de lojistas local. No total, foram realizadas dezessete (17) entrevistas nas três áreas da pesquisa, cinco (5) no bairro Praia da Costa, seis (6) no bairro Glória e outras seis (6) no bairro Riviera da Barra. Para tanto, foi elaborado um questionário semiestruturado tomando como base as questões anteriormente apresentadas.

Na Praia da Costa, foram entrevistados o presidente da Associação de Moradores da Praia da Costa (AMPC), um (1) comerciante e três (3) transeuntes, sendo que dois deles eram moradores do bairro, totalizando cinco (5) entrevistas. No Glória, foram entrevistados o gerente da Associação de lojistas do Pólo de Modas Glória (UNIGLÓRIA), três (3) comerciantes e dois (2) transeuntes que eram também moradores do bairro, totalizando seis (6) entrevistas. Já em Riviera da Barra, foram realizadas outras seis (6) entrevistas: uma delas com o presidente da Associação de moradores do bairro, duas (2) com comerciantes locais e três (3) com transeuntes, que também eram moradores do bairro.

Destaca-se aqui que nem sempre as entrevistas formalizadas, como essas dezessete descritas acima, foram as que concediam as informações mais significativas. A etapa preliminar que consistiu em entrevistas com transeuntes, moradores e comerciantes a partir de um pré-roteiro, muitas vezes se mostrou mais interessante para a pesquisa, provavelmente porque a quantidade de pessoas entrevistadas tenha sido significativamente maior. Embora, claro, por se tratar de entrevistas informais, geralmente feitas em espaços públicos (em alguns casos entrevistava comerciantes no interior de seus estabelecimentos), a receptividade nem sempre era das melhores, resultando que algumas delas tenham sido curtas, incompletas e/ou apressadas. De qualquer forma, a nosso ver, essas duas etapas da pesquisa nas ruas se complementam.

Considerando as duas etapas da pesquisa, no bairro Praia da Costa foram realizadas trinta e uma (31) entrevistas, sendo vinte e duas (22) com transeuntes e/ou moradores, oito (8) com comerciantes e uma (1) com o presidente da associação de moradores local. No bairro Glória, foram trinta e duas (32) entrevistas, sendo nove (9) com transeuntes e/ou moradores, dezenove (19) com comerciantes, três (3) com seguranças privados e uma (1) com o gerente da associação de lojistas local. Já em Riviera da Barra foram vinte e uma (21) entrevistas, sendo doze (12) delas com transeuntes e/ou moradores, oito (8) com comerciantes e uma (1) com o presidente da associação de moradores local.

A Tabela 8 discrimina as entrevistas realizadas por bairro, considerando as categorias de entrevistados.

Tabela 8: Entrevistas realizadas durante a pesquisa nos espaços públicos de Vila Velha (13/10 à 17/11 de 2014).

	Praia da Costa	**Glória**	**Riviera da Barra**
Transeuntes/Moradores	22	9	12
Comerciantes	8	19	8
Presidente da Associação de Moradores	1	-	1
Gerente da Associação de Lojistas	-	1	-
Seguranças Privados	-	3	-
Total	**31**	**32**	**21**

No decorrer do trabalho, utilizamos informações e trechos das entrevistas referentes às duas etapas da pesquisa realizada nas ruas.

Entende-se que o trabalho de observação na central de videomonitoramento das câmeras e as pesquisas que foram realizadas em algumas áreas vigiadas se complementam. Os limites da vigilância observados na pesquisa "por trás" das câmeras puderam ser constatados também "na frente delas", o que nos permitiu desconstruir os discursos que justificam as câmeras enquanto ferramentas de segurança em duas frentes. Esses mesmos limites e a política da prefeitura atual de Vila Velha em relação ao sistema de videomonitoramento explicam, em parte, a maneira como as pessoas e os espaços se relacionam com a vigilância. Constatou-se que as demandas dos cidadãos em relação às câmeras não são atendidas tanto porque as câmeras não possuem o alcance que imaginam quanto porque os registros nunca significam a atuação direta sobre os espaços. Por outro lado, o desejo dos cidadãos para utilização das câmeras enquanto ferramentas de controle socioespacial são convergentes com o discurso das administrações públicas. A virtualidade para esse fim está presente, embora, no caso de Vila Velha, em raros casos elas são usadas para isso. A fragilização dos espaços públicos que verificamos nas características da vigilância exercida na sala onde as câmeras são operadas foi complementada quando descobrimos quais são as demandas dos cidadãos em relação às câmeras. A individualidade dos cidadãos pode ser abordada de maneira completamente diferente dependendo do lugar em que se decide por fazer a pesquisa. Veremos, por exemplo, que uma abordagem desse tipo que se restringisse às ruas levaria a resultados parciais que não corresponderiam ao que verificamos observando a operação das câmeras.

Finalmente, foi realizada uma entrevista com ex-subsecretário de videomonitoramento do município de Vila Velha – que trabalhou diretamente no início da implantação do sistema de câmeras do município – com o objetivo de conseguir informações mais detalhadas sobre o período que marcou o início da utilização de câmeras no município, as etapas e os critérios de instalação das mesmas. As

informações adquiridas ajudaram ainda a estabelecer comparações entre as etapas iniciais de utilização das câmeras e a situação atual da vigilância.

CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Vila Velha compreende uma faixa litorânea, a leste limitado pelo Oceano Atlântico, a oeste pelos municípios de Cariacica e Viana, ao sul pelo município de Guarapari e a norte pela capital Vitória. É integrante da RMGV (Figura 1), institucionalizada em 1995 através da Lei Estadual complementar nº 58, que definiu os municípios que a compunham: Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Em 1999 e 2001, por intermédio das leis complementares nº 159 e nº 204, foram incorporados os municípios de Guarapari e Fundão, respectivamente. Trata-se de um território legalmente instituído pela legislação estadual, mas que não se apresenta totalmente conurbado – apenas os municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória o são – e que não corresponde a uma real gestão e/ou governo metropolitano, se constituindo mais num aglomerado urbano do que numa "metrópole" ou "região metropolitana". A RMGV deve ser entendida, portanto, mais como um recorte político-institucional do que como um fenômeno socioespacial.

1.1 Brevíssimo histórico da urbanização de Vila Velha

O Espírito Santo "começou" em Vila Velha. Em 1535 o donatário Vasco Fernandes Coutinho, junto com alguns colonos, desembarcou na localidade que hoje é denominada Prainha, no atual município de Vila Velha, e iniciou a "história" do Espírito Santo.

Com a chegada dos portugueses foram erguidas as primeiras moradias e construída a capela que daria origem à atual igreja Nossa Senhora do Rosário. Os colonos passaram a se dedicar ao cultivo da terra, ao plantio da cana-de-açúcar e à construção de engenhos. Estabelecia-se assim a primeira vila do Espírito Santo, que por quinze anos seria a sede da capitania de mesmo nome.

As dificuldades relacionadas ao número reduzido de colonos e às constantes disputas com os indígenas locais obrigou o donatário, agora acompanhado de um número maior de colonos, a encontrar uma nova sede para sua capitania numa ilha ao norte da antiga sede, dando-lhe o nome de vila de Nossa Senhora da Vitória, atual cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, onde toda a vida administrativa da capitania passou a se desenrolar. A antiga vila do Espírito Santo, agora Vila Velha, embora supervisionada pelo próprio donatário, ficou entregue aos poucos colonos que lá permaneceram e aos índios, agora numa relação menos conflituosa, sendo que todas as atividades ali desenvolvidas se reduziam basicamente a ocorrências esporádicas em torno da igreja Nossa Senhora do Rosário e do Convento da Penha, uma construção religiosa iniciada ainda no século XVI, numa elevação de 154 metros de altura, conhecida como morro da Penha, nas proximidades de onde desembarcara, inicialmente, o donatário (SANTOS, 1999).

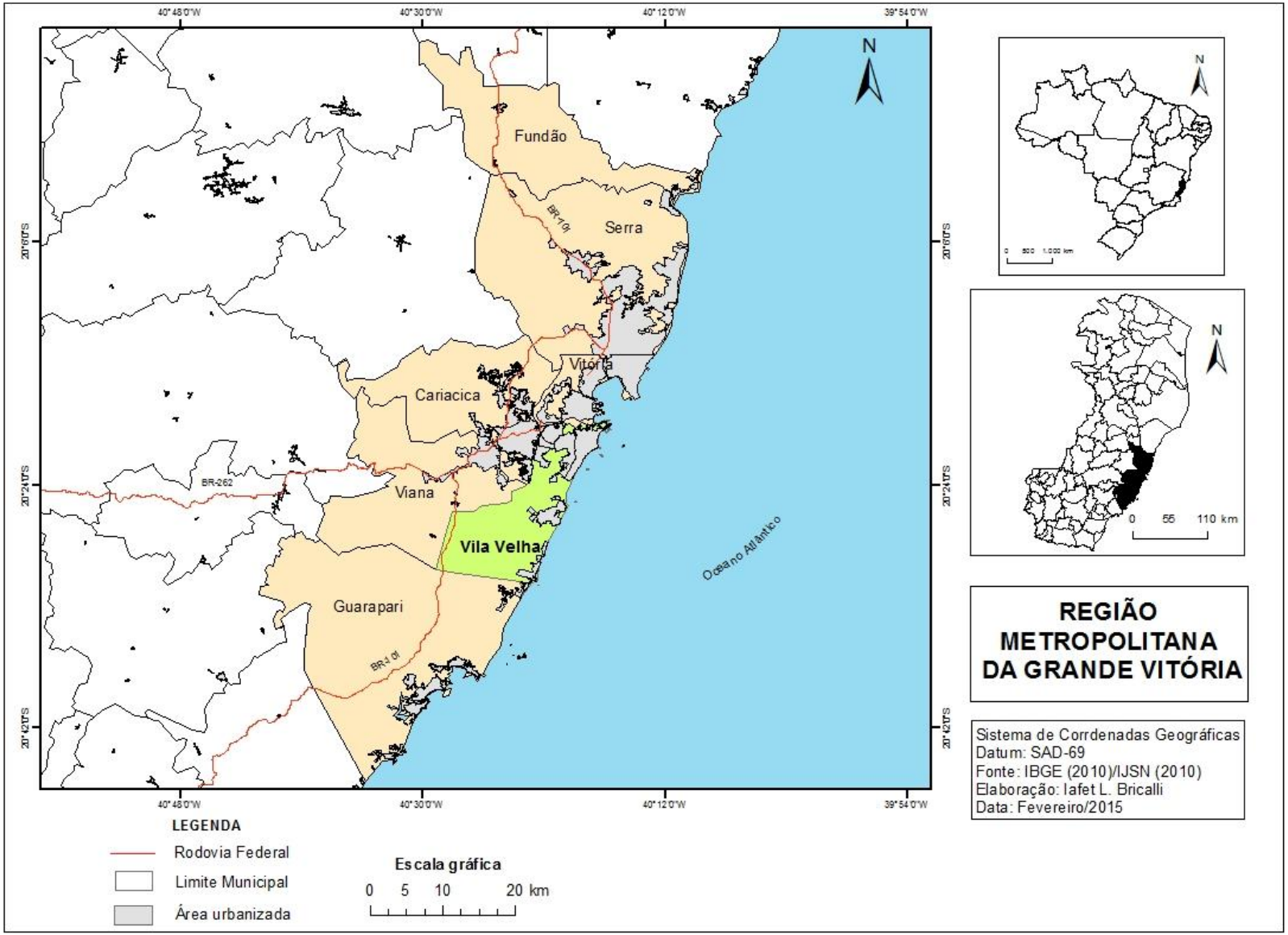

Figura 1: Localização da RMGV com destaque para o município de Vila Velha.

Desde então, como sugere Bernardo Neto (2012), a história de Vila Velha sempre esteve marcada pela dependência em relação à capital Vitória. Como a administração colonial historicamente se concentrou na capital, as atividades comerciais e as ofertas de serviços também aí se desenvolveram, situação que só foi relativamente minimizada a partir do desenvolvimento imobiliário e comercial de Vila Velha, quando uma parcela da população de significativo poder aquisitivo passou a residir em sua orla.

Neste sentido, o próprio processo de urbanização do município de Vila Velha estava fortemente relacionado à urbanização da capital. Bernardo Neto (2012) indica que a análise dessa urbanização precisa estar relacionada ao desenvolvimento de eixos viários que durante o século XX passaram a conectar o município de Vila Velha à capital Vitória. Para o autor, a cada "revolução" nos meios de transporte surgia a possibilidade de criação de uma ligação mais eficiente entre a área até então urbanizada do município, o atual centro, com a área central da capital Vitória. Os novos eixos viários estendiam a urbanização do município para outras áreas.

Com a produção de infraestruturas viárias em Vila Velha desde a década de 1950, a tendência era a valorização de terras que se localizavam em suas proximidades, geralmente pertencentes a famílias importantes, a políticos e ex-políticos, mostrando que a abertura de eixos viários era muitas vezes uma exigência. Em muitos casos, eram feitos loteamentos dessas áreas por imobiliárias e até mesmo "loteadores ilegais, que tiveram papel importante na criação de assentamentos clandestinos e irregulares em terras privadas" (SARTÓRIO, 2012).

Até o início do século XX, a urbanização do município de Vila Velha se restringia à área correspondente ao que hoje seria o bairro denominado Centro, ao norte do município, onde se concentrava a pouca infraestrutura urbana, a administração municipal e o incipiente comércio até então existente. A comunicação com a capital era feita inicialmente através de barcos e posteriormente em lanchas, que cruzavam a baía a partir do cais da Prainha.

Na década de 1910, com o desenvolvimento do transporte ferroviário, foi implantada a linha de bonde que estabelecia a ligação entre o centro de Vila Velha e o atual bairro de Paul, permitindo o acesso à capital a partir de um novo ponto da baía. A estrada por onde circulava essa linha de bonde corresponde ao traçado da atual Avenida Jerônimo Monteiro, em cujos arredores se expandiu uma mancha urbana que corresponde atualmente aos bairros do Glória, Aribiri, Vila Batista, Paul, entre outros localizados nas porções norte e noroeste do município (Figura 2).

Figura 2: Localização da Avenida Jerônimo Monteiro e de alguns bairros adjacentes.
Fonte: IJSN (2013) – Elaborado pelo autor.

Com a implantação da primeira ligação da ilha de Vitória com o continente, a Ponte Florentino Avidos (atual Cinco Pontes), a Avenida Jerônimo Monteiro deixou de ser apenas um acesso à baía que facilitava a travessia para a capital: ela própria permitia o acesso terrestre à Vitória, tornando-se o principal elo de ligação entre os dois municípios. De acordo com Abe (1999), a Avenida Jerônimo Monteiro passou a estruturar o crescimento dos bairros de Vila Velha, que até então tinham ocupação pouco significativa. Segundo o autor, além dos bairros que margeavam a Jerônimo Monteiro, apenas o bairro de São Torquato tinha alguma importância, por situar-se na cabeceira da ponte, onde se desenvolviam algumas atividades típicas de saída da cidade.

Até então, a expansão urbana de Vila Velha ocorria principalmente em locais que ofereciam significativa oferta de trabalho, nas proximidades do porto de Vitória, cidade que se desenvolvia por ser a sede administrativa do Estado e por abrigar atividades comerciais ligadas à exportação de café. Havia, portanto, uma significativa dependência do município de Vila Velha em relação à capital.

A partir da década de 1950, com o surgimento de um novo modal viário, o rodoviário, uma nova possibilidade de ligação entre Vila Velha e Vitória surge com a abertura da Avenida Carlos Lindemberg, cujas formas retilíneas e o maior número de vias tornaram o fluxo mais acelerado do que o verificado na Avenida Jerônimo Monteiro. A Avenida se tornou um novo vetor estruturante para o

município, facilitando o surgimento de novos eixos de expansão urbana, considerando que nas suas adjacências se desenvolveram alguns importantes bairros de Vila Velha, tais como Alvorada, Cobilândia, Jardim Marilândia, Santa Inês e Ibes, na porção centro-norte do município (Figura 3).

Figura 3: Localização da Avenida Carlos Lindemberg e de alguns bairros adjacentes.
Fonte: IJSN (2013) – Elaborado pelo autor.

A década de 1950 é o momento em que a urbanização do município de Vila Velha se intensifica também em virtude do acelerado crescimento demográfico pelo qual passa o município (Tabelas 9 e 10). Enquanto que na década de 1940 a população do município cresceu menos do que as dos municípios de Serra e Cariacica, embora tenha crescido mais do que as médias da RMGV e do Espírito Santo e tenha passado a ser a segunda maior da RMGV, atrás apenas da capital Vitória, a leitura das tabelas indica que entre os anos de 1950 e 1960 o município de Vila Velha é disparado o que apresenta o maior crescimento demográfico dentre os municípios da RMGV, superando em muito também a média estadual. Nesse período sua população cresce em 140,36%, passando de 23.127 habitantes em 1950 para 55.589 em 1960. Na década seguinte, a população de Vila Velha segue crescendo em ritmo intenso (122,6%), acima da média da RMGV e do Espírito Santo, mas agora superada em valores percentuais pelo município de Cariacica.

Tabela 9: Crescimento demográfico dos municípios da RMGV (1940 – 1970).

Municípios	1940	1950	1960	1970
Cariacica	15.228	21.741	39.608	101.422
Fundão	8.630	8.096	7.655	8.170
Guarapari	11.256	12.350	14.861	24.105
Serra	6.415	9.241	9.192	17.286
Viana	7.661	5.896	6.571	10.529
Vila Velha	**17.054**	**23.127**	**55.589**	**123.742**
Vitória	45.212	50.922	83.351	133.019
RMGV	111.456	131.377	216.827	418.273
ES	750.107	861.652	1.418.348	1.599.333

Fonte: IBGE (Censos 1940 – 1970)

Tabela 10: Taxas decenais de crescimento da população da RMGV entre 1940 e 1970.

Municípios	1940/50	1950/60	1960/70
Cariacica	42,77	82,18	156,06
Fundão	- 6,19	- 5,45	6,73
Guarapari	9,72	20,33	62,2
Serra	44,12	- 0,57	88,05
Viana	- 23,04	11,45	60,23
Vila Velha	**35,61**	**140,36**	**122,60**
Vitória	12,63	63,68	59,59
RMGV	17,87	65,04	92,91
ES	14,87	64,61	12,76

Fonte: IBGE (Censos 1940 – 1970)

A interpretação de Abe (1999) para tamanho crescimento demográfico durante duas décadas seguidas indica que, ao sediar as instalações portuárias da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – atual Vale – de movimentação de minérios de ferro e carvão, o município se torna o lócus privilegiado para abrigo dos imigrantes chegados do interior atingidos pela política de erradicação de cafezais[6].

[6] Trata-se de uma política econômica levada a cabo pelo governo federal a partir da segunda metade do século XX que significou a desestruturação do espaço agrário do Espírito Santo na medida em que atingiu sua principal base econômica, a plantação de café. Foi seguida pelo investimento em uma nova base produtiva, a indústria de transformação de produtos primários, através da implantação dos chamados "Grandes Projetos Industriais". Sendo o lócus privilegiado da instalação desses "Grandes Projetos", a RMGV sofreu grandes transformações populacionais, sociais e territoriais, pois, somando-se ao papel de sede da burocracia e do capital comercial, a região passou a ser o lócus principal do investimento industrial do Espírito Santo. Neste sentido, a RMGV recebeu um grande fluxo populacional proveniente do interior do Estado do Espírito e de Estados vizinhos,

Como a RMGV ainda não abrigava os "Grandes Projetos", que posteriormente se instalariam destacadamente nos municípios de Cariacica e Serra, o que viria a explicar seus respectivos crescimentos demográficos, até então Vila Velha era o destino principal dos imigrantes que chegavam para trabalhar nas atividades portuárias.

Ao contrário de outros municípios da RMGV, como Cariacica e Serra, Vila Velha não se destacou como centro industrial. Até o final da década de 1970, o município possuía poucas indústrias, sendo que a maioria era de produtos alimentícios, que absorviam apenas 19% da mão de obra local, e apenas no início dos anos de 1980 começa a se desenvolver a indústria de confecção (SIQUEIRA, 2001). A histórica dependência em relação à Vitória era confirmada quando Vila Velha permanecia como centro secundário em relação à capital, fornecedora de boa parte de sua mão de obra e, por isso, caracterizando-se como cidade-dormitório, já que boa parte da população possuía vínculos empregatícios na capital.

De acordo com Siqueira (2001), no início de 1970 a imigração que atingia o município de Vila Velha não era somente de pessoas oriundas do interior do Estado atingidas pela desestruturação agrária pela qual passava o Estado, mas tratava-se também de uma migração micro, relativa às pessoas provenientes da própria RMGV, embora esta também possa ser considerada um desdobramento daquela. Neste sentido,

> Um fator de influência para a extensão populacional foi, sem dúvida, a implantação da política habitacional, que desenvolveu no município um amplo programa de construção de casas populares, projetadas e implantadas pela Cohab/ES e Inocoop/ES, a fim de diminuir a pressão populacional sobre Vitória. Até 1980, foram construídos 15 conjuntos de habitação popular em Vila Velha, com cerca de 7.127 unidades habitacionais. Esses conjuntos não cobriram a totalidade da população, uma vez que as favelas se proliferaram, tendo em vista que Vila Velha passou a ser um dos principais centros de atração migratória na micro-região de Vitória (SIQUEIRA, 2001, p. 110-111).

Como decorrência da política habitacional apresentada acima surgiram os bairros de Guadalajara, Jardim Colorado, Jardim Asteca, Novo México, Garanhus, dentre outros. Nos anos 1980 a implantação de conjuntos teve continuidade, quando surgiram os bairros Santos Dumont, Araçás e Coqueiral de Itaparica.

Além da continuidade da implantação dos conjuntos habitacionais populares, a década de 1980 é o período em que a atividade imobiliária para o mercado começa a se desenvolver em Vila Velha. Se em Vitória, nessa época, ela já se desenvolvia significativamente (CAMPOS JÚNIOR, 2002), em Vila Velha, a produção imobiliária destinada ao mercado era até então irrelevante.

Esse panorama começa a se modificar, segundo Bernardo Neto (2012), em função de três fatores articulados. Em primeiro lugar, a emergência de uma nova centralidade na capital Vitória,

---

notadamente Minas Gerais e Bahia, complexificando a estrutura social da região, ao mesmo tempo em que contribuiu para as transformações da configuração do espaço, fundamentadas principalmente em fenômenos como a formação de eixos de aglomeração, a concentração urbana e a desigualdade de ocupação.

correspondendo aos bairros da Praia do Canto e Enseada do Suá; em segundo lugar, a proposta de criação de uma nova ligação entre Vila Velha e Vitória, mediante a construção da ponte Castelo de Mendonça, popularmente conhecida como Terceira Ponte, inaugurada no início da década de 1990, que ligaria a orla de Vila Velha à nova centralidade de Vitória, encurtando significativamente a distância entre essa área da cidade e a capital; finalmente, as seguidas restrições à construção de edificações verticais impostas por mudanças na legislação da capital, até então lócus privilegiado de investimento imobiliário, ao passo que as legislações para o setor da construção civil em Vila Velha passam a ser mais permissivas.

Conjuntamente, esses três fatores contribuíram para o "despertar" do mercado imobiliário de Vila Velha, particularmente o que se considera a orla do município, que compreende os bairros da Praia da Costa, Itapoã e Praia de Itaparica, na porção nordeste do município (Figura 4). Tais bairros são hoje quase que exclusivamente verticalizados, extremamente adensados e representam a área de residência das classes médias e dominantes do município, que outrora viviam no Centro.

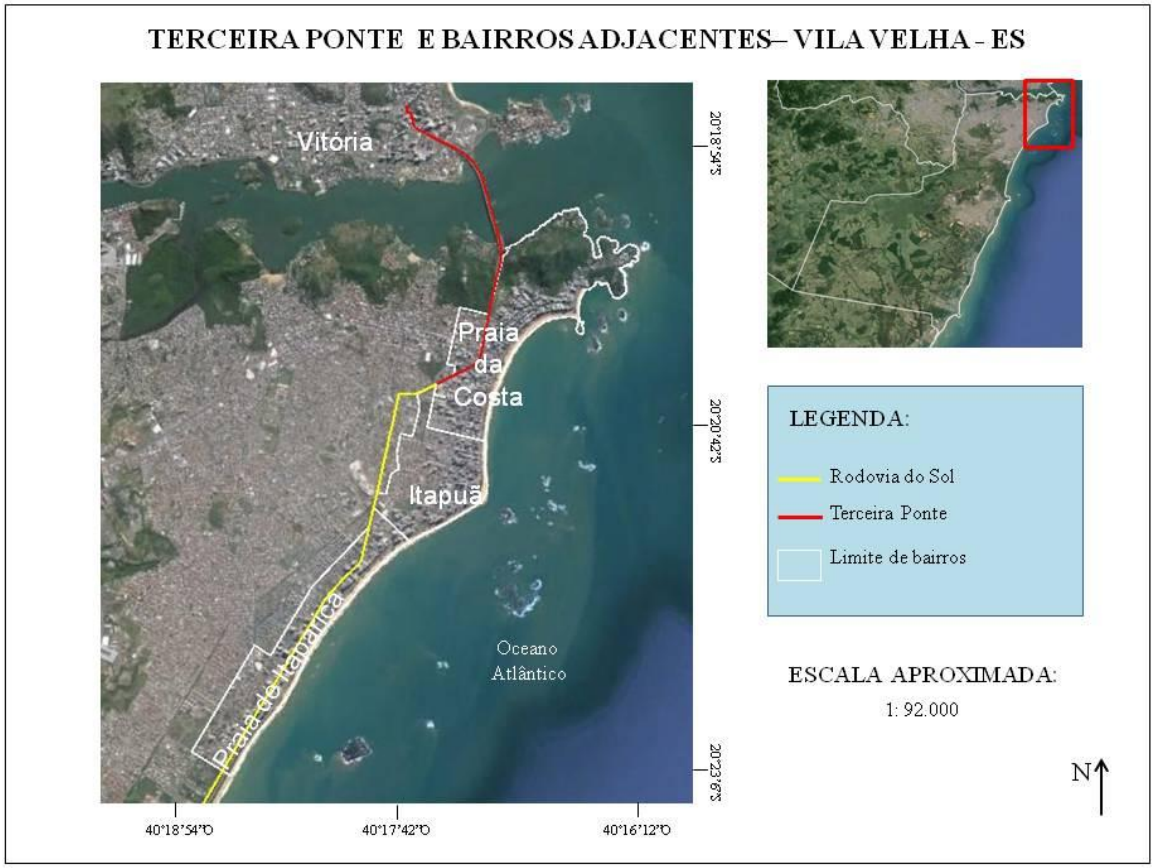

Figura 4: Localização da Terceira Ponte e de alguns bairros adjacentes.
Fonte: IJSN (2013) – Elaborado pelo autor.

A última frente de expansão urbana significativa no município de Vila Velha ocorre a partir dos anos 1990 com a formação da GTV, um conjunto de bairros populares localizados no sul do município (Figura 5) e distantes dos principais centros. Embora os loteamentos sobre os quais

surgiram os bairros tenham sido aprovados pela prefeitura desde a década de 1950 e alguns lotes tivessem sido comercializados, não houve interesse por parte dos compradores em construir na região, uma vez que se tratava de áreas longínquas, muito distantes dos bairros centrais de Vila Velha.

Figura 5: Localização da região da Grande Terra Vermelha.
Fonte: IJSN (2013) – Elaborado pelo autor.

Mais uma vez, os eixos viários são importantes para se entender a expansão urbana de Vila Velha. Destacam-se duas importantes avenidas, que de alguma forma contribuíram para a ocupação da área: a Rodovia do Sol (ES-060), concluída em 1977, cujo aglomerado da GTV está às margens, uma rodovia estadual que liga o município de Vila Velha, a partir da Terceira Ponte, até o município de Guarapari, cuja proximidade da orla de Vila Velha inclusive estimulou a valorização do solo dos bairros adjacentes; e a rodovia Darly Santos, relativamente próxima da região da GTV, construída em 1986 para encurtar a distância até o município de Guarapari, pois na época ainda não existia a Terceira Ponte e todo o fluxo rodoviário desde Vitória ainda passava pelo centro de Vila Velha, ao mesmo tempo em que atenderia os conjuntos habitacionais que existiam no entorno de onde ela surgiria.

O processo de expansão urbana somente se desenvolveu a partir da desapropriação por parte do governo estadual de um loteamento particular, onde hoje se localiza o bairro de Terra Vermelha, no final da década de 1980. Ao se tornar pública, criou-se expectativas em torno da área, no sentido de investimento em infraestruturas e de melhorias na rede viária, o que supostamente valorizaria as terras.

Houve, então, uma "corrida" imobiliária no sentido de criar novos loteamentos e de comercializar terras de loteamentos que já haviam sido aprovados.

O loteamento adquirido pelo governo do Estado tinha como objetivo a construção de habitação de interesse social. Como consequência, segundo Sartório (2012) houve atração de importante contingente de moradores da própria região metropolitana para a região em busca de lotes e casas. Efetivaram-se práticas de autoconstrução e mutirões, porém, em geral, de acordo com a legislação. Os bairros do entorno, com exceção de Residencial Jabaeté, ao contrário, surgiram desordenadamente, no formato de assentamentos com total despreocupação em relação às legislações construtivas, ao mesmo tempo em que a venda clandestina de lotes era uma prática comum.

Neste sentido, pode-se afirmar que o Estado teve importante participação na ocupação da região da GTV, ao desapropriar um loteamento particular e promover a construção de residências no atual bairro de Terra Vermelha. Como consequência, a expectativa de investimento em infraestrutura tornou as terras adjacentes mais valorizadas, promovendo interesses comerciais por parte das imobiliárias, ao mesmo tempo em que atraiu pessoas de outras partes da RMGV.

Mas o que Sartório (2012) destaca é o papel dos movimentos sociais na ocupação do aglomerado da GTV, tanto promovendo a organização das famílias para o acesso à habitação social, através dos sindicatos e das igrejas, quanto assentando famílias ou mesmo pressionando o poder público no sentido de fornecimento de melhorias infraestruturais nos bairros.

Segundo o autor, os movimentos sociais foram importantes na luta pelo acesso à moradia não apenas no município de Vila Velha, mas em toda a RMGV, na medida em que a demanda por habitação crescia na medida em que o fluxo migratório em direção à região metropolitana crescia na segunda metade do século XX. Como as áreas mais adequadas para a ocupação ou já estavam ocupadas e/ou eram muito caras, restava como alternativa a ocupação de encostas de morros, áreas de manguezais e zonas inundáveis próximas às planícies do Rio Jucu.

Em outros lugares de Vila Velha, surgem como consequência da atuação dos movimentos sociais, por exemplo, os bairros de Jaburuna e Santa Rita, terras que foram alvos de ocupações, assim como os bairros de Dom João Batista e Santa Clara, loteamentos promovidos como de interesse social. De acordo com Sartório (2012), os movimentos sociais seguiam em direção ao sul do município de Vila Velha na tentativa de ocupar terrenos às margens das Rodovias do Sol e Darly Santos, a partir de negociações com a Prefeitura e com o Governo do Estado.

O autor argumenta, no entanto, que as articulações dos movimentos sociais com o poder público eram muitas vezes marcadas pelas trocas de favores. O assentamento de famílias e o fornecimento de infraestruturas para os bairros podiam estar condicionados ao estabelecimento de currais eleitorais, ao mesmo tempo em que eram oferecidos cargos públicos aos líderes dos movimentos sociais.

A expansão urbana do município de Vila Velha a partir de 1970 é acompanhada, evidentemente, de um crescimento demográfico significativo (Tabelas 11 e 12).

Tabela 11: Crescimento demográfico dos municípios da RMGV (1980 – 2010).

Municípios	1980	1991	2000	2010
Cariacica	189.089	274.455	324.285	348.738
Fundão	9.215	10.204	13.009	17.025
Guarapari	38.496	61.719	88.400	105.286
Serra	82.581	221.510	321.181	409.267
Viana	23.440	43.836	53.452	65.001
Vila Velha	**203.406**	**265.251**	**345.965**	**414.586**
Vitória	207.747	258.243	292.304	327.801
RMGV	753.974	1.135.218	1.438.596	1.687.704
ES	2.023.340	2.598.505	3.097.232	3.514.952

Fonte: IBGE (Censos 1970 – 2010)

Tabela 12: Taxas decenais de crescimento da população da RMGV entre 1970 e 2010

Municípios	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Cariacica	86,44	45,15	18,16	7,54
Fundão	12,79	10,73	27,49	30,87
Guarapari	59,7	60,33	43,23	19,1
Serra	377,73	168,23	45,00	27,43
Viana	122,62	87,01	21,94	21,61
Vila Velha	**64,38**	**30,40**	**30,43**	**19,83**
Vitória	56,18	24,31	13,19	12,14
RMGV	80,26	50,56	26,72	17,32
ES	26,51	28,43	19,19	13,49

Fonte: IBGE (Censos 1970 – 2010)

Embora num ritmo inferior ao verificado nas décadas de 1950 e 1960, quando a taxa decenal de crescimento populacional alcançou 140,36% e 122,60%, respectivamente, o crescimento demográfico de Vila Velha segue significativo desde 1970. Como vimos, a década de 1970 é o período de proliferação de conjuntos habitacionais populares em Vila Velha, promovidos pelo Estado para abrigar a população oriunda de outros Estados, do interior do Espírito Santo e da própria RMGV. O crescimento demográfico dessa década é considerável (64,38%), mesmo que relativamente tenha sido menor do que outros municípios da RMGV, como Cariacica, Viana e, principalmente, Serra, que começa a sentir diretamente os efeitos da política de industrialização levada a cabo pelo Estado.

A partir da década de 1980, o crescimento demográfico de Vila Velha segue importante em termos absolutos e relativos, embora consideravelmente inferior quando comparado às décadas anteriores. Mas o município atinge em algum momento da década de 1980 a supremacia de população

sobre todos os municípios do Espírito Santo – o que só foi confirmado no censo de 1991 e se mantém até 2010 -, ocupando o lugar que era de Vitória, uma posição que já era anunciada quando comparamos a taxa de crescimento populacional decenal de Vila Velha com a da capital, sempre superior desde pelo menos 1940.

1.2 O quadro atual do município de Vila Velha: aspectos sociais, econômicos e territoriais

De acordo com informações do Censo 2010 realizado pelo IBGE, o município de Vila Velha é o mais populoso do Espírito Santo, ocupa uma área de 210,67 Km² e sua densidade populacional é de 1.973,79 habitantes por Km², atrás apenas da capital Vitória (3.338,30 hab/Km²).

Sua taxa de população considerada urbana é de 99,5% (novamente atrás apenas de Vitória, cuja taxa é de 100%), embora 35,4% da área total do município seja considerada área rural. As terras do município consideradas urbanas – o perímetro urbano - correspondem, portanto, a 64,6% da área total, embora apenas 53,2% desse valor correspondam às áreas urbanas consolidadas. Em resumo, apenas 34,4% da área total do município apresenta uma mancha urbana relativamente consolidada (FERREIRA, 2014).

Em razão da forte concentração de renda, o município de Vila Velha apresenta o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[7] dentre todos os municípios do Espírito Santo (0,800) e sua taxa de analfabetismo é de 3,6%, o segundo menor índice dentre os municípios do Espírito Santo, atrás apenas de Vitória (3,0%). A porcentagem de domicílios com saneamento básico adequado era de 85,8%, atrás apenas de Cachoeiro de Itapemirim (86,9%) e Vitória (97,5%), embora a rede esgoto seja muitas vezes precária.

Dentre todos os municípios do Espírito Santo, Vila Velha apresenta o terceiro maior PIB, atrás apenas do município de Serra e da capital Vitória. Em 2012, seu PIB foi de R$ 7,5 bilhões e seu PIB per capita era de R$ 17.732,35, sendo que o setor de serviços é o mais importante do município, correspondendo a 78,62% das riquezas produzidas, seguido da indústria (21,18%) e da agropecuária (menos de 1%).

Evidentemente, dados como o IDH e o PIB, por exemplo, merecem ser analisados cuidadosamente, na medida em que desconsideram as distorções existentes no interior das unidades territoriais indicadas. Neste sentido, embora Vila Velha se destaque no contexto estadual no que se refere a esses indicadores, o índice de GINI[8] do município no ano de 2003 (0,48) revela a significativa concentração de renda do município, neste quesito atrás apenas, no Espírito Santo, do município de Montanha (0,49), embora um valor inferior à média nacional (0,59) e estadual (0,54). Portanto,

[7] O IDH é um índice que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o IDH do local em questão. Para calculá-lo, três critérios são levados em consideração: longevidade da população, educação e renda.

[8] O GINI é um indicador que mede a concentração de renda de determinada unidade territorial. Assim como o IDH, o valor de GINI varia numa escala de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda da unidade territorial em questão.

embora se mostre rico no contexto estadual, Vila Velha apresenta-se como um município extremamente desigual na concentração dessa riqueza.

Conforme os dados do PIB apresentados acima, o setor agropecuário é inexpressivo para a economia do município de Vila Velha. Já o setor industrial apresenta uma importância relativa, destacando-se as indústrias alimentícias, com destaque para a fábrica de chocolates Garoto, localizada no bairro Glória, a indústria de confecção no bairro Glória e a indústria de construção civil, que se aproveita da expansão do mercado imobiliário na orla do município, destacando-se os bairros da Praia da Costa, Itapoã e Coqueiral de Itaparica.

O setor econômico mais importante é o terciário, relacionado às atividades comerciais e à prestação de serviços. Vila Velha possui um comércio vigoroso, que atende as camadas de alto, médio e baixo poder aquisitivo. Se durante boa parte da história, o potencial de consumo do município de Vila Velha esteve direcionado para a capital Vitória, essa realidade já foi superada. Destacam-se o "Pólo de Modas do Glória", um importante subcentro terciário varejista no contexto da região metropolitana, situado no bairro de mesmo nome e a expansão dos *shoppings centers* pelo município. Desde o ano de 2002, quando foi inaugurado o Shopping Praia da Costa, no bairro de mesmo nome, Vila Velha tem abrigado importantes centros comerciais e de lazer deste tipo, destacando-se ainda o Shopping Boulevard, inaugurado em 2012 no entroncamento entre as rodovias do Sol e Darly Santos (situado numa área de expansão metropolitana), e o Shopping Vila Velha, inaugurado em 2014 na Rodovia do Sol. Os três shoppings supracitados estão entre os maiores da RMGV.

O Shopping Vila Velha se encontra em uma área de expansão metropolitana articulada ao processo de reestruturação urbana na porção sul do município a partir da expansão de condomínios e loteamentos fechados nas proximidades da região da GTV. Associados à chegada de empreendimentos imobiliários, a tendência é o surgimento de equipamentos comerciais que serão importantes fatores de valorização imobiliária das áreas do entorno, cujo resultado pode ser a "expulsão" das populações dominadas para áreas ainda mais precárias e periféricas da região metropolitana (FERREIRA, 2014).

Ainda no que se refere à valorização de terras, poderíamos ainda mencionar o desenvolvimento de importantes infraestruturas como a Rodovia Leste-Oeste que estabelecerá a ligação entre os municípios de Vila Velha e Cariacica; o desenvolvimento de retroáreas portuárias na área da rodovia Darly Santos e dos portos no norte do município, em particular o porto de Capuaba e os portos do entorno; e o projeto de construção do porto de águas profundas no bairro Ponta da Fruta, no sul do município. Tais infraestruturas representam potenciais vetores de valorização imobiliária e fundiária e devem ser consideradas na reestruturação urbana de Vila Velha.

A expansão da rede hoteleira e do número de restaurantes (FREIRE, 2007), indica que a atividade turística vem ganhando importância, sobretudo aquela relacionada ao turismo de praia, aproveitando-se da qualidade e beleza ímpares de suas praias, embora os serviços turísticos ainda sejam precários, como constatamos na pesquisa que realizamos na Praia da Costa. Destaca-se ainda o

turismo religioso relacionado principalmente a presença do Convento da Penha, além do turismo de aventura/esportivo cuja prática se dissemina aproveitando-se do relevo do município.

O município de Vila Velha abriga a principal universidade privada do Estado do Espírito Santo, a Universidade de Vila Velha (UVV), e, por isso, constitui-se também como um local de atração de estudantes oriundos de outros municípios do Estado do Espírito Santo, particularmente daqueles que compõem a RMGV.

O maior fluxo de mercadorias em tempos de globalização concede ainda maior destaque ao setor portuário do município, demandando intenso tráfego de cargas por entre os importantes eixos viários. O complexo portuário de Vila Velha, formado pelo Cais de Capuaba, Cais de Paul, Terminal Portuário de Vila Velha (TVV) e Terminal da Companhia Portuária de Vila Velha (TPVV) vem crescentemente dinamizando a economia do município e, portanto, o dinamismo espacial local. Corroborando isso, está a ampliação e modernização dos principais eixos viários locais, responsáveis pela expansão da mancha urbana em torno dos mesmos que, interligados à rede de rodovias federais, concentram diversas atividades de empresas do setor portuário, intenso comércio de setor de cargas/rodoviário, de materiais de construção, de autopeças, pequenas indústrias e setor supermercadista (FREIRE, 2007).

CAPÍTULO 2 – A VIGILÂNCIA E A FRAGILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Neste capítulo, abordaremos a vigilância a partir de uma perspectiva teórica que a considera uma maneira de se exercer o poder. Consideramos a vigilância através de câmeras a atualização do panóptico, um modelo de vigilância que, nascido na prisão, generalizou-se pelas instituições sociais fechadas e, finalmente, para a sociedade como um todo. O poder se exerce pelo jogo do olhar, quando a vigilância é interiorizada pelos sujeitos sociais e alimenta um estado de controle permanente através da multiplicação de olhares, e pela produção de informações ininterruptas daqueles que são vigiados e de seus espaços. Por outro lado, o panóptico atualizado com a utilização de câmeras se constitui como mais um obstáculo à constituição de espaços públicos na medida em que interfere em algumas condições indispensáveis que o pressupõem: a liberdade, a pluralidade e a individualidade. Finalmente, faremos uma breve discussão sobre os conceitos de segregação e fragmentação urbanos, considerando, de um lado, que eles podem nos ajudar a entender as características dos espaços públicos de Vila Velha que apresentaremos no próximo capítulo e, de outro, que uma das funções da utilização de câmeras pode ser justamente a de alimentar esses processos, seja criando barreiras simbólicas nos espaços públicos urbanos, seja sendo potenciais ferramentas de exclusão de grupos sociais dominados.

2.1 As câmeras de vigilância: panóptico atualizado, informações em série

Consideramos a vigilância através de câmeras uma maneira de se exercer o poder. Quem respalda essa afirmação é Michel Foucault, para quem o poder não é exclusividade do Estado ou de uma suposta classe dominante, muito menos se vincula apenas a aspectos negativos, como repressão, censura ou exclusão. Para Foucault, o poder é múltiplo, anônimo, se exerce em rede. Geralmente respaldado por estratégias de saber, o poder é também uma maneira de administrar as vidas individuais ou coletivas, governá-las, geralmente tornando-as instrumentos de seu exercício, o que, por sua vez, garante-lhe um aspecto geralmente anônimo. Como resultado, produz tanto indivíduos quanto populações economicamente aptas e politicamente dóceis.

Foucault (2009) situa esse momento em que o poder toma por objeto as vidas individuais e coletivas de uma maneira discreta e aparentemente branda entre os séculos XVIII e XIX no contexto de nascimento das ideias iluministas e das supostas liberdades que a acompanhavam. Ele vem substituir o que o autor denominou de soberania, um tipo histórico de sociedade em que o poder se caracterizava pelo seu aspecto legal. Neste caso, instituía-se uma lei e, no caso de violação, uma punição correspondente seria aplicada. A soberania funcionava, portanto, a partir de um quadro jurídico, um sistema de código legal com divisão binária entre o permitido e o proibido e uma relação direta e linear entre um tipo de ação proibida e um tipo de punição a ser aplicada.

Deste contexto, faziam parte as punições corporais extremamente violentas, como os famosos suplícios apresentados por Foucault (2009), particularmente aquele de Damiens, acusado de parricídio, cuja descrição abre o livro *Vigiar e Punir*. Veja:

> Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757, a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris aonde devia ser levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; em seguida, na dita carroça, na Praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento (FOUCAULT, 2009, p. 9).

Todo o aspecto dramático que envolvia os suplícios, que Foucault insiste em destacar em *Vigiar e Punir*, parece ser uma estratégia adotada pelo autor no sentido de evidenciar o que melhor caracterizava o poder soberano: em caso de infração da lei, a aplicação de uma punição correspondente. Evidenciando o aspecto de lei da soberania, o autor está marcando a transição para um novo tipo de sociedade.

A partir do século XVIII, percebe-se que as punições praticadas nas sociedades soberanas, muito ostentosas, embora descontínuas, não eram mais suficientes num contexto de crescimento populacional e de acúmulo de bens em razão do desenvolvimento do capitalismo. Por trás do discurso de humanização das penas difundido pelos reformadores penais, Foucault (2009) entrevê, ao lado de um quadro jurídico explícito, a implantação de um mecanismo de punição contínuo e generalizável pelo corpo social, que ele denomina de disciplinar.

Embora a disciplina constitua um mecanismo de punição potencialmente generalizável, tratava-se de um tipo de poder que, pelo menos no seu surgimento, utilizava como técnica fundamental de funcionamento o confinamento. Eram as instituições sociais fechadas (escolas, hospitais, fábricas e prisões) que ofereciam as condições ideais para o funcionamento das disciplinas.

A disciplina, assim como eram os suplícios, é uma tecnologia de poder que atua sobre o corpo, mas de uma maneira completamente diferente: de maneira discreta e de aplicação automática, ela atua sobre um corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, se torna hábil e cujas forças se multiplicam. Em outras palavras, um adestramento cuja noção principal é a de docilidade, um corpo que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado.

Destaca-se o funcionamento de um pequeno mecanismo penal em todos os sistemas disciplinares, que quadriculam o espaço vazio deixado pelas leis. O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios, que devem ser corrigidos. É um elemento de um sistema duplo de gratificação-sanção, a qualificação dos comportamentos e dos desempenhos a partir de dois valores opostos: pelo jogo da quantificação, os aparelhos disciplinares hierarquizam, numa relação mútua, os "bons" e os "maus" indivíduos. De forma resumida, segundo o próprio Foucault,"a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneíza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*" (FOUCAULT, 2009, p.176).

Normalizando, as disciplinas qualificam, classificam e punem. Portanto, a homogeneização das técnicas disciplinares não impede a individualização, de modo a medir os desvios, determinar até onde se pode ir, tornando úteis as diferenças. Tomando a homogeneidade como regra, o poder de normalização introduz uma gradação das diferenças individuais.

Nesse caso, a individualidade entra num campo documentário, cujo resultado é um arquivamento detalhado e minucioso que capta e fixa as características de indivíduos que podem ser descritos, mensurados, comparados, medidos. Esses registros, segundo Foucault (2009), abrem duas possibilidades correlatas: em primeiro lugar, a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, de modo a mantê-lo em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas capacidades, sob o controle de um saber permanente; em segundo lugar, a constituição de um sistema comparativo que permite medir fenômenos globais e estimar os desvios dos indivíduos entre si. Cada indivíduo é uma realidade fabricada pela disciplina, constitui um "caso", e seus registros compõem um acervo documentário que está sempre disponível para uma utilização eventual.

Mas, qual é a estratégia que a disciplina utilizava para normalizar?

Para Foucault (2009), o sucesso da normalização se deve ao fato de os indivíduos serem, ao mesmo tempo, objetos e instrumentos do exercício do poder. Como? Pela interiorização da vigilância a partir do jogo do olhar. O poder disciplinar inverte a visibilidade do poder quando o que tradicionalmente era visível e ostentoso deixa de sê-lo, tornando-se discreto, enquanto a visibilidade se direciona para aqueles que são alvos do poder, permanentemente vistos.

Deixa-se para trás o esquema simples do encarceramento e do fechamento com seus muros e cercas e portas sólidas que impedem de entrar e de sair, substituindo-o por aberturas, passagens e transparências. A vigilância ideal é aquela em que um único olhar é capaz de tudo ver permanentemente, desde que não seja visto. Um foco de luz que tudo ilumina e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido. Desenvolve-se uma arquitetura que não se caracteriza exclusivamente pela vigilância do espaço exterior, mas, sobretudo, para permitir um controle interior e que sirva como instrumento de transformação dos indivíduos. Assim, organiza-se:

> [...] um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede "sustenta" o conjunto e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados (FOUCAULT, 2009, p. 170).

Quando não se localiza, não se exerce exclusivamente de cima para baixo e é exercido pelos próprios indivíduos, o poder apresenta características que permitem que sua interpretação seja inteiramente diferente daquela associada habitualmente aos seus aspectos negativos, repressivos e visíveis. Segundo o próprio Foucault,

> Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele "exclui", "reprime", "recalca", "censura", "abstrai", "mascara", "esconde". Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da

> verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção (FOUCAULT, 2009, p. 185).

O panóptico é a figura arquitetural paradigmática do poder disciplinar. Trata-se de um modelo de prisão imaginado por Jeremy Bentham e construído no final do século XVIII cujo objetivo era induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. O princípio é o seguinte: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Estes interiorizam uma vigilância ininterrupta, mesmo quando não estão sendo vigiados, pois não podem ver a presença ou ausência dos guardas na torre central (FOUCAULT, 2009).

Talvez o ideal panóptico fosse atingido quando não mais houvesse necessidade de um guarda na torre central. O próprio detento seria portador do poder e princípio de sua própria sujeição. Vitória perpétua e por antecipação que prescinde de quaisquer amarras: grades, ferros, coleiras ou muros. As instituições disciplinares perfeitas estão destrancadas e livres para funcionar de maneira difusa, múltipla e generalizada pelo campo social inteiro, buscando a "transparência" máxima. "Essas disciplinas que a era clássica elabora em locais precisos e relativamente fechados [...] Bentham sonha fazer delas uma rede de dispositivos que estariam em toda parte e sempre alertas, percorrendo a sociedade sem lacuna nem interrupção" (FOUCAULT, 2009, p. 197).

As técnicas de poder já não são localizáveis, mas difusas e espalhadas por todo o corpo social. Deleuze (2005) afirma que,

> [...] a disciplina não pode ser identificada com uma instituição nem com um aparelho, exatamente porque ela é um tipo de poder, uma tecnologia, que atravessa todas as espécies de aparelhos e de instituições [...] Não há um lugar privilegiado como fonte de poder nem podemos acertar sua localização pontual; o poder é local porque nunca é global, mas ele não é local nem localizável porque é difuso (DELEUZE, 2005, p. 35 e 36).

Sobre a aplicação do modelo panóptico fora do contexto da prisão,

> [...] cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico poderá ser utilizado [...] Ele é aplicável onde [...] nos limites de um espaço que não é muito extenso, é preciso manter sob vigilância um certo número de pessoas (FOUCAULT, 2009, p. 195).

A máquina panóptica já não se limita aos espaços de confinamento e seu modelo de disciplinamento de corpos é extensivo a todo o campo social. Em certa medida, a utilização do esquema panóptico em "um espaço que não é muito extenso", como sugere Foucault, pode ser pensado para o caso das cidades contemporâneas, cujas distâncias devem ser relativizadas tendo em

vista as tecnologias atuais de controle que permitem uma vigilância anônima e onipresente, como é o caso das câmeras de vigilância que alcançam diversos espaços da cidade. A atualização do panóptico parece ser indicada pelos objetos técnicos que nos cercam, particularmente as câmeras destinadas a vigiar os espaços públicos: por que não pensar a sala de controle como a torre central e os cidadãos como os prisioneiros?

Através da atualização permanente da vigilância, as câmeras generalizam um estado de controle sem fim. Mas, talvez ainda mais importante, através dos olhares que se multiplicam, a vigilância traz ainda consigo o ideal panóptico de tudo saber, de tudo ver e revela os olhares daqueles que se colocam do lado dos atores dominantes sobre os dominados. As considerações de Foucault sobre a produção generalizada de arquivos é extremamente pertinente para as sociedades atuais.

A produção de arquivos em série se tornou ainda mais viável no período em que as tecnologias de informação, registro e armazenamento de dados se proliferaram, a partir da Segunda Guerra Mundial e consolidado a partir da década de 1970, dando origem ao que Santos (2008) denomina de meio técnico-científico-informacional.

Para Santos (2008), o período técnico-científico-informacional se caracteriza pela inseparabilidade entre técnica e ciência, união que se estabelece sob a égide do mercado, ao mesmo tempo em que os objetos tendem a ser informacionais, já que graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização eles já surgem como informação e o seu funcionamento é para gerar informação. Neste caso,

> [...] a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação (SANTOS, 2008, p. 239).

A intencionalidade das câmeras de vigilância, por exemplo, é verificável quando sua produção (para gerar imagens 24 horas por dia) e sua localização (em locais que se supõe inseridos nos critérios de ocorrências de criminalidade, trânsito e circulação de pessoas, por exemplo) geram informações sobre os sujeitos sociais e seus espaços. É importante registrar que as câmeras do governo representam uma parte mínima das imagens da cidade produzidas atualmente. As câmeras estão espalhadas, dentro de escolas, nas ruas, praças, nos transportes coletivos, em supermercados e escritórios. Destaca-se ainda a multiplicação de aparelhos telefônicos móveis dotados de câmeras, garantindo a possibilidade das pessoas comuns produzirem imagens e arquivos em qualquer lugar, a qualquer hora.

A revolução informática e do controle que caracteriza o meio técnico-científico-informacional tornou possível, portanto, a realização da mobilidade generalizada, porém medida, controlada, prevista, que assegura aos centros de decisão um real poder sobre os outros pontos do espaço. Assim como representam possibilidades de comunicação as mais diversas, as tecnologias de informação são ferramentas que possibilitam o acompanhamento permanente dos indivíduos, por exemplo, através da produção de arquivos e são, por isso, ferramentas de poder.

Os objetos técnicos que nos cercam, como os aparelhos de GPSs (*Global Position Systems*), os aparelhos biométricos, os satélites, os computadores e, claro, as câmeras de vigilância, além de garantir um acompanhamento e enquadramento contínuo dos fluxos, permitem a produção indiscriminada de arquivos que poderão ser utilizados a qualquer momento. No caso particular do nosso estudo, veremos que as câmeras não só produzem arquivos variados sobre os diversos pontos dos espaços da cidade, mas também arquivos específicos que podem servir para toda a sorte de abusos. Veremos agora como essa vigilância tornada onipresente representa mais uma ameaça à constituição de espaços públicos autênticos e comuns para o exercício da cidadania.

2.2 Cidades vigiadas, espaços públicos anêmicos

Anemia é a metáfora utilizada por Souza (2008) para se referir à fraqueza dos espaços públicos em um contexto em que as cidades se organizam em torno do medo e parece ser a contribuição dada pelo autor à tão propalada preocupação com o declínio, a degradação e o abandono destes tipos de espaços. Trata-se de uma expressão interessante porque não significa apenas que os espaços públicos estão deixando de serem utilizados, como as expressões "declínio", "degradação" e "abandono" poderiam sugerir, mas de como o caráter genuíno de esfera pública está se enfraquecendo.

Para Souza (2008), o espaço público em seu sentido geográfico (substrato, território, lugar) pressupõe uma cena pública (ou esfera pública) que tem como requisito indispensável um piso mínimo de liberdade formal e real, não obstante existam gradações de consistência. Para o autor "[...] pode-se falar de esfera pública e, por extensão, de espaço público, apenas diante de um mínimo (dificilmente passível de delimitação mais rigorosa, mas ainda sim perceptível) de autonomia individual e coletiva" (SOUZA, 2008, p. 83). Quanto maior for essa autonomia, assim como o nível de acessibilidade e pluralismo, maior será o nível de consistência da esfera pública e, consequentemente, o nível de vitalidade dos espaços públicos.

O que está por trás da anemia "[...] é o encolhimento de margens de manobra, a deterioração da sociabilidade e da civilidade e as restrições ao exercício da cidadania – em suma, ameaças e limitações à autonomia, tanto individual quanto coletiva" (SOUZA, 2008, p. 84). Isto porque, em uma *fobópole*, a vida pública se enfraquece – o autor cita os limites à liberdade a partir dos casos dos condomínios exclusivos e das favelas territorializadas tiranicamente pelos traficantes de drogas. Como resultado, por causa do medo, espaços públicos deixam de ser frequentados ou, então, passam a ser monitorados, alimentando também o declínio da esfera pública. O autor resume assim as virtuais ameaças representadas por uma cidade monitorada:

> [...] os dispositivos de controle e monitoramento, que deveriam supostamente servir para garantir um nível satisfatório de qualidade de vida, colaborarão por sabotar a concretização dessa intenção, ao menos parcialmente, ao restringirem a privacidade – e, no limite, ao se constituírem em uma ameaça à liberdade e à espontaneidade, ao exercício da autonomia. Recordando o dito popular, veste-se um santo (muito imperfeitamente, aliás) mas, para isso, despe-se outro. Trocar liberdade por segurança, coisa que muitos já dão, resignadamente, como inevitável, é um mau negócio (SOUZA, 2008, p. 86).

O que nos parece importante nessa citação é a menção à redução da privacidade (ou individualidade, como preferencialmente utilizaremos no decorrer do texto) e a consideração dos perigos que os dispositivos de vigilância potencialmente representam à liberdade e à espontaneidade. Não é porque a vigilância através de câmeras possui uma série de limites, conforme apresentaremos mais adiante, nem mesmo porque os espaços públicos pesquisados ainda sejam bastante frequentados (embora existam algumas restrições de dias e horários) que se deve baixar a guarda diante de fenômenos que merecem ser pintados em cores fortes, e não em tons pastéis, conforme assinala Souza (2008).

O que o autor está querendo dizer, aparentemente, é que uma área monitorada (vigiada por câmeras, por exemplo) é mais um obstáculo que impossibilita que um espaço público se realize plenamente, pois as condições para restrição da autonomia (individual e coletiva) estão potencialmente postas. Por outro lado, se a mera presença de uma câmera e o muro simbólico que ela ajuda a erguer atualizam constantemente a suspeição e o estigma, particularmente sobre "grupos indesejáveis", a vigilância sabota outra condição fundamental dos espaços públicos, que é a diversidade e a pluralismo. É neste sentido que podemos dizer que o controle representado pelas câmeras diminui a vitalidade, enfraquece, enfim, torna os espaços públicos anêmicos.

2.3 Os conceitos de segregação e fragmentação socioespacial: breves apontamentos

Inicialmente trabalhado na perspectiva da ecologia humana da Escola de Chicago, o conceito de segregação estava pautado na diferenciação de áreas da cidade, esta vista como uma forma particular de comunidade, na qual a luta pela sobrevivência gera competição entre indivíduos. Desse processo emergem grupos sociais "naturais", alguns dos quais dominantes, que ocupam áreas diferenciadas da cidade imprimindo uma configuração espacial que se impõe aos homens e participa da reprodução das diferenças sociais. Neste sentido, formavam-se áreas "naturais", a partir das diversas localizações dos grupos humanos no espaço, resultante de sua capacidade de pagamento pelo solo urbano e pelas atividades de circulação e comércio que aí se desenvolviam.

As críticas à Escola de Chicago foram feitas, sobretudo, por autores marxistas e giravam em torno de sua desconsideração das classes sociais na interpretação do espaço da cidade[9]. Talvez seja Henri Lefebvre quem melhor represente a crítica marxista em relação à "naturalização" da segregação e a vincule diretamente às condições socioeconômicas que impõem uma lógica produtiva à cidade.

[9] Observa-se em geral uma generalização e consequentemente certo estigma sobre o que se convencionou chamar de Escola de Chicago. Embora as explicações passassem muitas vezes pela "naturalização" das classes sociais, queremos aqui relativizá-las indicando que haviam interpretações mais progressistas como o próprio David Harvey (HARVEY, 2013) indica. De maneira convergente, Soja (2008) reconhece a importância da Escola de Chicago e de seus seguidores que, segundo o autor, devem ser reconhecidos como a primeira tentativa exitosa de desenvolver e sustentar uma teorização explicitamente espacial da cidade, uma conquista considerável, sobretudo quando consideramos as teorias em geral a-espaciais do socialismo científico e das que acompanharam a formação das ciências sociais no final do século XIX.

Sogame (2001), em diálogo com Lefebvre, afirma que "a segregação é resultado de uma estratégia de extrema diferenciação social que conduz à formação de espaços homogêneos, impedindo a comunicação entre as diferenças" (SOGAME, 2001, p. 96). Ao contrário da diferenciação, entendida como algo importante, pois permitiria a troca de informações, o intercâmbio entre os diferentes e as diferenças, a segregação está ligada à ideia de rompimento da relação, que impossibilita a comunicação e o encontro.

Retomando uma noção de Lefebvre, o autor continua:

> Na sociedade moderna, o espaço abstrato (homogêneo, fragmentado e hierárquico) chega a dominar o espaço social (o espaço integrado de comunhão social). Desse modo, o espaço social perde a sua unidade orgânica nas cidades das sociedades modernas, pulverizando-se em "guetos" distintos. Os lugares segregados da cidade moderna não são justapostos, são hierárquicos, e representam espacialmente a hierarquia econômica e social, setores dominantes e setores dominados (SOGAME, 2001, p. 97).

A citação acima indica a imposição de categorias econômicas às cidades como categorias dominantes, pois a cidade é também uma força produtiva. São elas que indicam uma ruptura da unidade do espaço social que por sua vez indica a própria ruptura da cidade.

Neste sentido, a ruptura do espaço social se materializaria através da segregação residencial da cidade capitalista a partir da localização diferenciada das distintas classes sociais e suas frações. Para Correa (2013) segregação residencial significa:

I) O acesso diferenciado aos recursos da vida – infraestruturas e serviços –, que tendem a ser encontrados nas áreas consideradas bem localizadas em que habitam as classes economicamente mais favorecidas dotadas de maior poder político para criar ou pressionar a criação de condições favoráveis à reprodução;

II) a existência de unidades espaciais relativamente homogêneas, nas quais os indivíduos elaboram valores, expectativas e hábitos comuns, criando condições de existência e reprodução diferenciadas.

Haveria, portanto, um rompimento relativo entre a área segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações da vida na cidade. O conceito de fragmentação é próximo ao de segregação e, como afirmam Zanotelli et. al. (2011), talvez represente uma radicalização desta. Trata-se de uma ruptura com a representação social da cidade como uma unidade espacial, dificultando a comunicação de parcelas do tecido urbano.

De maneira convergente, Souza (2008) diz que o termo fragmentação tem a ver com pedaços, e quando o relacionamos ao urbano pensamos numa espécie de cidade em mosaico em que as diferentes partes já não se conectam mais ou, ao menos, reduzem os contatos ou ainda, que estes se tornam mais seletivos.

Mas estas noções de fragmentação são muito próximas ao que Lefebvre já falava a respeito do espaço social segregado das cidades capitalistas. Talvez possamos relacionar o conceito de fragmentação a uma atualização da segregação quando consideramos o fenômeno da urbanização cada

vez mais dispersa das cidades atuais, marcada particularmente pela emergência de espaços fechados, como são os condomínios e os *shoppings centers*. Os contatos são limitados pela razão óbvia de muitos espaços que emergem serem fechados, mas também pela estigmatização e consequente diminuição e/ou abandono dos espaços públicos, pelo aumento das distâncias a serem percorridas, pela valorização do transporte individual em lugar do público, etc.

Este novo tipo de urbanização é muito bem descrito por Soja (2008) para o caso da cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos, mas também é verificado no Brasil, inclusive na RMGV, embora em menor escala. Para o caso brasileiro, é interessante constatar a referência de Souza (2008) às favelas controladas por traficantes de drogas no Rio de Janeiro (poderíamos citar também a "polícia pacificadora"), pois, determinando a forma de circulação no espaço (por exemplo, definindo horários de circulação e impedindo entradas/saídas das favelas) alimentam o processo de fragmentação da cidade.

Embora essa discussão a respeito da segregação e da fragmentação seja, geralmente, verdadeira, e, portanto, deva ser feita, ela merece ser relativizada.

Abordando as considerações de Lefebvre sobre a segregação das cidades capitalistas, Zanotelli et. al. (2011) questionam se o espaço social tinha, antes do capitalismo, uma "unidade orgânica" ou poderia ser caracterizado como um "espaço integrado de comunhão social". Os autores sugerem que poderia haver nessas noções um desejo de retorno a um passado mitificado de um espaço público que teria sido ou seria integrador, relacionado, talvez, há uma idealização da cidade grega[10] e das cidades europeias da Idade Média, como modelo de urbanismo. Nesse mesmo sentido, não haveria um rebatimento espacial de um modo econômico dominante e generalizável, como demonstram as experiências dos bairros populares no Brasil e suas complexidades, que não nos remetem à noção de "gueto", pois diferenças sociais e materiais existem dentro dos bairros (por exemplo, consumo de equipamentos eletrônicos e padrões diferenciados de moradias que indicam certa inserção no mercado), embora inseridos num quadro geral de relações de dominação, não supondo, assim, uma homogeneização dos processos.

Da mesma forma, para os autores, o conceito de fragmentação pode muitas vezes levar a uma interpretação absoluta e, em certa medida, apocalíptica, que não encontra correspondência nas práticas cotidianas e, por isso, merece ser relativizado. Para eles, apesar de a globalização da economia levar a certa polarização entre centros e periferias, há, por exemplo, disputas nas áreas centrais das cidades pelos comércios e serviços informais que desafiam o espaço social da "modernidade", embora, evidentemente, ainda numa relação de dominação. Os autores ainda argumentam sobre a importância das redes que ainda ligam os diversos fragmentos das cidades, pois,

[10] Mesmo Atenas, um modelo arquetípico de cidade "livre", na qual as trocas de ideias, de saberes e de mercadorias e uma possível cooperação espontânea mereçam destaque, tinha seus problemas. As condições dessa liberdade dependiam da guerra que travava com Esparta, da atuação como metrópole durante sua expansão colonial e de uma "democracia" limitada, pois excluía as mulheres, os estrangeiros e os escravos (ZANOTELLI, 2014).

> As pessoas circulam e não se encontram fechadas nos seus bairros, trabalham fora e se relacionam fora dos espaços de moradia, como, por exemplo, as empregadas domésticas, os motoristas de ônibus, de caminhão, os operários da construção civil, etc. Claro que se trata de categorias dominadas, mas algo aparece desses contatos – consciência da exploração, aprendizado do conflito ou colaboração subordinada. Pode-se constatar nos bairros populares alianças e colaborações diversas entre setores dominantes dos dominados (comerciantes, presidentes de associações, funcionários públicos, policiais) e o mundo político e econômico da metrópole (ZANOTELLI et. al., 2011, p. 71-72).

Além das redes que estabelecem conexões entre pessoas, há ainda as redes físicas de eletricidade, água, telefone, cabos de televisão e internet, que se encontram de maneira mais ou menos diferenciada dependendo da localização dos bairros populares. Embora às vezes possuam qualidade inferior, rupturas de fornecimento e outras características que indicam seu caráter dominado, elas existem (ZANOTELLI et. al., 2011).

O que gostaríamos de ressaltar é que embora a segregação seja um fenômeno socioespacial típico das cidades brasileiras, sua abordagem precisa levar em consideração as relativizações feitas por Zanotelli et. al. (2011). Veremos no capítulo 4 desta dissertação que as disputas das áreas centrais da cidade de fato ocorrem no caso de Vila Velha, o que levam os entrevistados a entenderem as câmeras enquanto ferramentas de controle socioespacial. Neste sentido, as câmeras alimentam a segregação, seja fortalecendo os muros simbólicos entre dominantes e dominados, seja sendo um meio potencial de exclusão de grupos sociais considerados "indesejáveis".

Trabalhos como os de Oliva (2013) e Firmino e Trevisan (2012), que realizaram estudos de caso para a cidade de Curitiba, sugerem, em alguns casos, a utilização de câmeras enquanto potenciais ferramentas de abordagem, exclusão e segregação. Articulado à polícia e à Secretaria de Desenvolvimento Urbano da cidade, o videomonitoramento pode ser utilizado como um sistema que objetiva limpar as áreas monitoradas da presença de grupos "indesejáveis", como as populações pobres ou os comerciantes informais.

O mesmo parece ocorrer em outros países. A partir de um estudo de caso que realizaram no centro da cidade de Lyon, na França, Martinais e Bétin (2004) mostram como a utilização de câmeras nessa cidade, sob a justificativa de combate ao crime, está relacionada às construções sociais dos desvios que recaem sobre a população periférica, composta, em grande parte, por imigrantes ou descendentes de imigrantes oriundos do norte da África. Suas atitudes, movimentos corporais ou códigos de vestuário específicos causam incômodo aos moradores e comerciantes que fazem pressão política para que as câmeras sejam usadas como ferramentas que auxiliem o trabalho da polícia para que esses grupos sejam punidos. Neste caso, a prática de crimes é um mero detalhe: o importante é que Lyon não perca sua vocação internacional, que os turistas continuem chegando e que o consumo se realize plenamente. O que importa, portanto, não é a vigilância geral do espaço público a fim de evitar ou reprimir atos de delinquência, mas o levantamento correto das pessoas que se deseja punir. Nos capítulos 4 e 5 desta dissertação, veremos essas práticas contextualizadas para o caso de Vila Velha.

CAPÍTULO 3 – OS LIMITES DA VIGILÂNCIA: "POR TRÁS" DAS CÂMERAS

Neste capítulo, apresentaremos os resultados do trabalho de observação feito na sala de controle das câmeras de Vila Velha, mais especificamente aqueles relacionados aos fatores que impõem limites para que a vigilância seja exercida de maneira total. Com isso, pretendemos desmontar o discurso daqueles que utilizam as câmeras enquanto ferramentas que auxiliariam o trabalho de segurança pública do município. Antes, porém, faremos um breve histórico indicando como ocorreu a expansão de câmeras de vigilância no Brasil, apresentando as justificativas e as etapas através das quais o sistema de vigilância por meio de câmeras foi implantado em Vila Velha.

3.1 As câmeras de vigilância no Brasil

O entendimento da trajetória das câmeras de vigilância no Brasil depende de uma breve contextualização internacional. O primeiro circuito interno de vídeo foi criado durante a Segunda Guerra Mundial para o monitoramento de lançamento de foguetes. Sua origem, portanto, é militar.

Desde então, as câmeras se espalharam por diversos países, inicialmente os desenvolvidos, como dispositivos utilizados para fins de segurança em espaços fechados, especialmente bancos, instituições estatais e privadas, além de residências.

A partir da década de 1970, as primeiras câmeras de vídeo passaram a ser instaladas em áreas abertas dos países europeus, para fins de controle do tráfego, mas também como ferramentas de segurança em áreas onde estavam localizados bancos e estabelecimentos luxuosos. A utilização de câmeras se multiplicou rapidamente e desde a década de 1980 passaram a ser utilizadas em outros tipos de estabelecimentos fechados, como estádios de futebol, *shoppings centers*, sistemas de transporte coletivo, e se generalizaram em espaços abertos de circulação, como praças, parques e ruas, sobretudo das grandes cidades (OLIVA, 2013).

No Brasil, as câmeras começam a fazer parte das paisagens a partir da década de 1980, inicialmente como estratégia de monitoramento do trânsito e posteriormente para fins de segurança, sendo que os bancos foram os primeiros a utilizá-las para este fim. A partir de então elas começam a se generalizar para outros tipos de ambientes privados.

Levando em consideração a legislação a respeito da utilização de câmeras de vigilância, Kanashiro (2006) diferencia três fases que enquadram a trajetória desses equipamentos no Brasil e explicam sua generalização.

A primeira delas inicia-se em 1983, com a lei federal número 7.102 e vai até 1995, quando um novo marco regulatório no setor marca, segundo a autora, o início de uma nova fase. A lei 7.102, ainda em vigor, dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros e estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares, que prestam serviços de vigilância e de transporte de valores. A referida lei proíbe o funcionamento de estabelecimentos financeiros que não possuam sistema de segurança aprovado pelo Banco Central do Brasil, exigindo que incluam pelo menos um dos seguintes dispositivos: i) equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que

possibilitem a identificação dos assaltantes; ii) artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; iii) cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante (KANASHIRO, 2006, p. 49).

Embora não exija obrigatoriamente as câmeras, pela lei 7.102 está posto, pela primeira vez, a utilização destes dispositivos enquanto ferramentas de segurança, mesmo que opcionalmente. Na impossibilidade de garantir ele mesmo a demanda por segurança por parte dos estabelecimentos financeiros, o poder público assegurava à iniciativa privada a legalidade de prestar tal serviço.

No entanto, Kanashiro (2006) indica que a transferência à iniciativa privada de assuntos relativos à segurança não é exclusividade da lei 7.102, que é apenas um reforço e atualização do decreto lei 1.034 de 1969, que obriga o serviço privado para instituições financeiras, com o objetivo de combater assaltos a bancos, cujo contexto são os movimentos de contestação do regime militar. A obrigatoriedade do serviço privado de segurança criou um importante mercado, que desde então tem se expandido.

Embora apresentadas opcionalmente enquanto ferramentas de segurança, não havia nenhuma regulamentação específica para utilização de câmeras, que ainda não eram fabricadas no Brasil e cujos custos eram ainda muito elevados. Apesar disso, Kanashiro (2006) aponta a ampla utilização de câmeras a partir de meados dos anos 1980 em estabelecimentos privados, muitas vezes de forma não regulamentada, adquiridas e instaladas ilegalmente.

A segunda fase inicia-se em meados da década de 1990 e vai até o início dos anos 2000. Estudando o caso específico do Estado de São Paulo, Kanashiro (2006) mostra que nessa fase, tramitou uma série de projetos de lei que versavam sobre a obrigatoriedade da instalação de câmeras de vigilância em determinados espaços, como estabelecimentos financeiros privados, ao mesmo tempo em que pela primeira vez são autorizadas instalações de câmeras nas vias públicas de São Paulo. Nesse momento, as câmeras se generalizam para outros ambientes, como hospitais, escolas, estádios de futebol e *shoppings centers*, além de espaços comerciais e residenciais coletivos. Segundo a autora, as legislações estaduais paulistas que versavam sobre as câmeras precederam as leis federais, mas que estas, posteriormente, seguiram o mesmo caminho.

Para Kanashiro (2006), essa nova etapa de expansão das câmeras de vigilância está vinculada às seguidas pressões do empresariado do setor de segurança no sentido de enquadrar a utilização de câmeras enquanto estratégia de estímulo ao crescimento do mercado do setor. Utilizando-se do discurso do medo e da insegurança que supostamente se generalizavam, particularmente nas grandes cidades, as câmeras eram justificadas enquanto ferramentas de segurança pública, o que teria contribuído para o *boom* dos sistemas eletrônicos de segurança.

Nesse contexto, surgem as primeiras contestações nas formas de projeto de lei à utilização indiscriminada de câmeras no Estado de São Paulo, destacando a diminuição dos postos de trabalho que elas poderiam acarretar, mas principalmente o caráter abusivo que estas poderiam apresentar, sobretudo no que se refere às questões relativas às violações de privacidade e intimidade, dependendo

dos usos que se fizessem delas. Em geral, os projetos de lei propunham a obrigatoriedade de colocação de avisos nos locais vigiados por câmeras, embora nenhum deles questionasse as câmeras em si, sempre justificadas pelo seu aspecto de segurança.

A partir de 2003, Kanashiro (2006) sugere o início do que ela considera a terceira etapa de expansão das câmeras no Brasil, diretamente influenciada pelo contexto internacional que intensificava as estratégias de vigilância como resultado dos atentados de 2001 ao World Trade Center e ao pentágono, em Nova York, nos Estados Unidos.

A autora cita a lei 10.935, oriunda da medida provisória 184, de 2004, que disponibiliza crédito extraordinário aos orçamentos fiscal e da União, em favor dos Ministérios da Justiça, do Transporte e da Defesa, objetivando maior rigor nos sistemas de segurança dos portos nacionais. A legislação é uma adaptação às exigências do Código de Segurança para Portos e Embarcações (ISPS-Code, sigla em inglês) e da Organização Marítima Internacional (OMI), que refletem os argumentos estadunidenses contidos na Lei de Bioterrorismo (*Bioterrorism Act*), que entrou em vigor em Dezembro de 2003 (KANASHIRO, 2006).

Além da legislação que trata do comércio internacional, a autora indica o projeto de Lei número 168 de 2005 que sintetiza um tratamento das câmeras não mais apenas enquanto ferramentas de segurança patrimonial, mas também enquanto ferramentas de segurança pessoal e estratégias de sobrevivência. Esse projeto de lei consolida a lei 7.102 de 1983 e pela primeira vez cita a instalação de sistema de câmeras de vídeo para filmagem e vigilância de ambientes, ligado a uma central de monitoramento ininterrupto de imagens.

Baseada em informações obtidas a partir de entrevistas com empresários do setor de segurança, a autora propõe uma interpretação importante da expansão dos sistemas de vigilância através de câmeras no Brasil. Segundo ela, o país, juntamente com Índia, China e Rússia, passou a representar uma nova frente de acumulação para o mercado da segurança quando este se tornou "saturado" nos países desenvolvidos, onde tradicionalmente o investimento era realizado. Esta é uma interpretação importante na medida em que relativiza a justificativa oficial de utilização de câmeras enquanto ferramentas de segurança frente à generalização do medo e da sensação de insegurança.

Como a pesquisa de Kanashiro se encerra em 2005, Oliva (2013) sugere uma nova etapa da expansão das câmeras no Brasil a partir de 2007, agora marcada pela presença do Estado enquanto financiador das políticas públicas baseadas em câmeras como tentativa de suprir as deficiências do Estado no que se refere à segurança pública. O autor cita o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), uma iniciativa do governo federal, em parceria com os municípios, de "enfrentamento da criminalidade", cuja uma das frentes de atuação é o financiamento de sistema de monitoramento eletrônico, através das câmeras.

3.2 As justificativas para instalação das câmeras em Vila Velha: "ordem pública", "combate à criminalidade" e "segurança"

No Estado do Espírito Santo, as primeiras experiências de utilização das câmeras enquanto políticas públicas de vigilância foram feitas pelos municípios de Vitória e Serra, ambos pertencentes à RMGV. Chamado "Olho Digital", tratava-se de um projeto conjunto entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SESP) e as respectivas prefeituras dos municípios e foi responsável pela implantação das câmeras de vigilância em vias públicas no final do ano de 2006.

Seguindo uma tendência nacional, a partir de 2006, portanto, as câmeras passaram a fazer parte da paisagem das cidades do Espírito Santo enquanto ferramentas de vigilância. Provavelmente devido ao seu caráter de novidade e de início da adequação das cidades capixabas às tendências tecnológicas nacionais e internacionais, o projeto foi ganhador do Prêmio Inoves[11] na categoria "Uso eficiente dos Recursos Públicos" no ano de 2008.

O sistema de vigilância pública através de câmeras adotado em Vila Velha foi baseado no modelo implantado na Serra. Colhendo os frutos do "sucesso" da implantação das câmeras na Serra, o então Secretário de Segurança Urbana local, Ledir Porto, foi convidado a assumir a função de Secretário de Defesa Social (atual Secretaria de Prevenção, Combate à Violência e Trânsito) do município de Vila Velha quando Neucimar Ferreira Fraga foi eleito ao cargo de prefeito do município, a partir de 01 de Janeiro de 2009. Iniciava-se então o projeto de implantação do sistema de câmeras de vigilância para o município.

Conforme entrevista realizada em 30/01/2015, com o então subsecretário de Defesa Social, responsável pelo sistema de vigilância das câmeras, integrante da equipe que Ledir Porto trouxera da Serra para compor a secretaria de segurança do município de Vila Velha, a implantação das câmeras de vigilância em Vila Velha era prioridade absoluta do prefeito que acabara de assumir o cargo. Segundo ele, a "primeira atitude" do governo foi a implantação das câmeras, que começaram a ser instaladas na orla do município a partir do vigésimo quarto dia de governo, portanto ainda no mês de janeiro, como forma de aproveitar a oportunidade que o verão oferecia para a visibilidade do projeto, pois nessa época do ano a circulação de pessoas aumenta significativamente nessa porção do município, assim como ela se torna mais evidente.

Ao contrário da experiência anterior da Serra, quando as câmeras tinham uma clara associação com um suposto "combate à criminalidade", em Vila Velha a implantação do sistema objetivava que a vigilância funcionasse também de modo a garantir uma pretendida "ordem pública". Na entrevista realizada com o então subsecretário, ele repetia exaustivamente o papel das câmeras enquanto "organizadoras do espaço urbano", ferramentas que representam a extensão dos olhos do Estado

[11] Trata-se de um prêmio concedido pelo Governo do Estado do Espírito Santo a trabalhos "inovadores" desenvolvidos por servidores públicos capixabas capazes de modernizar a gestão, "melhorar" a vida do cidadão, reduzir gastos e "transformar a realidade". As informações foram retiradas do endereço eletrônico www.inoves.com.br (acesso em 30/01/15), as "aspas" são de nossa responsabilidade e devem ser lidas como recurso de ironia.

objetivando no auxílio aos diversos órgãos e secretarias da prefeitura a "cuidar" da cidade no que se refere, por exemplo, aos problemas relativos ao trânsito, à limpeza, à iluminação, às ocupações irregulares, ao meio ambiente, enfim, a qualquer situação de "anormalidade" que viesse a comprometer o "bom" funcionamento da cidade. Em entrevista concedida para um trabalho anterior (DO BEM, 2012), o próprio Ledir Porto afirma:

> Quando a gente iniciou no município da Serra, a gente iniciou com essa nomenclatura "Olho Digital" que é o videomonitoramento. Hoje nós estamos lançando um novo modelo de vigilância eletrônica e estamos denominando como policiamento eletrônico que vai além das polícias, na verdade ele opera para dar respostas de ordem pública na cidade, então, tudo que está fora de ordem a instituição responsável é acionada para colocar ordem. Se for de polícia, a polícia, se é de postura, a postura, se é de trânsito, o trânsito, mas de forma que quem tem poder para fiscalizar será acionado para atender aquela ocorrência ou demanda. Então, o policiamento eletrônico é o modelo e o nome usado hoje pelo município de Vila Velha nessa política pública com inteligência e integração com as câmeras de monitoramento e os atores que as instituições com seus representantes na articulação de resposta para tudo que é visto pelas câmeras [...] o objetivo do policiamento eletrônico que é o videomonitoramento é de potencializar e auxiliar na segurança pública no município de Vila Velha de uma forma articulada e integrada e também já está sendo usada para potencializar a parte de serviços do município de zeladoria como limpeza, poda de árvores, troca de lâmpadas, enfim, postura do município (DO BEM, 2012, p. 75-76).

A citação acima indica claramente como o sistema de vigilância a partir de câmeras não está exclusivamente vinculado a questões diretamente criminais, mas visa a um conceito mais geral de segurança, relacionado a uma pretendida ordem pública. Para tanto, precisava estar articulado às demais secretarias e órgãos da prefeitura. Este, porém, é apenas o discurso oficial, embora seja justamente essa falta de integração/articulação um dos fatores que comprometem a vigilância efetiva das câmeras.

Apesar do discurso que as vinculam a uma pretendida ordem pública, as câmeras são publicamente difundidas como ferramentas que supostamente aumentam a sensação de segurança na medida em que auxiliariam o trabalho da polícia no "combate contra a criminalidade".

Assim como a maior parte das demais cidades brasileiras, Viva Velha possui indicadores de homicídios elevados. As taxas corrigidas[12] desse indicador mais do que triplicaram em 25 anos, passando de 1,5 homicídios a cada 10.000 habitantes no ano de 1980 para 5,42 em 2005. Neste ano, no Estado do Espírito Santo, as taxas de homicídios em Vila Velha só foram menores do que alguns municípios situados na RMGV, como Viana (9,55), Cariacica (9,29), Serra (9,01), Fundão (7,05) e

[12] As taxas corrigidas permitem contornar, em parte, os problemas de grande flutuação dos dados de criminalidade em determinado intervalo de tempo, quando se comparam unidades territoriais com populações muito díspares, o que ocorre quando se consideram apenas as taxas brutas (eventos de determinado tipo de criminalidade divido pela população da unidade geográfica em questão, cujo resultado é multiplicado pela base de cálculo das taxas, neste caso, 10.000). Neste caso, taxas de crimes em populações pequenas podem levar a interpretações apressadas que não correspondem à "realidade".

Vitória (6,36), e outros situados na porção norte do Estado, como Jaguaré (8,09), Linhares (8,03) e Sooretama (6,13)[13].

Além da importância dos homicídios em relação ao Espírito Santo, Vila Velha também se destaca em nível nacional. Nos anos de 1990, 2000 e 2010, as taxas brutas de homicídios do município a cada 100.000 habitantes foram respectivamente de 41,24; 57,52 e 52,82. Na cidade do Rio de Janeiro, os homicídios evoluem da seguinte forma: 50,2 (1990), 49,7 (2000) e 27,9 (2010). Já em São Paulo, as taxas foram as seguintes: 42,4 (1990), 58,5 (2000) e 13,6 (2010). Vê-se que, comparativamente ao Rio de Janeiro, as taxas de homicídios só foram menores em 1990, sendo que em 2010 elas representam quase o dobro da capital fluminense. Em relação a São Paulo, as taxas de Vila Velha foram ligeiramente menores em 1990 e 2000, embora elas sejam cerca de quatro vezes maior em relação ao ano de 2010[14]. Claro, estamos considerando as taxas brutas, estas disparidades podem ser exageradas, mas isso não impede que consideremos a importância das taxas de homicídios de Vila Velha relativamente a outras importantes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Em relação a outro indicador de criminalidade, os crimes contra o patrimônio, Vila Velha compõe o conjunto de municípios do Estado do Espírito Santo que se destacam em relação a estes tipos de crimes, pois eles se situam, em geral, nas áreas onde se concentram as riquezas (RMGV e alguns municípios importantes e costeiros do interior do Estado). No período compreendido entre os anos de 1998 e 2004, as taxas corrigidas de crimes contra o patrimônio por 10.000 habitantes são as seguintes para o município de Vila Velha: 115,97 (1998); 91,7 (1999); 105,33 (2000); 130,80 (2001); 146,16 (2002); 155,61 (2003); 127,25 (2004). Elas sofrem oscilações nesse período, embora a tendência geral tenha sido de crescimento. Os dados de crimes contra o patrimônio são do CIODES e estão disponíveis em Zanotelli et. al. (2011).

Além dos crimes que, em geral, crescem, devemos considerar o discurso sobre a violência e os crimes como um fator fundamental para se entender os sentimentos subjetivos de medo e insegurança que se generalizam pelas cidades e que passam a justificar uma vigilância cada vez mais permanente, ajudando a respaldar as câmeras junto à população.

Na pesquisa realizada, inclusive, isso foi constatado. Muitas pessoas dizem sentir medo e insegurança mesmo que nunca tenham sido vítimas de crimes, nem mesmo quando a pergunta era estendida para familiares e amigos próximos. O medo está relacionado, segundo os entrevistados, pelo que ouvem falar dos crimes e da violência. Quando eram questionados sobre onde ouviam falar, era comum que citassem os veículos de comunicação, particularmente os jornais impressos e a televisão.

[13] Os dados até o ano de 2004 são do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS) e de 2005 do CIODES, apud Zanotelli el. al. (2011).

[14] Os dados são do SIM/DATASUS. Em Zanotelli et. al (2011) estão disponíveis os dados de Vila Velha de 1990 e 2000; em Waiselfisz (2014) estão disponíveis os dados de Vila Velha, Rio de Janeiro e São Paulo para o ano de 2010; e no site do IBGE estão disponíveis os dados de 1990 e 2000 para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com Foucault (2009), apresentar a delinquência e a criminalidade como estando bem próximos, presentes em toda parte, já era função do noticiário policial que invade a imprensa francesa no século XIX. A redundância das notícias de crimes acabava por justificar e tornar aceitável o conjunto de controles judiciários e policiais que vigiavam a sociedade em nome de uma batalha cotidiana contra as transgressões.

O discurso se instrumentaliza particularmente nos meios de comunicação de massa que, consciente ou inconscientemente, contribuem para inflacionar a percepção social de insegurança quando abordam os assuntos relativos às violências e às criminalidades de maneira superficial e/ou sensacionalista.

Na verdade, para além das questões que envolvem o par superficialidade/sensacionalismo, a própria escolha dos temas abordados nas matérias é muitas vezes problemático, pois fazendo isto, os veículos de comunicação "recortam um pedaço da realidade" e apresentam aos seus leitores/telespectadores/ouvintes **uma** verdade que por algum motivo (ou não) vai ser reproduzida e aceita como **a** verdade. Os jornais impressos são exemplos significativos sobre este tratamento. Um exemplo: o destaque dado aos assuntos relativos às criminalidades diversas e aos esportes, de certa forma, reduz o mundo aos crimes e aos esportes. Da mesma forma que o mundo estaria reduzido à economia se os assuntos econômicos fossem predominantes. Em uma palavra, os meios de comunicação decidem sobre o que devemos pensar.

Isto faz cair por terra a pretensa neutralidade dos veículos de comunicação. As matérias escolhidas, o tamanho das reportagens, os ângulos das fotos, a subjetividade dos textos, os interesses econômicos e políticos, etc., fazem deles qualquer coisa, menos neutros. Eles constroem a sua verdade a partir de um discurso que faz parecer verdadeiro o que é dito.

A circulação de informação possibilitada pela difusão dos meios de comunicação permite também que os assuntos – e os problemas! - se generalizem e deixem de estar circunscritos a regiões específicas. Para o nosso tema de estudo, grosso modo, podemos pensar que na ausência de veículos difusores de informação, a criminalidade que ocorre em Cariacica, por exemplo, não teria nenhuma repercussão e efeito para a dita sensação de insegurança do município de Vila Velha. De certa maneira, os jornais propagam a insegurança.

Neste sentido, tornam-se importantes trabalhos como Zanotelli e Medina (2008), cujo objetivo é entender as mensagens veiculadas, a posição dos produtores dos discursos, o imaginário e o simbólico fabricado pelos jornais em relação à segurança. A partir de uma análise dos três principais jornais impressos de circulação no Espírito Santo, os autores auxiliam na consideração dos discursos como intensificadores da percepção social da insegurança na RMGV.

As reportagens sobre crimes e violências têm um aspecto de espetacularização, principalmente quando a prioridade absoluta é dada aos homicídios. Elas não têm por objetivo apenas informar e muito menos discutir de maneira aprofundada o assunto, checar as fontes, acompanhar o processo, o julgamento, etc. Elas simplesmente apresentam o "fato" – o que deve ser questionado visto que muitas

vezes precisam ser checados, confirmados antes de se tornarem fato – de maneira dramática e, muitas vezes cômica, o que gera duas reações diferentes para o leitor: respectivamente, choque e indiferença. A notícia tornada espetacular acaba por reproduzir uma sensação de pânico que se alastra na medida em que a violência é apresentada como onipresente.

Para reforçar e supostamente comprovar a insegurança, os jornais utilizam dados estatísticos mostrando os índices de criminalidade e dão voz aos leitores. Fazem ainda uso da repetição de palavras e expressões (bala perdida, pânico, terror, medo, arrastão, tiroteio, insegurança, crueldade, execução, atentado, sequestro, violência, brutalidade, ameaças, tragédias) fortes e chocantes que, muitas vezes apresentadas em manchetes e sem contextualização, acabam por generalizar o pânico entre os leitores.

Destaca-se ainda o tratamento quase sempre diferenciado dos jornais dependendo da posição social que ocupam como classes dominantes ou dominadas em relação a quem pratica os crimes e às vítimas. Se quem pratica um crime for uma pessoa que pertence às classes dominadas, ela "rouba"; caso pertença às classes dominantes, a pessoa "desvia". Para os dominantes, são utilizados adjetivos tais como jovens, médicos e empresários; já os dominados são tratados como traficantes, prostitutas, ladrões e bandidos. Constatou-se também que para um mesmo tipo de crime (um homicídio, por exemplo) a repercussão é nitidamente diferenciada, dependendo da posição social da vítima, sendo clara à prioridade dada aos membros das classes médias e dominantes.

Finalmente, os jornais denunciam em seus discursos a incompetência do Estado (particularmente da polícia) em lidar com o tema da segurança. O papel de denúncia da mídia deve sempre ser relativizado. Se aparentemente esse é um aspecto positivo, caso não aborde criticamente e não explique os problemas estruturais dos governos e da violência/criminalidade, acaba por desacreditar as instituições públicas, contribuindo para o aumento da insegurança. Abre-se, assim, um nicho lucrativo para a atuação do mercado de segurança privada, justificam-se tecnologias de vigilância bem como estratégias de repressão que alimentam a cultura autoritária da polícia brasileira e respaldam práticas de justiça com as próprias mãos, outra marca histórica da sociedade brasileira quando não pode contar com a mediação do Estado.

Embora os estudos sobre os seus efeitos na redução dos índices de criminalidade sejam bastante inconclusivos (Smith, 2004), as câmeras parecem representar uma frente de atuação das administrações públicas como resposta aos crimes e aos discursos públicos dominantes, no sentido de demonstrar que algo está sendo feito em relação à segurança. As passagens abaixo fazem exatamente essa associação:

> As câmeras servem para aumentar a sensação de segurança, elas têm o apoio da polícia militar, da polícia civil, de outros órgãos também, e elas trazem uma maior sensação de segurança. Querendo ou não, é a força policial que está presente naquele local, não está um policial militar, mas tem as câmeras, a gente tem uma certa tranquilidade, uma certa segurança. O mundo está muito violento, o índice de criminalidade tem aumentado, então as pessoas estão desesperadas por segurança (Entrevista com C., gestor do videomonitoramento de Vila Velha, 22/05/2014).

> As câmeras estão ajudando a diminuir os índices de criminalidade do município e contribuído para potencializar a sensação de segurança dos cidadãos (Fala da secretária de Prevenção, Combate à Violência e Trânsito do município de Vila Velha presente na matéria "Videomonitoramento ajuda na prisão de suspeitos no bairro 1º de Maio". Acesso em: 01 abr. 2015).

Utilizando câmeras enquanto ferramentas para supostamente garantir segurança, a cidade de Vila Velha estaria em sintonia com as demais cidades contemporâneas. Desde 2009, foram implantadas cento e dezesseis câmeras, o maior número dentre todas as cidades do Espírito Santo. A seguir, apresentamos as etapas de implantação do sistema de câmeras de vigilância em Vila Velha.

3.3 As etapas de implantação das câmeras de vigilância de Vila Velha

É possível distinguir, de modo geral, três momentos distintos de implantação do sistema de vigilância a partir de câmeras em Vila Velha. O primeiro é aquele que vai do início de funcionamento do sistema, em 2009, até o final de 2010; o segundo momento, do final do ano de 2010 até meados de 2012; e o terceiro, de meados de 2012 até o presente momento. Essa periodização estabelecida se refere a mudanças do sistema, no que se refere à proveniência dos recursos financeiros, ampliação do número de câmeras, mudança e ampliação da central de vigilância, mudanças de critérios para instalação das câmeras, etc.

As primeiras câmeras foram instaladas na orla do município de Vila Velha, mais especificamente nos bairros Praia da Costa, Itapoã, Praia de Itaparica, Barra do Jucu e Ponta da Fruta. Instaladas no início de 2009, portanto ainda no período de verão, o motivo de se iniciar o monitoramento pela orla, de acordo com a entrevista realizada com Ledir Porto (DO BEM, 2012), estava relacionado ao grande fluxo de pessoas, aos crimes de uso e tráfico de drogas e ao crime contra o patrimônio, que se destacavam na região, sobretudo nessa época do ano. Como era verão, portanto, existia uma maior demanda para se fazer um teste piloto. Inicialmente foram dezesseis câmeras instaladas, cujo monitoramento acontecia no Centro Integrado de Defesa Social (CIDS) da prefeitura, localizado na orla de Itapoã e era feito por funcionários de uma empresa de segurança privada, que indicava os operadores para a prefeitura.

Neste primeiro momento, as câmeras eram locadas de uma empresa privada, que além das câmeras, fornecia todos os serviços de manutenção para o funcionamento do sistema. Os recursos financeiros eram provenientes do projeto "Olho Digital", já desenvolvido na Serra e em Vitória, uma parceria entre a Secretaria de Prevenção e Combate à Violência do município de Vila Velha e a SESP.

A ampliação do sistema significou a ampliação do número de câmeras para as áreas já contempladas, sobretudo em algumas áreas "internas" dos bairros, mas, principalmente, a expansão para áreas que até então não o haviam sido. A partir do final do ano de 2010 novas câmeras foram instaladas tanto em importantes centros comerciais e administrativos, onde se destacam os bairros Centro e Glória, mas também em bairros importantes do município, como Ibes, Paul e Cobilândia.

Nesta segunda etapa o sistema passou a funcionar com sessenta e oito câmeras[15], exigindo a ampliação e o aperfeiçoamento da própria central de vigilância, que passou a funcionar no quarto andar de um prédio da prefeitura localizado no centro da cidade. Foi quando ocorreu o primeiro concurso para admissão de funcionários que operassem as câmeras, os operadores, que já não eram indicados pela empresa de segurança privada, mas eram funcionários contratados pela própria prefeitura.

Nesta segunda etapa, a ampliação do sistema deveu-se a doação à prefeitura, por parte do Governo do Estado, de cinquenta novas câmeras. A partir de então, a prefeitura abre duas licitações para as contratações de duas empresas que prestariam os serviços de instalação e manutenção das câmeras: uma delas ficaria responsável pelos serviços infraestruturais de instalação, particularmente a instalação de cabos de fibra óptica para transmissão das imagens; a outra prestaria os serviços de manutenção dos equipamentos da sala de controle e das câmeras (programas de *software*, consertos de *hardware*, limpeza das câmeras, etc.).

A partir desse momento, acaba o contrato de locação e manutenção das câmeras com a empresa que fora responsável pelo projeto inicial de implantação das câmeras na orla. Foram instaladas novas câmeras nos pontos que já haviam sido contemplados na Praia da Costa, Itapoã e Praia de Itaparica, embora as câmeras da Barra do Jucu e de Ponta da Fruta, retiradas, não terem sido substituídas.

O terceiro momento consiste na expansão das câmeras de vigilância, a partir de meados de 2012, para as áreas periféricas do município, sobretudo em praças de alguns bairros, como Santa Mônica, Riviera da Barra, Terra Vermelha, Aribiri; ruas de alguns bairros marcadas pelos crimes de uso e tráfico de drogas e brigas de gangues rivais pelo controle do tráfico de entorpecentes, como em Boa Vista, Santa Rita e 1º de Maio.

Cerca de setenta novas câmeras foram adquiridas com recursos próprios da prefeitura, não necessariamente provenientes do orçamento da Secretaria de Defesa Social. Aproveitando-se do entendimento do sistema de vigilância através de câmeras enquanto um conceito mais amplo de segurança, muitos dos recursos financeiros para aquisição dessas novas câmeras vieram, por exemplo, da Secretaria de Educação do município. De fato, algumas câmeras estão situadas nas proximidades de escolas da prefeitura. Ou, como informado em entrevista com o então subsecretário, a prefeitura buscava brechas na legislação que permitissem encontrar recursos financeiros para a ampliação do número de câmeras. Ele citou o exemplo de como a legislação que tratava da iluminação pública garantia o direito de investimento da verba do setor em outro relacionado, caso não tivesse sido totalmente investida.

[15] Somando as dezesseis iniciais com as cinquenta novas câmeras, teríamos um total de sessenta e seis câmeras e não sessenta e oito. Mas, como foi relatado pelo então na época subsecretário de defesa social, algumas vezes a prefeitura "ganhava" outras câmeras, como acontecia quando a empresa de locação às vezes oferecia câmeras a mais para a prefeitura. Como toda periodização, a que buscamos estabelecer é apenas uma tentativa didática de entendimento geral de algum processo, no caso, como se deu a expansão das câmeras pelo município de Vila Velha e não deve ser tomada de maneira exata no que se refere à quantidade de câmeras por período, pois eles podem se sobrepor.

Essa nova etapa da expansão resultou na ampliação do sistema de vigilância de Vila Velha, que passou a contar com cento e dezesseis câmeras instaladas (Figura 6), quando a central anterior precisou ser ampliada, dando origem ao atual espaço destinado a monitorar as câmeras. Os serviços de instalação de infraestruturas e manutenção continuaram a serem prestados pelas mesmas empresas, embora tivessem aumentado consideravelmente.

A expansão das câmeras pelo município de Vila Velha seguiu uma lógica. Inicialmente elas foram instaladas nas áreas centrais da cidade e, só mais tarde, elas avançaram para as áreas periféricas. Por outro lado, a maior parte delas se situa justamente nas áreas centrais (norte-nordeste da figura 6). Ora, se as câmeras são implantadas também com o objetivo de combater a criminalidade, a localização delas parece indicar uma maior preocupação com os crimes relativos aos bens, mais comuns nas áreas centrais, ao mesmo tempo em que os crimes violentos contra a pessoa, particularmente os homicídios, mais comuns nas áreas periféricas (no caso de Vila Velha, destaca-se a região da GTV) são, ao que parece, deixados em segundo plano.

Embora essa constatação seja importante, vale ressaltar o que afirmou, em entrevista, o subsecretário que fez parte da equipe que iniciou a vigilância através de câmeras em Vila Velha. Questionado sobre o porquê da prioridade dada às áreas centrais, ele afirma que isso estava relacionado a uma questão infraestrutural do município. Como a transmissão das imagens das câmeras dependia da instalação de um cabeamento de fibra ótica, as áreas periféricas, a princípio, foram deixadas em segundo plano, pois essa infraestrutura era ausente em muitas delas. Portanto, a prioridade inicial foram as áreas centrais, onde esse cabeamento já existia. Só mais tarde, com a implantação da infraestrutura necessária, é que as câmeras puderam se expandir. Trata-se, portanto, de um problema propriamente espacial que divide centros e periferias no que se refere à presença/ausência de infraestrutura. Isso, porém, não invalida o que afirmamos no parágrafo anterior, pois, com a infraestrutura instalada, a prioridade continua sendo as áreas centrais.

O mapa ainda mostra que a localização das câmeras segue também o traçado das principais avenidas da cidade. De fato, quando determinadas áreas são escolhidas para a instalação de câmeras, a prioridade é dada para as principais avenidas de circulação, particularmente nos cruzamentos delas com outras ruas, onde estão presentes muitas das câmeras.

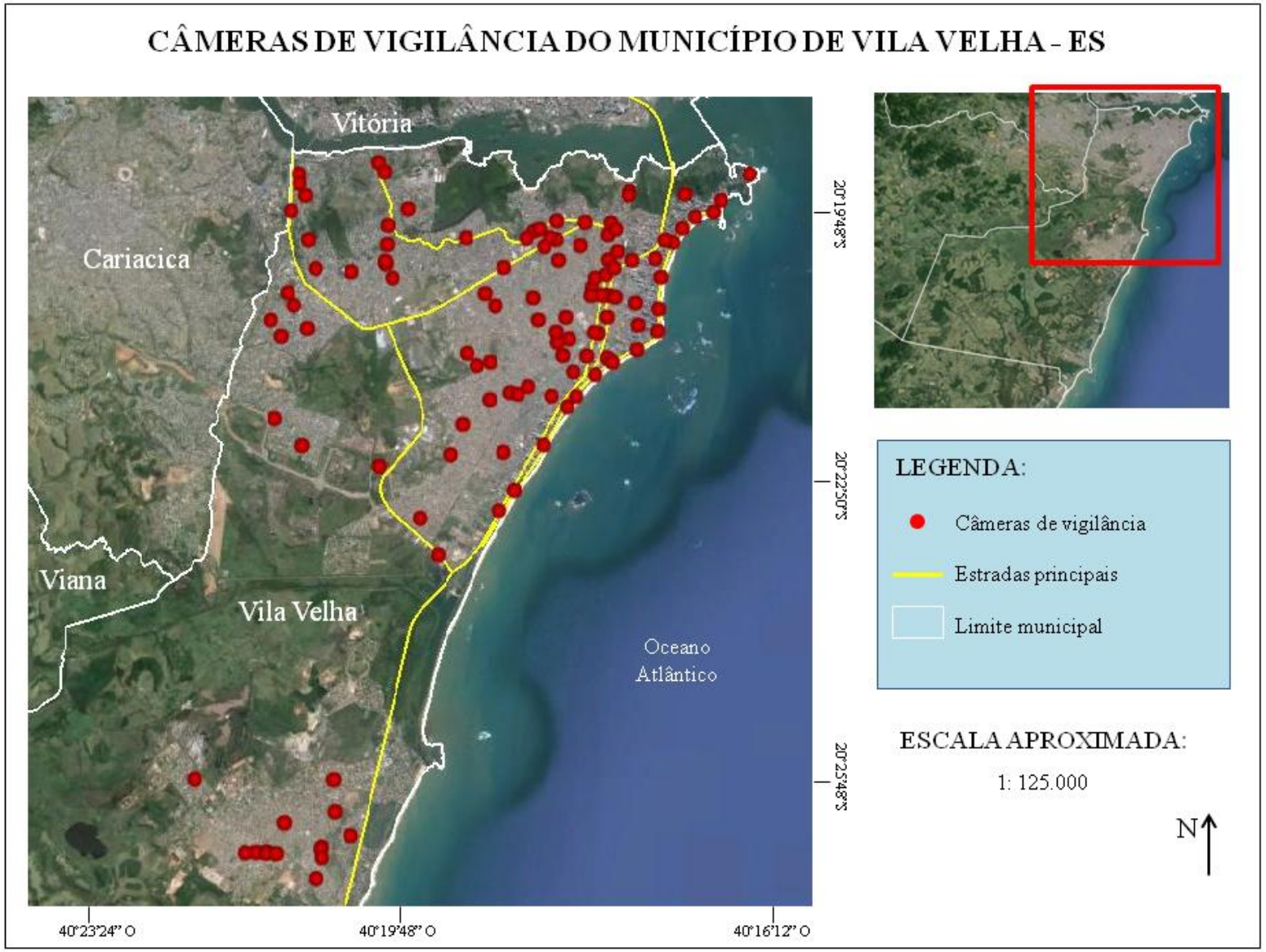

Figura 6: Localização das câmeras de vigilância do município de Vila Velha – ES.
Fonte: IJSN (2013) – Elaborado pelo autor.

Esse seria o quadro atual do sistema de videomonitoramento de Vila Velha, não fossem os problemas que discutiremos a seguir. Cabe destacar ainda que enquanto esta pesquisa era realizada, cem novas câmeras, doadas pelo governo do Estado, através do Programa Estado Presente[16], estavam sendo instaladas e a expectativa era que passariam a ser monitoradas, juntamente com as outras, em uma nova central, já construída na Avenida Darly Santos. Com o descaso da administração atual em relação ao sistema de câmeras do município, o funcionamento delas e a mudança para a nova central parecem ser uma realidade ainda bem distante. Essa nova etapa de suposta ampliação do sistema de câmeras não será contemplada neste trabalho.

Passaremos, agora, a apresentar as características do trabalho exercido na sala onde as câmeras são operadas, particularmente aqueles que impõem limites a uma vigilância total. Antes, porém, seguem breves apontamentos que auxiliarão na leitura dos resultados.

3.4 Orientações para a leitura

Em primeiro lugar, gostaríamos de reforçar o que foi dito na introdução deste trabalho. Quando nos propusemos a apresentar os limites da vigilância através das câmeras, nosso objetivo era desconstruir o discurso político das administrações públicas quando utilizam as câmeras como uma panaceia para todos os desvios. As análises que serão lidas daqui em diante, tanto nesse quanto nos próximos capítulos, devem ser lidas com esse objetivo em mente. Não pretendemos, portanto, demonstrar os limites da vigilância para que ela seja, enfim, melhorada. Não!

Em segundo lugar, as críticas apresentadas neste capítulo ao trabalho feito "por trás" das câmeras não devem ser entendidas como uma crítica ao trabalho dos funcionários que operam as câmeras (os operadores). Consideramos as resistências que demonstram ao "sistema", absolutamente naturais no contexto de um trabalho que é problemático em vários sentidos, como veremos mais adiante. Queremos apenas demonstrar a irresponsabilidade política daqueles que, se não bastassem os problemas em si relativos à utilização de câmeras, ainda oferecem um serviço público de péssima qualidade.

Em terceiro lugar, as entrevistas feitas durante o trabalho de observação da sala de controle foram informais. Por isso, os trechos dessas entrevistas que julgamos importantes e apresentamos no decorrer do texto não representam as falas literais dos entrevistados, embora estejam muito próximos disso e os seus conteúdos sejam fieis às falas.

Finalmente, os resultados que apresentamos neste e no próximo capítulo estão diretamente relacionados às duas administrações municipais que estiveram à frente do município de Vila Velha

[16] Trata-se de um programa de segurança pública desenvolvido pelo Governo do Estado do Espírito Santo em parceria com os municípios, que articula diversas secretarias e órgãos do governo, destinado ao "combate à criminalidade" em regiões do Estado consideradas "violentas", a maioria delas na RMGV. O programa inclui investimento na atuação policial; projetos sociais envolvendo esportes, educação, atividades culturais e qualificação profissional; investimento em infraestrutura urbana, como obras de drenagem, pavimentação de ruas e reforma/ampliação de escolas e unidades de saúde. Finalmente, o programa é financiador da aquisição de câmeras de vigilância enquanto ferramentas de auxílio à segurança pública.

desde que as câmeras foram implantadas no ano de 2009. O prefeito que implantou o sistema de vigilância, Neucimar Fraga, foi eleito em 2009, ficando à frente da administração municipal até o final do ano de 2012, quando seu mandato foi encerrado. Embora tenha tentado se reeleger, acabou derrotado pelo candidato Rodney Miranda, ex-secretário de segurança do Estado do Espírito Santo. Desde 2013, portanto, ele é o prefeito do município, cujo mandato deve se encerrar no final do ano de 2016. Estas breves informações são importantes, pois no decorrer do texto fazemos referência às duas administrações no sentido de que o tratamento dispensado às câmeras é completamente diferente de acordo com cada uma delas. Por outro lado, essa diferença não indica que tomamos partido de uma ou outra, absolutamente.

3.5 Entrando na sala de controle

Uma sala escura e fria, no quarto andar de um prédio no centro do município de Vila Velha, é o espaço da prefeitura destinado ao monitoramento das câmeras e à projeção de suas imagens. Ao lado de cadeiras quebradas, tapetes soltos e poças de água formadas pelo ar-condicionado com defeito, algumas pessoas – os operadores, como são chamados – ganham a vida olhando e produzindo imagens do município através de monitores distribuídos pela sala (Figura 7).

Figura 7: Operadores na central de videomonitoramento de Vila Velha.
Fonte: Prefeitura Municipal de Vila Velha. Disponível em <www.vilavelha.es.gov.br>. Acesso em 26 jun. 2015.

Nesta sala, de aproximadamente 130m², os monitores principais estão pendurados nas paredes, enquanto monitores menores estão distribuídos em bancadas, de modo que os operadores possam visualizar ambos. O conjunto formado por um ou dois monitores principais e um ou dois monitores menores é chamado de estação. Cada estação projeta as imagens de seis a treze câmeras. No total, são doze estações, sendo onze destinadas ao monitoramento das câmeras e uma ao acompanhamento das imagens das principais avenidas da cidade pelos funcionários da Guarda Municipal.

Além das estações, a sala é ocupada por duas mesas: uma dos supervisores, equipada com um computador; outra vazia, que eu utilizava para fazer as minhas anotações. Há ainda uma pequena sala destinada a guardar os pertences dos operadores. Toda a distribuição dos equipamentos é feita de modo que permaneça um amplo espaço vazio no meio da sala, por onde circulam os supervisores e para que possam ter uma visão geral do ambiente.

Além da sala onde funciona a central de vigilância, todo o quarto andar do prédio onde está localizada a central é o espaço onde funciona a Subsecretaria de Gestão Integrada e Trânsito, responsável pelas câmeras e vinculada à Secretaria de Prevenção e Combate à Violência e Trânsito da prefeitura do município de Vila Velha. Assim, há um trabalho de apoio ao monitoramento propriamente dito, realizado por outras pessoas que estão distribuídas em algumas das salas deste andar: há a sala do subsecretário de Gestão Integrada e Trânsito; há a sala administrativa, onde trabalham o gerente e outras duas ou três pessoas, geralmente operadores deslocados para o serviço administrativo; e, finalmente, há uma sala cedida à Guarda Municipal. Além das salas, o espaço é equipado com banheiros, cozinha e uma área utilizada como refeitório.

Não foi por acaso que iniciei a apresentação da sala de controle como um espaço escuro e frio. Foram estas as impressões iniciais que tive quando fui convidado pela primeira vez a conhecê-la, antes do início do trabalho de observação propriamente dito. O chão, forrado por um conjunto de tapetes emborrachados (muitos deles soltos), algumas paredes, algumas bancadas e os monitores são pretos, dando à sala um aspecto escuro que contrasta com as imagens das câmeras, particularmente durante os dias de sol. Por outro lado, os aparelhos de ar-condicionado da sala em geral são mantidos a temperaturas mínimas, obrigando muitos operadores a trabalharem agasalhados – inclusive com gorros e luvas!

Há um rádio que permite a comunicação direta com o CIODES (Centro Integrado Operacional de Defesa Social)[17], com a unidade da Polícia Militar de Vila Velha (o 4º Batalhão de Vila Velha) e com as viaturas policiais que estão nas ruas. Como o rádio fica ligado ininterruptamente, mesmo que o videomonitoramento não esteja envolvido com as ocorrências policiais, todas as comunicações feitas entre a polícia militar são ouvidas na sala. Às vozes frequentes e praticamente incompreensíveis (com o tempo fui me familiarizando e comecei a entender as falas) são somadas aquelas da comunicação, também via rádio, da Guarda Municipal com os agentes que ficam nas ruas. Está formado um

[17] Trata-se de um centro criado em 2004 para onde convergem as informações da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros para a otimização do trabalho das forças de segurança do Estado do Espírito Santo.

ambiente de trabalho cujo ruído quase incessante causa estranhamento inicial e é extremamente desconfortável para o trabalho cotidiano.

Durante os intervalos em que os rádios não estão emitindo vozes é que se percebe o quanto as relações de trabalho entre os operadores são fragmentadas ou até mesmo inexistentes: como as comunicações entre eles são pouco frequentes e as relações são em geral muito formais, um silêncio constrangedor paira sobre o ambiente de trabalho. Na verdade, esse excesso de formalidade é muito característico durante o dia; à noite o cenário muda completamente, como descrito adiante[18].

Um ambiente fechado, marcado pela ausência de luminosidade, pela temperatura em geral muito baixa, pelos ruídos constantes e quase incompreensíveis das comunicações via rádios e pelas formalidades excessivas das relações entre operadores, fazem da sala de controle um ambiente "pesado" e hostil. Existe inclusive certa apreensão de que um ambiente fechado como esse possa facilitar a transmissão de doenças caso alguma pessoa que ali trabalha esteja doente, como foi relatado por uma operadora enquanto conversávamos sobre as condições de trabalho da sala.

Não foi por acaso também que descrevi no primeiro parágrafo alguns problemas de infraestrutura da sala. Apresentado politicamente como um sistema moderno e atual, a vigilância através de câmeras encontra um forte respaldo da população, sobretudo por seu aspecto "tecnológico". Por trás de equipamentos sofisticados (e caros), porém, há um ambiente marcado pelo abandono, "atrasado", o que indica o descaso da prefeitura em relação aos operadores e que interfere diretamente sobre o trabalho realizado.

Algumas cadeiras estão quebradas e outras são muito desconfortáveis para um trabalho que exige um tipo de postura quase fixa durante um período de oito horas. Nas trocas de turno, inclusive, presenciava disputas pelas melhores cadeiras, o que foi confirmado por relatos de operadores, alguns reclamando dos mais "antigos" que se utilizam disso para exercer certo monopólio sobre os melhores assentos. Há um ar-condicionado que não funciona e outro com defeito, cuja água acumulada cai diretamente sobre a sala, exigindo baldes e panos espalhados pelo chão que muitas vezes não são suficientes para impedir a formação de poças. Alguns tapetes emborrachados, que formam o chão da sala, estão soltos. Alguns *mouses* e *joy sticks* (aparelhos parecidos com um controle de *videogame*, que, dependendo da preferência dos operadores, podem ser usados como *mouses* para monitorar as câmeras) estão quebrados.

Destaca-se ainda outra situação de descaso. O prédio possui um elevador que não estava funcionando quando iniciei o trabalho na central, mas que foi consertado e voltou a funcionar ainda no período em que eu estava lá. Nas conversas que mantinha com os operadores eles se queixavam de que o problema já se arrastava há um ano e só foi resolvido depois que uma operadora resolveu reclamar depois de sofrer três acidentes nas escadas de acesso à central de videomonitoramento.

---

[18] Refiro-me aqui à formalidade relacionada às relações entre os trabalhadores. Veremos no capítulo final desta dissertação que a informalidade é uma característica do trabalho de monitoramento de câmeras, mesmo durante o dia.

3.6 A vigilância dos vigias: a ironia da câmera na sala de controle

Quando entrei na sala da central de videomonitoramento para o meu primeiro dia de observação do trabalho dos operadores, me deparei com a presença de dois técnicos fazendo algum tipo de trabalho. Estavam instalando uma câmera na sala e por um momento imaginei que aquilo fosse uma estratégia da secretária de segurança para vigiar o meu trabalho e o que eu estava de fato fazendo ali. A dúvida logo se desfez quando fui informado pelo supervisor que na verdade eles estavam apenas colocando a câmera para funcionar novamente, pois ela já existia, mas que havia deixado de funcionar desde abril. Mas não deixou de ser uma bela coincidência que eu tenha presenciado seu retorno justamente no meu primeiro dia de trabalho.

As imagens da câmera que vigia a sala são de acesso exclusivo da equipe administrativa, do subsecretário de Gestão Integrada e Trânsito e da secretária de Prevenção e Combate à Violência e Trânsito. Através de monitores em suas salas, eles podem ter acesso quando queiram às imagens da central de videomonitoramento durante o expediente de trabalho. Caso seja necessário, também podem recorrer às imagens de qualquer horário e dia da semana, pois a câmera também grava.

A câmera instalada na central era do mesmo tipo daquelas instaladas nas ruas: possui um giro de 360º, portanto, é capaz de visualizar toda a sala, através de diferentes tomadas. A justificativa é de que ela está ali para garantir a segurança dos funcionários e para evitar que eles utilizem aparelhos eletrônicos, que são proibidos durante o trabalho, de modo a garantir o sigilo das imagens.

Assim como em outros espaços, particularmente em estabelecimentos comerciais, não devemos nos deixar enganar: sob o discurso da segurança, as câmeras são instaladas para vigiar os funcionários, de modo que eles não percam tempo e sejam mais produtivos. A velha fórmula *taylorista* de organização do trabalho, baseada no aproveitamento máximo do tempo, é atualizada através da utilização de câmeras, o que também Foucault (2009) alerta sobre o panóptico enquanto estratégia de vigilância para o aumento da produtividade nas fábricas já no século XIX.

No dia em que a câmera foi novamente instalada, uma das supervisoras avisou a equipe de operadores que a câmera da sala havia voltado a funcionar e chamou a atenção no sentido de ficarem mais atentos às imagens (citou as conversas e as idas ao banheiro) porque agora eles estariam sendo monitorados e se fosse preciso seria chamada a atenção. Em conversa com uma das operadoras, ela afirmou que certa vez um dos operadores foi cobrado pela gerência no sentido de ter mais postura enquanto estivesse monitorando, o que foi comprovado pelas imagens e que ele "não pôde falar nada".

Dotados de inegável poder quando podem explorar as ruas de Vila Velha, estendendo seus olhares através das lentes das câmeras, os operadores, com a presença da câmera na sala, se colocam na posição submissa de estarem sendo vigiados antes de vigiarem, ou melhor, simultaneamente. E havia um claro constrangimento nisso.

Nas conversas que mantinha diariamente com eles, sempre perguntava se de algum modo se sentem incomodados com a presença da câmera na sala e em raros casos a resposta era não. Veja:

> Eu me sinto muito constrangida com a presença da câmera. Às vezes você pode estar gesticulando com um colega ao lado em relação a uma ocorrência e isso pode ser interpretado como uma conversa qualquer (Entrevista com R., operadora da equipe da manhã, 12/09/2014).

> Sabendo agora que tem uma câmera aqui, eu fico mais quieta, me mexo menos e olho mais fixo nos monitores. Eu até prefiro trabalhar nos finais de semana porque não tem ninguém no administrativo nem câmera para vigiar. Não vejo necessidade dessa câmera aqui não, mas também se não tivesse ninguém trabalharia direito, né [sic]?! (Entrevista com B., operadora da equipe da manhã, 13/09/2014).

As falas acima indicam claramente como a suspeita de se estar sendo vigiado tem efeito direto sobre os corpos dos indivíduos como sugere Foucault (2009) sobre a docilização dos corpos como efeito direto do panoptismo de uma sociedade de tipo disciplinar. Os operadores tendem a se mexer menos, a gesticular menos e a ter uma postura corporal mais rígida na presença das câmeras, chegando, em alguns casos, como na segunda fala, a inclusive preferir o trabalho nos fins de semana quando folga a equipe administrativa (ela própria um símbolo do controle) que assim não tem meios de vigiar a sala.

De fato, durante o período de observação foi possível perceber um ambiente mais informal, descontraído e "relaxado" nos finais de semana e, sobretudo, no período da madrugada, quando não há presença da equipe administrativa e quando dificilmente as imagens das câmeras serão visualizadas.

A segunda fala é ainda sintomática no sentido de mostrar as ambiguidades do discurso em relação à utilização de câmeras. Ao mesmo tempo em que constrange e é mal vista, ela se naturaliza como uma forma de controle para o bom andamento das coisas, neste caso o trabalho dos operadores, e no caso das câmeras na rua como uma importante ferramenta no "combate à criminalidade", como foi constatado nas entrevistas realizadas com os operadores. Uma mera reprodução do discurso oficial.

Era muito comum também, enquanto me mantinha afastado dos operadores, fazendo minhas anotações ou qualquer outra coisa, ouvir certos comentários a respeito do incômodo que é ter uma câmera vigiando enquanto trabalham, no sentido de impedir certa espontaneidade. Os próprios supervisores se utilizam da presença da câmera como uma estratégia de manter o seu controle sobre os operadores, como ocorreu certa vez em que eu conversava com um deles, que se mantinha de lado e gesticulava, e foi chamada a sua atenção com a justificativa de que havia uma câmera atrás de si. Logo após, questionou comigo o fato de que se exigem o mais absoluto sigilo sobre o que acontece na central, não faz sentido que haja uma câmera ali.

Além do mero descontentamento, percebia também um clima de revolta por parte de alguns operadores com a exigência e certa cobrança que existe sobre eles, considerando ainda um ambiente que não oferece as condições físicas adequadas. Quando, em determinado momento, uma operadora pediu para trocar uma cadeira de pior qualidade com outro operador porque as suas costas estavam doendo, o operador me falou:

> Você tá vendo, e ainda os caras pedem para a gente manter a postura porque tem a câmera ali. Mas com esta porcaria de cadeiras, como fazer para manter a postura? Às vezes dá vontade de fazer assim (mostrou o dedo médio para as câmeras) (Entrevista com B., operador da equipe da manhã, 08/09/14).

A partir do dia em que a câmera voltou a funcionar foi preciso que algumas luzes da sala ficassem acesas para facilitar a visualização dos operadores. Como as luzes da sala são muito baixas e em alguns casos ficam exatamente sobre as estações, muitos reclamam de que com o passar das horas a cabeça começa a doer.

O próprio excesso de vigilância sobre a sala pode ter o efeito contrário do que se espera na produção de resultados. Durante uma conversa com um funcionário da Guarda Municipal que trabalha na sala, ele afirmou:

> Eu acho um absurdo a câmera que vigia a sala de controle, os operadores não podem nem olhar para o lado, inclusive isso pode até ter um efeito negativo na eficácia do monitoramento. Sem dúvida se os operadores pudessem ficar mais relaxados trabalhariam melhor. Na administração anterior os operadores não podiam nem olhar para o lado. Já bastam os supervisores para vigiar a sala (Entrevista com o Guarda Municipal T, da equipe da manhã, 12/09/2015).

Como já havia dito acima, durante o dia a sala de controle é um ambiente de formalidade excessiva, alimentada pela presença da câmera, que deixa o trabalho dos operadores demasiadamente mecânicos. Com a autonomia, a espontaneidade e o diálogo limitados, os operadores não se sentem motivados a contribuir para um trabalho efetivo; ao contrário, estão ali apenas para cumprir ordens enquanto aguardam ansiosamente pelo fim do expediente. A passagem acima ainda aponta para um maior rigor que existia na administração anterior, uma referência ao antigo prefeito, Neucimar Fraga e sua equipe que, pelo que constatamos, tanto na pesquisa na central quanto na rua, tinha uma maior preocupação com o sistema de videomonitoramento.

Influenciado que estava pelas leituras de Foucault que fazia naquele momento da pesquisa, incomodado em levar blusa de frio todo dia em que visitava a central e chocado que ficava ao ver funcionários trabalhando com gorros e luvas em dias em que lá fora fazia bastante calor, me perguntava se além da câmera, a própria temperatura da sala não estaria relacionada a uma suposta tentativa de manter os operadores mais disciplinados. Passei a me perguntar se o frio exagerado não seria uma forma de mantê-los incomodados para que não relaxassem demais e ficassem sonolentos, considerando se tratar um trabalhado reconhecidamente entediante.

Exagero ou não de minha parte, o fato é que os operadores ficam todos encolhidos, cada um no seu lugar, fazendo caras visíveis de incômodo com o frio da sala que, não há dúvida, atrapalha sua concentração e seu rendimento. Quando resolvia perguntá-los se as baixas temperaturas não poderiam ser parte da estratégia para mantê-los mais disciplinados, geralmente riam, e diziam que não, e então reproduziam o discurso oficial segundo o qual o objetivo era a preservação dos equipamentos da sala, para que não superaquecessem. Apenas um operador disse desconfiar dessa justificativa, ao fazer uma comparação com o computador de sua casa, que fica no calor e até então não havia acontecido nada.

3.7 O trabalho dos operadores

São seis equipes de operadores que se revezam para que o monitoramento ocorra 24 horas por dia, em três turnos diferentes: o primeiro das 7h às 15h; o segundo das 15h às 23h; e finalmente o terceiro que vai das 23h às 7h do dia seguinte. Eles trabalham em regime de escala 2x2, sendo dois dias de trabalho e dois dias de folga. Como há duas equipes de trabalho para cada turno, isso significa que enquanto uma equipe trabalha, a outra folga.

O número de operadores varia de equipe para equipe, sendo onze o mínimo e catorze o máximo que verificamos durante o trabalho que realizavam. Essa variação de operadores está relacionada às "baixas" em algumas equipes devido a licenças médicas e casos de falta ao trabalho ou mesmo abandono do emprego por algum operador. Já em relação ao número de supervisores, são dois nas equipes do dia e três nas equipes da noite. No total, são 78 operadores e 14 supervisores.

Os operadores são distribuídos por estações, um para cada uma delas, sendo que um sorteio prévio define qual operador será responsável por qual estação naquele dia de trabalho. Sendo onze as estações fixas e mais de onze operadores por equipe, sobram operadores que formam naquele dia o que eles chamam de "equipe de apoio", cuja função é auxiliar no trabalho de monitoramento, seja sentando ao lado do operador em estações que têm maior número de câmeras seja cobrindo a ausência dos operadores em casos de idas ao banheiro ou nos intervalos para descanso.

O turno de trabalho de cada operador só é interrompido em dois momentos: o horário de café e o horário de almoço/janta. Após a primeira hora de trabalho, em três momentos diferentes, os operadores são autorizados a deixar a sala em grupos de quatro pessoas para um breve descanso de quinze minutos, que em geral eles usam para tomar café. O mesmo ocorre no meio do expediente para que possam almoçar ou jantar (ou dormir, como no turno da madrugada), mas neste caso durante um período de uma hora.

O trabalho do operador consiste em visualizar as imagens transmitidas pelas câmeras e também monitorá-las. As câmeras têm um giro automático (o pré-set) e são programadas a ter em média oito tomadas diferentes, com cinco segundos de duração cada. Neste caso, o giro completo possui duração de quarenta segundos. A programação é feita pelo funcionário que instala a câmera, considerando os considerados pontos estratégicos de cada local. Monitorar a câmera significa escolher uma delas com o *mouse*, a partir de uma espécie de pausa em que se consegue travá-la, o que permite que se escolha o lugar em que se deseja "ir" utilizando a ferramenta de *zoom*, que permite um raio de ação para a câmera de aproximadamente trezentos metros. Um novo clique no botão de pausa permite destravar a câmera e assim ela volta para o seu giro automático. Quando o operador escolhe uma câmera para monitorar isso significa que todas as outras permanecem em seu giro automático. Já o trabalho dos supervisores consiste em acompanhar o trabalho dos operadores, orientando o que deve ou não ser feito em determinadas situações, cobrando resultados e postura adequada e, principalmente, fazendo a intermediação da comunicação polícia militar e da Guarda Municipal com eles.

De maneira geral, a finalidade do monitoramento realizado pelos operadores das câmeras de Vila Velha é o registro de qualquer situação de "anormalidade" verificável nas imagens das câmeras. Tais situações são extremamente diversas entre si: pode ser um acidente de trânsito, um crime, pessoas fazendo sexo em área pública, um evento, uma *blitz* policial, uma abordagem policial, animais de grande porte circulando pelas ruas, uma pessoa bêbada, etc. Os operadores registram pequenos vídeos desses acontecimentos e produzem um pequeno relatório a respeito, que juntos formam um arquivo que eles denominam de "ocorrência" (no capítulo 5 da dissertação apresentamos as ocorrências registradas durante o mês de setembro de 2014, que compreende o período em que realizamos o trabalho de observação). No final do turno de trabalho, as ocorrências geradas são enviadas pelo supervisor ao gerente, através de um relatório onde também constam outras questões relativas àquele turno de trabalho, como os funcionários que faltaram ao trabalho ou os equipamentos (câmeras, monitores, estações, etc.) com algum tipo de problema.

A equipe administrativa, da qual faz parte o gerente, é responsável por analisar as ocorrências. A maioria delas é logo descartada, sendo mantidas somente aquelas julgadas mais importantes, no sentido de que podem servir de auxílio a solucionar algum tipo de situação – prova de um crime, identificação de pessoas "suspeitas", etc. As imagens dessas ocorrências julgadas importantes são mantidas por tempo indeterminado, enquanto todas as outras imagens são eliminadas 45 dias após terem sido registradas.

3.8 Os limites da vigilância

3.8.1 As câmeras "largadas"

O primeiro limite evidente que impede que o sistema de videomonitoramento seja de fato efetivo é o número elevado de câmeras que está sob responsabilidade de cada um dos operadores. Esse número varia de seis a treze câmeras, dependendo da estação. Essa mesma situação foi observada por Firmino e Trevisan (2012), para o caso de Curitiba (PR), embora lá o número máximo de câmeras para cada operador não passe de nove. Quanto maior o número de imagens de câmeras a se observar maiores serão as dificuldades de monitoramento.

No caso de Vila Velha, não bastasse a quantidade de câmeras, suas imagens ainda estão distribuídas em monitores diferentes, alguns pendurados nas paredes, outros situados na própria bancada onde o operador trabalha com o *mouse*. Esta situação torna impossível a visualização dos monitores simultaneamente, sendo clara e notória a atenção dada pelos operadores aos monitores das paredes.

Em geral, as câmeras estão atuando em seu giro automático e o operador escolhe apenas uma delas para monitorar. Enquanto monitora, ele se esforça para olhar as demais, mas os limites são evidentes, tanto maiores quanto maior for o número de câmeras. É possível afirmar, então, que as demais câmeras estão "largadas" em seu giro automático, pois é praticamente impossível que o operador consiga visualizá-las de maneira adequada.

A própria capacidade de giro automático de 360º que as câmeras possuem, tão propagandeada pelo discurso oficial como um indicativo de sua modernidade, é, na verdade, antes parte do problema do que propriamente uma solução. O fato de serem programadas para terem determinadas tomadas durante alguns segundos enquanto giram, significa que toda a área ao seu redor não está sendo monitorada. Imaginemos um exemplo: se determinada situação ocorrer (um crime, por exemplo) no raio de atuação da câmera enquanto ela esteja trabalhando em seu giro automático de oito tomadas diferentes, a chance de esse crime ser visualizado é de uma em oito possíveis, ou seja, cerca de 10%. É quase uma questão de sorte!

Um dos gestores do videomonitoramento reconheceu esse problema, antes mesmo de começarmos o acompanhamento na central. Veja:

> A ocorrência está posicionada aqui, mas o operador está acompanhando um possível suspeito em direção contrária. Há vários relatos nesse sentido, de repente está acompanhando uma situação e aconteceu algum fato em direção contrária. A facilidade de girar 360° tem o beneficio de ter uma amplitude de todo o território, mas tem esse ponto negativo. Se a câmera está direcionada para cá, tudo o que está em volta infelizmente não dá para ver justamente por esse ponto negativo que falei. A câmera tem a facilidade de girar 360º, mas tem esse ponto negativo, o que está em direção contrária e em volta, ela não consegue pegar porque ela está focada numa situação (Entrevista com C., gestor do videomonitoramento de Vila Velha, 22/05/2014).

O caso de um furto a uma sorveteria na Praia da Costa, deixa claro como o não monitoramento da câmera, deixada em seu giro automático, comprova os limites da vigilância:

> Antes de instalarem essas câmeras nunca tive problema aqui não. Só depois é que tivemos vários arrombamentos durante a madrugada, durante três meses foram vários. Em um deles o vidro ficou quebrado a madrugada inteira e a câmera não viu. Solicitei as imagens e eles disseram que a câmera não viu nada, porque ela fica girando, aí não conseguiu pegar. Mas mesmo assim, o vidro ficou quebrado a madrugada inteira e eles não viram. (Entrevista com C., proprietária de uma sorveteria no bairro Praia da Costa, 26/11/2014).

Nas entrevistas realizadas com os operadores, quando perguntados sobre o que poderia melhorar no sentido de tornar o trabalho deles mais efetivo, era muito recorrente, dentre outras coisas, a menção à diminuição da quantidade de câmeras a serem monitoradas por cada um deles. Quando questionados qual seria o número máximo de câmeras que conseguiriam monitorar sem prejuízo no resultado do trabalho, as respostas variavam entre quatro e seis. Ainda assim, parecia exagero da parte deles: a possibilidade de monitorar apenas uma câmera por vez sugere que qualquer situação que ultrapassasse esse limite traz limites de visualização para as imagens das câmeras que não estejam sendo monitoradas.

Em diversas ocasiões durante o período de observação fui convidado a monitorar as câmeras e o fiz. Embora a total falta de experiência me deixasse muitas vezes atrapalhado e influenciasse na eficácia do meu "trabalho", era impossível, para mim, olhar as outras câmeras da estação enquanto estava monitorando uma delas. Imagino que o tempo e a experiência possam ajudar os operadores a

visualizarem todas as imagens de uma forma mais habilidosa, embora os limites relativos à quantidade de câmeras a serem operadas estarão sempre postos.

Para completar o quadro de câmeras "largadas" em seu giro automático, há uma situação ainda mais problemática. Quando saem em grupos para os intervalos ou quando vão individualmente ao banheiro, os operadores nem sempre são cobertos pelos outros operadores da equipe de apoio, ou porque eles não existem ou porque o número deles não é suficiente. Neste caso, algumas estações[19] ficam vazias por um período de até uma hora, como são os casos dos intervalos para almoço e jantar. Presenciei esses casos em diversas ocasiões e percebia certo constrangimento por parte dos supervisores quando notavam que eu estava vendo aquilo. Em algumas situações, eles mesmos, certamente contrariados, cobriam o trabalho dos operadores por determinado período, embora aquilo tivesse relação direta com a minha presença ali.

Muito interessante foi notar nas pesquisas realizadas nas ruas como algumas das próprias pessoas entrevistadas levantaram a hipótese das imagens das câmeras não estarem sendo visualizadas adequadamente pela equipe da sala de controle. Desconfiadas de que as câmeras não estavam "funcionando", algumas delas afirmaram:

> Duvido que essa câmera funcione, tem muito tráfico e uso de drogas aqui na praça e a polícia nunca faz abordagem. Se essa câmera funcionasse, não teria essas coisas né [sic]? **Se funciona é capaz das pessoas lá nem olharem as imagens** (Entrevista com V., funcionária de uma banca de revistas na praça de Riviera da Barra, 13/10/2014, grifo nosso).
>
> Eu acho que essa câmera não tá funcionando não. **E mesmo se funcionar, tem que ter alguém para olhar né [sic]?! Não adianta nada se ninguém olhar, tem que ser assim ó: uma pessoa responsável pela câmera de Riviera da Barra 24horas por dia (**Entrevista com L., proprietária de uma banca de revistas na praça de Riviera da Barra, 23/10/2014, grifo nosso).
>
> Tem uns quatro meses que não ouço essa câmera falar. Antes falava: 'local monitorado 24hrs/dia', agora nem isso. Mas para falar a verdade acho que aqui nunca foi monitorado, essa câmera nunca funcionou. Não posso provar nada, mas é a impressão que eu tenho. **E se ela tá monitorando, quem trabalha lá vendo as imagens tá se fingindo de bobo** (Entrevista com J., morador das redondezas da praça de Riviera da Barra, 10/11/2014, grifo nosso).
>
> Olha, elas podem até funcionar, **o problema é se tem alguém olhando né [sic]?! Podem estar tomando café, conversando sobre futebol...**" (Entrevista com B., vendedora ambulante do Glória, 17/10/2014, grifo nosso).
>
> **Não adianta a câmera se não tiver um trabalho correto por trás das câmeras, alguém para olhar direito** (Entrevista com P., transeunte do Glória, 18/10/2014, grifo nosso).
>
> **E essas pessoas que estão por trás das câmeras, estão olhando as imagens mesmo? (**Entrevista com S., taxista da Praia da Costa, 22/10/2015, grifo nosso)

[19] Nessas horas, foi interessante constatar que as estações vazias eram, via de regra, aquelas que projetavam as imagens das câmeras localizadas nos bairros periféricos, o que demonstra a prioridade da vigilância dada aos bairros centrais.

Embora as passagens questionem o "funcionamento" das câmeras, destacam-se as passagens que questionam o próprio trabalho humano "por trás" das câmeras, no sentido de que existe de fato uma preocupação para que ele fosse bem feito. Trechos como "é capaz das pessoas nem olharem para as imagens", "não adianta nada se ninguém olhar", "podem estar tomando café", "estão olhando as imagens mesmo?", demonstram como algumas pessoas questionam o autofuncionamento das câmeras e estão cientes da importância do trabalho realizado na sala de controle.

Finalmente, no turno da noite, como a informalidade é maior, o problema que consiste em deixar as câmeras "largadas" é ainda mais nítido. Enquanto conversavam entre si, com os supervisores ou mesmo comigo, os operadores praticamente não olhavam os monitores. Gesticulavam, giravam as cadeiras e eventualmente passavam a mão no *mouse* para monitorar rapidamente uma das câmeras, mas logo voltavam às conversas que se apresentavam mais interessantes do que as imagens fornecidas pelos monitores, onde absolutamente nada de relevante acontecia.

3.8.2 A ausência de manutenção dos equipamentos

A ausência de manutenção dos equipamentos é um fator fundamental para explicar os limites da efetividade da vigilância das câmeras. Esse problema ocorre em razão do descaso da administração atual do município em relação ao sistema de videomonitoramento.

Como indicado anteriormente, uma empresa terceirizada era responsável pelo funcionamento e pela manutenção do sistema de videomonitoramento de Vila Velha, e os serviços incluíam consertos dos aparelhos de informática (*mouses*, monitores, teclados); reparações nos *softwares* que produzem, gravam e armazenam as imagens; consertos de câmeras quebradas; limpeza de câmeras, etc. Os serviços de manutenção eram feitos regularmente durante a administração do prefeito Neucimar Fraga, quando as câmeras foram instaladas no município, e deixaram de ocorrer com a nova administração do prefeito Rodney Miranda, a partir de 2013.

Uma matéria de jornal[20] afirma que a empresa que prestava a manutenção dos equipamentos havia suspendido os trabalhos por falta de pagamento. Ainda segundo a matéria, a situação havia sido confirmada pelo prefeito Rodney Miranda que prometera que os serviços seriam normalizados até o segundo semestre daquele mesmo ano. Segundo o prefeito, sua gestão estava quitando as prestações atrasadas com as empresas de manutenção, renovando os contratos ou mesmo mudando de empresas prestadoras de serviços.

Numa entrevista realizada com uma das supervisoras que fez parte da primeira equipe a ingressar no trabalho de videomonitoramento, após o concurso público de 2010, a sua fala vai nessa mesma direção, acrescentando uma suposta política de contenção de gastos, quando questionada sobre a questão que envolve a manutenção das câmeras:

---

[20] INSEGURANÇA: Vila Velha está sem o serviço de videomonitoramento. c2013. Disponível em: <www.eshoje.jor.br/_conteudo/2013/04/noticias/seguranca/3177-inseguranca-vila-velha-esta-sem-o-servico-de-videomonitoramento>. Acesso em: 04 fev. 2015.

> A questão do problema do contrato com a empresa de manutenção começa já no início da administração do Rodney Miranda. A desculpa, me parece, foi o endividamento da administração anterior e então iniciou uma espécie de política de corte de gastos. A partir de então a empresa que não recebia começou a relaxar na manutenção e a só trabalhar com contratos curtos quando recebiam dinheiro para fazer serviços pontuais. A manutenção constante já não ocorria mais. (Entrevista com M., supervisora da equipe da manhã, 12/09/2014).

Não só os problemas de manutenção permaneceram pelo restante do primeiro ano de mandato do prefeito, como continuaram pelo menos até o momento em que os trabalhos de campo desta pesquisa eram realizados, entre os meses de setembro e novembro de 2014. Isto porque o contrato com a empresa não foi renovado a partir de 2013, quando o prefeito Rodney Miranda assumiu a prefeitura de Vila Velha. Apenas nos primeiros meses da nova administração, quando o contrato ainda estava em vigor, os serviços de manutenção ainda ocorriam. As prestações atrasadas com a empresa que fornecia os serviços de manutenção das câmeras, conforme a matéria citada acima, não passam, provavelmente, de uma justificativa da administração atual para transferir para a administração anterior o problema que é a ausência de manutenção dos equipamentos que fazem o sistema de vigilância funcionar.

O problema mais importante em relação à manutenção é que muitas câmeras não funcionam. Das cento e dezesseis câmeras, quarenta e três não funcionam, o que indica, em termos percentuais, 37% delas (Figura 8). Isso sem falar nas câmeras que eventualmente ficam sem funcionar por alguns períodos de tempo, ou até mesmo dias, mas que em geral funcionam. As câmeras podem não funcionar por vários motivos: elas podem estar quebradas; as fiações podem ter sido danificadas ou mesmo cortadas; problemas no *software* que gera as imagens; problemas de transmissão das imagens captadas para os monitores; ou mesmo elas podem nem mais existir. Muitas vezes são problemas simples, mas que dependem de algum tipo de serviço de manutenção.

Na Figura 8, percebe-se que o problema relativo às câmeras que não funcionam praticamente não atinge a porção nordeste do município, região de concentração das riquezas (bairros comerciais e/ou de residência das classes médias e dominantes). Juntamente com a maior quantidade de câmeras e com a prioridade de monitoramento para esses lugares, essa situação confirma a prioridade dada às áreas centrais da cidade também no que se refere à política de câmeras.

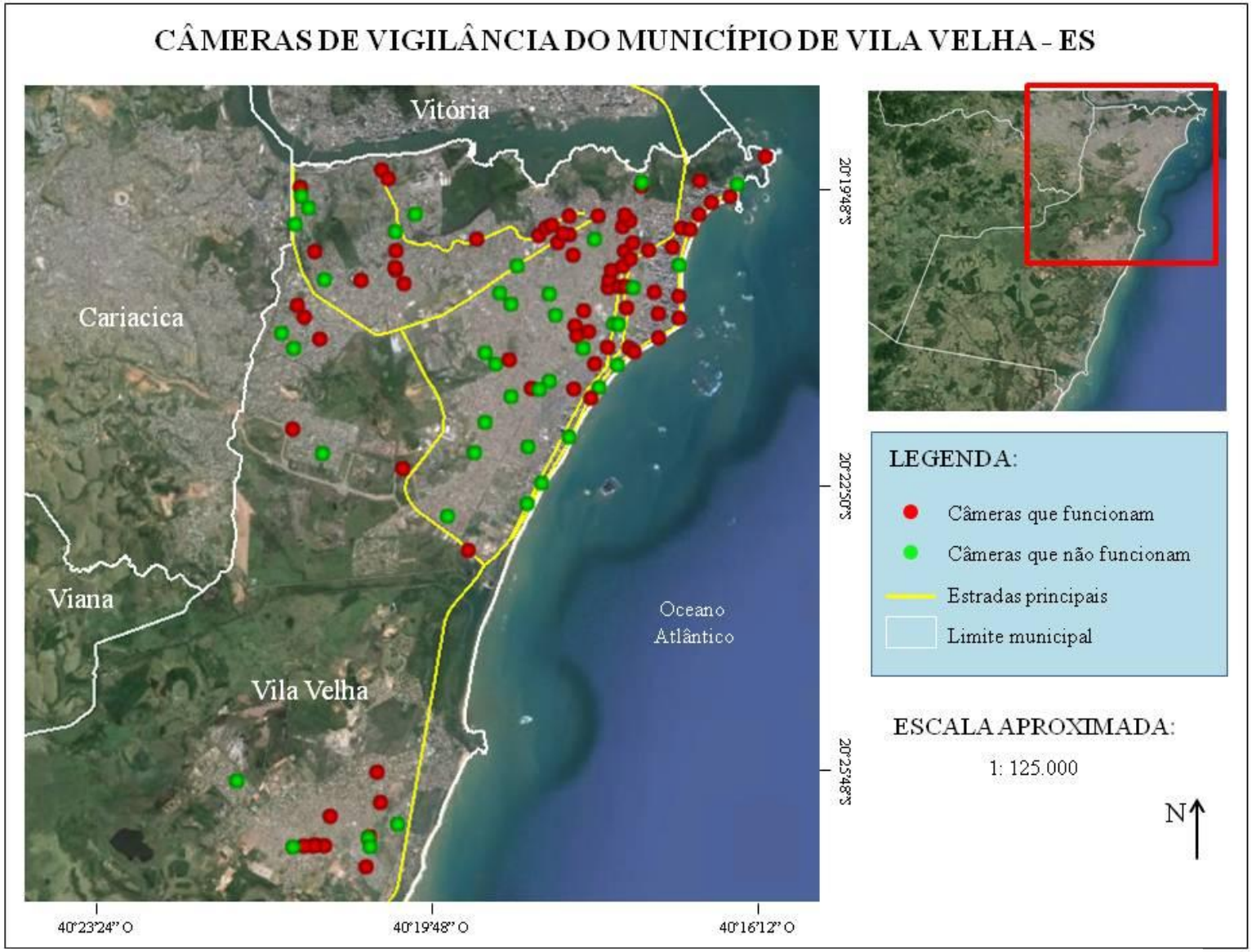

Figura 8: Localização e apresentação das câmeras de vigilância do município de Vila Velha que não funcionam.
Fonte: IJSN (2013) – Elaborado pelo autor.

Os equipamentos do sistema de monitoramento que não recebem manutenção influem na efetividade da vigilância por várias razões, muitas delas banais. Há alguns *mouses* quebrados ou que não funcionam adequadamente, mas não podem ser substituídos. Alguns aparelhos de *joy sticks* também estão quebrados. Das onze estações pelas quais estão distribuídas as imagens fornecidas pelas câmeras, uma não está funcionando, o que obriga a realocação das imagens para as demais, sobrecarregando-as ainda mais. Cabe registrar aqui que em alguns dias pode acontecer de outras estações também não funcionarem, embora se trate de um problema passageiro, mas que nestes dias contribuem para sobrecarregar as demais estações.

Quando alguma estação não está sendo utilizada e as câmeras dela precisam ser redistribuídas para as demais, ocorre outro problema, pois as câmeras não estão distribuídas aleatoriamente pelas estações. Cada estação é responsável por uma "região" (por exemplo, o Glória, a Praia da Costa, Terra Vermelha) e as câmeras são organizadas em uma sequência de modo que uma possa "cobrir" a outra em eventuais rotas de fuga, ou seja, as imagens projetadas nos monitores tentam reproduzir de maneira o mais fiel possível os espaços das ruas. Elas estão organizadas de forma contígua de modo que o espaço de visualização de uma comece quando acabe o espaço da outra. Quando as câmeras de uma estação precisam ser realocadas para outras, toda essa organização deixa de existir, ou pelo menos é parcialmente comprometida.

Além de filmarem, as câmeras também gravam as imagens. Durante o período em que permaneci na central, algumas câmeras pararam de gravar, o que impedia que se recorresse às gravações das imagens, caso fosse necessário. Como não existia manutenção dos equipamentos, o problema ficou sem solução. Alguns operadores e supervisores afirmaram que alguns meses antes do início do nosso trabalho nenhuma câmera estava gravando, o que foi solucionado ocasionalmente quando, após um pique de energia, as câmeras voltaram – e gravando!

Além dos problemas internos à sala de controle, há os externos, e que talvez sejam mais graves. As câmeras são envolvidas por um material protetor de plástico ou acrílico que, em sua maioria, estão sujos. Esta situação aparentemente simples gera um problema gigantesco, pois, em muitos casos, dependendo da posição em que se encontra a câmera, a visualização fica comprometida e, algumas vezes, impossível. Foi irônico notar que a câmera que produz imagens com a visualização mais comprometida em razão da sujeira, é aquela que fica em frente à prefeitura.

Destaca-se ainda o fato de muitas câmeras ficarem embaçadas em dias chuvosos, o que também compromete a visualização adequada. Aqui é importante mencionar o fato de que em dias chuvosos e/ou de ventos fortes, independente das câmeras estarem embaçadas ou não, a visualização das imagens é mais difícil, assim como no período da noite.

Esta situação de ausência de manutenção das câmeras a partir da administração Rodney Miranda foi observada inclusive por uma proprietária de uma banca de revista no bairro Praia da Costa, ali já há nove anos. Elencando razões sobre o porquê não acreditava no "funcionamento" da

câmera que fica em frente à sua banca, ela finaliza citando o caso da manutenção, conforme trecho reproduzido abaixo, inclusive com a minha intervenção:

> Não existe nem manutenção das câmeras mais. Antes uns caras vinham com caminhão para limpar as câmeras, por exemplo. Antes o alto-falante da câmera também falava muito: 'estacionamento irregular', 'jogar o lixo na lixeira', 'ciclistas favor usar a ciclovia', etc.
>
> E quando isso começou a mudar?
>
> Olha, eu não gosto muito dele não, mas foi depois que o Neucimar saiu. (Entrevista com J., proprietária de banca de revistas na Praia da Costa, 16/10/2014).

Nas entrevistas realizadas com os operadores e supervisores que haviam vivenciado as duas administrações, era unânime a mudança radical que havia ocorrido com a mudança de prefeito. A fala reproduzida abaixo, de um supervisor, revela claramente as diferenças no que se refere à manutenção dos equipamentos quando são comparadas as duas administrações:

> Eu entrei aqui em 2011, saí e voltei tem uns dois meses. Quando voltei, tomei um susto com o descaso que está isso aqui comparado com antes. Antes a manutenção era efetiva, sistemática. Câmera suja, os operadores avisavam pra gente e se resolvia o problema rapidinho (Entrevista com B., supervisor da equipe da manhã, 13/09/2014).

Segundo os entrevistados, os serviços de manutenção eram efetivos no período em que o prefeito Neucimar Fraga esteve à frente da prefeitura: no início de cada turno de trabalho, os supervisores faziam um balanço geral dos problemas relacionados aos equipamentos (monitores, *mouses*, câmeras, etc.) e enviavam um relatório para o gerente que solicitava os serviços necessários às empresas prestadoras de serviços, que faziam essa manutenção regularmente. Embora existisse ainda durante a nossa pesquisa o mesmo procedimento por parte dos supervisores, nada podia ser feito pelo gerente, pois não havia quem prestasse a manutenção. Já os operadores que estavam na função há cerca de um ano e que, portanto, só haviam trabalhado durante a administração Rodney Miranda, confirmavam que o problema da manutenção era o mesmo desde quando haviam ingressado no trabalho, o que indicava que o problema não era recente e pontual. Portanto, embora não saibam de detalhes a respeito do contrato de manutenção, os operadores e supervisores confirmam que os problemas são relativos à administração atual da prefeitura.

O problema da manutenção dos equipamentos é confirmado pelos próprios operadores como um grave limite para a efetividade do sistema, quando questionados a respeito dos fatores que contribuem para tanto. Citam as câmeras que não funcionam e, no caso das outras, as que não gravam, as que estão sujas, embaçadas ou caídas (há uma câmera que somente fica apontada para baixo), além dos problemas das estações, dos *mouses*, *joysticks* e monitores. Há certa percepção geral de que "aquilo ali está largado", referência ao descaso da prefeitura quanto ao videomonitoramento, e não apenas em relação à manutenção do sistema. Os operadores, supervisores e guardas mais antigos sempre comentavam como na administração anterior havia maior rigor e fiscalização do trabalho,

relacionado, ao que parece, a certa vontade de fazer do videomonitoramento uma propaganda para o município, a partir de divulgação na televisão de algumas ocorrências registradas pelas câmeras.

Segundo os operadores, a divulgação de ocorrências pela mídia contribuía parcialmente para amenizar a desmotivação que sentiam em relação ao trabalho "invisível" que exercem. Neste sentido, eles costumam comparar os casos em que não são reconhecidos quando ajudam na resolução de algum problema às situações em que são cobrados quando alguma coisa que acontece na frente da câmera não é registrada. Suas falas denunciam uma falta de reconhecimento que os desmotivam.

Embora não haja mais um serviço sistemático de manutenção das câmeras através de contratos com empresas, dois funcionários da prefeitura especializados em manutenção de equipamentos de informática prestam algum auxílio ao videomonitoramento, resolvendo alguns problemas pontuais relativos ao *software*, como quando, por exemplo, alguma estação deixa de funcionar ou alguma câmera para de gravar. No entanto, os problemas mais gerais (e mais graves) como as câmeras quebradas ou que não funcionam adequadamente, as câmeras sujas e os equipamentos de *hardware* quebrados (*mouses*, *joystiks* e monitores) não são resolvidos.

Os problemas relativos à ausência de manutenção das câmeras parecem particulares do caso do município de Vila Velha. Apenas Oliva (2013) menciona o problema da manutenção como determinante para a eficácia da vigilância, embora este estivesse restrito às câmeras quebradas. Já no trabalho de Firmino e Trevisan (2012), embora os autores citem os defeitos de alguns equipamentos, os serviços de manutenção são prestados. Já em estudos em outros países, como o de Smith (2004), essa situação não foi sequer mencionada.

3.8.3 A falta de articulação com os outros setores da prefeitura

Considerando o sistema de videomonitoramento como um "gestor de anormalidades", como ele é apresentado em diversas ocasiões e como também foi observado, e não apenas uma ferramenta de "combate ao crime", para que ele funcione de forma eficiente é preciso que esteja articulado com diversos órgãos da prefeitura, e não apenas com a polícia. A ausência dessa articulação é mais um limite para que ele funcione de forma mais adequada e parece exclusivo do nosso estudo. Firmino e Trevisan (2012), por exemplo, revelam a efetiva articulação do sistema de câmeras com a secretaria de desenvolvimento urbano da cidade de Curitiba (PR), para a "solução" de questões de "ordem urbana", como o comércio ambulante, por exemplo.

Assim como a questão relacionada à manutenção dos equipamentos, o trabalho desarticulado é exclusivo da administração atual que comanda o município de Vila Velha. Segundo foi constatado a partir das entrevistas, na administração anterior o trabalho articulado da prefeitura era uma das maneiras de fazer com que o videomonitoramento fosse mais eficiente, não sendo surpreendente que os operadores/supervisores citassem com frequência esse problema atual como uma coisa que devesse ser solucionada para que os seus trabalhos fossem melhor realizados. Aqui, é preciso deixar claro desde já que não concordamos com a utilização de câmeras, muito menos para esses fins, que podem

potencializar a segregação a partir do controle de populações específicas e comércios informais, por exemplo. Apresentamos essa falta de articulação com o único propósito de ratificar o nosso objetivo, qual seja, desconstruir os discursos daqueles que utilizam as câmeras.

O trabalho desarticulado limita o sistema de videomonitoramento em dois sentidos diferentes, um interno ao próprio sistema e outro externo, relacionado aos diferentes contatos que deveriam ser estabelecidos entre os diversos órgãos da prefeitura.

O primeiro deles refere-se à ausência de um trabalho conjunto entre quem visualiza as imagens (no caso, os operadores) e quem instala as câmeras e toda a infraestrutura necessária para isso (no caso, as empresas). Uma medida simples que valorizaria pequenos detalhes que têm efeitos enormes sobre a capacidade de visualização das câmeras. Por exemplo, pequenas variações na localização dos postes onde estão situadas as câmeras permitiriam que elas tivessem, ao mesmo tempo, uma maior abrangência e, visualizassem áreas consideradas mais importantes, assim como impediria que a visualização fosse comprometida por placas de trânsito, árvores, postes e prédios. Esta última situação, aparentemente banal, tem impacto enorme sobre a capacidade do sistema, pois uma simples placa de trânsito ou um poste, por exemplo, comprometem consideravelmente a capacidade de visualização das câmeras.

Ainda relacionado a este primeiro caso, considerar a opinião dos operadores seria de fundamental importância também para a programação das câmeras. O giro automático das câmeras é programado pela empresa que faz a instalação, que escolhe as diferentes tomadas e *zooms* que as câmeras devem ter dependendo do lugar da instalação. Tanto melhor seria essa programação quanto melhor se conhecesse a área, o que dependeria de um tempo de observação do local, e ninguém melhor do que os operadores para tanto.

É muito comum os operadores reclamarem de situações em que as câmeras estão mal posicionadas em determinado lugar, o que os impede de visualizarem locais em que supostamente há tráfico de drogas (as “bocas de fumo”) ou bares em que o tráfico e uso de drogas é frequente. Ao mesmo tempo, simples deslocamentos dos postes de instalação minimizariam problemas relacionados a algumas barreiras de visualização, como os postes e as árvores.

O segundo caso refere-se à desarticulação do videomonitoramento com os demais órgãos da prefeitura. Casos de animais de grande porte nas ruas, cuja solução depende de uma articulação com o centro de zoonoses; poda de galhos de árvores que atrapalham a visualização das câmeras, que depende de um contato com a Secretaria de Meio Ambiente; cuidado com doentes mentais nas ruas, que depende de contato com a Secretaria de Saúde; abordagem de moradores de rua e usuários de crack, que depende da Secretaria de Assistência Social; abordagem de menores, que depende do Conselho Tutelar. Todas essas foram situações observadas e/ou relatadas que não têm “solução”, pois o videomonitoramento já não está mais autorizado a entrar em contato com os diferentes órgãos/secretarias para auxiliá-los.

Neste caso o problema ou não é resolvido ou fica na dependência de a própria polícia (quem geralmente recebe as solicitações) ou um morador ligar para o setor responsável da prefeitura. Evidentemente que as câmeras servem como uma ferramenta de auxílio para estes casos, mas a falta de vontade política impede que isso ocorra.

Presenciei algumas situações em que o CIODES entrava em contato com o videomonitoramento para visualizar determinadas situações, como animais de grande porte na pista ou o caso de um doente mental perdido na rua, e para que entrassem em contato com o setor da prefeitura responsável. Havia constrangimento por parte do supervisor que avisava que eles não tinham mais contato com os demais órgãos da prefeitura e desapontamento por parte do policial que havia feito a solicitação.

Mesmo quando o videomonitoramento avisa à prefeitura sobre alguma situação, é comum não haver nenhum tipo de resposta e muito menos solução. Ficou conhecido um caso de um senhor que já há alguns meses estava morando às margens de uma importante avenida do município, a Darly Santos, em um barraco improvisado e com uma série de objetos ao redor, permitindo uma nítida visualização através das câmeras. O caso havia sido comunicado à prefeitura e, até então, não havia sido "resolvido". Esses casos acabaram por relativizar o papel das câmeras enquanto ferramentas "higienizadoras", que auxiliariam o Estado na "limpeza" dos indesejáveis, como outros trabalhos discutem (LOMELL, 2004; MARTINAIS e BÉTIN, 2004; FIRMINO e TREVISAN, 2013).

Não é por acaso que os únicos problemas em que o videomonitoramento funciona como uma ferramenta de auxílio seja nas questões relacionadas ao trânsito. O contato do CIODES para comunicação sobre semáforos quebrados, estacionamentos irregulares, óleo na pista, etc., são imediatamente comunicados à Guarda Municipal pelo simples motivo de que ela também funciona na sala de controle. Prontamente os guardas que estão de plantão naquele momento logo comunicam aos que estão nas ruas para averiguação do problema.

Os operadores, inclusive, quando questionados sobre o que consideram positivo e o que de fato funciona no trabalho que realizam, recorrentemente citam a questão do trânsito. Como a guarda também funciona na sala de controle, existe um trabalho conjunto entre os funcionários da guarda e os operadores, as câmeras servindo de auxílio às questões já mencionadas, mas também aos acidentes de trânsito, atropelamentos e, principalmente, aos congestionamentos[21].

3.8.4 Os salários e as condições de trabalho: o trabalho flexível

Caso fosse preciso eleger qual dos fatores relacionados aos limites do sistema de videomonitoramento seja o mais importante para a não eficiência do mesmo, ficaríamos com o fator salário e as condições de trabalho relacionadas às funções de operador e supervisor. Todos os outros

[21] Seguindo a tendência nacional de aumento do número de veículos, de acordo com dados disponíveis em Bergamaschi (2014), em 2013 o município de Vila Velha apresentava a maior frota de veículos do Espírito Santo (190.278) e a maior porcentagem da frota na RMGV (25,22%).

problemas seriam minimizados caso os funcionários da prefeitura que trabalham diretamente com o monitoramento das câmeras fossem valorizados profissionalmente, o que está diretamente relacionado às questões salariais e trabalhistas. Melhor remunerados e seguros em seus empregos, estariam certamente mais motivados a desempenhar melhor seus papéis.

Os operadores recebem R$ 1.110,00 e os supervisores R$1.265,00, valores monetários brutos para um regime de trabalho de 40 horas semanais. Os operadores/supervisores que trabalham entre 22h e 5h recebem um adicional de 20% sobre o salário, proporcional à carga horária trabalhada entre esse período. O valor nunca é exatamente 20% sobre o salário total porque nenhum dos turnos trabalha exclusivamente nesse período em que o pagamento do adicional noturno é obrigatório, ao mesmo tempo em que o regime de escala de trabalho impunha oscilações na quantidade de horas mensais trabalhadas. Se os salários são ruins, os operadores não se esforçam minimamente para desempenhar bem suas funções, exercem um trabalho extremamente burocrático e resistem informalmente ao sistema, o que também foi verificado por Smith (2004).

Evidentemente, nosso trabalho aborda a questão salarial do ponto de vista da desvalorização do trabalhador. Por outro lado, os salários pagos aos funcionários que trabalham com as câmeras contribuem para os elevados custos de um serviço que não tem nenhuma utilidade. É interessante pensar no sistema de vigilância através de câmeras em termos de custos, mesmo que os valores não sejam exatos. Considerando todas as pessoas envolvidas com o trabalho, os gastos salariais mensais chegam a aproximadamente R$ 114 mil, o que equivale a um gasto anual de R$ 1,52 milhão com os salários. O contrato anterior com a empresa de manutenção das câmeras era de R$ 400 mil, com duração de um ano. Anualmente, portanto, os gastos regulares com o sistema giram em torno de R$ 1,92 milhão. É preciso considerar ainda todos os gastos na compra de equipamentos (câmeras, computadores, monitores, etc.) e na instalação das redes de transmissão. As câmeras utilizadas pela prefeitura de Vila Velha custam em média R$ 10 mil cada. Considerando o total de cento e dezesseis existentes, os gastos com estes equipamentos chegam a R$ 1,16 milhão. Os gastos são absurdos considerando que as câmeras não possuem nenhuma eficácia no que se propõem a fazer, ou seja, garantir segurança. O dinheiro poderia ser investido em outras áreas ou mesmo em ações sociais preventivas. Indiretamente, portanto, a utilização de câmeras tem efeitos que prejudicam a vida da população.

Os operadores e supervisores deveriam receber 30% de adicional de periculosidade de acordo com a portaria 1.885 do Ministério do Trabalho e Emprego de 02 de Dezembro de 2013, mas a legislação não é cumprida. A portaria deixa claro que atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou

patrimonial devem ser contempladas[22]. Estão reproduzidas abaixo as informações da portaria, estando-se em destaque onde o trabalho de videomonitoramento deveria ser contemplado:

1. As atividades ou operações que impliquem em exposição dos profissionais de segurança pessoal ou patrimonial a roubos ou outras espécies de violência física são consideradas perigosas.
2. São considerados profissionais de segurança pessoal ou patrimonial os trabalhadores que atendam a uma das seguintes condições:
a) empregados das empresas prestadoras de serviço nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme lei 7102/1983 e suas alterações posteriores.
b) **empregados que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta.**
3. As atividades ou operações que expõem os empregados a roubos ou outras espécies de violência física, desde que atendida uma das condições do item 2, são as constantes do quadro abaixo:

Tabela 13: Atividades contempladas pela Portaria 1.885/13 do Ministério do Trabalho e Emprego.

ATIVIDADES/ OPERAÇÕES	**DESCRIÇÃO**
Vigilância patrimonial	Segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos ou privados e da incolumidade física de pessoas.
Segurança de eventos	Segurança patrimonial e/ou pessoal em espaços públicos ou privados, de uso comum do povo.
Segurança nos transportes coletivos	Segurança patrimonial e/ou pessoal nos transportes coletivos e em suas respectivas instalações.
Segurança ambiental e florestal	Segurança patrimonial e/ou pessoal em áreas de conservação de fauna, flora natural e de reflorestamento.
Transporte de valores	Segurança na execução do serviço de transporte de valores.
Escolta armada	Segurança no acompanhamento de qualquer tipo de carga ou de valores.
Segurança pessoal	Acompanhamento e proteção da integridade física de pessoa ou de grupos.
Supervisão/fiscalização Operacional	Supervisão e/ou fiscalização direta dos locais de trabalho para acompanhamento e orientação dos vigilantes.
Telemonitoramento/ telecontrole	**Execução de controle e/ou monitoramento de locais, através de sistemas eletrônicos de segurança.**

Fonte: Brasil, 2013(Acesso em 6 fev. 2015).

Na medida em que exercem atividade de segurança pessoal e patrimonial e são contratados diretamente pela administração pública, os operadores e supervisores devem ser contemplados com esse adicional de 30% relativos à periculosidade de seu trabalho. A situação dos baixos salários é agravada quando a administração pública não cumpre a legislação.

Os baixos salários são motivos frequentes de reclamação por parte dos operadores quando questionados a respeito do que poderia melhorar em relação ao trabalho que exercem. Acham que ganham pouco, e de fato ganham. As passagens abaixo indicam algumas das respostas dos

[22] Muitos operadores dizem trabalhar com medo. É norma da prefeitura, inclusive, que não saiam uniformizados nos horários de intervalo. Segundo as entrevistas realizadas, as câmeras representam obstáculos ao tráfico nos bairros periféricos e ameaças ao sistema de vigilância e seus funcionários são práticas comuns.

operadores/supervisores quando perguntados sobre o que deveria acontecer para que o sistema funcionasse de fato:

> Os limites do monitoramento? Acho que tem a questão das câmeras que não funcionam, as que estão sujas. Os *mouses* quebrados, as cadeiras ruins, **os baixos salários**, os trabalhadores massacrados pela cobrança excessiva, pela falta de estrutura e pelo **salário** também (Entrevista com A., supervisora da equipe da tarde, 03/09/2014, grifo nosso).

> Olha, **o principal problema para mim é o salário**, mas tem também a falta de estabilidade no emprego, o problema da manutenção das câmeras. (Entrevista com F, operador da equipe da noite, 25/09/2014, grifo nosso).

> O que poderia melhorar aqui no nosso trabalho é olhar menos monitores, mais tempo de descanso porque olhar os monitores toda hora cansa e **o salário** (Entrevista com L., operador da equipe da manhã, 06/09/2014, grifo nosso).

Para compensar, aproveitando-se do trabalho em regime de escala, muitos operadores e supervisores, particularmente aqueles que trabalham no turno da noite, têm dois empregos! Geralmente são funcionários de alguma empresa de segurança privada, sendo deslocados para trabalhar como vigias em bancos ou escolas, mas há também um dentista e um funcionário do CIODES.

Neste sentido, os baixos salários pagos pela prefeitura impõem limites para a eficiência do sistema em duas direções diferentes. Em primeiro lugar, os salários representam o principal fator de desmotivação dos trabalhadores, que não se sentem minimamente obrigados a se esforçar para produzir resultados. Em segundo lugar, como uma parcela considerável dos operadores do turno da noite tem dois empregos, eles geralmente estão exaustos pela quantidade de horas que trabalham, com as capacidades físicas e psicológicas claramente comprometidas para exercer as suas funções. O sintoma do cansaço aparece nitidamente no horário do intervalo, que é usado não para comer alguma coisa, como geralmente faziam os operadores dos outros turnos, mas para dormir.

Os próprios operadores recorrentemente zombam de si mesmos quando o assunto são os baixos salários, que são motivos de piadas frequentes. Como me achavam um estranho em meio ao trabalho deles, pediam que além de minha pesquisa, eu pedisse à secretária para que aumentasse os seus salários. Operadores, em meio à rotina de tédio, ainda conversavam e brincavam sobre possíveis candidaturas ao cargo de vereador, dizendo que as propostas de campanha girariam em torno do aumento salarial e da redução da jornada de trabalho para os funcionários do videomonitoramento. Mostravam-se ainda ansiosos, no final do mês, pelo pagamento que estava para sair, especulando e brincando que talvez o dinheiro tivesse sido depositado antes do prazo.

Além dos salários baixos, há uma clara preocupação entre os operadores relacionada à falta de estabilidade de seus empregos. Eles são selecionados para a função que exercem através de um processo seletivo cujo contrato de trabalho é de um ano, prorrogável por mais um. Como o contrato de

trabalho é temporário e nada seguro – eles podem ser demitidos a qualquer momento[23] -, eles, em geral, são extremamente disciplinados (no que se refere à contestação de seus superiores) pelo medo de perderem seus empregos. Neste caso, a prefeitura pode claramente fazer o que bem entender em relação aos seus contratados, pois não é jamais contestada, o que poderia ocorrer caso os trabalhadores fossem servidores efetivos, seguros em seus empregos, e, portanto, dispostos a assumir riscos de contestação em relação às questões que envolvem seus trabalhos. A fala da operadora reproduzida abaixo é significativa a esse respeito:

> Além do salário um problema também que eu vejo é o excesso de cargos comissionados e o processo seletivo que torna os empregos temporários e vulneráveis. Todos são vítimas do sistema: os operadores, os supervisores, o gerente e até mesmo o subsecretário. Todos estão de passagem, podem ser mandados embora a qualquer momento, então a gente evita entrar em confronto com o modelo. A gente acaba aceitando tudo passivamente. Mas tem o outro lado né [sic], isso ajuda para que o videomonitoramento não funcione também (Entrevista com P., operadora da equipe da manhã, 11/09/2014).

Uma situação observada durante a pesquisa indica tanto o caráter passivo dos operadores quanto as decisões hierárquicas em relação às questões que envolvem o trabalho do videomonitoramento. Um supervisor comunicou à equipe de que a partir de então a troca de dia de trabalho entre os operadores, prática até então comum entre os operadores de diferentes turnos, só poderia ser feita a partir de então com os operadores da equipe do mesmo turno. Segundo ele, tratava-se de uma ordem de cima, da equipe administrativa e que não se podia questionar nada. Os operadores silenciaram, mas as expressões individuais de seus rostos denunciavam que estavam claramente contrariados diante de uma imposição que servia apenas para restringir ao máximo as possibilidades de flexibilidade em seus horários de trabalho.

No último dia de observação acompanhei a avaliação mensal que os supervisores fazem dos operadores na última escala do mês. Cada equipe de supervisores escolhe a metodologia que julga mais adequada para a avaliação individual dos operadores, que deve ser repassada ao gerente juntamente com o relatório diário no último dia de trabalho daquela equipe naquele mês. É bem pouco provável que a avaliação tenha efeitos diretos sobre a continuidade do trabalho dos operadores, mas ela tem sem dúvida a função de constrangê-los e discipliná-los.

Na avaliação acompanhada os dois supervisores colocaram uma mesa no centro da sala e começaram a explicar como seria feita a avaliação. A nota de cada operador seria o resultado de uma média a partir de três notas diferentes: uma autoavaliação, a nota dada para cada operador

[23] Segundo o edital do último processo seletivo, a rescisão do contrato de trabalho antes do prazo previsto, pode ocorrer: a) a pedido do contratado; **b) por conveniência da administração; c) quando o contratado incorrer em falta disciplinar; d) por ineficiência no desempenho do cargo, especialmente no que se refere à sua conduta com relação à responsabilidade, pontualidade, assiduidade, disciplina e produtividade no exercício do cargo para o qual foi contratado**; e) em virtude de servidor aprovado em concurso público específico, quando tomar posse para o cargo, salvo quando houver acúmulo de cargo lícito e compatibilidade de horário, conforme legislação vigente. Estão destacados em negrito os itens no edital que explicitam a instabilidade do trabalho dos operadores, como as considerações genéricas do tipo "conveniência da administração", "ineficiência no desempenho do cargo", "disciplina" e "produtividade".

individualmente pelos demais; e a nota dos supervisores. Com exceção desta última, que seria sigilosa, as demais seriam feitas oralmente naquele momento, ou seja, todos saberiam as notas relativas à autoavaliação e às notas dadas aos demais operadores. Houve um nítido clima de constrangimento, algumas reclamações, mas a avaliação, mesmo que de uma forma um tanto quanto atrapalhada, acabou acontecendo.

As notas da autoavaliação, numa escala de 0 a 10, giravam em torno de 8. Como eles precisavam justificar suas notas, muitas falas indicavam os constrangimentos e os controles que fazem parte de seus trabalhos. Eis algumas falas que faziam parte de suas justificativas: "não conheço muito os lugares e as câmeras, preciso melhorar"; "o silêncio é a melhor resposta"; "estou engatinhando ainda"; "cheguei atrasada dois dias"; "alguns pontos ficaram pendentes, cheguei em cima da hora dois dias, como profissional deveria chegar antes". Já as notas atribuídas aos demais operadores eram ligeiramente superiores, giravam em torno de nove, e não podia ser diferente porque muitos deles não se conheciam e não havia o menor rigor neste tipo de nota, apenas uma obrigação, e para evitar qualquer tipo de problema, geralmente falavam uma nota alta qualquer.

O contrato temporário de trabalho somado aos baixos salários resulta em intensa rotatividade entre operadores. Embora existam alguns funcionários mais antigos, há três ou quatro anos trabalhando no videomonitoramento (haviam feito dois processos seletivos) a maior parte dos trabalhadores está ali há menos de dois anos, sendo que muitos que passaram no último processo seletivo estão ali há apenas dois meses.

A fala do supervisor abaixo explicita essa rotatividade. Quando questionado sobre a ausência de concurso para efetivação dos operadores, ele afirma que isso seria mais um compromisso para a prefeitura, que ela não quer assumir, mas também cita o que ele considera "prazo de validade" dos operadores, relacionado ao trabalho desgastante. Mas conclui que, de fato, são os baixos salários que explicam a intensa rotatividade dos trabalhadores:

> Eu acho que não tem concurso também porque o operador tem prazo de validade. Depois de quatro ou cinco anos ele não aguenta mais ficar aqui porque o trabalho é desgastante, estressante, cansativo. Mas eu acho que se o salário fosse melhor a rotatividade seria menor porque por outro lado é um trabalho bacana, o cara fica sentadinho no ar-condicionado. Mas em geral o trabalho aqui é de passagem, se os caras conseguirem coisa melhor eles saem na hora. A maioria tem mais de um emprego e geralmente o outro paga mais, então eles acabam encarando o monitoramento como um bico (Entrevista com B., supervisor da equipe da manhã, 13/09/2014).

Além de ser encarado como um "bico", uma renda extra, em geral o operador de câmeras está ali apenas garantindo uma renda enquanto aguarda uma oportunidade melhor de trabalho. Além dos operadores que têm outros trabalhos, muitos outros fazem cursos superiores que nada tem a ver com a área de segurança (Direito, Letras, Pedagogia, Enfermagem) o que indica o caráter passageiro do trabalho que exercem, sem falar que as conversas relacionadas a concursos públicos predominam na

sala de controle. Muitos operadores são "concurseiros", ou seja, prestam concursos públicos com frequência.

A rotatividade do trabalho se constitui como um problema determinante na função que exercem, pois é justamente quando estão aprendendo que se encerra o contrato, ou seja, não há continuidade no trabalho. Uma nova leva de trabalhadores geralmente sem experiência alguma chega para recomeçar o trabalho e aprender tudo novamente.

Foi interessante notar que muitos dos novos operadores que ingressaram no trabalho pelo último processo seletivo não apenas tinham dificuldade com o trabalho do monitoramento propriamente dito, mas também com a própria utilização do computador. Sobretudo os mais velhos estavam tendo dificuldade em fazer operações básicas de informática, que são o requisito mínimo e passo inicial para que consigam monitorar as câmeras.

Além das questões relativas às dificuldades quanto à informática, o próprio treinamento não é suficiente. Um dos supervisores que fez parte da primeira equipe a ingressar no videomonitoramento via processo seletivo e que entrou novamente neste último concurso, afirmou o seguinte:

> A nova equipe é muito despreparada porque não teve treinamento adequado após a aprovação, só tiveram uma semana de curso teórico com bombeiros e polícias. No primeiro processo seletivo, após a aprovação, os operadores eram submetidos a um treinamento prático durante um mês antes de exercerem suas funções, o que tornava a equipe mais preparada. Agora os operadores tem que aprender na marra, no dia a dia (Entrevista com B., supervisor da equipe da manhã, 13/09/2014).

A ausência de treinamento da equipe que lá trabalhava durante a nossa pesquisa é apenas mais um indicativo de como o sistema de videomonitoramento não é levado tão a sério pela administração atual da prefeitura. Ainda sobre essa questão, a fala da operadora apresentada abaixo é significativa. Quando estimulada a comentar sobre o que estava faltando para que o seu trabalho fosse melhor realizado, ela disse:

> O problema é que os salários são baixos, a falta de segurança do nosso trabalho temporário atrapalha e falta treinamento adequado para os operadores. Entrei aqui há uns dois anos, já tive uns cinco treinamentos, mas todos falam a mesma coisa. O operador não sabe distinguir as coisas, são inocentes, confundem o uso de crack com um cara tomando refrigerante. Os operadores também não conhecem as áreas que monitoram então não conseguem monitorar direito, por exemplo na hora em que é preciso fazer uma perseguição não consegue trocar de uma câmera para outra no momento certo. Se pudéssemos consultar um mapa com a localização das câmeras seria bom. Prometeram que iriam levar a gente para conhecer os locais de localização das câmeras, mas isso não foi cumprido (Entrevista com M., operadora da equipe da manhã, 05/09/2014).

O não conhecimento do próprio local que monitoram atrapalha-os inclusive quando o CIODES pede o apoio do monitoramento para determinada situação que ocorre em algum lugar e geralmente há uma dúvida geral sobre a localização da qual estão falando. O problema é às vezes solucionado quando o lugar é de conhecimento de algum dos operadores que por ali mora.

Para finalizar este item, é preciso destacar o quão cansativo é o trabalho de operação das câmeras. Se as pessoas que trabalham diariamente em frente a uma tela de computador ou aquelas que passam horas em frente à televisão sabem o quanto incomoda olhar por um longo período para as respectivas telas, o que dizer de um trabalho que consiste em olhar ininterruptamente inúmeras telas em movimento, numa sala escura capaz de cansar ainda mais as vistas, durante um período de oito horas, com apenas dois intervalos? A visualização contínua das imagens somada às vozes de comunicação via rádio e ao entrar e sair das pessoas da sala leva a uma sensação de atordoamento. Isso sem falar nos movimentos repetitivos para deslocamento do *mouse* e para visualização dos monitores. Neste sentido, a fala de um dos operadores, reproduzida abaixo, é significativa:

> Na minha primeira semana de trabalho me sentia atordoado quando chegava em casa, o que me atrapalhava a dormir. As várias imagens que a gente tem que ver, o pré-set, as vozes do rádio do CIODES, que antes eram muito mais altas, tudo isso é muito cansativo (Entrevista com O., operador da equipe da tarde, 04/09/2014).

Embora, em geral, elogiem o regime de escala que possuem, na medida em que proporciona dois dias de folga após dois trabalhados, é quase consensual que as oito horas de trabalho diárias são extremamente desgastantes. Gostariam que fossem no máximo seis horas de trabalho diárias e que houvesse mais intervalos para descanso. Era comum vê-los reclamando de dor de cabeça e torcendo os pulsos após passarem algumas horas visualizando as imagens e trabalhando com o *mouse*, assim como dizem sentir dores no pescoço já que precisam olhar tanto os monitores das paredes quanto os da bancada, o que exige movimentos bruscos e rotineiros a todo instante. Há ainda em algumas estações obstáculos que impedem os operadores de esticarem as próprias pernas, devendo, portanto, permanecerem com as pernas dobradas durante boa parte do turno de trabalho, o que gerava reclamações recorrentes.

Tudo isso contribui para que os operadores estejam ansiosos para que o turno de trabalho chegue ao fim. Era comum vê-los animados apenas quando chegavam ao trabalho e na última hora antes de finalizar o turno, quando as conversas aumentavam em quantidade e em volume e quando as brincadeiras apareciam simultaneamente aos sorrisos nos rostos. Nesse meio tempo, um tipo de trabalho cansativo e desgastante, era o que os levava a aguardar exaustivamente e tediosamente o fim do expediente. Era comum ver os operadores literalmente contando as horas para a chegada da nova equipe que, quando acontecia, murmúrios do tipo "graças a Deus" eram ouvidos. Uma supervisora confirmou que à medida que as horas vão passando a tendência é o trabalho se tornar menos efetivo, pois os operadores vão ficando cansados e, portanto, distraídos.

O problema dos baixos salários é apresentado também por Smith (2004) como um limite para a efetividade das câmeras em seu estudo de caso, no Reino Unido. Porém, nos estudos brasileiros (FIRMINO e TREVISAN, 2012; OLIVA, 2013), esse problema parece não existir porque o trabalho de monitoramento é realizado pela polícia militar, pela Guarda Municipal e por funcionários da prefeitura vinculados, por exemplo, à secretaria de desenvolvimento urbano da cidade. Nestes casos,

sem dúvida, a questão salarial é menos problemática que a de funcionários contratados exclusivamente para exercer a função de monitoramento de câmeras, bem como a estabilidade do trabalho não constitui exatamente um problema, uma vez que se trata de funcionários públicos efetivos.

3.8.5 As resistências dos operadores

Como resposta às condições inadequadas de trabalho e à ausência de acontecimentos relevantes nas áreas vigiadas pelas câmeras, o monitoramento é, muitas vezes, utilizado para fins informais (discutiremos essa monotonia e as características deste tipo de monitoramento no capítulo 5 desta dissertação). As informalidades diversas que fazem parte da rotina da sala de controle foram interpretadas por Smith (2004) como um conjunto de resistências às condições gerais de trabalho do sistema. Se o trabalho é cansativo, entediante e alienador; se o ambiente de trabalho é inadequado; se a remuneração é ruim; se tudo indica os limites para a efetividade do sistema, etc., os operadores têm todas as condições reunidas para que não se esforcem além do mínimo exigido durante o trabalho. O resultado dessa postura é a diminuição da eficiência durante o trabalho de operação das câmeras.

De fato, a grande maioria dos operadores exerce um trabalho extremamente burocrático. O objetivo é apenas esperar o tempo passar enquanto visualizam algumas imagens, sentados em suas respectivas estações. São raros os casos de envolvimento efetivo com o trabalho.

Segundo uma das supervisoras, esse envolvimento já foi maior quando, na administração anterior, os operadores ganhavam um valor por produtividade do trabalho e/ou um dia de folga do trabalho em caso de registros de ocorrências consideradas importantes. Como esses benefícios já não existem, embora ainda exista certa cobrança por resultados, os operadores não se sentem obrigados a nada, justamente porque não são premiados por isso. Se de alguma forma se sentem impelidos a mostrar resultados, isto está relacionado exclusivamente a uma tentativa de manter o emprego, principalmente com a renovação do contrato de trabalho após um ano.

Evidentemente que a motivação do trabalho relacionada a premiações relativas à produtividade só pode ocorrer quando todas as outras condições de trabalho são desfavoráveis. Caso o salário fosse melhor, os equipamentos de trabalho fossem adequados, se o ambiente de trabalho fosse mais agradável, enfim, se o respeito em relação aos operadores fosse maior, a motivação apareceria naturalmente e provavelmente maior seria a eficiência do sistema.

As falas abaixo indicam como existe uma contradição entre as condições gerais de trabalho oferecidas pela prefeitura e a eficiência do sistema de videomonitoramento, que passa diretamente pela motivação dos funcionários:

> A prefeitura fica cobrando resultados da gente, que a gente registre mais ocorrências, que a gente atue na prevenção. Mas em contrapartida não oferece minimamente estrutura para o nosso trabalho, tem ar-condicionado com problema, *mouses* e *joysticks* quebrados, as cadeiras ruins e algumas estão quebradas. A prefeitura não deu treinamento pra gente também (Entrevista com D., operador da equipe da noite, 15/09/2014).

> Isso aqui é uma porcaria e ainda tem gente que fica babando o ovo [sic]. Acho que o que mais falta é motivação para os operadores, e isso está diretamente relacionado ao salário e à efetivação no trabalho, para dar estabilidade (Entrevista com F., operador da equipe da noite, 25/09/2014).

Ao mesmo tempo, a segunda fala deixa explícita como o trabalho não é levado a sério se o sistema ("Isso aqui") é uma porcaria. Questiona ainda os raros operadores que ainda se esforçam no trabalho e/ou o elogiam, que é o sentido da expressão "babando o ovo". Era reveladora a maneira como se comportava o operador da fala acima durante o trabalho, assim como alguns de seus colegas de turno: estavam particularmente desmotivados e tratavam o monitoramento quase como uma piada, dando uma nítida impressão de resistência informal ao sistema, o que se expressava quando conversavam entre si, quando me contavam casos de suas vidas particulares (relacionados a bebidas, mulheres e festas) e quando largavam o *mouse* e deixavam de monitorar, revelando todo o seu desprezo em relação ao monitoramento.

O tema da desmotivação aparecia frequentemente nas entrevistas realizadas. Os problemas discutidos até aqui tornam praticamente impossível que o trabalho de monitorar câmeras seja bem feito. Algumas falas que mencionam o tema da desmotivação dos trabalhadores do videomonitoramento estão reproduzidas abaixo:

> Acho que se pudesse falar de uma solução para que as coisas melhorassem por aqui, acho que essa **solução passa pela motivação dos operadores**, porque eles estão muito desmotivados (Entrevista com P., operadora da equipe da manhã. 04/09/2014, grifo nosso).

> Acho que **o que mais falta é motivação para os operadores**, e isso está diretamente relacionado ao salário e à efetivação no trabalho, para dar estabilidade (Entrevista com F., operador da equipe da noite, 25/09/2015, grifo nosso).

> Eu gosto de trabalhar aqui porque eu posso agir no momento do ato, me empolgo quando participo com a polícia da solução de um crime. As câmeras quebradas, os problemas que em geral atrapalham o trabalho, acabam **desmotivando os operadores** porque acaba que eles não participam diretamente das ocorrências (Entrevista com a supervisora W., da equipe da noite, 17/09/2014, grifo nosso).

> Na administração anterior acho que os operadores funcionavam melhor, agora sinto que eles estão mais relaxados, mais dispersos. Acho que isso tem relação com o descaso com eles, descaso de estrutura, salário, **motivação**. (Entrevista com M., supervisora da equipe da manhã, 12/09/2014, grifo nosso).

> Quando saio daqui, não quero nem saber mais, tento esquecer. Quando chego na faculdade à noite é um paraíso. Já estou há três anos aqui, quero sair, não aguento mais (Entrevista com V., operador da equipe da manhã, 08/09/2014, grifo nosso).

Embora não se refira explicitamente à questão da motivação, a última passagem acima é representativa quanto ao relacionamento que os operadores mantêm com os seus trabalhos, de três maneiras diferentes. Em primeiro lugar, uma relação de pura obrigação indicada pelo início da fala: "Quando saio daqui, não quero nem saber mais, tento esquecer...". Em segundo lugar, um contraponto ao suposto paraíso que seria a sua faculdade: a sala de controle das câmeras seria o inferno?

Finalmente, o final da fala "...quero sair, não aguento mais.", revela o caráter passageiro de um trabalho que só se preserva quando não há nada melhor em perspectiva.

As resistências dos operadores podem também ser entendidas em relação aos conflitos de trabalho na sala de controle. Smith (2004) menciona os conflitos entre operadores e supervisores na sala de controle de câmeras, na medida em que os últimos representam a posição simbólica e real de poder. Embora, no caso de Vila Velha, a hierarquia diferencie claramente as funções de supervisor e operador, os primeiros responsáveis pelo controle do trabalho exercido pelos segundos, há, na verdade, mais uma relação de cooperação e entendimento, porque ambos são vítimas do sistema, do que propriamente conflitos. Mas eles existem.

Alguns operadores, por exemplo, gostam de "brincar" de fazer ocorrências, registrando situações diferentes verificadas nas ruas, como, por exemplo, pessoas bêbadas, quedas de pessoas em vias públicas e pessoas urinando. Como as ocorrências feitas durante o turno passam pelo filtro do supervisor antes que o relatório seja encaminhado ao gerente, os operadores são algumas vezes cobrados no sentido de evitarem ocorrências banais, que não acrescentam nada ao trabalho deles. Porém, esses avisos são geralmente ignorados, os operadores continuam fazendo as mesmas coisas, pois é uma maneira informal de lidar com o sistema e que ajuda a fazer o tempo passar.

Há, ainda, um nítido descontentamento por parte dos operadores quando estes são chamados à atenção enquanto conversam ou quando são cobrados para que fiquem atentos às imagens, para que não percam as ocorrências. As cobranças geralmente são feitas por supervisores que já não são bem vistos pela equipe, o que aumenta o desconforto.

Essa relação de cobrança se manifesta inclusive no controle do horário do intervalo do café. Um operador manifestou seu descontentamento em relação ao supervisor quando foi apressado para que voltasse ao seu trabalho de monitoramento. Após a saída do supervisor, desabafou:

> Na primeira turma são dez minutos de descanso, na última meia hora. Esse cara fica cobrando pra gente voltar para a sala antes do tempo, mas eu não vou agora não. Esse cara é metido porque faz faculdade de direito, mas na verdade ele não sabe nada (Fala do operador N., da equipe da noite, 27/09/2014).

O operador, que faz parte da primeira turma a sair para o café, demonstra todo o seu descontentamento por ter tido o seu tempo de intervalo, que deveria durar quinze minutos, reduzido. Sua fala, inclusive, denuncia maior tolerância com a última turma. Provavelmente exagerado no que se refere ao controle do horário de intervalo para o café, o que seu comentário explicita é o tempo insuficiente de descanso para os operadores concedido por um sistema controlador, representado simbolicamente pela figura do supervisor, acusado de estar se aproveitando de sua função superior na hierarquia do trabalho.

Às vezes ocorrem também queixas dos operadores em relação aos níveis superiores da hierarquia de trabalho, como o gerente e os supervisores. Porém, embora haja conflitos, o que a nossa pesquisa claramente indica, é que todos eles (operadores, supervisores e gerente) são, na verdade, vítimas de um sistema de trabalho flexível que não oferece condições de trabalho adequadas e que,

assim mesmo, cobra resultados. Inclusive, foi interessante notar que alguns supervisores e o próprio gerente eram antigos operadores. Na maior parte das vezes, então, a relação entre eles é de cooperação e não há cobranças excessivas, pois conhecem, mais do que ninguém, os limites para que exerçam um trabalho eficaz. Relação conflituosa existe entre a polícia militar e o videomonitoramento, tema que será abordado a seguir.

3.8.6 A relação com a polícia militar

Como já havia mencionado, a sala da central de videomonitoramento está em comunicação permanente com a polícia militar via um sistema de rádio. Todas as ocorrências policiais do município de Vila Velha são sonoramente acompanhadas pelos operadores e supervisores dos diferentes turnos de trabalho 24 horas por dia, através de um contato direto com o CIODES, com o 4º batalhão da Polícia Militar de Vila Velha e com as viaturas policiais nas ruas.

A passagem abaixo, fruto da entrevista realizada com um membro da equipe administrativa, é representativa do discurso oficial que menciona a importância das câmeras para o trabalho da polícia. Veja:

> Como um apoio, a gente que tem acesso à polícia militar, eles nos respeitam muito, porque eles veem efetividade, então é um trabalho muito parceiro, o tempo que eu estava lá dentro e até mesmo aqui fora. Eles perguntavam: " a gente tá fazendo uma operação aqui, essa câmera tá funcionado? Eu preciso de ajuda para uma coisa que eu não consigo ver, eu preciso do apoio de vocês". A gente vê muito respeito por parte deles, foi conquistado através do trabalho bem feito da equipe do monitoramento. Por que uma coisa sou eu estar vendo uma situação e entrar em contato com o CIODES e a polícia militar chega lá e pergunta: "videomonitoramento, é o que? Cheguei aqui e não tem nada"! Outra coisa é você ir chamando a atenção deles quando você passa o rádio e fala que é do videomonitoramento eles vão para o lugar com a certeza de que realmente tem algo ali. Acho que nós fomos conquistando este espaço com eles. Desde a época que eu estou aqui eu nunca vi a policia militar agradecer tanto o videomonitoramento porque partiu tudo da gente, então tem o reconhecimento do trabalho (Entrevista com H., membro da equipe administrativa do videomonitoramento, 22/05/2014).

A entrevista foi realizada antes do trabalho de observação realizada na central onde são monitoradas as câmeras. A fala menciona a importância das câmeras enquanto ferramentas de auxílio ao trabalho policial. Com isso, supostamente, as câmeras teriam o respeito por parte da polícia e aqueles que trabalhavam diretamente com a vigilância teriam seus trabalhos reconhecidos. Porém, não foi isso que se constatou. A discussão a seguir mostra os limites desse discurso.

O sistema de videomonitoramento deve funcionar como um auxílio ao trabalho da polícia militar, que eventualmente solicita o monitoramento de algum "suspeito" nas ruas, o acompanhamento de alguma ocorrência ou mesmo avisa sobre algum problema constatado ou comunicado à polícia (semáforo quebrado, óleo na pista, pessoas perdidas) para que o monitoramento entre em contato com o órgão da prefeitura responsável pelo caso. O CIODES também tem acesso às imagens das câmeras, embora não possa monitorar as imagens.

Por outro lado, o videomonitoramento deve entrar em contato com o CIODES caso alguma situação da rua exija a presença da polícia militar. No período em que permaneci na central isso nunca ocorreu, pois as câmeras raramente registram crimes e delitos importantes. Alguns operadores afirmam que em alguns casos em que a polícia é acionada nem sempre as solicitações são atendidas, pois faltam viaturas nas ruas. Neste caso, a tão difundida economia de gastos com a substituição do trabalho policial pelas câmeras (embora os custos que envolvem a vigilância través de câmeras sejam elevadíssimos, como vimos) não passa de uma perspectiva enviesada, pois as câmeras precisam necessariamente estar articuladas com o trabalho policial.

Tanto operadores quanto supervisores estão autorizados a estabelecer contato com a polícia através do rádio, embora seja recomendado que a pessoa da estação mais próxima ao rádio ou a equipe de apoio o faça, uma maneira de evitar que pessoas localizadas nas estações mais distantes precisem se deslocar – foram presenciadas situações de conflito relacionadas a esse deslocamento não autorizado. Ocorre que geralmente é um dos supervisores quem faz este contato. Existe um nítido constrangimento tanto por parte de supervisores, mas principalmente por parte dos operadores de fazer esse contato, relacionado a uma sensação de inferioridade em relação aos militares.

Questionados sobre o assunto muitos confirmaram que, de fato, se sentem inferiores às polícias quanto ao trabalho que realizam e mesmo chegaram a descrever casos em que os policiais demonstravam sinais de arrogância e superioridade quando eventualmente chegavam à sala de controle para verificar alguma situação. Relataram casos em que o CIODES não atendia os chamados do videomonitoramento ou não gostava que os operadores falassem através do rádio, o que contribui para que os operadores se sintam constrangidos para acioná-lo em caso de pequenas ocorrências. Eles continuavam, afirmando que tudo isso também está relacionado a pouca credibilidade que o videomonitoramento tem com a polícia, raramente servindo de auxílio à resolução de alguma ocorrência.

No período de observação na sala de controle, isso foi claramente constatado. Os operadores são orientados a prestar atenção às ocorrências ouvidas no rádio enquanto monitoram, e, se possível, acompanhá-las pelas imagens das câmeras. O problema é que isso quase nunca é possível em razão dos limites do sistema discutidos anteriormente, seja relacionado à incapacidade de abrangência das câmeras, seja ao enorme percentual de câmeras que estavam sem funcionar, ou mesmo à impossibilidade de o operador acompanhar adequadamente as imagens das câmeras. Para ser mais exato, durante todas as horas de observação, em apenas uma situação o videomonitoramento serviu de auxílio à polícia, quando foi solicitado a indicar o ônibus que um adolescente, suspeito de estar carregando drogas na mochila, havia tomado no bairro Praia da Costa. A polícia foi avisada e conseguiu abordar o rapaz alguns quarteirões à frente.

Em todas as outras ocorrências em que a polícia militar estava envolvida (e elas eram muitas!) as câmeras não puderam servir de auxílio. Essa enorme discrepância entre as ocorrências policiais e o trabalho das câmeras também pode ser verificado, inclusive, quando comparamos os raros e, muitas

vezes, banais registros de ocorrências pelas câmeras (pessoas bêbadas, uso de drogas, pequenas colisões de trânsito, etc.) com as frequentes chamadas de ocorrências verificadas no rádio de comunicação (roubos, estupros, homicídios, etc.).

É notório tanto o constrangimento dos supervisores quanto o desapontamento dos policiais quando os primeiros precisam avisar que determinada câmera está inoperante (termo usado para dizer que a câmera não está funcionando) e/ou não tem mais contato com determinado órgão da prefeitura quando são solicitados a verificar determinada questão através das imagens. Essa situação é tão comum que a impressão que se tem é que quando a polícia militar faz alguma solicitação é por mera formalidade.

Por se sentirem insatisfeitos, os operadores encontram maneiras de zombar do trabalho policial cotidiano, para que pelo menos por alguns instantes as fraquezas policiais também fiquem expostas. Presenciei situações em que eles achavam graça do desespero dos policiais durante algumas perseguições, costumavam rir das vozes de alguns policiais que falavam no rádio, sobretudo uma mulher cuja comunicação via rádio era ansiosamente aguardada para que eles pudessem cair na gargalhada; e ainda especulavam o que faziam os policiais quando a comunicação via rádio cessava: estariam tomando café, lendo jornal ou acessando a internet?

Cabe registrar ainda que há uma nítida contradição entre o tédio que paira sobre a sala de controle e a geralmente histérica comunicação via rádio. As ocorrências ouvidas no rádio são muitas vezes uma diversão para os operadores, mais uma estratégia encontrada para passar o tempo durante as longas horas de observação. Eles não apenas ouvem como também comentam e discutem histórias de roubos, homicídios, estupros, etc., cuja distância em relação a elas dava-lhes um aspecto de ficção.

CAPÍTULO 4 – ESSAS CÂMERAS NÃO "FUNCIONAM"!

O trabalho feito nos espaços públicos vigiados por câmeras reorientaram os rumos da pesquisa. Foi uma surpresa descobrir que em geral as pessoas não sabem da presença das câmeras e que, quando sabem, não acreditam que "funcionem". Portanto, as questões inicialmente formuladas sobre a suposta sensação de segurança proporcionada pelas câmeras, sobre se elas haviam provocado mudanças no local após serem instaladas e se as pessoas se sentem incomodadas pelo fato de estarem sendo vigiadas precisaram ser necessariamente relativizadas. O porquê de as pessoas não acreditarem no "funcionamento" das câmeras foi a questão que orientou as entrevistas. Evidentemente, aproveitando-se do período passado na central de videomonitoramento, foram escolhidas áreas em que as câmeras de fato funcionam. O que significa, então, esse "funcionar"?

Veremos que o significado de "funcionar" está relacionado à incapacidade de as câmeras resolverem os diversos "problemas", do ponto de vista dos entrevistados, que se apresentam nos espaços vigiados. As câmeras são incapazes de oferecerem "sentimento de segurança" à população, o que, a nosso ver, complementa os limites delas apresentados no capítulo 3, como forma de desconstruir os discursos justificadores daqueles que as utilizam.

Porém, por trás do discurso da "segurança", os entrevistados revelam explicitamente o desejo de que as câmeras funcionem como ferramentas de controle socioespacial. Gostaríamos, desde já, de deixar claro a nossa crítica a essa função (e de todas as outras) das câmeras. Apresentamos os discursos rasos e preconceituosos dos entrevistados (veremos a utilização recorrente de palavras como "bandido", "marginal", "vagabundo", "drogado", etc.) na medida em que eles sublinham o que se espera em relação à vigilância, demonstrando o perigo que a utilização de câmeras pode ocasionar, quando elas são potenciais ferramentas na promoção de injustiças.

As demandas dos entrevistados, por outro lado, demonstram como a utilização de câmeras parece alimentar o estigma sobre determinados grupos sociais, aqueles pertencentes às classes dominadas. A atualização permanente da vigilância, que as câmeras pressupõem, fortalecem os muros urbanos simbólicos que estabelecem a oposição binária entre "bons" e "maus", seja indivíduos ou usos que se faz dos espaços públicos. A pluralidade, que aos poucos vai perdendo terreno para a padronização dos espaços, encontra mais uma ameaça no caso da utilização de câmeras.

Foi realizado um trabalho sistemático de observação em três áreas da cidade de Vila Velha vigiadas por câmeras, nos bairros Praia da Costa, Glória e Riviera da Barra, bem como foram entrevistados transeuntes, moradores e comerciantes. Decidiu-se por apresentar os resultados das três áreas pesquisadas separadamente, considerando as diferenças entre elas.

4.1 O bairro Praia da Costa

4.1.1 Formação e caracterização do bairro: breves apontamentos

O bairro Praia da Costa localiza-se no litoral norte de Vila Velha (Figura 9), é atravessado pela Terceira Ponte, cuja proximidade permite fácil acesso à capital Vitória. De acordo com o Censo

demográfico do IBGE de 2010, é o bairro mais populoso do município de Vila Velha, com 31.083 habitantes, cuja esmagadora maioria apresenta elevado poder aquisitivo sendo, portanto, um bairro de residência das classes médias e dominantes.

Figura 9: Localização do bairro Praia da Costa e da câmera da área de estudo.
Fonte: IJSN (2013) – Elaborado pelo autor.

Evidentemente, a presença da elite econômica do município no bairro e os privilégios relativos ao exercício de seu poder político, como é comum em diversas cidades brasileiras, torna-o um espaço privilegiado, dotado de boa infraestrutura, cujos problemas são irrelevantes relativamente às outras áreas da cidade.

A densificação do bairro por meio da verticalização foi relativamente tardia, iniciando-se na década de 1980, com o interesse do mercado imobiliário na região a partir do anúncio da construção da Terceira Ponte, que viria a permitir um elo mais curto e eficiente com a capital Vitória, particularmente com o surgimento de um importante subcentro na capital, constituído pelos bairros Praia do Canto e Enseada do Suá.

No início do século XX, com o desenvolvimento do transporte ferroviário e o início da expansão urbana de Vila Velha nas proximidades das linhas férreas, não houve condições suficientes para ocupação do litoral, pois a linha de bonde, principal meio de transporte até a década de 1940, não

atendia à orla do município. A impossibilidade de valorização do espaço dificultava, portanto, a produção imobiliária para a venda, o que, de acordo com Bernardo Neto (2012), restringia o uso do espaço à construção de residências para veraneio, com uma qualidade arquitetural e pertencente às camadas das classes dominantes.

O interesse em adquirir terrenos para construção restringia-se à área central da cidade, como confirma a passagem abaixo, quando Santos (1999) refere-se ao tardio desenvolvimento do mercado imobiliário da orla do município.

> Nesse tempo [até meados do século XX], os terrenos negociáveis eram tão somente aqueles circunvizinhos ao antigo centro da cidade, a curta distância da praça Duque de Caxias [localizada no centro da cidade], e mesmo assim a baixo custo. Seria, portanto, tarefa difícil, ou quase impossível, encontrar pretendente para área ou lotes tão distantes, que além de tudo estavam sobre areia e sem qualquer infraestrutura (SANTOS, 1999, p. 130-131).

Segundo Santos (1999), uma ocupação tímida do bairro ocorreu a partir do loteamento das terras pertencentes à família Motta durante a década de 1940. Um segundo loteamento ocorreu através das divisões das terras do sítio Flexal, de propriedade de Manoel Ferraz Coutinho e foi aprovado pela prefeitura em 1950. Inicialmente os lotes não despertaram interesse entre os moradores locais muito provavelmente porque se tratava de uma área com ausência de infraestrutura e relativamente distante dos principais acessos à capital Vitória.

De acordo com Bernardo Neto (2012), ainda nos anos 1970, apesar de se destacar como um atrativo natural e de ser um balneário muito frequentado, inclusive já tendo acesso rodoviário à capital, não havia ainda interesse do setor em verticalizar a região. Segundo o autor,

> É bem provável que tal realidade se deva ao fato de que a maior parte da população de Vila Velha, até esse momento, trabalhava e buscava os bens e serviços dos quais necessitava em Vitória. Residir na orla vilavelhense, portanto, significava ter que percorrer diariamente cerca de mais de 20 km entre ida e voltar ao centro da capital, com o agravante de cada vez mais ter que enfrentar congestionamentos nesse deslocamento, sobretudo por conta das estreitas pontes que ligavam os dois municípios. Isso, somado às condições favoráveis que o mercado imobiliário vinha encontrando na capital, resultava em pouco interesse desse setor econômico pelo espaço urbano de Vila Velha, inclusive em suas praias mais frequentadas (BERNARDO NETO, 2012, p. 116-117).

Essa realidade só começa a se modificar com a emergência de um subcentro na capital, na região dos bairros Praia do Canto e Enseada do Suá, com o anúncio da construção da Terceira Ponte e com os limites legislativos impostos à construção na capital, a partir da década de 1980. Desde então, o mercado imobiliário encontra uma importante frente de expansão na orla do município de Vila Velha (auxiliado pela permissividade oferecida à construção civil por parte da prefeitura), particularmente no bairro Praia da Costa.

Hoje, o bairro Praia da Costa ainda é uma importante frente de atuação do mercado imobiliário no município. Apresenta-se extremamente verticalizado, com poucas residências em forma de casas, possui um comércio significativo, quase que exclusivamente destinado às classes médias e dominantes

que vivem no bairro, destacando-se, desde 2002, a presença de um grande *shopping center*, o Shopping Praia da Costa, localizado na descida da Terceira Ponte.

O turismo representa uma atividade econômica importante para o bairro e está diretamente relacionado à presença da praia, uma das mais frequentadas da RMGV em função da beleza cênica e da relativa boa infraestrutura da orla. Sobretudo durante o verão, a Praia da Costa recebe uma significativa presença de turistas provenientes de diversas partes do Espírito Santo, mas também de outros Estados, particularmente Minas Gerais e Rio de Janeiro.

4.1.2 Breve descrição da área da pesquisa

Escolheu-se o que é, provavelmente, a área mais movimentada da orla do bairro Praia da Costa para a pesquisa. Além da presença de prédios residenciais, comum às demais áreas da orla, a circulação de pessoas por essa área é, em geral, significativa, como resultado de uma paisagem ímpar, dos serviços de comércio disponíveis, de uma antiga vila de pescadores e, principalmente, do calçadão mais largo relativamente às outras áreas da orla (Figura 10).

Figura 10: Espaços contemplados pela câmera da área de estudo na Praia da Costa. As setas vermelhas indicam a localização da câmera.
Foto do autor: Outubro/2014

A presença de algumas ilhas nas proximidades da costa e a conformação da praia em forma de enseada, ao mesmo tempo em que facilita a vida dos banhistas, torna singular esta parte da praia, que talvez constitua a área de maior beleza cênica da orla de Vila Velha.

A atividade comercial é particularmente importante, tanto no seu aspecto formal quanto no informal. O comércio formal localiza-se tanto na avenida principal da orla quanto numa rua transversal a ela e conta com a presença de três restaurantes, duas sorveterias, um bar, uma farmácia, uma padaria, uma banca de revistas e um estúdio de pilates. No calçadão estão presentes três quiosques, que também podem ser considerados como parte do comércio formal. O comércio informal desenvolve-se no calçadão destacando-se as barracas de artesanato, de artigos de praia, de cosméticos, de lanches e de água de coco. Há, inclusive, uma feira artesanal que ali se instala em determinados dias da semana.

Na área, existe uma comunidade de pescadores que, com seus barcos e sua estrutura de comercialização de peixes, ocupa uma parte considerável da areia da praia. Nas proximidades da comunidade, vivem algumas pessoas em barracas montadas ou mesmo usando alguns barcos dos pescadores como parte do abrigo.

O calçadão é uma área de atividades físicas e de lazer bem estruturada. Há uma academia popular de ginástica, um espaço de ginástica para a terceira idade e inúmeros bancos para sentar. Entre o calçadão e a avenida da orla, há uma ciclovia e no outro limite do calçadão, já na areia da praia, um parquinho para crianças.

Considerando se tratar de uma área destinada principalmente às atividades de lazer e físicas, a movimentação de pessoas está diretamente relacionada às condições climáticas, ao dia da semana e aos horários do dia. Em dias de sol, a areia da praia é tomada por banhistas, que vão desde moradores do bairro, passando por pessoas que vêm de outros bairros do município e da RMGV e até mesmo turistas, inclusive de outros Estados, destacando-se Minas Gerais e Rio de Janeiro. Durante os dias da semana, a predominância é de moradores do próprio bairro Praia da Costa e de turistas, enquanto nos finais de semana os moradores do bairro se retiram, em parte, e dão lugar às pessoas de outros bairros e municípios, particularmente aquelas oriundas dos bairros populares de Vila Velha.

A utilização do calçadão segue a mesma lógica descrita no parágrafo anterior. Durante a semana é muito utilizado pelos moradores do bairro, que se aproveitam da boa infraestrutura existente, seja para caminhar, andar de bicicleta, levar o cachorro para passear, bater papo nos vários bancos distribuídos pelo calçadão e se exercitar na academia popular de ginástica. Nos finais de semana, o calçadão é o palco por onde circulam uma infinidade de pessoas oriundas dos mais diversos lugares, indicando a constituição de uma paisagem heterogênea, em que as atividades físicas e de lazer se misturam a uma intensa atividade comercial, tanto formal (os quiosques) quanto informal, destacando-se as inúmeras barracas de lanches, bebidas, artesanato, produtos de praia, etc.

Ao contrário dos dias ensolarados, em dias chuvosos ou de ausência de sol a circulação de pessoas é mínima, restringindo-se às poucas pessoas que se aventuram em se exercitar e aos antigos

moradores que sentam nos bancos do calçadão para bater papo. Os banhistas nesses dias são praticamente inexistentes e o comércio é extremamente prejudicado.

O tipo de movimentação da área também está relacionado à hora do dia, em função da intensidade do sol. Em geral, as pessoas se exercitam no início da manhã e no final da tarde, enquanto a movimentação de banhistas é mais intensa quando o sol é mais intenso, ou seja, no período entre o final da manhã e o final da tarde. Embora não tenham sido feitas observações no período da noite, com a observação feita durante a pesquisa na sala de controle e com o conhecimento prévio que possuíamos, é possível afirmar que o local é também bastante movimentado durante a noite, quando as pessoas o utilizam para passear com as suas famílias, namorar, comprar nas barraquinhas do calçadão e consumir nos comércios das ruas.

Em resumo, o trabalho é intenso para o operador responsável pela câmera que contempla esta área. A câmera que ali está foi das primeiras a serem instaladas no município de Vila Velha e o seu raio de alcance permite uma boa visualização da praia e de seus banhistas, do calçadão e de seus frequentadores, da ciclovia e de seus usuários, da avenida principal da orla e de uma rua transversal a ela e, portanto, dos comércios que ali se desenvolvem. Trata-se, portanto, de uma câmera bem localizada que, com exceção de alguns obstáculos relacionados aos limites impostos por algumas árvores, placas e postes, cumpre bem a sua função de vigiar o local.

4.1.3 Por que a câmera não "funciona"

Dentre as pessoas entrevistadas na Praia da Costa constam moradores, frequentadores assíduos, frequentadores esporádicos, turistas, comerciantes formais, comerciantes informais e presidente da associação de moradores. A câmera não "funciona", em primeiro lugar, porque as pessoas não sabem que ali existe uma câmera. Raríssimas são aquelas que o sabem. Mas, como dissemos, de fato a câmera não tem problema de funcionamento.

Antes de fazer a pergunta sobre aquela câmera específica, eu os questionava se conheciam a política de câmeras do município de Vila Velha. Com exceção de alguns turistas, todos sabiam que existiam câmeras espalhadas por Vila Velha, citavam geralmente as câmeras da orla, mas ficavam surpresos quando descobriam que estavam sendo monitorados especificamente naquele local.

Aqui é importante registrar que as câmeras da prefeitura são pequenas, de cor branca, colocadas em postes da mesma cor e numa altura considerável. Em resumo, com exceção dos casos em que um alto-falante[24] anuncia-as, elas são discretas e dificilmente uma pessoa descobriria uma

[24] Muitos dos entrevistados das três áreas em que realizamos a pesquisa insistiam na importância da divulgação das câmeras enquanto estratégia de inibição. Os alto-falantes que estão acoplados em algumas câmeras buscam cumprir essa função. Como constatou-se durante a pesquisa, as pessoas cientes em relação à presença da câmera geralmente o são nos casos em que elas são anunciadas pelo alto-falante. As câmeras tagarelas (como são chamadas aquelas que possuem um alto-falante acoplado) podem emitir gravações que anunciam a presença da câmera ou avisam da proibição de jogar lixo no local, por exemplo. Para tanto, é preciso que o operador acione a gravação com um simples *click* no mouse. Como descobriu-se durante a pesquisa, esse acionamento já foi mais

câmera apenas andando pelas ruas. Eu mesmo só passei a notá-las em diversos lugares a partir do momento em que começamos a pesquisá-las.

As raras pessoas que sabem da presença de uma câmera naquele local são geralmente comerciantes que acompanharam o processo de instalação e cuja presença permanente facilita tanto a observação da câmera quanto a audição do alto-falante que a anuncia. Alguns deles, porém, desconfiam de que ela não esteja"funcionando", como atesta a passagem abaixo, fruto de uma entrevista com a proprietária de uma banca de revistas, ali situada há nove anos:

> Olha, eu sei que tem essa câmera aí, mas tenho quase certeza de que ela não está funcionando.
>
> Por quê você acha isso?
>
> Eu já sofri quatro assaltos aqui depois que instalaram essa câmera, tem tiroteio direto na praia, inclusive um matou uma mulher. Houve o caso de uma mulher que apanhou de um cara e sofreu aborto na praia, tem os caras que usam droga na pedra e que escondem armas, tem gente que esconde armas na areia também. Tinha um terreno abandonado aqui do lado que as pessoas ficavam dormindo, usando droga, fazendo sexo. Esse problema só foi resolvido quando um rapaz que trabalha no ministério público notificou o dono do terreno (Entrevista com J., proprietária de banca de revistas na Praia da Costa, 16/10/2014).

Como se pode verificar no diálogo acima, a proprietária da banca de revistas não tem nenhuma informação concreta sobre o funcionamento ou não da câmera. Sua percepção sobre o não "funcionar" está diretamente relacionada às supostas situações que ocorrem no local que, segundo ela, não deveriam acontecer. O que sua fala deixa a entender nas entrelinhas é que a câmera deveria atuar no sentido de impedir que os problemas citados por ela aconteçam.

Neste mesmo sentido, a fala abaixo, de um morador da Praia da Costa há dez anos, expressa o que significa o não "funcionar" das câmeras para as pessoas entrevistadas:

> Parece que essas câmeras funcionam um dia e ficam dez sem funcionar.
>
> Por que?
>
> Essas câmeras só falam às vezes, se for para ser sigiloso é melhor nem ter câmera, tem que falar para inibir o bandido. A praia tá cheia de mendigos, eles ficam tomando cachaça, pessoas usando drogas, cachorros na praia, pessoas andando de skate e bicicleta no calçadão. Nunca via atuação da câmera nesse sentido aqui. Nesse tempo que frequento a orla não vi efeito nenhum delas. Pelo menos aqui na Praia da Costa acho que não está funcionando (Entrevista com J., transeunte e morador da Praia da Costa, 12/11/2014).

A câmera não "funciona" porque é incapaz de evitar as "anormalidades". Vê-se que a expectativa das pessoas quanto às câmeras refere-se à sua utilização enquanto ferramentas que auxiliem na resolução dos "problemas que atrapalham o bom funcionamento da orla".

---

comum, quando os operadores podiam também emitir falas próprias e não apenas gravações. Atualmente, este segundo caso é proibido e as gravações raramente são acionadas.

Um dos problemas, do ponto de vista dos entrevistados, mais citados, inclusive na fala acima, é a frequente utilização de drogas pelos frequentadores da praia e do calçadão. Os entrevistados esperam que a câmera atue no sentido de prevenção, mas principalmente de repressão aos usuários de drogas[25], cuja presença é muito comum em uma das ilhas do local, de fácil acesso a partir da areia da praia e é motivo de constante reclamação por parte dos moradores e comerciantes, que associam a utilização de drogas com os problemas de uma suposta insegurança da região.

Em diversas ocasiões durante a pesquisa nas ruas, presenciei pessoas fumando maconha, assim como visualizava os operadores registrando ocorrências de uso/posse de entorpecentes na praia. Os comerciantes, moradores e transeuntes reclamam, as câmeras registram, mas esse é um "problema" que não pode ser resolvido. A expectativa é de que as câmeras resolva-o, mas isso não acontece. A repressão ocorre geralmente nos domingos à tarde, dia e horário de maior movimentação na praia, quando a polícia militar sobrevoa o local com um helicóptero, expulsando os frequentadores da ilha.

Evidentemente, tratamos o uso de drogas como um "problema" do ponto de vista dos frequentadores que entrevistamos e por isso a utilização das aspas. Segundo eles, a câmera está ali também para evitá-lo. Não estamos de acordo com a utilização de câmeras para este fim (bem como para nenhum outro), muito pelo contrário. No caso em tela, elas serviriam para alimentar as discriminações e os controles sociais em relação às populações dominadas. Nosso objetivo é apenas demonstrar que esta câmera não "funciona" no sentido esperado por alguns entrevistados, o que interfere diretamente na forma de percepção da vigilância e que, ao mesmo tempo, revela a posição social dos indivíduos. Veremos a seguir que do ponto de vista dos entrevistados outros problemas são também a utilização supostamente inadequada do calçadão e o comércio informal.

Como a entrevista anterior evidencia, além de auxílio no que se refere às questões relativas à utilização de drogas, espera-se que a câmera iniba a atuação de "bandidos", assim como oriente a utilização estimada adequada do calçadão (proibição de skates e bicicletas) e da praia (proibição de cachorros). A fala abaixo, de um morador da Praia da Costa há vinte e nove anos, confirma a falta de credibilidade das câmeras, quando se refere aos problemas relacionados à ciclovia:

> Minha esposa está se desfazendo da bicicleta dela essa semana porque aquela ciclovia virou pista de corrida, ninguém vai pra lá para passear mais, pra mulher fica complicado. Sem falar nos patins e patinetes que ficam andando na ciclovia. Acho que a câmera deveria falar essas coisas, 'olha vamos diminuir essa velocidade aí' (Entrevista com E., morador, transeunte e diretor da AMPC, 18/11/2014).

[25] A legislação brasileira sobre drogas, Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006 (acesso em 1 de abr. 2015) é ambígua quanto aos usuários. O uso de drogas constitui crime, mas, as penas previstas são brandas: advertência sobre os efeitos da droga, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Mas, no parágrafo segundo artigo 28 prevê que: "*Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente."* Deixando livre curso à interpretação da lei pelos magistrados e abrindo a possibilidade de se considerar "traficante" um simples usuário, como ocorre em particular nos bairros de residência das classes dominadas que provavelmente aos olhos das classes dominantes e de seus representantes presentes em grande número no poder judiciário teriam, por exemplo, conduta "suspeita".

As falas acima demonstram como a câmera é entendida como uma possibilidade que vai além do discurso da prefeitura que insiste em associá-la a uma ferramenta de combate à criminalidade, o que fica mais explícito na passagem abaixo:

> Acho que deveria ter mais divulgação, falar mais para inibir. Mas acho que as câmeras não devem se restringir a questão da criminalidade, acho que elas deveriam ser um bem para ajudar a população, divulgar os postos que existem na praia para medir a pressão, incentivar as pessoas a fazer atividade física. (Entrevista com J., transeunte e morador da Praia da Costa, 12/11/2014).

A câmera possuiria, segundo o entrevistado, uma virtualidade que seria a sua utilização enquanto estimuladora da vida. "Cuide da sua saúde", "meça a sua pressão", "faça atividade física": conselhos do Estado para a formação de uma população supostamente saudável como complemento a sua atuação enquanto combate permanente em relação à morte. Este é um dos aspectos do poder sobre uma população que Foucault (1985; 2008b; 2008c) denominou de biopolítica ou biopoder.

Espera-se, inclusive, que a câmera auxilie na organização do comércio informal do calçadão, como relatado por uma vendedora ambulante legalizada, que monta sua barraquinha de sandálias há onze anos na Praia da Costa. Sua fala indica que as câmeras já "funcionaram", mas que caíram no descrédito:

> Eu sinceramente acho que essa câmera não funciona não. No início quando instalaram elas inibiam a atuação de grupos na praia, mas agora voltou a ser a mesma coisa, caiu no descrédito. Até os bandidos sabem das câmeras que não estão funcionando. Acho injusto também que as pessoas montem barracas no calçadão sem serem autorizadas porque acaba que aumenta a nossa concorrência, prejudica a gente que trabalha direito. Quase nunca tem fiscalização aqui, a prefeitura é uma mãe, só tem fiscalização quando a gente que é legalizado vai e reclama. E quando tem fiscalização os funcionários ficam com pena dos ilegais ou recebem um por fora e tudo fica como está (Entrevista com B.. vendedora ambulante da Praia da Costa, 20/10/2014).

A prefeitura legaliza o comércio informal no calçadão, mas há muitas barraquinhas que são consideradas ilegais, pois não possuem autorização da prefeitura. Estas são motivos de reclamações por parte dos trabalhadores legalizados. Por ser uma situação constante, é evidente que a câmera poderia servir de auxílio à prefeitura caso fosse interesse dela regularizar a atividade informal do calçadão. Como este não é o caso, as câmeras ficam desacreditadas e deixam de "funcionar" na percepção das pessoas.

Outro vendedor ambulante entrevistado e que trabalha há doze anos na Praia da Costa também se questiona sobre o funcionamento da câmera:

> Essas câmeras não funcionam não, tenho 99% de certeza. Elas falam e avisam do monitoramento 24hrs/dia, mas não filmam nada, não gravam nada.
>
> E por que você acha que elas não estão funcionando?
>
> Elas avisam de que é proibido cachorro na praia, mas as pessoas continuam vindo com eles para cá, as pessoas usam drogas aí e ninguém faz nada, já teve tiro aí e a câmera nunca pega. Ano passado uma mulher foi atingida por uma bala perdida e

> quem filmou foi a câmera do condomínio (Entrevista com C., vendedor ambulante da Praia da Costa, 28/10/2014).

Mais uma vez, o entrevistado não se apoia em nenhuma informação concreta sobre o funcionamento ou não da câmera para concluir sua quase certeza de que ela não "funciona". Mas se apoia em fatos ocorridos no local (cachorro na praia, uso de drogas, tiros) e testemunhados por ele que deveriam ter sido evitados e/ou registrados pelas câmeras. Como elas não evitam nem registram os acontecimentos, sua conclusão só poderia ter sido no sentido do não "funcionamento" da mesma.

O final da fala acima menciona um acontecimento que talvez seja o mais relevante no que se refere à falta de credibilidade dessa câmera da Praia da Costa, citado por várias pessoas durante as entrevistas. Numa tarde de domingo do mês de Agosto de 2013, uma comerciante informal morreu na areia da praia após ser atingida por uma bala perdida. Segundo reportagem[26] da época, tratava-se de uma disputa pelo controle do tráfico de drogas entre grupos rivais de dois bairros de Vila Velha, Santa Rita e 1º de Maio, que provavelmente foram "acertar contas" na praia.

Como este foi um acontecimento atípico para o local, muitas pessoas o mencionavam durante as entrevistas, mesmo que não fossem questionadas. Como a câmera da prefeitura não registrou o ocorrido, que foi registrado por uma câmera de segurança de um prédio da orla, este foi apenas mais um exemplo, talvez o mais significativo deles, que as pessoas usavam para alimentar a falta de credibilidade em relação às câmeras e confirmar as suas suspeitas de que aquela especificamente não estava "funcionando". Para elas, se a câmera de fato "funcionasse", ela teria registrado o ocorrido. E caso funcionasse, mas não tenha conseguido registrar o acontecimento, de que adiantava ter uma câmera, se quando se necessitava dela, ela não contribuía?

O caso acima ilustra bem a percepção social em relação ao "funcionamento" da vigilância através de câmeras. Com exceção das pessoas que trabalham na sala de controle ou das que tiveram alguma oportunidade de conhecer, mesmo que superficialmente, como funciona o trabalho na central, as pessoas, em geral, não fazem a menor ideia dos limites que são obstáculos para o funcionamento do sistema. Em resumo, a percepção geral é a de que a mera presença de uma câmera em determinado local seja suficiente para uma vigilância total de tudo o que ali acontece. Supostamente, as câmeras se naturalizaram como uma solução tecnológica perfeita, que é, ao mesmo tempo, independente do trabalho humano, embora, como vimos no capítulo 3, algumas pessoas estivessem cientes da importância para o sistema do que se passava "por trás" das câmeras.

Como demonstrado no capítulo 3, uma série de fatores interferem no trabalho de vigilância, desde o próprio limite das câmeras, que só funcionam a partir de "tomadas", portanto, impossibilitadas de visualizarem simultaneamente todo o espaço ao seu redor, até os problemas propriamente humanos e de organização do trabalho, como a impossibilidade de visualização de muitas câmeras por cada

[26]MULHER é vítima de bala perdida na Praia da Costa. c2013. Disponível em: <g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/08/mulher-e-baleada-na-cabeca-na-praia-da-costa-em-vila-velha>. Acesso em 04 mai. 2015.

operador, as câmeras que são "largadas" em determinados horários, as condições de trabalho inadequadas, etc. Portanto, registrar o caso da morte acima relatado, um roubo, ou qualquer outra situação esporádica que ocorre no local, é uma questão de mero acaso.

O que é possível registrar e permitiria que as câmeras atuassem como ferramentas de auxílio, seriam em situações recorrentes que ocorrem no local, como as já mencionadas (utilização considerada inadequada do calçadão e da ciclovia, uso de drogas, cachorros na praia, etc). Mas, como visto, elas também não atuam neste sentido, pois, inclusive, em alguns casos como em relação à utilização de drogas, não haveria justificativa para qualquer tipo de atuação.

Considerando a total falta de credibilidade da câmera, era quase inútil perguntar se a presença da câmera aumentava a sensação de segurança. As pessoas que não sabiam da presença da câmera costumavam responder "Mas eu nem sabia que tinha câmera aqui, não tem como saber se a minha sensação de segurança aumenta". Mesmo quando passavam a saber, elas costumavam responder que não fazia a menor diferença. Já as pessoas que não acreditavam no funcionamento da câmera, evidentemente não podiam contar com ela para se sentirem mais seguras.

Quando eram feitas perguntas relativas à segurança, alguns entrevistados se mostravam indignados, inclusive, com os elevados gastos com as câmeras (citavam o dinheiro público gasto, os impostos) e a ausência de resultados sobre a segurança local, o que é convergente com os dados apresentados sobre os custos do sistema de vigilância através das câmeras. A fala abaixo, do presidente da AMPC, menciona os gastos públicos inúteis:

> Essas câmeras não respondem pela demanda de segurança da sociedade civil. Elas estão aí para servir ao capital econômico, tem os gastos com a compra e o aluguel das câmeras, a manutenção. Elas servem também ao capital político porque a prefeitura quer mostrar à população que está atuando para garantir segurança (Entrevista com T., presidente da AMPC, 12/11/2014).

Percebe-se que o entrevistado está atento aos custos do sistema, que envolve, além das câmeras, os serviços de manutenção. Por outro lado, ele afirma inclusive o que já mencionamos, de que as câmeras são importantes, também, politicamente, no sentido de representar uma propaganda para a prefeitura, de mostrar que ela está inserida nas tendências mais atuais no que se refere à segurança pública. As câmeras possuem um aspecto de atualidade, uma tecnologia que, como tantas outras, iludem uma parcela dos cidadãos. Esse mesmo entrevistado, assim como outro integrante da associação de moradores local também entrevistado, mencionou que as câmeras não objetivam garantir segurança simplesmente porque a "insegurança" é algo lucrativo. Com a boa recepção que certamente têm na prefeitura (vale lembrar que a Praia da Costa é um bairro de residência das classes médias e dominantes), citavam alguns dados que mostravam o número de seguranças privados do município, muito maior do que o número de policiais.

Às pessoas que frequentam aquele local há bastante tempo, costumava perguntar se elas haviam percebido alguma diferença (quanto à segurança, à organização da praia e do calçadão, etc.) após a instalação daquela câmera em 2009. As respostas em geral eram negativas, embora algumas

pessoas citassem que no início, nos primeiros anos após a instalação, as câmeras eram mais "atuantes", provavelmente uma referência aos avisos do alto-falante que eram muito frequentes durante a administração de Neucimar Fraga.

Na verdade, a suposta insegurança não pode ser considerada um problema para o local. Os casos de crimes são raros, restringindo-se a alguns delitos ao comércio local e situações extraordinárias como o caso da morte da comerciante informal relatado acima. Das pessoas entrevistadas, apenas alguns comerciantes haviam sido assaltados, geralmente vítimas de furtos durante a madrugada. Os frequentadores do local que não são moradores achavam-no seguro, não sentiam medo e muito menos haviam sido vítimas de qualquer tipo de crime ali. Já os moradores costumavam dizer que o local é inseguro, que sentem medo, que evitam frequentá-lo dependendo do dia e horário, embora nenhum deles nem membros de sua família tenham sido vítimas de qualquer tipo de crime. O medo e a suposta insegurança estão relacionados ao que eles ouviam falar, particularmente o papel do discurso da mídia sobre a criminalidade, mas, principalmente, ao que eles costumam chamar de "invasão da periferia" nos finais de semana, ou seja, o medo do Outro, do diferente, da mistura, da heterogeneidade.

Quando questionados no sentido de dizerem o que poderia trazer maior sensação de segurança ao local, os entrevistados invariavelmente mencionavam a presença policial mais constante. Há uma vaga no estacionamento para uma viatura policial, mas que só é ocupada nos finais de semana, o que é motivo frequente de reclamação dos comerciantes e moradores. Mesmo quando citavam a presença de câmeras que de fato "funcionassem", os entrevistados deixavam claro que elas precisariam estar articuladas com a polícia, pois, segundo eles, a câmera sozinha não resolveria nada. As referências à polícia são importantes no sentido de questionar o papel das câmeras enquanto substitutas da força policial, argumento muito comum nos discursos oficiais que procuram justificar o investimento em câmeras como uma alternativa de contenção de gastos (embora os gastos sejam elevados, como vimos), pois as câmeras substituem, em parte, a força policial.

Percebe-se, então, que para os entrevistados as câmeras não são prioridade para a segurança pública, nem que a segurança pública seja entendida como prioridade para o local. Quando estimulados a citarem outras questões entendidas como problemas e que precisam de atenção por parte do poder público, era muito comum que os entrevistados mencionassem, por exemplo, a ausência de banheiros na praia, as vagas insuficientes para estacionamento, o número insuficiente de lixeiras e a falta de informações aos turistas, além das questões já citadas como a utilização julgada inadequada do calçadão e da ciclovia. Na verdade, era comum que os entrevistados fizessem longas falas sobre essas questões mesmo quando nada era perguntado, indicando que o assunto relacionado à vigilância através das câmeras não é prioridade e, muitas vezes, não tem a menor importância para o cotidiano da área.

4.2 O bairro Glória

4.2.1 Formação e caracterização do bairro: breves apontamentos

O bairro Glória localiza-se na porção norte do município de Vila Velha e possui uma posição estratégica no contexto municipal (Figura 11). Está próximo ao centro da cidade e é atravessado por duas importantes avenidas, Jerônimo Monteiro e Carlos Lindemberg, constituindo-se, muitas vezes, como um local de passagem obrigatório entre diversos percursos municipais e também entre Vila Velha e a capital Vitória. Quando a isso se soma o fato de o bairro ter se tornado um importante subcentro terciário, abrigando um polo de confecções significativo do ponto de vista regional, temos que a Glória constitui-se em um bairro marcado por intenso fluxo de pessoas, automóveis e mercadorias. De acordo com dados do Censo do IBGE, sua população era de 7.900 habitantes no ano de 2010.

Figura 11: Localização do bairro Glória e das câmeras da área de estudo.
Fonte: IJSN (2013) – Elaborado pelo autor.

Assim como a maior parte do município de Vila Velha, a área que hoje constitui o bairro Glória era modestamente ocupada até a metade do século XX. Mesmo atravessada pela linha de bonde (atual Avenida Jerônimo Monteiro) que, como vimos, foi um importante eixo de estruturação urbana da cidade no começo do século XX, a distância em relação à capital Vitória era um obstáculo para a ocupação efetiva da Glória, ao contrário do que ocorreu com o bairro Paul, por exemplo.

Nas primeiras décadas do século XX, desenvolviam-se na Glória atividades econômicas primárias, destacando-se o cultivo de gêneros alimentícios para subsistência e a criação de gado. Algumas famílias proprietárias das terras promoveram os primeiros loteamentos da região, embora não tenham despertado interesse inicialmente, considerando a localização ainda pouco favorável.

Aproveitando-se da construção da linha de bonde, instalou-se na região, na década de 1920, uma fábrica de blocos de propriedade do Estado, que eram usados para as construções das primeiras residências ao redor da fábrica, geralmente para os próprios trabalhadores (MOREIRA, 2008).

No entanto, a ocupação do bairro ainda era relativamente modesta, o que só começou a se modificar, segundo Moreira (2008), com a instalação da Fábrica de Chocolates Garoto, em 1938, até então situada no Centro de Vila Velha. A fábrica trouxe consigo uma nova dinâmica para o lugar, com o maior fluxo de pessoas e mercadorias, assim como novas residências destinadas aos seus trabalhadores. Tal dinâmica deve ser entendida considerando a importância das duas vias de circulação que atravessavam o bairro, a já citada Estrada Jerônimo Monteiro e a Avenida Carlos Lindemberg, um novo eixo de circulação, agora rodoviário, a partir de 1950.

A nova dinâmica criada pela fábrica de chocolates foi, segundo Moreira (2008), o "pontapé inicial" para a formação, a partir dos anos 1970, do que hoje é o "Pólo de Modas Glória", um importante subcentro terciário regional, destacando-se particularmente no ramo de confecções. Antes de se tornar um subcentro fundamentalmente comercial, o bairro Glória concentrava, simultaneamente ao comércio, atividades produtivas relativas à confecção. Mas as atividades comerciais e produtivas só se desenvolveram aproveitando-se do crescimento populacional pelo qual passou Vila Velha no contexto da reestruturação da economia capixaba e o que ela significou para a RMGV.

A autora comenta que inicialmente o surgimento das atividades de confecção foi um acontecimento fortuito, pois independente de qualquer tipo de planejamento ou incentivo público, algumas empresas de base familiar e de pequeno porte vieram se instalar no Glória. Porém, o desenvolvimento das confecções pôde ocorrer em razão das especificidades locais, no que se refere a um espaço marcado pela fluidez permitida pelas vias de circulação e onde o aluguel era particularmente viável para o investimento.

Há, segundo a autora, uma primeira fase de expansão das empresas de confecção, nas décadas de 1970 e 1980, marcada pelo investimento dos próprios moradores locais no ramo, incentivados pelo sucesso das primeiras famílias que vieram de fora, como, por exemplo, a família Quintão, proveniente de Minas Gerais, que instalou no bairro Glória, em 1974, uma empresa de confecção e comercialização de artigos de vestuário.

A segunda fase, a partir dos anos 1990, é marcada por alterações locais significativas, quando as atividades de confecção se consolidam, inclusive pelo investimento de empresas externas do ramo do comércio varejista. Nesse momento, o espaço da Glória torna-se extremamente valorizado o que vai ajudar a explicar a mudança de parte da característica da Glória enquanto polo de confecções de roupas. A valorização do espaço aos poucos vai tornando inviável o investimento na fabricação de

roupas no próprio local, que passaram a ser fabricadas em outras localidades, e a Glória vai aos poucos se tornando um local preferencialmente comercial. Além disso, a preferência pelo comércio atacadista, marca das décadas iniciais do surgimento do polo de confecções, vai aos poucos sendo suplantada pelo comércio varejista.

Na medida em que o comércio de confecções vai se consolidando, as atividades comerciais começam a se diversificar. Surgem lojas de móveis, eletrodomésticos, informática, calçados, restaurantes, lanchonetes, etc., assim como se multiplicam as agências bancárias e financeiras.

A consolidação do "Pólo de modas Glória" altera substancialmente o espaço local. O bairro, que até a década de 1970 era tipicamente residencial, passa a ser tipicamente comercial. Isso ocorre em razão do investimento imobiliário necessário ao desenvolvimento do comércio: tanto os investidores externos passam a adquirir terrenos para construção de lojas e galerias como os moradores começam a construir lojas para alugar nas antigas residências, passando a morar nos fundos da loja ou mesmo em andares superiores.

O atual bairro Glória é, portanto, reflexo desse tipo de ocupação tratada brevemente acima. O seu núcleo principal é caracterizado por atividades comerciais e de serviços extremamente diversificadas, embora se destacando ainda o comércio de confecções. Além do comércio formal, é significativa a presença de trabalhadores informais que comercializam uma infinidade de produtos nas calçadas do bairro, destacando-se os vendedores de frutas, de picolés, de água de coco, de sanduíches, de aparelhos eletrônicos e de DVD's.

Já as residências, salvo os casos excepcionais de moradias que ainda permanecem na área comercial, geralmente nos andares de superiores de prédios onde lojas funcionam em seus térreos, se multiplicam à medida que nos afastamos desse núcleo principal em direção aos limites do bairro, onde algumas casas estão intercaladas por outros estabelecimentos comerciais. As áreas de lazer são praticamente inexistentes, destacando-se apenas duas praças.

Deve-se ratificar ainda a importância de duas das mais importantes avenidas do município de Vila Velha que atravessam o bairro, a Jerônimo Monteiro e a Carlos Lindemberg, enquanto vias de circulação que impõem uma dinâmica específica ao bairro. Da mesma forma, a Fábrica de Chocolates Garoto, continua tendo fundamental importância para a dinamização local.

Embora a importância da Glória tenha relativamente diminuído em termos regionais, considerando tanto o crescimento da importância de outros bairros como subcentros terciários, particularmente Campo Grande, em Cariacica, e Laranjeiras, na Serra, como a construção de *shoppings centers* tanto em Vila Velha como na Serra, as características descritas acima ainda fazem da Glória um bairro peculiar, de intensa movimentação de pessoas, automóveis, mercadorias e informações. É, portanto, uma área que merece atenção da prefeitura, como se pode constatar em relação à prioridade dada à área quanto à presença das câmeras de vigilância, sendo sete no total, instaladas na segunda fase de implantação do sistema de videomonitoramento em Vila Velha, a partir do final de 2010, conforme vimos anteriormente.

4.2.2 Breve descrição da área da pesquisa

Da mesma forma que nos outros bairros, a ideia inicial era escolher uma das câmeras e fazer a pesquisa na área contemplada por ela. Porém, havia duas câmeras relativamente próximas uma da outra, separadas por aproximadamente duzentos metros, que contemplam áreas com características distintas. Uma delas está no centro do bairro, cercada por inúmeras lojas de confecção (Figura 12), o que facilitaria as entrevistas com comerciantes.

Figura 12: Espaços contemplados pela câmera da área de estudo no bairro Glória (1). As setas vermelhas indicam a localização da câmera.
Foto do autor: Outubro/2014

A outra câmera está localizada numa das avenidas importantes que cortam a Glória, a Avenida Carlos Lindemberg, onde estão localizados os bancos, a maior parte dos comércios informais, a ciclovia e onde a circulação de pedestres é maior (Figura 13). Resolveu-se fazer a pesquisa flutuando entre as duas áreas, em espaços que muitas vezes são contemplados pelas duas câmeras.

Figura 13: Espaços contemplados pela câmera da área de estudo no bairro Glória (2). As setas vermelhas indicam a localização da câmera.
Fotos do autor: Outubro/2014

Assim como na Praia da Costa, a movimentação do bairro Glória está diretamente relacionada aos dias da semana e aos horários do dia, e depende menos das condições climáticas. De segunda a sábado a movimentação é intensa devido ao funcionamento regular dos estabelecimentos comerciais, porém aos domingos a movimentação é praticamente inexistente, restringindo-se aos poucos moradores que se aventuram em circular pela região. Em relação aos horários, a movimentação inicia-se às nove horas, horário de abertura da maior parte dos estabelecimentos comerciais e vai até o fechamento deles, as dezessete ou dezoito horas. Antes das nove horas, a movimentação é insignificante, o que também ocorre à noite, embora não tenha sido feita observação neste período.

O bairro Glória foi, sem dúvida, o local mais difícil para se fazer a pesquisa. A absoluta predominância de atividades comerciais resulta em características de circulação de pessoas que não favoreciam as entrevistas informais, muito menos a formalização de entrevistas. As pessoas estão sempre de passagem, andando apressadamente e com um objetivo definido: consumir. Abordá-las para uma simples conversa é praticamente impossível e acabou-se por escolher as raras pessoas que por algum motivo estavam paradas, geralmente em bares ou algum tipo de abrigo solar.

As características de circulação são definidas inclusive pela própria organização do espaço. O espaço que é contemplado pela câmera que fica próxima às lojas de confecção apresenta calçadas que, embora situadas em áreas de sombra, são particularmente estreitas. Já o espaço contemplado pela outra

câmera apresenta calçadas geralmente largas, porém castigadas pelo sol. Em resumo, não há saída, é impossível parar. Esta área específica escolhida para fazer a pesquisa resume a Glória enquanto um bairro que obriga a circulação e não favorece a permanência: tanto as pessoas são obrigadas a circularem continuamente, quanto não há lugar adequado para fazer simples anotações.

Dada a dificuldade de entrevistar os transeuntes, a maior parte das entrevistas realizadas no bairro Glória foi feita com comerciantes e moradores, estes geralmente apresentados pelos primeiros. Mesmo as entrevistas com os comerciantes eram geralmente conturbadas, feitas na própria loja, muitas vezes de forma apressada e frequentemente interrompidas pela chegada de clientes. Em resumo, não encontramos no bairro Glória a mesma receptividade em relação à pesquisa que ocorreu na Praia da Costa e em Riviera da Barra. Mas isso não impediu que conseguíssemos informações suficientes para dizer que as câmeras do bairro Glória também não "funcionam".

4.2.3 Por que as câmeras não "funcionam"

Enquanto na Praia da Costa pelo menos os comerciantes estão cientes da presença da câmera da área pesquisada, no bairro Glória nem isso. Em geral, donos e funcionários de estabelecimentos comerciais situados logo abaixo das câmeras ficavam extremamente surpresos quando descobriam a presença delas a partir da minha indicação. O próprio gerente da UNIGLÓRIA sabe que o bairro Glória é contemplado com a presença das câmeras de segurança, mas não sabe indicar as localizações precisas delas.

Dois motivos provavelmente contribuem para que a ciência em relação às câmeras do bairro Glória seja ainda mais rara do que na Praia da Costa. Em primeiro lugar, os pontos de localização delas neste bairro tornam-nas mais discretas, na medida em que competem com prédios, postes e fios na paisagem. Em segundo lugar, elas não possuem alto-falantes, portanto as pessoas não podem "ouvi-las".

Um dono de restaurante foi um dos poucos entrevistados que sabia da presença da câmera que ficava em frente ao seu estabelecimento comercial. No dia em que se solicitou a ele que concedesse uma entrevista a respeito do trabalho que realizávamos sobre as câmeras de vigilância de Vila Velha, citei aquela em frente ao seu estabelecimento e ele logo afirmou indignado: "Mas que não funciona né?!". No dia da entrevista ele explicou o porquê de achar que ela não está "funcionando":

> Essas câmeras não funcionam pô [sic]. Eu já sofri quatro arrombamentos aqui e mais uma tentativa, tem assalto direto aqui, principalmente saidinha de banco. Não tem segurança nenhuma. Antes até que funcionava, eu já fui multado [multa por estacionamento irregular de veículo] aqui por causa do monitoramento, pelos menos o guarda falou que viu através da câmera (Entrevista com M., proprietário de um restaurante no bairro Glória, 06/11/2014).

Mais uma vez, a afirmação que indica o não "funcionamento" das câmeras independe de qualquer informação concreta a este respeito, mas está baseada em fatos ocorridos que supostamente

deveriam ter sido evitados ou ao menos registrados caso as câmeras de fato "funcionassem". É bom lembrar, mais uma vez, que tecnicamente as câmeras funcionam normalmente.

Os furtos sofridos pelo seu estabelecimento foram nos anos de 2007, 2008, 2011 e 2012, enquanto a tentativa de furto ocorreu em 2013. Considerando que essa câmera de frente para o seu comércio foi instalada em 2011, percebe-se que nada mudou desde então no que se refere à proteção de seu patrimônio. Quando questionado se teria solicitado as imagens à prefeitura após os furtos disse que não fez isso "porque é muita burocracia e de qualquer forma, para que? Já aconteceu, não adianta nada".

Dois aspectos da fala anterior foram repetidos por inúmeros entrevistados, e não só no caso do bairro Glória. Em primeiro lugar, as pessoas raramente solicitam as imagens à prefeitura por que costumam achar um processo burocrático, pois se deve primeiramente fazer a solicitação à polícia civil, que avalia o caso, e julga a necessidade de se recorrer às imagens ou não. Um procedimento correto e necessário para que as imagens da câmera não sejam banalizadas e não circulem de maneira indiscriminada. Em segundo lugar, a expectativa em relação às câmeras é de que elas cumpram a função preventiva, o que não acontece, como demonstra a fala acima, pouco importando a punição do responsável pelo delito, afinal "já aconteceu, não adianta nada". O trecho abaixo, retirado de uma entrevista com uma funcionária de uma loja de confecções, também evidencia a expectativa do aspecto preventivo da câmera:

> A câmera pode até ajudar, mas só depois que aconteceu né [sic], para ver as imagens. Acho que eles deveriam olhar os suspeitos, entrar em contato com a polícia, para ela ficar atenta. Mas acho que isso eles não fazem (Entrevista com T., funcionária de uma loja de confecções do bairro Glória, 22/10/2014).

A indignação do dono do restaurante provavelmente o faz exagerar quanto à insegurança local, mas ele menciona uma situação muito repetida pelas pessoas entrevistadas e mesmo pelos operadores das câmeras, que é o que chamam de "saidinha de banco", o roubo após a saída do banco às pessoas que sacaram dinheiro. Um caso que gerou muita repercussão no bairro foi o roubo a um homem que havia sacado R$ 25 mil em um banco e, em seguida, foi abordado por um homem armado. Como inicialmente se recusou a entregar o dinheiro, após uma briga para tomá-lo, o assaltante atirou duas vezes ao lado da vítima que estava caída no chão, conseguiu tomar o dinheiro e fugiu com outro homem em uma moto que o aguardava nas proximidades.

Como o caso aconteceu na frente da câmera, as pessoas estavam perplexas em saber que ela não havia registrado o ocorrido. O caso aconteceu justamente no período em que fazia a observação da sala de controle das câmeras. No momento do roubo, a câmera não estava sendo operada e fazia, portanto, o seu giro automático. Ela conseguiu registrar apenas as pessoas que corriam para dentro dos estabelecimentos ou se agachavam, provavelmente assustadas pelo barulho dos tiros, e nada mais relacionado ao roubo. Esta é uma situação bastante ilustrativa para demonstrar a incapacidade do

sistema de videomonitoramento em estabelecer uma vigilância total, ao mesmo tempo em que demonstra a percepção social equivocada a respeito da vigilância através de câmeras.

Mesmo os comerciantes que não sabiam da presença das câmeras, após serem indicadas as suas localizações, muitas vezes logo acima das lojas, costumavam duvidar de seu "funcionamento", apoiando-se em casos de furtos às próprias lojas ou lojas vizinhas ou mesmo no que "ouviam falar por aí". Esses são furtos durante a madrugada, que podem ser arrombamentos, mas principalmente, o que os lojistas conhecem como "pescadinha", uma técnica de furto usada para retirar roupas através de pequenas aberturas que existem em algumas vitrines. Como muitos deles afirmavam, parecia que a câmera estava ali apenas de "enfeite". Uma trabalhadora de uma loja de confecções, embora fosse uma das poucas que sabia da presença da câmera na rua, chegou mesmo a afirmar que confiava mais na câmera da loja vizinha à sua.

Contribuem ainda para aumentar a falta de confiança nas câmeras, as informações desencontradas que são repassadas aos comerciantes. Em uma entrevista que realizamos com duas trabalhadoras de uma loja que havia sofrido, há poucos dias, um roubo à mão armada num sábado pela manhã, elas informaram que a polícia havia solicitado à prefeitura as imagens da câmera que contempla a área onde está situada a loja como forma de contribuir para a resolução do crime. A polícia teria dito que a câmera estava quebrada e elas apontaram a sua localização. Na verdade, não havia câmera ali e sim em outro local e que era justamente uma das câmeras que pesquisávamos. E ela estava funcionando!

A situação descrita no parágrafo anterior revela algumas coisas importantes. Em primeiro lugar demonstra a total falta de informação da polícia quanto à localização das câmeras, o que indica, provavelmente, o seu desprezo quanto a utilizá-las enquanto ferramentas de auxílio no combate à criminalidade. Em segundo lugar, a total falta de interesse tanto da polícia quanto da equipe do videomonitoramento em recorrer às imagens de uma câmera que estava funcionando e que talvez pudesse ter registrado o ocorrido. Finalmente, revela a falta de informações das funcionárias da loja quanto à localização das câmeras e o desinteresse em verificar se de fato havia uma câmera onde a polícia havia indicado (bastava um simples olhar), demonstrando a falta de credibilidade das câmeras para os lojistas e funcionários enquanto ferramentas de auxílio para a segurança da região. Quando informadas que não havia uma câmera ali onde a polícia havia indicado, ficaram surpresas e quase não acreditaram.

O desprestígio das câmeras da prefeitura e da própria polícia pode ainda ser confirmado pelas diversas estratégias de segurança privadas adotadas pelas lojas do bairro Glória. Todas elas possuem algum tipo de equipamento eletrônico de segurança, sejam câmeras de vídeo, alarmes e rádios de comunicação com seguranças particulares contratados, que geralmente ficam em algum ponto fixo nas proximidades da loja. Além destes, algumas lojas vizinhas contratam seguranças privados conjuntamente, para que fiquem circulando pela rua das lojas durante o horário comercial, sendo que algumas delas também contratam este tipo de serviço para a vigilância durante a madrugada. Os

comerciantes são unânimes em afirmar que as estratégias de segurança privada são muito mais confiáveis do que as câmeras da prefeitura.

Houve a oportunidade de entrevistar alguns seguranças privados e mesmo eles não sabem das localizações específicas das câmeras, embora saibam que o bairro é monitorado. São unânimes em afirmar que a presença da câmera não garante nenhum auxílio ao trabalho que realizam, nunca tiveram necessidade de recorrer ao trabalho do videomonitoramento por qualquer motivo e se mostram absolutamente indiferentes quanto à presença ou não das câmeras.

Em convergência com a pesquisa realizada sobre as câmeras da prefeitura, foi interessante notar que em algumas lojas as câmeras privadas de segurança não funcionam e também estão ali apenas de "enfeite", assim como em uma delas a câmera é utilizada mais para vigiar os trabalhadores do que para fins de segurança, como afirmou um proprietário. O dono do restaurante cuja fala foi apresentada acima também estava interessado em colocar câmeras no estabelecimento para vigiar os seus trabalhadores, pois segundo ele para aumentar a segurança não adiantava nada.

Ainda em relação às estratégias privadas de segurança, está reproduzida abaixo parte da entrevista realizada com o gerente da UNIGLÓRIA, que trata de um projeto de segurança para o bairro Glória apresentado por uma empresa privada de segurança. O projeto é muito parecido com o atual modelo de vigilância através das câmeras e a aceitação ou não da proposta estava, à época da pesquisa, ainda em discussão entre a associação de lojistas e os lojistas. No diálogo a seguir, o "I" se refere à inicial do nome deste pesquisador e o "P" à inicial do nome do entrevistado:

> I: E em relação às câmeras, os lojistas não pedem não, não exigem não?
>
> P: Nem comentam, tem uma empresa de segurança que pediu para fazer uma apresentação de um projeto para o Glória toda, que agora a UNIGLÓRIA é responsável pelo Glória e pelos bairros vizinhos também, ela abrangeu esse outro comércio também, dos bairros, aí essa empresa quer prestar um serviço pra gente aqui. É um serviço de segurança, com câmeras, com segurança motorizada, segurança a pé, de moto, de carro, é um trabalho bem mais completo, um modelo inteligente e de prevenção, então é importante um modelo inteligente nos bairros próximos e um modelo de prevenção também, uma câmera no alto e monitorada 24 horas, porque o problema maior aqui é a noite.
>
> I: Mas essas câmeras da prefeitura são monitoradas 24hrs.
>
> P: Mas ela não pega todos os pontos.
>
> I: Mas como essa aí pegaria, teria uma em cada esquina?
>
> P: Em todas as esquinas, nas ruas que entram para o Glória, ali no [bairro] Soteco, ali na [Avenida] Salgado Filho, lá na [Rua] Aurora na altura do [supermercado] EPA lá embaixo, então aonde não tem as câmeras.
>
> I: Mas na verdade tem as câmeras, tem uma aqui em frente aos bancos, tem ali na esquina da Companhia do Branco [loja de confecções], tem lá na Aurora em frente à [loja de material esportivo] Spozer, tem lá em frente à Garoto, tem na entrada da DACASA [agência financeira no bairro Soteco]. Ou seja todas essas áreas.

> P: Seria depois dessas áreas aí, porque quando há um flagrante eles correm para essas áreas né [sic], lá não tem né [sic], então não tem como saber. Então na verdade é mais um sistema de prevenção e monitorado mesmo 24 horas, com a guarda a pé e motorizada, suspeitou de alguém então instantaneamente vai conseguir bloquear qualquer tipo de ação.
>
> I: Mas se essas câmeras da prefeitura estão nesses lugares espalhadas e são monitoradas 24 horas segundo eles pelo menos, será que elas não estariam funcionando, então?
>
> P: Na verdade não sei se estão funcionando, não tenho essa informação não, gostaria de saber melhor sobre isso aí e não sei se está funcionando. O negócio é que ela tem que estar 24 horas funcionando e tem que ter o monitor comunicando com a pessoa da guarda motorizada instantâneo para poder fazer uma abordagem quando houver o suspeito antes de acontecer
>
> I: E será que não está acontecendo isso hoje?
>
> P: Não tá acontecendo isso não, com as câmeras diminuiu bastante porque inibe, mas na verdade o que faz a segurança mais é a ação rápida, a ação preventiva né [sic], que faz mais efeito, até porque não tem muita coisa grave acontecendo. Reclamam porque veem na TV muita coisa então isso replica muito, mas não tem casos e mais casos. Pra você ver no dia de Glória [referência a um dos dias do ano em que algumas lojas do bairro trabalham com descontos "especiais" em suas mercadorias] não teve nenhum, 800 mil pessoas aqui dentro andando né [sic], não teve nada, o pessoal fala "ah, não tem segurança", não tem tanto assalto aqui no Glória, houve um no banco há pouco tempo, saidinha de banco né [sic], houve mais um outro aqui na rua Santa Rosa, mas em proporção à quantidade de lojas não tem muita coisa não. A televisão divulga, ela divulgou então abrange todo mundo, então fica aquele sistema de apreensão, de medo, mas na realidade tá bem seguro, tá bem resguardado.
>
> I: O que poderia ser melhorado nas câmeras já que assim elas não estão dando muitos resultados?
>
> P: Eu não sei como é que funciona o sistema de monitoramento delas, não conheço, mas eu acho que ela deveria ser integrada a um ponto né, com um guarda motorizado, com um guarda armado, ou guarda a pé, para poder ver o movimento, a ação imediata e atender rápido, ficaria muito mais eficiente. Porque hoje, tudo bem, você vê e grava o fato, mas você não consegue eliminar, abordar, porque já passou, é meio que tardio, então tinha que ser uma coisa mais imediata, já que tem a câmera, faz instantâneo, faz um negócio mais interligado com a polícia, com o guarda municipal. E colocar mais câmeras em outros lugares também, à noite, para ter segurança à noite também, porque aqui acontece muito roubo à noite, arrombamentos em lojas (Entrevista com P., gerente do UNIGLÓRIA, 30/10/2014).

Fizemos questão de reproduzir o longo diálogo acima porque ele é esclarecedor no sentido de mostrar a total falta de conhecimento a respeito do funcionamento do sistema de videomonitoramento por parte do gerente do UNIGLÓRIA. Se existe algum tipo de problema de insegurança no bairro que pudesse ser resolvido pela implantação do projeto apresentado, não seria necessário implantá-lo simplesmente porque ele já existe. Bastava fazê-lo "funcionar"! Todos os aspectos que o gerente insiste em apresentar como novidades da empresa de segurança fazem parte da rotina do trabalho da equipe de videomonitoramento da prefeitura, como o monitoramento 24 horas e a articulação com a

polícia e a guarda municipal (a pé, motorizada ou em viaturas). Além disso, todos os bairros e localidades por ele indicados já possuem câmeras.

Como já mencionamos, o número de trabalhadores informais é bastante significativo no bairro Glória. Entrevistamos alguns deles com a intenção de saber se de algum modo são incomodados em relação ao tipo de trabalho que realizam e se a vigilância através de câmeras poderia ter alguma relação com isso. Com exceção de situações esporádicas em que a polícia avisa sobre a ilegalidade do trabalho e o possível recolhimento do material, particularmente DVDs piratas, caso não parem a comercialização, eles geralmente realizam os seus trabalhos sem maiores problemas. As abordagens só acontecem, segundo eles, quando policiais novatos querem "mostrar serviço" e não têm nenhuma relação com a vigilância das câmeras. De fato, durante o período de observação na central de videomonitoramento, não havia a menor preocupação com os trabalhos informais, embora estes fossem claramente visíveis através das câmeras.

Um vendedor de água de coco chegou a duvidar de que tivesse alguém monitorando a câmera e concluiu, afirmando sobre ela, que "é tudo fantasia, enfeite". Se a câmera não atrapalha o trabalho informal do bairro, ela também não garante a sua segurança, como ilustra o caso que foi relatado por uma vendedora de DVDs, que comercializa seus produtos numa área de alcance das duas câmeras pesquisadas. Segundo ela, enquanto saiu para buscar um dinheiro com uma funcionária de uma loja próxima, teve sua mercadoria furtada.

A passagem abaixo é fruto de uma entrevista realizada com dois taxistas que já trabalham há bastante tempo em um ponto de táxi que fica na frente de uma das câmeras, um há dois anos e o outro há dez anos. Este último afirmou o seguinte:

> Nós já fomos vítimas de assaltos, sequestro e a câmera nunca ajudou. Teve um tiroteio aqui esses dias [referência ao caso já relatado acima]. Hoje em dia ninguém quer saber de nada, bandido não se preocupa com câmera, não fica inibido. Se essas câmeras fizessem algum sentido, por exemplo, não deixariam estacionar irregularmente como as pessoas fazem nas portas dos bancos (Entrevista com R., taxista do bairro Glória. 15/10/2014).

Embora não tenha mencionado o "funcionamento" da câmera, sua fala tem o mesmo significado daqueles que costumam questionar isso. Além de estar relacionada a motivos mais óbvios de crimes que a câmera não evitou, a descrença do taxista quanto ao sentido da câmera refere-se aos estacionamentos irregulares de veículos (que atrapalham a saída de outros) que costuma observar nas entradas dos vários bancos que existem em frente ao ponto de táxi. Sua expectativa é de que a câmera auxilie na resolução de problemas corriqueiros tanto quanto funcione como uma ferramenta de auxílio à segurança.

O conteúdo das entrevistas realizadas com moradores do bairro Glória geralmente englobavam outros assuntos que não se relacionam diretamente às câmeras. Eles faziam questão de falar que eram moradores muito antigos, contavam sobre as mudanças que haviam ocorrido com o bairro, o que havia piorado ou melhorado e geralmente citavam problemas como a ausência de banheiros para os clientes,

a falta de iniciativas comerciais da UNIGLÓRIA enquanto uma associação de lojistas, a queda das atividades comerciais do bairro, etc. Alguns deles têm interesses diretos nas questões comerciais, pois também são donos de pontos comerciais que geralmente alugam.

A insistência em tratar destes assuntos mostra como a vigilância das câmeras e os assuntos relativos à segurança não são prioridade para eles. Assim como os outros entrevistados, sabem das câmeras do bairro Glória, mas não fazem ideia de onde estejam localizadas. Muitos se mostravam surpresos com as localizações, que muitas vezes possibilitam a vigilância de suas próprias residências.

Se a exemplo do que acontece na Praia da Costa, geralmente as pessoas não sabem que são vigiadas por câmeras ou mesmo duvidam de seu "funcionamento", é evidente que a resposta à pergunta se algo havia mudado no local após a instalação das câmeras seria negativa. E foi. Em geral, os entrevistados achavam-na absurda porque a presença de câmeras era provavelmente a última coisa que levariam em consideração para fazer esse tipo de avaliação simplesmente porque elas não fazem parte de suas preocupações imediatas e a falta de credibilidade em relação a elas é total.

Embora as entrevistas mencionassem situações de furtos às lojas para indicar a falta de credibilidade das câmeras e muitas vezes exagerassem situações de crimes, não é possível afirmar que a "insegurança" seja um significativo problema local. Nenhum dos moradores ou transeuntes dizia sentir medo de circular pelo bairro, muito menos havia sido vítima de qualquer tipo de crime ou delito ali. Nem mesmo os comerciantes sentem medo de trabalhar nas lojas e quando citavam algum tipo de crime do qual haviam sido vítimas, eles haviam ocorrido em outros bairros, durante o trajeto para o trabalho. As situações concretas de crimes geralmente ocorrem durante a madrugada e consistem em arrombamentos de lojas com o objetivo de furtar mercadorias.

Mais uma vez, perguntar se as presenças das câmeras garantiam uma suposta sensação de segurança era, em geral, tratado como piada. Assim como na Praia da Costa, quando estimulados a propor soluções para tanto, comerciantes, moradores e transeuntes citavam a presença mais constante da polícia. Alguns citavam também as câmeras, desde que elas "funcionassem".

4.3 O bairro Riviera da Barra

4.3.1 Formação e caracterização: breves apontamentos

Como um dos bairros que compõem a região da GTV, Riviera da Barra está situado na porção central do município de Vila Velha, às margens da Rodovia do Sol (Figura 14). O bairro faz parte da periferia de Vila Velha, tanto no que se refere às precariedades ou ausências das infraestruturas e serviços, quanto à distância em relação às áreas centrais da cidade. De acordo com o censo do IBGE, em 2010 sua população era de 3.445 habitantes.

Figura 14: Localização do bairro Riviera da Barra e da câmera da área de estudo.
Fonte: IJSN (2013) – Elaborado pelo autor

A formação do bairro é resultado da expansão urbana para o sul do município, a partir da década de 1990, embora Riviera da Barra tenha sido um loteamento da década de 1970 (SARTÓRIO, 2012). Como vimos anteriormente, embora existissem diversos loteamentos já aprovados pela prefeitura na atual região da GTV desde a década de 1950 e muitos lotes já tivessem sido comercializados, a distância em relação aos principais centros da RMGV contribuiu para que não houvesse interesse imediato de ocupação da região, que só se iniciou quando o governo estadual desapropriou um desses loteamentos no final da década de 1980 para a construção de moradias de interesse social e que deu origem ao atual bairro de Terra Vermelha. A expectativa de investimento público na área intensificou o interesse imobiliário nas áreas adjacentes e estimulou a migração de pessoas provenientes de outras localidades da RMGV para o local.

Como sugere Sartório (2012), com exceção do loteamento patrocinado pelo governo do Estado e do bairro Residencial Jabaeté, que contaram com relativa organização de ocupação, os demais bairros da GTV, incluindo Riviera da Barra, cresceram de forma precária e desordenada, mesmo contando com o apoio dos movimentos sociais que tiveram importante participação na ocupação da região.

Como um bairro típico de periferia, Riviera da Barra apresenta muitos dos problemas enfrentados por esse tipo de bairro de muitas cidades brasileiras. As condições de infraestrutura, equipamentos e serviços são precárias. O bairro não é atendido por uma rede de esgoto, apenas as ruas principais são pavimentadas, não há escolas, creches, postos de saúde, correios ou bancos. Esses problemas não são exclusividade de Riviera da Barra, uma vez que são comuns aos demais bairros da GTV, com exceção de Terra Vermelha, relativamente bem estruturado quando comparado aos demais bairros da região.

Riviera da Barra é hoje um bairro fundamentalmente residencial, exclusivamente formado por casas, em que o comércio desenvolve-se de maneira pouco significativa. Destacam-se pequenos mercados, algumas padarias, bares, *hortifrutis*, lojas de material de construção e lojas de confecção.

4.3.2 Breve descrição da área da pesquisa

Riviera da Barra possui apenas uma câmera de segurança instalada no segundo semestre de 2012 na única praça do bairro. Trata-se de um espaço de lazer muito utilizado pelos moradores do bairro, que se aproveitam da boa infraestrutura existente, destacando-se a quadra de esportes, a academia popular de ginástica, o parquinho para crianças, a pista de skate e os vários bancos espalhados pela praça. Finalmente, a praça possui uma banca de revistas e um espaço que funciona como a sede da associação de moradores local (Figura 15).

A praça forma uma área circular para onde convergem as principais ruas e avenidas do bairro. Ao seu redor, estão distribuídas algumas residências e alguns estabelecimentos comerciais, mais especificamente um mercado, uma padaria, uma loja de roupas, uma academia de ginástica e uma *lan house*.

A pesquisa foi facilitada, pois assim como a orla da Praia da Costa e ao contrário do bairro Glória, a Praça de Riviera da Barra facilita a permanência das pessoas. Não houve nenhuma dificuldade de conversar com transeuntes (que quase invariavelmente eram também moradores) e os comerciantes locais eram muito solícitos em conceder entrevistas.

Apesar de apresentar uma boa infraestrutura e ser relativamente bem conservada, a Praça de Riviera da Barra tem poucas árvores e por isso está completamente exposta à luz solar. Também por isso, a praça é muito pouco frequentada durante o dia, com exceção do início da manhã, quando as pessoas a utilizavam para fazer atividades físicas ou para levar as crianças para brincar no parquinho. A partir do meio da manhã até o final da tarde, a frequentação da praça praticamente restringe-se às poucas crianças que a utilizam para andar de bicicleta, correr ou jogar futebol. Evidentemente, nos finais de semana a movimentação aumenta um pouco, embora seja ainda muito limitada.

Figura 15: Espaços contemplados pela câmera da área de estudo em Riviera da Barra. As setas vermelhas indicam a localização da câmera.
Foto do autor: Outubro/2014

A partir do final da tarde e à noite, porém, a movimentação aumenta consideravelmente, quando os moradores da região passam a utilizar de modo mais efetivo os equipamentos oferecidos pela praça. A praça é também o ponto de encontro dos jovens de Riviera da Barra e dos bairros vizinhos, além de reunir famílias atraídas pela comercialização informal de produtos alimentícios diversos. Embora o trabalho de observação não tenha sido feito à noite, essas eram as características observadas durante o trabalho na sala de monitoramento das câmeras, que depois foram confirmadas durante as entrevistas feitas com os moradores locais.

Em Riviera da Barra, ao contrário das outras duas áreas em que a pesquisa foi realizada, minha presença foi particularmente notada pelas pessoas que moram, trabalham ou circulam pelo local, por duas razões principais. Em primeiro lugar, a movimentação de pessoas na praça e suas redondezas é praticamente inexistente quando comparada ao que acontece nas outras áreas pesquisadas. Portanto, eu era uma figura facilmente perceptível pelos curiosos locais, principalmente pela minha presença regular durante cinco semanas seguidas. Em segundo lugar, exercendo o papel de pesquisador, com a prancheta de anotações, caneta e mochila, despertava curiosidade e, principalmente, expectativa por parte das pessoas que gostariam de saber se estava ali para oferecer cursos. Elas ficavam duplamente

frustradas: primeiramente quando descobriam que eu era um simples pesquisador do local e, finalmente, quando afirmava que a pesquisa estava relacionada com a presença da câmera, cuja falta de credibilidade em Riviera da Barra é ainda maior do que nos outros locais.

4.3.3 Por que a câmera não "funciona"

A diferença fundamental em relação às pesquisas que fizemos nas outras áreas, é que em Riviera da Barra as pessoas sabem da presença da câmera, que está situada no meio da praça, de maneira isolada, portanto visualmente perceptível, assim como a presença de um alto-falante acoplado permite anunciá-la.

Porém, é em Riviera da Barra que o sistema de videomonitoramento explicita toda a sua falta de credibilidade. No primeiro dia que cheguei à praça para iniciar a pesquisa, resolvi comunicar à vendedora da banca de revistas e também moradora do bairro sobre a pesquisa que estava iniciando. Quando mencionei o tema, ela logo falou:

> Duvido que essa câmera funcione, tem muito tráfico e uso de drogas aqui na praça e a polícia nunca faz abordagem. Se essa câmera funcionasse, não teria essas coisas né [sic]? Se funciona é capaz das pessoas lá nem olharem as imagens [...] Quando o alto-falante anuncia a câmera os frequentadores, principalmente as crianças, fazem até chacota 'ih, tudo mentira, isso não funciona', de que não serve para nada (Entrevista com V., funcionária de uma banca de revistas na Praça de Riviera da Barra, 13/10/2014).

A passagem acima revela a desconfiança da vendedora em relação ao "funcionamento" da câmera já que ela não inibe nem auxilia a abordagem da polícia em relação ao uso e tráficos de drogas no local. Ao mesmo tempo, ela questiona o tipo de trabalho que é feito na central. Mas gostaríamos mesmo de destacar a originalidade da parte final de sua fala, que indica explicitamente como a câmera de Riviera da Barra é tratada como piada pelos comerciantes e moradores, o que de fato constatamos durante a pesquisa.

Se na Praia da Costa e no bairro Glória, os entrevistados ainda mostravam certo respeito e expectativa em relação às câmeras, isso de maneira alguma ocorria em Riviera da Barra. A total falta de credibilidade também pode ser percebida na passagem abaixo, retirada de uma entrevista com a trabalhadora de uma padaria que fica próxima à praça, que revela uma situação inusitada:

> Teve uma vez que eu cheguei de uma balada de madrugada com um grupo de amigos. Um dos meus amigos tava chapado e resolveu tirar a roupa em frente à câmera para provar que ela não funcionava. Ele tirou a roupa e não aconteceu nada. Tá vendo, não funciona (Entrevista com G., funcionária de uma padaria nas redondezas da Praça de Riviera da Barra, 20/10/2014).

Pouco importa se a câmera registrou ou não o ocorrido. Durante o período de observação da sala de controle, verificamos que algumas ocorrências são de pessoas que resolvem tirar a roupa em frente às câmeras. O importante de se notar na fala acima é a situação de total ausência de credibilidade de um serviço oferecido pela prefeitura de Vila Velha. Se ele não contribui para

solucionar os problemas rotineiros, do ponto de vista dos entrevistados, que atingem a praça, certamente ele não se incomodaria com a atitude exibicionista do rapaz.

Tais "problemas" são inúmeros e compõem os fatos sobre os quais se apoiam os entrevistados para concluir que a câmera não está "funcionando". Além da atuação frente à utilização e tráfico de drogas, as pessoas esperam que a câmera atue na inibição e repressão aos atos considerados de vandalismo e à julgada utilização inadequada da praça, por exemplo. Veja as passagens abaixo:

> Já tem tempo que essa câmera não tá funcionando.
>
> Por que você acha isso?
>
> Por que têm vândalos aqui que depredam a praça, uns jovens usam drogas aqui à noite e nunca acontece nada. Se a câmera estivesse funcionando essas coisas não aconteceriam (Entrevista com J., transeunte da praça de Riviera da Barra, 19/10/2014).
>
> Aqui os skatistas puxam os bancos para fazer de rampa, as crianças quebram os coqueiros, pessoas jogam lixo no chão. Se a câmera estivesse funcionando essas coisas não aconteceriam, acho que ela deveria falar na hora "não jogue lixo no chão", "não quebre o banco", porque isso inibiria as pessoas, elas pensariam "ó, eu to sendo vigiado, eles estão vendo", aí criaria uma percepção geral de que a coisa funciona (Entrevista com L., proprietária de uma banca de revistas na Praça de Riviera da Barra, 23/10/2014).
>
> A câmera não vale nada não, nós somos assaltados aqui direto, fica uma molecada aí na praça usando droga, fazendo tráfico, dia desses colocaram fogo numa lata de lixo em frente à pizzaria e a câmera não vê nada. Ela deveria olhar essas coisas, então eu acho que não está funcionando (Entrevista com V., comerciante e morador das redondezas da Praça de Riviera da Barra. 11/11/2014).
>
> Depois das 23 horas é comum ver pessoas armadas aqui, pessoas usando drogas e fazendo tráfico. Eu posso falar porque eu moro ali [apontou sua casa de dois andares, onde seu filho vive na parte de cima] e tenho uma visão privilegiada. Quartas. Quintas, sábados e domingos à noite é muito comum essas coisas aqui. Tem ainda os caras que andam de moto na praça, as pichações na praça, nos muros, o meu muro mesmo tem um monte de buraco que os caras usam para esconder droga. Dizem que a câmera consegue chegar lá em casa, então ela deveria ver essas coisas também (Entrevista com. J., morador das redondezas da Praça de Riviera da Barra, 10/11/2014).

Os fatos rotineiros citados ocorrem principalmente à noite e são invariavelmente mencionados pelas pessoas entrevistadas. Embora não tenha sido visto nada disso durante a pesquisa (o trabalho de observação foi realizado durante o dia) em diversas ocasiões constatou-se o uso e o tráfico de drogas na praça durante a permanência na central de videomonitoramento. A Praça de Riviera da Barra é um prato cheio para os operadores sedentos em fazer ocorrências que geralmente registram como uso/posse de entorpecentes. Esse tipo de ocorrência é rotina para os operadores em espaços vigiados por diversas câmeras. Os entrevistados, portanto, estão equivocados quanto ao "funcionamento" da câmera, que supostamente não consegue ver os "problemas" rotineiros que ocorrem na praça. Em geral, eles são vistos e registrados, mas apenas isso. Porém, estão corretos na medida em que dotam o

verbo "funcionar" de um significado que está relacionado à expectativa quanto à inibição ou resolução, por parte das câmeras, do que eles consideram problemas.

Os casos considerados de vandalismo e da julgada utilização inadequada da praça (bancos utilizados como rampas de skates, motos na praça, pichações, etc.), mas, principalmente, o uso de drogas, são frequentemente citados pelos entrevistados como problemas porque, segundo eles, afastam alguns frequentadores da praça. Muitos afirmam que deixam de frequentá-la com a família e evitam deixar que seus filhos a utilizem, sobretudo à noite, quando esses "problemas" são mais comuns. Neste caso, "família" e "filhos" são expressões que buscam sensibilizar o interlocutor, deixando na sombra o conteúdo preconceituoso das justificativas.

Dentre os problemas citados pelos entrevistados, destacam-se os frequentes roubos/furtos aos estabelecimentos comerciais da região, provavelmente os maiores indicativos que fazem as pessoas duvidarem do "funcionamento" da câmera. Uma das entrevistadas, antiga proprietária de um bar nas proximidades da praça, fechou o estabelecimento após ter sofrido seguidos furtos/roubo, cita outros casos de crimes praticados a comércios da região e conclui pelo não "funcionamento" da câmera, conforme a passagem abaixo:

> Eu fiquei com o bar aberto durante quatorze anos. Já fui assaltada uma vez e foram mais seis arrombamentos. Só este ano, entre abril e maio, eu sofri três arrombamentos e isso foi a gota d'água para eu fechar. Tinha uma farmácia ali [aponta para uma loja] que tinha um caixa eletrônico e foi assaltada também. Por isso eu acho que essa câmera não está funcionando, acho que ela nunca funcionou. Os assaltos continuam acontecendo e a câmera nunca vê nada, não identifica ninguém, não inibe. O engraçado é que uma vez uma equipe da prefeitura apareceu para mandar desligar o som do meu bar, porque tinha música ao vivo e umas máquina que tocavam música também e disseram que tinham visto na câmera, mas quando fui assaltada ninguém apareceu para fazer nada, a câmera não ajudou em nada (Entrevista com M., moradora e ex-proprietária de um estabelecimento comercial nas redondezas da Praça de Riviera da Barra, 29/10/2014).

A fala acima revela muitas coisas. Em primeiro lugar, os seguidos furtos ao estabelecimento, três deles só em 2014, quando a câmera já estava instalada, portanto, revelam que nada mudou no local no que se refere à segurança. Em segundo lugar, o roubo do qual foi vítima a entrevistada, somado ao caso citado do roubo à farmácia são motivos suficientes para que a entrevistada conclua que a câmera não "funciona", nunca "funcionou". A expectativa, como já demonstrado em outras situações, é de que a presença da câmera iniba os delitos e crimes e, já que isso não acontece, ela não estaria "funcionando". Finalmente, ela revela sua indignação citando uma situação curiosa, quando uma equipe da prefeitura utilizou a câmera como justificativa para mandar abaixar o som de seu estabelecimento. Evidentemente era impossível a constatação do som alto simplesmente porque a câmera não tem áudio. Na verdade, como ela suspeita, provavelmente foram os vizinhos que fizeram a denúncia através do disque-silêncio. Mas não deixa de ser sintomática a utilização do argumento da presença da câmera enquanto estratégia de coerção, pois as imagens são tidas como verdades inquestionáveis e provariam a suposta ilegalidade praticada pela dona do estabelecimento.

A fala abaixo foi retirada de uma entrevista realizada com o dono de um supermercado que fica próximo à praça, aberto há dez meses:

> Até hoje pra mim não teve benefício nenhum essas câmeras não, porque eu passei aqui por três assaltos já e até hoje eu nunca consegui saber, ter o vídeo dos assaltos, dos assaltantes, já fui atrás, inclusive já chamei até a A Tribuna aqui uma vez para fazer uma matéria referente aos assaltos que estavam ocorrendo (Entrevista com G., proprietário de um supermercado nas redondezas da Praça de Riviera da Barra, 30/10/2014).

O proprietário do supermercado relatou que já foi vítima de três roubos desde que abriu o supermercado. Como a câmera fica de frente para o seu estabelecimento, imaginava que fosse ter benefícios quanto a isso, mas os seguidos roubos demonstram os limites da câmera enquanto ferramenta de segurança. Segundo ele, antes de denunciar para o jornal A Tribuna os problemas dos crimes na região, foi atrás das imagens na própria central de videomonitoramento, como demonstra a continuidade de sua fala:

> Nós fomos atrás [das imagens] e segundo o pessoal do videomonitoramento é uma pessoa para controlar as câmeras de todo o município, então não dá tempo de a pessoa ficar olhando câmera por câmera, não tem em cada bairro que tem a sua câmera uma pessoa específica para olhar [...] eles não passaram mais nenhuma informação, fui lá atrás e tudo na pracinha de Vila Velha, onde fica a central de videomonitoramento, eles só passaram a informação de que não podiam fazer nada, era uma pessoa só. A polícia também solicitou no dia do assalto, para que lado que foi, para que lado que não foi, e não teve nenhuma contribuição nem para os próprios policiais (Entrevista com G., proprietário de um supermercado nas redondezas da Praça de Riviera da Barra, 30/10/2014).

Sua fala, embora não seja exata quando afirma ser apenas uma pessoa para olhar as câmeras de todo o município, é significativa no sentido de demonstrar as razões, ou pelo menos uma delas, que explicavam o insucesso da vigilância através das câmeras: a impossibilidade de uma vigilância total, quando os operadores não conseguem olhar muitas câmeras simultaneamente.

Quando perguntado sobre o que deveria melhorar no sentido de tornar o trabalho das câmeras mais efetivo, ele insiste em afirmar a necessidade de uma melhor organização do trabalho na própria central de videomonitoramento:

> Já que não tem condição de monitorar, deveria ter uma equipe para cada região, não pegar uma pessoa só e soltar para controlar um município gigantesco desse com um monitor. Deve ser revezado por horário, escala de 12h, sei lá, não sei como funciona isso. A meu ver tinha que pegar um bairro tal, Região de Terra Vermelha, pegar um monitor e controlar as câmeras daquela região, Vila Velha, Praia da Costa, outro monitor, Coqueiral, outro monitor. Porque as câmeras não estão localizadas só aqui na praça, tem aqui, tem ali, tem lá. Então são várias câmeras para um monitor só controlar. Então ficaria muito mais fácil para passar para a central da polícia tá acontecendo isso, tá acontecendo aquilo na rua (Entrevista com G., proprietário de um supermercado nas redondezas da praça de Riviera da Barra, 30/10/2014).

Embora novamente com alguns equívocos, sua fala expressa bem o que acontece na central de videomonitoramento. Ao contrário da fala abaixo, parte da entrevista realizada com o presidente da

Associação de Moradores de Riviera da Barra. Perguntado se havia tido uma resposta positiva a partir da instalação da câmera, ele respondeu:

> No início sim, até os que são a parte contrária do sistema, as pessoas que não queriam o sistema se inibiram, os bandidos, os vândalos, pessoas mal intencionadas, essas pessoas ficaram inibidas logo de cara, porque eles não conheciam o sistema como funcionava, então é claro vai trazer uma preocupação para eles, como vai trazer uma satisfação para a população em saber que tem o serviço. Só que depois aos poucos eu fui descobrindo que isso só funciona até às 17 horas, que isso é ligado à defesa civil que eles ficam tomando conta na prefeitura no videomonitoramento. Monitoramento 24 horas só no papel porquê você liga depois das 17 horas ninguém te responde nada. Então depois das 17 horas eles não olham nada e é depois desse horário, à noite, que as pessoas fazem alguma coisa, então eles passaram a tomar conhecimento dessas informações, então hoje em dia não inibe nada (Entrevista com A., presidente da Associação de Moradores de Riviera da Barra, 17/10/2014).

O mais interessante de notar na fala acima é que o entrevistado foi o primeiro a afirmar que o sistema de videomonitoramento funciona sim, mas pela metade. Ele afirma que inicialmente, logo que a câmera foi instalada, os "bandidos e vândalos" ficaram inibidos, pois não sabiam como funcionava o sistema, mas quando perceberam que ele não "funcionava" à noite, continuaram fazendo as mesmas coisas, leia-se, usando drogas, quebrando a praça, assaltando, etc. Nem o entrevistado nem os "vândalos e bandidos" descobriram absolutamente nada. A conclusão sobre o não "funcionamento" da câmera no período não está embasada em nenhuma informação concreta sobre tal, mas na simples constatação de que as mesmas coisas continuam acontecendo na praça, antes e após a instalação da câmera. Como a câmera de Riviera da Barra está acoplada a um alto-falante, que a anuncia apenas durante o dia, ele terminou por concluir o funcionamento da câmera apenas nesse período.

Quando o questionamos a respeito da suspeita dos moradores de que a câmera não está funcionando, sua resposta dá continuidade à citação anterior:

> Ela funciona às vezes na hora que não precisa funcionar. Vamos falar como morador, eu aqui no meu bairro e você no seu. Você vê que o índice de criminalidade independente do grau é na maioria das vezes a noite ou madrugada. Durante o dia ela funciona perfeitamente, eles falam "este local é monitorado 24horas". E à noite? Não funciona 24 horas/dia. Eu acho que esse sistema deveria estar diretamente ligado a policia militar ou à polícia civil e não ficar só sob responsabilidade da prefeitura para ela entrar em contato com o CIODES. Eu acho que deveria estar interligado diretamente a polícia, porque quem vai agir é a polícia, não é a prefeitura [...] Daqui a pouco você fica aqui, você vai ouvir falar "você está numa área monitorada 24 horas". Aí chega [sic] de noite, eu fecho a loja, não fala mais. Então está me provando que às 17 horas encerra o expediente, então encerra o expediente da câmera também. Porque acontece alguma coisa de noite, você pede a gravação, não tem (Entrevista com A., presidente da Associação de Moradores de Riviera da Barra, 17/10/2014).

Além de equivocada quanto ao seu não funcionamento durante a noite, quando supostamente o expediente chegaria ao fim, a fala sugere que o sistema de videomonitoramento, para ser mais eficiente, deveria estar diretamente ligado à polícia. E ele está! Se o sistema de vigilância não consegue responder às demandas de parte da sociedade civil, isto ocorre em razão da insuficiência das câmeras em si como políticas de segurança pública em função de todos os seus limites, conforme

apresentamos no capítulo anterior, bem como da falta de meios e de aparente interesse da prefeitura em resolver o que os entrevistados julgam como problemas.

Se o problema da "insegurança" parece bem controlado na Praia da Costa e no bairro Glória, em Riviera da Barra ele parece estar mais presente, embora muitos moradores se sintam orgulhosos por morarem no bairro que é, segundo eles, o mais "tranquilo" da GTV – área com as mais altas taxas de criminalidade contra a pessoa do município de Vila Velha. Mas, além dos frequentes crimes aos estabelecimentos comerciais, algumas pessoas entrevistadas já haviam sido vítimas de crimes nas redondezas da praça, sobretudo furtos/roubos. Este é mais um componente que contribui para que a suspeita das pessoas seja a de que a câmera não "funciona".

A fala abaixo é de um comerciante local, mais uma das pessoas que suspeitam do não "funcionamento" da câmera:

> É o que dizem, que não funciona. Mas chegou um cara aí um dia e falou que tá funcionando. A gente fica sem saber né [sic]?! Mas eu acho que não funciona não, vira em mexe tem assalto aí, roubam as pessoas direto naquela rua ali [apontou para uma rua próxima à praça], dia desses apareceu uma mulher chorando aqui dizendo que havia acabado de ser assaltada, levaram seu celular. Aquela rua ali é muito perigosa (Entrevista com S., proprietário de uma *lan house* nas redondezas da Praça de Riviera da Barra, 28/10/2014).

Embora lhe tenha sido afirmado por alguém que a câmera está funcionando, sua suspeita permanece apoiada pelos crimes que ocorrem na região. Ele citou a mesma rua que outras pessoas também mencionam como sendo perigosa, onde havia muitos casos de roubos/furtos aos pertences dos que por ali passam. A rua é facilmente visualizável pela câmera, que, porém, não se mostra eficiente para torná-la segura.

Assim como na Praia da Costa e no bairro Glória, as pessoas não se sentem mais seguras com a presença da câmera em Riviera da Barra, onde é ainda mais constrangedor perguntar isso a elas. Quando a câmera não apenas é tida como não "funcionando", mas também tenha virado motivo de piada, nada poderia indicar que ela trouxesse às pessoas uma maior sensação de segurança. Quando esta pergunta foi feita a uma das comerciantes entrevistadas, ela diz não se sentir mais segura, demonstrando a total falta de credibilidade da câmera com a resposta "nem presto atenção nela".

Com as críticas que estava fazendo às câmeras, foi perguntado a um dos entrevistados qual era, então, a finalidade daquela câmera. Ele respondeu:

> Eu nem sei como explicar, mas para eles estarem usando, acompanhando, deve ter alguma finalidade. Isso aí não garante segurança de ninguém não. Câmera não garante segurança de ninguém não, nem a polícia tá garantindo, imagina a câmera. Se garantisse segurança não teriam tido as assaltos, eu e a dona Cida [ex-proprietária de um bar que eu também entrevistei] aqui do bar do lado não teríamos sido assaltados as vezes que fomos. Câmera para mim não ajuda em nada. Com os bandidos hoje eles vão com a cara dura e não querem nem saber. O problema que eu vejo na câmera hoje é que às vezes para a sociedade não está tendo finalidade, mas talvez para o meio político isso pode estar sendo usado com alguma finalidade (Entrevista com G., proprietário de um supermercado nas redondezas da Praça de Riviera da Barra, 30/10/2014).

Além de dizer que as câmeras não são capazes de garantir a "sensação de segurança" que objetivam, citando os furtos/roubos que os comerciantes locais sofrem, o entrevistado menciona um suposto interesse político no que se refere à utilização de câmeras, embora ele não tenha conseguido explicar exatamente o que estava sugerindo. É provável que a sua fala se refira, mais uma vez, à utilização das câmeras enquanto "capital político", assim como o fez o entrevistado do bairro Praia da Costa. Elas teriam, portanto, outra finalidade que, certamente, não se relacionaria à segurança.

Em Riviera da Barra é ainda mais nítida a decepção das pessoas, porque elas aguardavam com enorme expectativa a instalação da câmera. Talvez por ser apenas uma, portanto uma grande novidade, talvez pelo seu aspecto simbólico de modernidade, mas, principalmente, por se tratar de um projeto para um bairro de residência das classes sociais dominadas, geralmente contemplado de maneira insuficiente pelas políticas públicas, a câmera representava uma "esperança", como nos afirmou o presidente da associação de moradores local.

Como alternativa para aumentar a segurança, as pessoas invariavelmente citam a presença da polícia, senão através da presença fixa na praça, ao menos que circule de maneira mais constante. Muitos afirmam que a polícia apenas eventualmente faz uma ronda, rapidamente, e que isso não basta. De fato, pude testemunhar exatamente o que falam os moradores, quando uma viatura policial passava rapidamente pela praça e logo seguia seu rumo.

A fala abaixo é a resposta dada por um comerciante local quando questionado caso se sentia mais seguro com a presença da câmera na praça:

> É indiferente para mim, não sei nem se funciona. Sinto falta mesmo é de polícia circulando com mais frequência. Não precisa nem ficar aqui não, porque o movimento é pequeno, mas circular nessas ruas por aqui e passar na praça toda hora. Raramente eu vejo viatura passando por aqui (Entrevista com S., proprietário de uma *lan house* nas redondezas da praça de Riviera da Barra, 28/10/2014).

Embora a mencionassem com frequência, em Riviera da Barra as opiniões dos comerciantes e moradores em relação à polícia são mais ambíguas. Eles reclamam, por exemplo, que ela, ao fazer vista grossa à utilização de drogas na praça, como demonstram as passagens abaixo, acaba sendo cúmplice do afastamento dos moradores:

> Aqui é muito comum o uso e o tráfico de drogas e isso acaba espantando os frequentadores da praça. A polícia nunca aparece e quando aparece é só depois do ocorrido. Quando ela circula por aqui não faz abordagem mesmo se o cara estiver usando drogas. Falta interesse, não é prioridade para a polícia (Entrevista com V., funcionária de uma banca de revistas na Praça de Riviera da Barra, 13/10/2014).

> As pessoas estão se afastando da praça porque tem muito usuário, tráfico, e a polícia passa e não faz nada. Acho que deveria ter uma abordagem. A polícia mesma faz vista grossa, porque levam os caras e é só um passeio de viatura, tem que soltar porque são de menor [sic]. A polícia já não perde mais tempo com isso **(**Entrevista com L., proprietária de uma banca de revistas na Praça de Riviera da Barra, 23/10/2014).

Com as suas falas, as entrevistadas revelam a mesma situação já notada na sala de controle das câmeras: o uso de drogas é completamente admitido pelos operadores porque não há meios de controlá-lo. Desde que os usuários fiquem restritos apenas à utilização de drogas ou mesmo ao tráfico em pequena escala, eles não serão incomodados. Mas seriam vigiados, como bem era observado o trabalho dos operadores que não deixam de estar atentos a essas situações que, segundo eles, geralmente representam o início dos "problemas".

Existia ainda o medo em relação à polícia, pois, como bem sabemos e é longamente documentado no Brasil, existe uma relação de desconfiança e muitas vezes de violência da polícia militar com a população das classes sociais dominadas. A descrença em relação à ação da polícia é revelada pelas pesquisas de vitimização no município de Serra (ZANOTELLI e BRASIL, 2007) e na Região de Nova Rosa da Penha, no município de Cariacica (BRASIL ET. AL., 2010).

Falando a respeito de um caso de homicídio que havia ocorrido havia pouco tempo em um bar nas proximidades da praça e questionando a demora da polícia em chegar ao local do crime, a trabalhadora de uma padaria disse o seguinte:

> A policial chegou e perguntou se a câmera estava funcionando. Pô [sic], eu não falei isso porque qualquer coisa que a gente fala é capaz de a gente ser preso, mas se ela que tem contato com o CIODES não sabe, eu é quem vou saber (Entrevista com G., trabalhadora de uma padaria nas redondezas da Praça de Riviera da Barra, 20/10/2014)?!

Além do medo em relação à polícia, a fala acima também registra certa crítica ao trabalho policial, quando a entrevistada se mostra surpresa quando descobre que a própria polícia não sabe se a câmera está funcionando. Ao mesmo tempo, revela a total falta de articulação da polícia com a central de videomonitoramento e mesmo o desinteresse em se utilizar da câmera enquanto ferramenta de auxílio na resolução do crime.

Em Riviera da Barra, uma questão envolvendo a segurança se sobressai em relação aos outros bairros pesquisados. Lá, os próprios comerciantes exercem a função de vigilantes para os outros comerciantes. Nas entrevistas feitas com alguns deles, chamava a atenção a preocupação que dispensam com os comércios vizinhos: são unânimes em afirmar que as trocas recíprocas de olhares fazem parte da rotina de seus trabalhos e são parte das estratégias de segurança adotadas. Citam algumas situações em que essas práticas evitam alguns crimes. A vendedora de uma banca de revistas situada na praça, por exemplo, fica particularmente preocupada quando um caminhão estacionado na rua impede que ela possa olhar a entrada de um supermercado e vice-versa.

Práticas solidárias como estas eram mais comuns em Riviera da Barra e eram as próprias características socioespaciais que, a nosso ver, as explicam. Em um bairro como Riviera da Barra, relativamente pouco habitado, tipicamente residencial, onde predominam construções horizontais, onde a circulação é praticamente restrita aos moradores que, em geral, se conhecem, onde o comércio é pouco desenvolvido e praticado pelos próprios moradores do bairro, a solidariedade tem, portanto, mais chances de se manifestar.

O mesmo ocorre, aparentemente, com menor frequência na rotina comercial da Praia da Costa e do bairro Glória, embora também nos dois bairros alguns comerciantes se conheçam. Nestes bairros, as vigilâncias recíprocas entre comerciantes são menos comuns e das estratégias de segurança fazem parte a contratação de seguranças particulares, o uso de sistemas eletrônicos de segurança e a presença policial. Mas, nestes bairros maiores, as relações são, via de regra, marcadas pela impessoalidade. A circulação envolve pessoas de diferentes partes da cidade e até de outros municípios e Estados. No caso da Praia da Costa, a intensa verticalização tampouco contribui para a existência de relações. No caso do bairro Glória, a intensa atividade comercial raramente é praticada pelos próprios moradores. Enfim, a própria organização socioespacial desses bairros, ao que parece, não deixa margens para que os olhares cruzados sejam importantes para garantir a segurança.

É neste sentido que devemos relativizar a abordagem da segurança por Jacobs (2000) a partir dos "olhos que policiam as ruas". Sua abordagem é correta e instigante quando afirma que,

> [...] a ordem pública – a paz nas calçadas e nas ruas – não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intricada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados (JACOBS, 2000, p. 32).

Concordamos com a importância dos usos do espaço público e da diversidade para a segurança e vitalidade dos espaços públicos e consideramos essas considerações muito atuais. O que não devemos deixar de levar em conta é que a autora as faz levando em conta uma formação socioespacial muito diferente da brasileira (o seu estudo está baseado nas cidades estadunidenses), bem como uma realidade já muito modificada, pois o livro foi escrito há mais de meio século.

Mais até do que na Praia da Costa e no bairro Glória, existem outras prioridades para o bairro Riviera da Barra que deixavam os assuntos "segurança", "câmera" e "vigilância" em *stand by* durante longos momentos da entrevista. Os moradores reclamam, por exemplo, da ausência de pavimentação das ruas (só algumas ruas principais são pavimentadas); da ausência de unidade de saúde; dos serviços que não existem ou são insuficientes no bairro, como agências bancárias, caixas eletrônicos, casas lotéricas e correios; e, principalmente, da ausência de rede de esgoto.

Quanto a esta última situação, os moradores ficam indignados com o descaso que a prefeitura tem com o bairro, no sentido de que precisam esperar meses para agendar o serviço oferecido pela prefeitura de limpeza das fossas, que muitas vezes transbordam para as ruas. Em muitos casos, alguns moradores acabam pagando pelo serviço particular ou mesmo fazem a ligação direta do esgoto com a rede fluvial.

4.3.4 De fato, a câmera não estava funcionando

Quando a pesquisa em Riviera da Barra foi iniciada, algumas pessoas com as quais conversei afirmavam que nos últimos dias não estavam ouvindo o alto-falante da câmera e citavam um fio solto

que havia no poste onde ela estava instalada. Se antes elas apenas suspeitavam do não "funcionamento" da câmera, esta situação recente parecia ser a comprovação.

Como minha última visita à central de videomonitoramento tinha sido há poucos dias e a câmera estava funcionando normalmente, inicialmente não considerei a possibilidade das pessoas estarem corretas quanto aos seus diagnósticos. Tinha certeza que a câmera estava funcionando!

Ainda na primeira semana de observação, por acaso encontrei no bairro Glória um dos supervisores que trabalha na central de videomonitoramento de Vila Velha. Enquanto explicava que estava agora na etapa da pesquisa que consistia em fazer a observação de alguns pontos vigiados pelas câmeras, citei Riviera da Barra e, para minha surpresa, ele afirmou "Mas a câmera de Riviera da Barra está inoperante (sem funcionar) há uma semana"!

De fato, as pessoas de Riviera da Barra estavam com a razão: a câmera não estava funcionando, agora sem as aspas. Liguei para o gerente do videomonitoramento para saber da situação e ele confirmou que por algum motivo a câmera parou de funcionar e, ao descobrir que fazia a pesquisa no bairro, me perguntou se sabia o porquê. Mencionei o alto-falante que já não "falava" e o fio solto. Mesmo antes da ligação, ele disse que uma equipe da prefeitura já estava programada para ir ao local ainda naquela semana para tentar resolver o problema. Era meados do mês de outubro e até meados de novembro, quando finalizei a pesquisa de campo em Riviera da Barra, o problema não havia sido solucionado.

Não é possível saber ao certo o que aconteceu a essa câmera. Alguns entrevistados mencionavam que os fios por onde eram transmitidas as imagens e os áudios da câmera foram cortados durante a madrugada por "vagabundos", que viam na câmera uma ameaça. Outros, porém, afirmavam que os fios haviam sido quebrados por uma forte ventania durante a madrugada. O certo é que o problema havia sido verificado no início da manhã pela vendedora da banca da praça e pelo gari que faz a limpeza das redondezas.

Inicialmente, consideramos a possibilidade de escolher outro local para a pesquisa. Com o tempo, porém, pensamos que esta situação poderia ser enriquecedora para a pesquisa, por alguns motivos. Em primeiro lugar, era interessante pensar na hipótese de que alguém poderia ter cortado os fios frente à ameaça representada pela câmera: um corte no fio do poder panóptico que ligava o vigia ao vigiado. Em segundo lugar, a vigilância poderia ser interrompida por uma situação climática casual, no caso uma forte ventania, caso a segunda hipótese fosse verdadeira.

Mas o mais importante, sem dúvida, era que a situação descrita esclarecia um dos fatores que representa os limites do sistema de videomonitoramento de Vila Velha: a ausência de manutenção das câmeras. A câmera deixou de funcionar e por pelo menos quatro semanas – o tempo entre a constatação de que a câmera não funcionava e o fim do trabalho de campo - a prefeitura não havia sequer ido ao local para saber o que havia acontecido.

Em um dos últimos dias em que fazia a pesquisa na praça, por acaso encontrei o presidente da associação de moradores do bairro, que havia concedido uma entrevista há algumas semanas. Ele fez

questão de avisar de que a câmera não estava funcionando, disse ter solicitado à prefeitura o conserto, mas que até então não havia obtido resposta, e concluiu pelo descaso da prefeitura quanto a ela, quando citou que vieram consertar umas lâmpadas da praça, mas não a câmera.

Como apenas alguns dos entrevistados sabiam deste fato recente e mesmo para eles o significado do "funcionar" das câmeras não tinha qualquer relação com isso, já que os problemas que eles citavam para chegar a essa conclusão aconteciam há bastante tempo, os resultados da pesquisa não seriam de forma alguma prejudicados.

Portanto, resolvemos permanecer em Riviera da Barra, fazendo as observações e entrevistando as pessoas, sempre atento a esta situação. No final das contas, este foi o local, dentre os três, em que a pesquisa se mostrou mais produtiva, também porque ele revela muitos dos aspectos que comprovam a nossa hipótese sobre os limites da vigilância das câmeras.

***

Um dos aspectos que frequentemente aparecia nas falas dos entrevistados e que levantava dúvidas quanto ao funcionamento das câmeras era o tratamento da mídia sobre o assunto. Algumas matérias, por exemplo, tratam das câmeras desligadas de algumas cidades[27] e outras ainda do não funcionamento das câmeras por falta de manutenção dos equipamentos[28]. Como não possuem meios de verificar quais exatamente não estão funcionando, o resultado é que as pessoas desconfiam de todas elas. A mídia acaba banalizando o não "funcionamento".

Por outro lado, muitos utilizam casos divulgados pela mídia, principalmente a televisão, para concluir que determinada câmera está funcionando. Este é o caso de uma vendedora de uma loja do bairro Glória que duvida do funcionamento da câmera em frente à sua loja, mas tem certeza de que outra câmera da região funciona porque ela registrou um roubo a uma loja, divulgado na televisão.

A divulgação de imagens na TV pode ainda sugerir que as câmeras funcionam apenas em determinados locais. A passagem abaixo, parte da entrevista realizada com o gerente de uma loja de móveis do bairro Glória é esclarecedora a este respeito. Quando questionado se sabia da presença da câmera antes da abertura da loja, ele respondeu:

> Eu já tinha visto, só não sabia se estava funcionando. Porque como a gente vê muito na mídia, ao invés de ela veicular o que tá dando certo, ela veicula muito quais quando não estão funcionando, até os bandidos sabem onde não funciona. Então eu não sabia se estava funcionando ou não. Eu sabia porque é muito divulgado, amplamente, que ali na orla da Praia da Costa que eu já vi pegando várias tentativas de assalto, enfim, estupro e outras coisas que a gente vê na mídia de ter sido coibidos em virtude daquelas câmeras que existem na Orla. Eu não sabia que aquela

[27] Uma delas se referia às câmeras doadas pelo governo do Estado do Espírito Santo, através do programa "Olho Digital", a vários municípios, dentre eles o de Vila Velha, que recebeu cem novas câmeras. A matéria citava as várias câmeras desligadas, embora suas manchetes sensacionalistas, como são de hábito, dessem margem a informações equivocadas, ao não deixarem explícitas de que se tratavam de câmeras recentemente instaladas (CÂMERAS DE ENFEITE, A Gazeta, 14 out.2014).

[28] INSEGURANÇA: Vila Velha está sem o serviço de videomonitoramento. c2013. Disponível em: <www.eshoje.jor.br/_conteudo/2013/04/noticias/seguranca/3177-inseguranca-vila-velha-esta-sem-o-servico-de-videomonitoramento>. Acesso em: 04 fev. 2015.

> ali [referência à câmera que existe na frente da sua loja] estava funcionando especificamente. Fiquei sabendo quando me ligaram de madrugada e falaram que o videomonitoramento tinha prestado um serviço público, tinha acionado o CIODES e tinha pego os dois cidadãos e tínhamos recuperado 100% do prejuízo (Entrevista com J., gerente de uma loja de móveis no bairro Glória, 04/11/2014).

Ele duvidava do funcionamento da câmera até o momento em que ela registrou um caso de furto à sua loja, em uma dos poucos casos em que o "videomonitoramento tinha prestado um serviço público". Até então só acreditava no funcionamento das câmeras da orla da Praia da Costa, em função da divulgação das imagens na televisão, que acabam por respaldar as câmeras enquanto política de segurança pública.

4.4 Desconstruindo o discurso da utilização de câmeras enquanto política de segurança pública

O trabalho de Oliva (2013) sugere que a utilização de câmeras enquanto política de segurança pública obedece a três objetivos principais, assim classificados em função do tempo de um ato criminoso que venha a ser cometido numa área vigiada por câmera: o poder preventivo, o poder reativo e o poder de viés-probatório.

O primeiro deles, o poder preventivo, é aquele relacionado à capacidade que a mera presença da câmera teria de evitar que algum tipo de crime aconteça, ou mesmo, qualquer situação de "anormalidade" que discutimos neste capítulo, como, por exemplo, o comércio informal, o estacionamento irregular e a utilização "inadequada" de algum tipo de espaço como o calçadão da orla da Praia da Costa ou da Praça de Riviera da Barra.

O segundo objetivo, o poder reativo, é aquele relacionado à atuação da câmera em tempo real durante uma determinada ação criminosa ou qualquer outra "anormalidade". Se a câmera falha no seu primeiro objetivo, a inibição, ela estaria apta em acompanhar a ação, via trabalho dos operadores, e, estabelecendo um contato direto com a polícia ou a guarda municipal, flagrar o ato, evitando que aconteça ou pelo menos o punindo.

Finalmente, o terceiro objetivo, o poder viés-probatório, é aquele relacionado ao tempo passado, a possibilidade de uma câmera ter registrado um acontecimento e a polícia utilizar as imagens como registro e prova do ocorrido como auxílio para a condução das investigações.

O autor baseia-se no discurso oficial da polícia e da equipe responsável pelo sistema de videomonitoramento da cidade onde realiza o seu estudo de caso, Curitiba, para estabelecer os três objetivos apresentados e, embora faça críticas a alguns deles, acaba por admiti-los. Como demonstramos para o caso de Vila Velha, no capítulo 3 e também neste, todos eles podem ser duramente criticados.

Inicialmente, o poder preventivo das câmeras pode ser questionado, pois as pessoas não sabem de sua presença, como acontece na Praia da Costa e no bairro Glória. Mesmo em Riviera da Barra, onde as pessoas estão cientes de sua localização, as câmeras não cumprem seu caráter preventivo porque as pessoas estão praticamente certas de seu não "funcionamento", considerando que os

mesmos “problemas” continuam ocorrendo na praça mesmo após a instalação da câmera. Os diversos casos de furtos/roubos aos estabelecimentos comerciais assim como a utilização considerada inadequada dos espaços, nas três áreas em que fizemos a pesquisa, demonstram como a função de inibição das câmeras não pode ser admitida.

Já o argumento relativo ao aspecto reativo da câmera, o segundo objetivo apresentado por Oliva (2013), não encontra nenhum respaldo com a pesquisa que fizemos na central de videomonitoramento. As câmeras não podem acompanhar em tempo real os diversos acontecimentos “criminosos” do município em função da série de limites que apresentamos no capítulo 3 deste trabalho: a quantidade de câmeras pelas quais eram responsáveis cada um dos operadores, os problemas de organização do trabalho, os problemas de manutenção do sistema, os baixos salários, etc. De fato, como demonstrado anteriormente, as ocorrências que são apresentadas, via rádio, pela polícia militar, nunca podem ser acompanhadas pelos operadores em função desses limites.

Finalmente, o terceiro objetivo, o poder viés-probatório, também é extremamente questionável de acordo com a nossa pesquisa. Em primeiro lugar, todos os limites de trabalho observados na sala de controle não apenas dificultam, mas muitas vezes impossibilitam o registro das imagens que pudessem servir de prova para qualquer tipo de investigação. Em segundo lugar, as entrevistas realizadas com os comerciantes mostram que alguns deles, ou mesmo a polícia, embora considerem a possibilidade de recorrer às imagens das câmeras que pudessem servir de auxílio às investigações sobre furtos em seus estabelecimentos, em nenhum caso obtiveram sucesso.

4.5 Entre os desejos dos entrevistados e os efeitos sobre os espaços vigiados: a fragilização dos espaços públicos de Vila Velha “na frente” das câmeras

As relativizações feitas por Zanotelli et. al. (2011) no que se refere à abordagem das segregações e fragmentações foram confirmadas pela pesquisa que realizamos tanto na central de videomonitoramento quanto nas ruas de Vila Velha. As populações dos bairros populares circulam pelas áreas centrais e de residência das classes dominantes do município, assim como há uma série de serviços e atividades informais que “desafiam o espaço social da modernidade” no município de Vila Velha.

A presença de comerciantes informais é uma situação bastante comum tanto no calçadão do bairro Praia da Costa quanto nas calçadas do bairro Glória (eles também estavam presentes nas redondezas da Praça de Riviera da Barra, embora exclusivamente no período noturno dos finais de semana e em quantidade menor relativamente às outras áreas). Eles se misturam ao comércio dito formal e contribuem para a formação de uma paisagem heterogênea. No bairro Praia da Costa, essa heterogeneidade é ainda fortalecida pela presença de muitas pessoas que moram em barracas na areia da praia, produzindo e comercializando formas de artesanato, assim como pela existência de uma vila de pescadores.

Essa heterogeneidade, porém, em geral não é bem vista pelos entrevistados. Na Praia da Costa, por exemplo, a comunidade de pescadores, os comerciantes informais e os moradores da praia são motivo de reclamações frequentes por parte dos entrevistados. Mas nada se compara ao que eles chamam de "invasão" da praia pela periferia nos finais de semana, principalmente aos domingos. Nas entrevistas realizadas, é evidente o desconforto que essa situação causa e muitos entrevistados afirmam que só frequentam a praia e o calçadão durante a semana. Nos finais de semana preferem ficar em casa. O desconforto causado pela presença de pessoas que não são seus iguais e como essa situação interfere na maneira como utilizam a praia ficam explícitos nas passagens a seguir, retiradas de entrevistas feitas com moradores e frequentadores da Praia da Costa:

> Caminho no calçadão todo dia duas horas por dia e nos finais de semana frequento a praia. Mas os moradores daqui não frequentam a praia nos finais de semana não porque a periferia invade aqui [...] Acho a orla tranquila, só sinto um pouco de medo nos finais de semana (Entrevista com J., transeunte e morador da Praia da Costa, 12/11/2014).

> As linhas de ônibus todas vem para a Praia da Costa, toda a periferia vem pra cá, a ralé toda. Domingo eu nem vou à praia na parte da tarde por causa da sujeira, os moradores nem descem no Domingo à tarde (Entrevista com E., morador, transeunte e diretor da associação de moradores do bairro Praia da Costa, 18/11/2014).

> Eu me incomodo com a presença de estranhos que vêm para cá de ônibus de outros bairros (Entrevista com T., moradora e frequentadora do calçadão da Praia da Costa, 14/10/2014).

As passagens acima são ainda mais preconceituosas quando descobrimos que nenhum dos três entrevistados havia sido vítima de qualquer tipo de problema, como crimes, por exemplo, enquanto moradores da Praia da Costa. Os seus medos e incômodos frente a pessoas "estranhas", a "ralé", como dizem, é apenas o medo da diferença, da heterogeneidade, da mistura que a cidade ainda proporciona. A aparente segurança dos moradores da Praia da Costa só ocorre nos dias da semana quando ainda podem estar entre iguais e o Outro ainda não é uma ameaça.

Neste sentido, é esclarecedor o documento apresentado por um dos diretores da AMPC, que apresenta sugestões à prefeitura para melhorias no bairro. Dentre elas, a mais significativa é, sem dúvida, a que propõe a mudança de trajetos dos ônibus que fazem as linhas que ligam a Praia da Costa aos bairros populares do município, uma tentativa de deslocar as pessoas pobres para as praias vizinhas, como Itapoã e Itaparica, tornando explícito o incômodo causado por eles.

No documento, ainda constam as seguintes sugestões:

- Limitar e cadastrar vendedores ambulantes, exigir uniforme e tralhas limpas;
- Retirar poste e ambulantes da Avenida Champagnat;
- Vigilância sanitária. Fritura e outros, fazer visita no local onde prepara seus produtos (casa);
- Diminuir largura do calçadão na curva da sereia, aumentar estacionamento;

- Demarcar área para estacionar os barcos e permitir somente os cadastrados, que são dezesseis;
- Contratar moças com uniforme e megafones para educar os sugismundos.

Além das sugestões que explicitamente exigem maior controle sobre os vendedores ambulantes, como as três primeiras, há ainda a que sugere a diminuição da largura do calçadão no local onde a pesquisa foi feita, área de grande concentração de trabalhadores informais. A quarta sugestão se refere a um maior controle sobre uma comunidade de pescadores muito antiga, que os moradores costumam associar à "desordem" da praia. Finalmente, há ainda a sugestão cômica de contratar mulheres para supostamente educar os frequentadores que sujam a praia.

No bairro Glória, o incômodo causado pela diferença é menos explícito. O comércio informal, por exemplo, em nenhum caso foi mencionado como um problema pelas pessoas entrevistadas e, aparentemente, convive bem com o comércio dito formal. Mas um aspecto de controle que merece menção no caso do bairro Glória foi a expulsão das pessoas que tomavam conta dos carros (conhecidos popularmente como "flanelinhas") das principais ruas do bairro a partir da implantação do estacionamento rotativo, em 2012. Os entrevistados, particularmente os comerciantes, dizem que o estacionamento rotativo havia sido uma "solução" para os "flanelinhas" que, segundo eles, causavam problemas para o comércio local, pois brigavam, sujavam as ruas, ameaçavam os clientes, etc. Percebe-se como uma solução para o problema do estacionamento era, na verdade, provavelmente uma alternativa para expulsar os considerados "indesejáveis". De fato, foi constatado que os "flanelinhas" só existem agora nas ruas mais afastadas do bairro, longe das principais ruas comerciais.

Em Riviera da Barra, se o comércio informal não é motivo de reclamação (ao contrário, as pessoas consideram fundamental a comercialização de gêneros alimentícios para a vitalidade da praça), o incômodo relatado pelos entrevistados se refere aos usos que se faziam da praça. Ao que parece, assim como na Praia da Costa, embora em menor escala, o "problema" é a frequentação da praça por pessoas consideradas estranhas ao lugar, geralmente grupos de jovens vindos de outros bairros. Segundo os entrevistados, eles atrapalham a utilização da praça pelas famílias e pelas crianças, revelando uma visão de mundo estreita, conservadora e preconceituosa.

Como vimos, os motivos que levam os entrevistados a dizerem que as câmeras não "funcionam", além de alguns delitos sofridos, é justamente a incapacidade de elas atuarem frente ao que parte dos entrevistados considera "problemas" que ferem a homogeneização dos espaços (uso e tráfico de drogas, comércio informal, moradores de espaços públicos, etc.). Além desses, outro "problema" é a utilização considerada inadequada dos espaços: no caso da Praia da Costa, os patinetes na ciclovia, as bicicletas no calçadão, os cachorros na praia; no bairro Glória, o estacionamento irregular; em Riviera da Barra, as depredações da praça e as motos que circulam sobre ela.

Se os problemas, do ponto de vista dos entrevistados, não são resolvidos, eles concluem pelo não "funcionamento" das câmeras. Quando descobrimos que a percepção geral dos cidadãos

entrevistados é de que as câmeras não "funcionam", é preciso considerar que a utilização do panóptico como referencial teórico, muito comum em outros trabalhos que tratam do tema da vigilância através de câmeras, encontra seus limites no caso da vigilância das câmeras de Vila Velha, particularmente no que se refere à consciência em relação à vigilância. Enquanto fazia o trabalho na central ele parecia fazer muito sentido quando eram observados os casos em que as câmeras não eram monitoradas, ou estavam em seu giro automático ou mesmo quando lembrava daquelas que não estavam funcionando. Não foi exatamente isso que escreveu Foucault, que a vigilância panóptica ideal prescindia da presença do guarda na torre central? Os detentos não tinham meios de saber se estavam sendo vigiados, bastava a presença da torre central para que o poder funcionasse automaticamente.

No caso das câmeras, bastava que elas estivessem nas ruas e, de certa maneira, pouco importava se houvesse ou não alguém as monitorando ou se elas estavam funcionando, pois as pessoas se sentiriam vigiadas de qualquer maneira. Porém, se o trabalho "por trás" das câmeras indicava a atualidade do panóptico, a pesquisa que realizamos nas ruas mostrou, até certo ponto, os seus limites. Se os cidadãos entrevistados, em geral, não sabem da presença das câmeras e são indiferentes à vigilância ou a consideram ineficaz, a interpretação teórica a partir do panóptico, se torna, por um lado, limitada (o funcionamento do panóptico, como vimos, dependia da ciência em relação à vigilância).

Porém, de qualquer forma, a interiorização da vigilância, o olhar que pesa sobre si mesmo, de certa forma, independe da ciência em relação às câmeras e da percepção dos cidadãos. A multiplicação de câmeras multiplica as possibilidades de olhares entrecruzados que, por sua vez, alimentam e atualizam um estado de controle permanente que impõem aos indivíduos a necessidade do "autocontrole" que de alguma maneira exerce influência sobre a vida cotidiana. Como vimos, embora os entrevistados não saibam as localizações precisas das câmeras, eles estão cientes da política de vigilância através de câmeras do município de Vila Velha. A sensação de controle, portanto, está atualizada pela presença das câmeras.

Mas ainda mais importante é a consideração de como a sua unânime aceitação confirma a função das câmeras enquanto instrumentos de controle. Os entrevistados questionam apenas o fato de elas não "funcionarem", revelando assim o que gostariam que acontecesse. Ao mesmo tempo, afirmam que gostariam que houvesse mais câmeras espalhadas pela cidade, geralmente reproduzindo o discurso de insegurança que legitima a sua implantação.

Era curioso que a reação mais comum após a abordagem dos entrevistados e a breve explicação que se seguia sobre do que se tratava o trabalho, era a menção de supostos aspectos positivos que as câmeras proporcionam nos locais em que são instaladas, uma clara reprodução do discurso oficial que associa a presença das câmeras ao aumento da sensação de segurança, à redução dos índices de criminalidade, à inibição de práticas criminosas e a extensão dos olhos do Estado, por exemplo. À medida que a entrevista prosseguia, porém, as suas falas entravam claramente em contradição com o que haviam afirmado inicialmente, como demonstramos anteriormente. Mas as

entrevistas geralmente terminavam com a conclusão de que o problema não são as câmeras em si, mas como o sistema de vigilância (não) funciona em Vila Velha. As câmeras são, portanto, ferramentas totalmente legitimadas pela população e naturalizadas no combate aos desvios.

Os próprios motivos que levam as pessoas a afirmarem que as câmeras não estão "funcionando" revela o interesse que os entrevistados têm para que elas sejam utilizadas enquanto ferramentas de controle social. Como vimos, o desejo de controle é direcionado a determinados grupos sociais que supostamente "perturbam a ordem", tais como moradores de rua, usuários de drogas e comerciantes informais. Se o controle desses grupos sempre foi uma necessidade para parcela da população, as câmeras parecem atualizar permanentemente o estigma sobre esses grupos, alimentando um estado de controle entre os cidadãos, que admitem e desejam a virtual função de controle delas. Mesmo que simbolicamente, as câmeras segregam.

Fortalecendo os muros simbólicos que dividem os "bons" cidadãos dos "maus" cidadãos, as câmeras nos remetem ao que Foucault (2009) descreve sobre a normalização numa sociedade de tipo disciplinar. De certa forma, os "indesejáveis" que se fazem presentes nos espaços que pesquisamos estão inadequados à regra, que seria o comércio formal, as famílias, o lar e a não utilização de drogas. Comparados à regra, ao padrão, eles se diferenciam e estão simbolicamente excluídos. As câmeras representam a eterna lembrança da busca mítica por uma homogeneização dos espaços.

Se a sua presença atualiza a idealização dos espaços homogêneos, as câmeras fragilizam os espaços públicos porque elas ameaçam a pluralidade e, no limite, a acessibilidade e a liberdade. Um ambiente de suspeita e de medo, que a vigilância insiste em alimentar, não contribui para a diversidade, para a heterogeneidade e para garantir a maior presença humana possível, que são condições indispensáveis para a vitalidade e, inclusive, para a segurança dos espaços públicos.

De certa forma, ainda, as câmeras tiram as responsabilidades dos sujeitos, que veem nelas o "grande censor", o autômato que poderia tudo regular. Abrem mão, assim, aparentemente, de seu próprio papel enquanto cidadão na forma de uso e ocupação do espaço quando descarregam no Estado e no seu "olhar" suas demandas repressivas conscientes e inconscientes.

Mas, já que as câmeras não "funcionam", podemos concluir que, pelo menos diretamente, elas não cumprem a função de "organizar" os espaços vigiados, um caso de eufemismo para a expulsão dos grupos dominados ou para a padronização dos usos dos espaços vigiados. No entanto, o trabalho exercido na central nitidamente diferencia os alvos da vigilância, destacando-se, por exemplo, os jovens dos bairros populares, as prostitutas e os usuários de droga, sobre os quais se deposita o estigma. Da mesma forma, os trabalhadores informais são constantemente registrados. Neste sentido, podemos considerar que as práticas de segregação direta estão virtualmente postas, sendo preciso apenas acionar as câmeras e os arquivos das ocorrências para esse fim, caso este seja o interesse da prefeitura.

A utilização de câmeras como ferramentas de segregação e exclusão parece ser mais comum em ambientes privados de monitoramento, como atesta Lomell (2004), um estudo comparativo entre o

monitoramento de uma área aberta, um *shopping center* e uma central de transportes em Oslo, Noruega. O autor conclui que enquanto na área aberta o monitoramento servia apenas para controlar determinados grupos considerados suspeitos – usuários de drogas, principalmente –, raramente resultando em práticas de exclusão, em áreas fechadas privadas, sobretudo no *shopping center*, as câmeras tinham uma nítida função de funcionar como ferramentas para garantir a tranquilidade dos consumidores, e não combater o crime, abordando e muitas vezes expulsando os "indesejáveis", principalmente pessoas bêbadas e/ou drogadas, não pelo seus comportamentos, mas simplesmente pela suas aparências. Essa situação resulta do aspecto ambíguo dos *shoppings centers*, que são espaços privados de uso público, tornando legal a exclusão dos "indesejáveis", caso haja um motivo para isso.

Uma das supervisoras que trabalha na central de câmeras de Vila Velha é também funcionária do monitoramento interno de câmeras do Shopping Vitória, o maior *shopping center* da capital Vitória, e foi questionada a respeito dessas práticas excludentes no caso do *shopping*. Ela confirmou que existe sim uma preocupação de garantir certa tranquilidade aos consumidores e que os guardas são orientados a abordar e, caso seja necessário, a pedir que se retirem pessoas que de algum modo atrapalhem o "bom" andamento das coisas. Ela citou casos de pedintes ou pessoas que recolhiam restos de comida na praça de alimentação, além de pessoas que iam tirar satisfação com seus cônjuges.

Durante a pesquisa, conversamos com trabalhadores informais que trabalham quase livremente (alguns relatavam eventuais abordagens policiais, mas nunca relacionadas às câmeras) nas ruas do bairro Glória e na orla da Praia da Costa sem se preocuparem com a presença das câmeras. Muitos deles, inclusive, nem sabem da presença delas. O caso mais próximo de desconforto que sentiram foi a desconfiança relacionada à nossa pesquisa, quando muitas vezes imaginavam se tratar de uma consulta de um funcionário da prefeitura para impedir os seus trabalhos.

Embora estejam muitas vezes sob o "olhar" das câmeras, as práticas informais geralmente não são incomodadas, como se constatou durante o trabalho de observação na central de videomonitoramento. A única exceção ocorreu quando um vendedor ambulante foi proibido de comercializar cachorros-quentes em uma *towner* em frente a uma casa noturna de Itapoã, um bairro de classe média de Vila Velha, por estar, supostamente, em situação irregular. Na verdade, a proibição ocorreu porque o dono da casa noturna, provavelmente com alguma influência política, entrou em contato com algum funcionário da prefeitura que logo solicitou a contribuição do videomonitoramento para que este servisse de justificativa para que a Guarda Municipal exigisse a retirada do vendedor ambulante. A iniciativa, portanto, não partiu do videomonitoramento, que serviu apenas de prova, no sentido de que a atividade supostamente ilegal estava sendo vigiada.

Caso as câmeras de Vila Velha tivessem uma função segregadora direta, capazes de auxiliar o trabalho de "limpeza dos indesejáveis" de determinadas áreas, certamente as práticas informais que destacamos anteriormente poderiam, em alguns casos, ser proibidas ou, ao menos, limitadas. Mas, como observamos tanto nas ruas como na central de videomonitoramento, elas normalmente ocorrem sem problemas e se misturam às atividades formais dos bairros.

CAPÍTULO 5 – O MONITORAMENTO E A FRAGILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE VILA VELHA: "POR TRÁS" DAS CÂMERAS

No caso do município de Vila Velha, a vigilância através de câmeras parece fragilizar os espaços públicos de três maneiras diferentes.

Atualizando um estado de controle permanente, as câmeras alimentam o estigma sobre determinados grupos sociais, o que, por sua vez, intensifica o desejo de controle socioespacial direto sobre os espaços vigiados, como demonstram os cidadãos entrevistados, sendo as câmeras, além disso, potenciais ferramentas para esse fim. Vimos, no capítulo anterior, que o que determina a conclusão dos entrevistados de que as câmeras não "funcionam" é justamente a sua incapacidade de resolver ou amenizar os "problemas" apresentados pelos entrevistados. A própria conclusão determina a função admitida e desejada das câmeras: ferramentas de controle sobre os espaços vigiados, admitindo-se a transferência ao "olho do Estado" o exercício da cidadania e eximindo-se, assim, de responsabilidades.

Mas as próprias características da vigilância "por trás" das câmeras fragilizam os espaços públicos. Os operadores exercem uma vigilância parcial, cujos alvos específicos são as populações dominadas, particularmente os jovens dos bairros populares. Eles são os preferidos da vigilância, pois, no Brasil, sob um ponto de vista raso e preconceituoso, o "bandido" tem um perfil. A utilização de câmeras, portanto, apenas reproduz o estigma depositado sobre a população pobre brasileira, particularmente sobre estes jovens. Mais uma vez, assim como na pesquisa realizada nas ruas, nos parece interessante a advertência de Foucault (2009) sobre a normalização imposta pelas disciplinas: as câmeras excluem (neste caso, ironicamente, incluindo na vigilância) aqueles que fogem às regras preestabelecidas para a conformação de um espaço homogêneo.

Finalmente, as câmeras fragilizam os espaços públicos de Vila Velha porque desrespeitam acintosamente a individualidade dos cidadãos. Se a própria vigilância, independente de suas características, constitui um desrespeito à vida cotidiana, veremos que este desrespeito é acentuado considerando a capacidade de aproximação das câmeras e o monitoramento informal dos espaços públicos, onde tudo seria permitido.

Arquivos de imagens com informações sobre as diversas partes da cidade de Vila Velha são produzidos ininterruptamente e, como diz Foucault (2009), estão sempre disponíveis para uma utilização eventual. Se a vigilância possui alvos específicos, isso não exclui que, de alguma maneira, todos têm seus movimentos constantemente registrados, sendo que os abusos são virtuais e reais possibilidades de atualização do controle. Veremos agora, separadamente, as características da vigilância "por trás" das câmeras que, a nosso ver, enfraquecem os espaços públicos.

5.1 Os alvos da vigilância e o estigma sobre os dominados

O período passado na sala de controle permitiu que fossem identificados alguns padrões de vigilância utilizados pelos operadores em seus trabalhos, ou seja, o que de fato eles olham através das

câmeras. Os operadores não monitoram as câmeras de maneira aleatória, ao contrário, eles são treinados a vigiar alvos específicos e adquirem alguns macetes à medida que ganham experiência.

Conforme já dissemos, o objetivo principal do trabalho dos operadores é registrar ocorrências. Tivemos acesso às ocorrências registradas durante o mês de setembro de 2014 (mês que compreende as quatro semanas em que o trabalho de observação foi realizado), o que não significa que tenhamos observado todas as ocorrências, pois fazíamos o acompanhamento do trabalho durante quatro horas diárias. Elas estão apresentadas nas tabelas das páginas seguintes (Tabela 14). Como se verá, elas são muito diferentes entre si e evidenciam o registro de qualquer situação de "anormalidade" que fuja à rotina dos espaços vigiados. Muitas delas são autoexplicativas. Optamos por descrever apenas aquelas que não o são e que poderiam gerar dúvidas quanto ao seu entendimento. Algumas delas referem-se a práticas de crimes/delitos, cujas descrições correspondem ao tratamento dispensado a eles pelo Código Penal (BRASIL, 1940).

As ocorrências devem ser entendidas principalmente como tentativas por parte dos funcionários das câmeras de "mostrar serviço", o que reafirma o que escrevemos em relação à preocupação dos operadores na manutenção dos seus empregos, pois produzir ocorrências significa produzir resultados: alguns deles estão sempre sedentos em registrá-las. Por isso mesmo, a tabela deve ser lida com muito cuidado para não gerar interpretações equivocadas. Por exemplo, registros do tipo "tentativa de homicídio", "disparo de arma de fogo" e aquelas registradas como "roubo" ou "furto" não significam necessariamente que as imagens das câmeras tenham registrado tais eventos. Significa tão somente que os operadores, sabendo destes eventos em razão da comunicação com a polícia militar através do rádio da sala de controle, registraram arquivos de imagens no local e hora onde aquele evento havia ocorrido, recorrendo às gravações das câmeras.

Cabe ainda destacar que a grande quantidade de ocorrências de "uso/posse de entorpecentes" que a tabela registra é exagerada. Existem lugares específicos, principalmente nos bairros populares, que o uso de drogas é recorrente. Porém, ansiosos por fazer ocorrências, os operadores registram mais de uma ocorrência para um mesmo "uso". Isso pode ser constatado quando verificamos que várias ocorrências são feitas a partir de uma mesma câmera em curtos intervalos de tempo. Da mesma forma, ocorrências genéricas do tipo "outras" e "atitude suspeita", em geral, são feitas apenas para fazer número e poderiam muito bem ser evitadas, assim como aquelas que se referem a banalidades como "queda", "ponto de alagamento" e "evento". Como alguns supervisores fazem vista grossa para as ocorrências registradas, a ausência de um filtro resulta que a quantidade de ocorrências registradas é questionável e a "qualidade" duvidosa.

Por outro lado, o registro de ocorrências banais, deve também, muitas vezes, ser entendido como práticas de resistência dos operadores em relação ao sistema, ao mesmo tempo em que são também mais uma oportunidade que eles encontram para quebrar a rotina de um trabalho reconhecidamente monótono.

Tabela 14: Ocorrências registradas pelos operadores das câmeras de Vila Velha durante o mês de setembro de 2014.

Ocorrências	Descrição	Quantidade
Posse/uso de entorpecentes: maconha	-	80
Averiguação de suspeito: pessoa	Averiguação de pessoas pela polícia militar em espaços públicos.	46
Posse/uso de entorpecentes: crack	-	26
Colisão de trânsito sem vítima	-	25
Outras	Ocorrências muito genéricas, podendo se referir a pessoas bêbadas ou pessoas que urinavam nas ruas, por exemplo.	21
Outras ocorrências de trânsito	Estacionamento irregular, principalmente.	19
Atitude suspeita	Ocorrência muito genérica, podendo se referir a um grupo de jovens reunidos, pessoas supostamente armadas, "suspeito" próximo a estabelecimentos comerciais, etc.	18
Averiguação de suspeito: veículo	Averiguação de veículos supostamente em situação irregular.	15
Vias de fato	Violência física contra a pessoa desde que não acarrete lesão corporal.	14
Colisão de trânsito com vítima não fatal	-	11
Operações policiais: ações preventivas	Operações da polícia militar para apreensão de drogas, armas e/ou pessoas.	6
Apreensão, retenção e remoção de veículos	Geralmente remoção de veículos estacionados irregularmente.	6
Direção perigosa	Automóveis em alta velocidade.	5
Pose/uso de entorpecentes: cocaína	-	5
Animal em via pública	Bois e/ou cavalos circulando nas ruas.	5
Queda	Pessoas que caíam em vias públicas.	3

Ocorrências	Descrição	Quantidade
Danos	Prejuízos materiais causados aos espaços públicos.	3
Roubo em estabelecimento comercial	Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa. No caso, de um estabelecimento comercial.	3
Eventos	Desfile cívico-militar, evento do exército.	3
Furto de veículo	Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.	2
Greve/passeata/piquete	-	2
Incêndio	-	2
Ato obsceno	Sexo em espaços públicos, pessoas que tiravam a roupa na frente das câmeras.	2
Tráfico de entorpecentes: maconha	-	2
Atropelamento com vítima não fatal	-	2
Furto em estabelecimento comercial	Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.	2
Ponto de alagamento	Poças de água formadas no asfalto.	1
Invasão de propriedade alheia	-	1
Menor abandonado	-	1
Tentativa de roubo	Tentativa de subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa.	1
Poda de árvore	-	1
Tentativa de homicídio por arma de fogo	-	1
Perseguição	Perseguição de veículo pela polícia militar.	1
Disparo de arma de fogo	-	1

Ocorrências	Descrição	Quantidade
Colisão de trânsito com vítima fatal	-	1
Crimes contra o meio ambiente	Maus tratos de animais, desmatamento, queimadas, etc.	1
Roubo a pessoa em via pública	Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa. No caso, de uma pessoa em via pública.	1
Tentativa de homicídio por arma branca	Tentativa de homicídio por objeto (geralmente faca) cuja finalidade "normal" é outra.	1
Veículo recuperado	Recuperação de veículo após furto.	1
Total	**-**	**341**

Fonte: Central de videomonitoramento de Vila Velha.

Finalmente, mesmo se fizermos vista grossa para todos esses problemas no registro de ocorrências e considerarmos o número total delas (341), não podemos nos deixar enganar a partir de uma interpretação equivocada quanto às anormalidades registradas pelas câmeras, fazendo parecer que o registro delas é frequente. Considerando a quantidades de câmeras em funcionamento (73), isso significa que em média cada câmera registrou 4,5 ocorrências durante os 31 dias do mês de setembro de 2014. Se considerarmos ainda que, em média, cada estação é responsável por 7,3 câmeras (considerando as 73 câmeras em funcionamento e as 10 estações em funcionamento, por onde as câmeras estão distribuídas), temos que cada estação registrou, em média, aproximadamente 33 ocorrências no mês de setembro de 2014, ou seja, aproximadamente uma por dia. Neste caso, durante o período de um dia, quando três operadores se revezam em uma mesma estação (considerando os três turnos de trabalho), apenas um deles registrou uma ocorrência. Em geral, portanto, o trabalho dos operadores consiste na observação das normalidades cotidianas, o que não poderia ser diferente considerando todos os limites da vigilância que apresentamos no capítulo 3.

No entanto, apresentamos as ocorrências, pois elas revelam, até certo ponto, quais eram os alvos da vigilância, quando consideramos o percentual de determinados tipos de registros sobre o total de ocorrências. Como uma boa oportunidade de registrá-las, os operadores estão sempre atentos ao *giroflex* das viaturas policiais e às próprias polícias e guardas que fazem o patrulhamento das ruas. Inverte-se, assim, a lógica: o videomonitoramento se servindo da polícia, antes que a servindo, com o objetivo de produzir eventos contabilizáveis para que a produtividade do trabalho aumente. A maior parte das ocorrências de trânsito[29] bem como aquelas registradas como "averiguação de suspeitos" (pessoas ou veículos) deve ser colocada na conta dessa busca pelas forças de segurança que patrulham as ruas. Elas somam aproximadamente 36% das ocorrências registradas no mês de setembro de 2014 (Tabela 14).

Por outro lado, os operadores priorizam áreas marcadas pelo uso e tráfico de drogas, não necessariamente situadas nos bairros populares. Destacam-se, por exemplo, uma área específica do bairro Praia da Costa, um posto de gasolina e um terreno baldio localizados no bairro Divino Espírito Santo e a Praça de Riviera da Barra. É certo que, dependendo do horário, eles conseguirão flagrar pessoas individualmente ou um grupo de pessoas usando e/ou traficando drogas, e mais certo ainda que eles registrarão aquilo como uma ocorrência. De acordo com a Tabela 14, aproximadamente 33% das ocorrências registradas no mês de setembro de 2014 referem-se ao registro de uso/posse/tráfico de drogas, principalmente maconha.

Uma rápida olhada nos registros de ocorrências da Tabela 14 fornece um bom retrato da inutilidade do sistema de câmeras de Vila Velha, pois os registros são feitos por mera formalidade (embora resultem, muitas vezes, de práticas informais dos operadores), pois não têm nenhuma

[29] Embora as câmeras eventualmente registrem pequenas colisões, boa parte das ocorrências de trânsito se refere ao registro de imagens após os acidentes, da mesma forma que era feito nos casos de alguns delitos/crimes.

utilidade aparente. Porém, os arquivos estão sempre disponíveis para uma utilização eventual, caso seja necessário se recorrer às imagens.

Além da busca por ocorrências, os operadores são orientados a ficarem atentos aos comércios em geral, aos carros fortes, mas particularmente às entradas de bancos, sobretudo em seus horários de funcionamento (das 10h às 16h) de forma a prevenir crimes conhecidos como "saidinhas de banco" – roubo, fora das agências bancárias, a pessoas que tenham sacado dinheiro – segundo eles situação muito comum principalmente nos primeiros dias do mês, quando geralmente ocorrem os pagamentos.

Com relação aos veículos, há uma clara atenção dada às suas placas no sentido de encontrarem casos de veículos roubados e adulterados, trabalho facilitado pela proximidade da guarda municipal que possibilita o acesso instantâneo às condições de regularidade ou não dos veículos. Neste sentido, é muito comum ver os operadores focalizando placas de carros e motos e seguindo a recomendação de estarem atentos aos "carros novos com placas velhas ou carros velhos com placas novas", segundo foi informado por um dos operadores como um dos macetes utilizados para constatar uma possível irregularidade em determinado veículo.

No mais, os alvos são as pessoas que circulam pelas ruas. Eles são treinados e adquirem certos macetes que orientam os alvos principais da vigilância: pessoas com casacos em dias de sol, pois poderiam estar armadas; homens com bolsas de mulher, pois poderiam estar guardando armas ali; pessoas se movimentando no sentido contrário ao fluxo; pessoas muito agitadas; pessoas olhando dentro de carros; pessoas demorando a ligar uma moto; duas pessoas sobre uma moto, etc.

É evidente que as situações comportamentais mencionadas no parágrafo acima são parte do discurso oficial, muito provavelmente apresentado aos operadores pelas polícias nos breves cursos que devem assistir na semana que antecede o início dos seus trabalhos, e, raramente, ou mesmo nunca, são verificadas no dia a dia do trabalho que realizam. Durante o nosso trabalho de observação, não foi presenciado nenhum comportamento destes listados acima, e é também por isso que é possível afirmar que os alvos escolhidos não estão relacionados a padrões comportamentais apenas, mas a um estereótipo associado ao "criminoso" e/ou "delinquente".

Embora se tenha ouvido mais de uma vez, enquanto se fazia a observação, a fala segundo a qual "bandido não tem cara", na verdade, para os operadores, eles têm sim. São os jovens dos bairros populares os alvos favoritos das câmeras, independentemente das áreas em que estejam. Com suas bermudas largas, camisas de times de futebol, bonés e cordões de prata, eles encontraram uma maneira de autoafirmação que permite, ao mesmo tempo, que sejam capturados pelo discurso relativo ao crime/delinquência e, por conseguinte, que sejam as pessoas eleitas para serem capturadas também pelas câmeras.

Os jovens aos quais nos referimos simbolizam o inimigo interno do Estado brasileiro, o Outro, que já não é mais o guerrilheiro ou o comunista perseguido durante o regime militar, mas o "marginal", o "bandido" ou o morador de rua, tidos como elementos (elemento era uma palavra muito utilizada pelos operadores e pela polícia para se referir aos "suspeitos") que supostamente

contaminam, poluem e quebram as regras sociais, provocando a "desordem" das cidades brasileiras[30]. São alvos constantes de repressão, estigmas e preconceitos nos seus próprios espaços de moradia, mas também por onde circulam, como atesta a longa história de abusos por parte da polícia brasileira em relação à população pobre e os homicídios no Brasil que atingem particularmente os homens jovens pobres e negros, como atestam Zanotelli et. al (2011), para o caso do Espírito Santo.

É comum que os operadores acompanhem esses jovens durante um longo período enquanto caminham pelas ruas dos bairros de residência das classes dominantes, como a Praia da Costa, ou comerciais, como Glória e Centro, mesmo que não demonstrem nenhum tipo de comportamento considerado suspeito. Assim como são frequentemente registrados nos bairros mais pobres, como Riviera da Barra ou Terra Vermelha, principalmente quando estão reunidos em grupos ("é assim que os problemas começam", dizem os operadores), ou mesmo quando individualmente estão próximos aos comércios destes bairros, na maioria das vezes aguardando alguém que entrou no estabelecimento por um motivo qualquer. Neste último caso, era nítido o desconforto do operador quando uma suspeita alimentada por alguns minutos se transformava simultaneamente em constrangimento e frustração quando as pessoas saíam andando calmamente, obrigando-o a encontrar outra alternativa de monitoramento.

Mesmo que demonstrem certo constrangimento ao abordarem o assunto relativo aos suspeitos, aos alvos e aos estereótipos da vigilância, geralmente reproduzindo o discurso oficial do "comportamento", em várias situações os operadores falam aquilo que já se havia notado observando o tipo de monitoramento que fazem. As falas que apresentamos abaixo dão uma ideia de como, em diversas ocasiões, os operadores reproduzem o discurso que associa o "criminoso" e/ou "delinquente" a um determinado perfil que, por sua vez, será o alvo preferido das câmeras:

> Dá um *zoom* na marca da camisa dele para ver se não é da Cyclone (Fala de Z., operador da equipe da tarde, 02/09/2014).
>
> A gente tem que ficar atento às pessoas que usam camisas do Flamengo, da Argentina, do Barcelona. A maior parte das pessoas que são presas tem esse perfil, pode ver no jornal (Entrevista com E., operador da equipe da tarde, 02/09/2014).
>
> A gente tava [sic] até conversando hoje, é quase um preconceito, mas existe um perfil que é uma ameaça, a gente deve monitorar (Entrevista com H., operadora da equipe da manhã, 03/09/2014).

[30] O estigma depositado sobre a população pobre e seus espaços não é exclusividade das cidades brasileiras ou latino-americanas, como demonstram, principalmente, as experiências dos Estados Unidos sobre os guetos de negros e imigrantes e os mais recentes problemas de concentração de riqueza, desemprego e a desestruturação do Estado de bem-estar social *keynesiano*, também em muitos países europeus. Destaca-se ainda o problema não necessariamente socioeconômico, mas também étnico relacionado à paranoia de segurança verificada em muitos países europeus e nos Estados Unidos após os atentados de 2001 ao World Trade Center e ao pentágono, em Nova York, nos Estados Unidos. Étnico, pois o estigma de desloca também para os imigrantes latinos, africanos, asiáticos, mas, sobretudo a população árabe e mulçumana que carrega o estereótipo do terrorista. Neste sentido, o estigma de desloca para além dos espaços que abrigam essas populações, como os bairros de imigrantes, mas para todos os lugares de circulação das pessoas, sobretudo urbanos, onde tal circulação é mais significativa. A este respeito, ver Graham (2011).

> As roupas, os gestos, os comportamentos, tudo isso faz parte da vontade de ser criminoso. O criminoso tem um perfil (Entrevista com O., operador da equipe da tarde,. 04/09/2014).

> Eu não diferencio alvos dependendo do lugar não. Eu costumo dar atenção a grupos de jovens reunidos, menino usando boné de aba reta, camisa de time, essas coisas (Entrevista com M., operadora da equipe da manhã, 05/09/2014).

> Os suspeitos pra mim tem um perfil, eles usam um cordãozão de prata e pintam o cabelo de azul ou rosa. Eu sempre fico atenta a essas coisas (Entrevista com B., operadora da equipe da manhã, 13/09/2014).

Desde a menção a uma marca de roupas (Cyclone) associada ao funk, e muito utilizada pelos apreciadores deste estilo musical e pelos demais jovens dos bairros populares, passando pelas referências às camisas de time de futebol, aos cabelos pintados e a uma determinada forma de se usar um boné, os operadores apenas reproduzem um discurso disseminado que revela um provável perfil de "criminoso" e/ou "delinquente" através de diversos signos de vestuário e de comportamento. Se este é o perfil dos jovens dos bairros populares e se este mesmo perfil é associado ao crime, não há dúvida de que o modelo de vigilância das câmeras reproduz uma tendência geral atual de parcela da sociedade brasileira, verificada, sobretudo nas grandes cidades, que é a criminalização da pobreza.

Este mesmo discurso é utilizado pela polícia militar, como se comprovava ouvindo as comunicações via rádio acompanhadas na sala de controle. Quando o CIODES ou o 4º batalhão de Vila Velha entrava em contato com as viaturas que faziam o patrulhamento das ruas, era comum que se referissem às pessoas a partir de suas "características": 'o indivíduo está com a camisa do Fluminense e boné de aba reta' ou 'o suspeito está com a camisa do Flamengo e boné', são exemplos de falas policiais ouvidas e que capturam as pessoas pelo comportamento relacionado ao modo de se vestir.

Finalmente, a própria pesquisa efetuada nas ruas revela essa associação direta entre o "criminoso" e o seu vestuário, dotando-o de um determinado perfil. A fala abaixo é de um ex-militar, dono de um restaurante na orla do bairro Praia da Costa, entrevistado durante a pesquisa. Questionado a respeito de problemas relacionados à "segurança" na região, ele afirmou:

> Aqui é muito perigoso, principalmente aos domingos à tarde e sábado também, quando é verão. Muitos grupinhos da periferia vem para cá acertar contas, eu mesmo já presenciei diversos tiros aqui, nem saio com o meu filho para a praia. **O problema são aqueles jovens que vem para cá com o kit bandido deles: boné de aba reta, cordãozão de prata muito feio, bermudão.** Eu sempre fico de olho na cintura das pessoas, é automático (Entrevista com B., proprietário de um restaurante na Praia da Costa, 30/10/2014, grifo nosso).

Com todo esse conjunto formado pelas vestimentas e pelos comportamentos, os jovens dos bairros populares confessam-se como tal. Arriscamo-nos a deslocar a tese defendida por Foucault

(1985), segundo a qual o poder das sociedades bipolíticas, o biopoder[31], que depende da colocação do sexo em discurso, para o tema do qual estamos tratando.

Em certo sentido, a biopolítica pode ser entendida como uma manifestação do poder do Estado no sentido de manter sua população saudável. Isso evitaria ou pelo menos amenizaria inconvenientes econômicos resultantes de gastos relativos à saúde da população, ao mesmo tempo em que ela constituiria uma reserva de mão de obra mais saudável, portanto mais produtiva. Não podemos esquecer que o contexto de nascimento da biopolítica é o liberalismo e as práticas que o acompanhavam.

Neste sentido, podemos entender a importância dada no século XIX aos fenômenos globais de população (natalidade, mortalidade, longevidade, mortalidade infantil, etc.) e o seu tratamento científico. Se a população tinha uma determinada regularidade, era possível intervir em sua dinâmica, e o controle do sexo foi a maneira encontrada para tanto. O sexo não era mais uma questão leiga, mas um assunto de Estado.

Para ser controlado, o sexo deveria ser posto em discurso, deveria ser incitado, e não apenas reprimido, aliás como toda a trajetória de Foucault mostra a respeito da abordagem do poder em termos de produtividade incessante, de relações múltiplas de poder, e não mais como uma estratégia repressiva de uns em relação a outros. Para tanto, desenvolve-se todo um saber em relação ao sexo que procura especificá-lo, defini-lo, distribuí-lo e inscrevê-lo no real. As múltiplas sexualidades deveriam ser declaradas mais do que reprimidas, incluídas mais do que excluídas, de modo que as práticas sexuais, das mais tradicionais às mais aberrantes, pudessem ser conhecidas e registradas, para que os indivíduos pudessem ser especificados a partir de fronteiras bem definidas.

Para Foucault (1985), é preciso abandonar a hipótese de que as sociedades industriais modernas inauguraram um período de repressão mais intensa do sexo e admitir que,

> [...] é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e se multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas. E, nesse avanço dos poderes, fixam-se sexualidades disseminadas, rotuladas segundo uma idade, um lugar, um gosto, um tipo de prática (FOUCAULT, 1985, p. 48).

[31] No Ocidente, a transformação dos mecanismos de poder no sentido de produzir forças, fazê-las crescer e ordena-las mais do que barrá-las, dobrá-las ou destruí-las, um poder que exige a gestão da vida e que se ordena em função de seus reclamos, suas exigências de desenvolvimento, é o que Foucault (1985, 2008b; 2008c) denomina **biopolítica** ou **biopoder**. Segundo Foucault (1985), pode-se dizer que o velho direito soberano de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou deixar morrer. Progressiva desqualificação da morte, que fica escondida, muitas vezes oculta, tornando-se o ponto mais secreto da existência. Não se decide mais sobre a morte: ao contrário, gere-se a vida. A biopolítica é um complemento das funções disciplinares que se exerciam positivamente sobre a vida dos indivíduos a partir dos treinamentos, exercícios e gestão de seus corpos. Porém, agora, os objetivos são traçados não mais em nome dos corpos individuais, mas em nome da existência biológica de uma população humana, ao nível da raça e espécie humanas, em nome de sua necessidade de viver. Daí a importância para a biopolítica das técnicas estatísticas para regulação de fenômenos como a natalidade, a mortalidade e a longevidade de uma população. Tratava-se de constituir para uma população algo que seja um meio de vida, de existência, de trabalho.

Esse tipo de prática de fixação de sexualidades as mais diversas, a partir de discursos verdadeiros sobre o sexo, foi constituída pela nossa sociedade com a elaboração de uma *scientia sexualis* através de disciplinas como a pedagogia, a medicina, a psiquiatria e a economia. Conhecendo-se melhor o sexo, o Estado encontrou meios de geri-lo, para normalizá-lo, com o objetivo de controlar doenças que pudessem colocar em risco o futuro da espécie, "[...] daí o projeto médico, mas também político, de organizar uma gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências; o sexo e sua fecundidade devem ser administrados" (FOUCAULT, 1985, p. 112).

Para Foucault (1985), os discursos verdadeiros sobre o sexo são um ajuste do antigo procedimento da confissão às regras do discurso científico. Desde a Idade Média, a confissão era um meio pelo qual a igreja buscava extrair dos indivíduos os desejos, os pensamentos, os prazeres, os passados e os sonhos que de alguma maneira se relacionavam ao sexo. Confessavam-se os pontos mais secretos da existência, os pecados mais carnais, para se evitar o problema do castigo eterno e se almejar a salvação. Confessa-se agora em nome da vida.

Segundo Foucault, o ritual da confissão já não é mais monopólio da Igreja, somos seres em permanente confissão, cuja prática está tão profundamente enraizada em nós que já não a percebemos como um efeito de um poder que nos oprime. Confessa-se a todo instante[32]: homem, mulher, gay, negro, índio, de esquerda, de direita, louco, artista, etc. Em outras palavras, é preciso sempre "ser" alguma coisa, qualquer coisa.

Confesse-se jovem dos bairros populares! Não é exatamente isso o que fazem permanentemente os jovens dos quais estamos tratando? Ao se confessarem como tal, com o seu perfil de domínio comum já tão profundamente enraizado nas práticas cotidianas, eles podem ser capturados pelos discursos que os associam diretamente a um estereótipo. Uma tentativa de busca de autoafirmação, de consolidação de uma identidade, um esforço de reconhecimento por parte de uma sociedade que os oprime, os massacra e, finalmente, os "mata" cotidianamente, é, ao mesmo tempo, uma possibilidade de captura pelo poder, como claramente constatamos com a nossa pesquisa.

O que nos parece é que os desvios produzidos por uma sociedade do tipo disciplinar quando esta preestabelece uma regra, resultam em tentativas de autoafirmação por parte dos desviantes que, por sua vez, são novamente capturadas pelo poder quando estimulam a afirmação de identidades quaisquer. Confessando-se, os indivíduos são mantidos em seus traços singulares e estão presos a ser alguma coisa, qualquer coisa, neste caso, jovens de bairros populares.

Não custa lembrar, mais uma vez, as injustiças que pairam sobre esses jovens, conforme indicamos anteriormente. Eles foram definidos como o inimigo interno da sociedade brasileira e são vítimas de uma série de abusos praticada pelo Estado ou por ele legitimada. Por isso essa nossa

[32] A confissão permanente é facilmente perceptível nas redes sociais. Confessa-se o que se "é" e a formação de um determinado perfil é largamente aproveitada pelas empresas que fazem publicidade. Quer uma maneira mais eficaz de se exercer o poder sobre um indivíduo quando ele próprio é a peça principal da engrenagem? Embora as redes sociais sejam o aspecto mais sintomático dessa confissão, as próprias pesquisas que fazemos diariamente em sites de busca como o Google, permitem a formação de um perfil de interesse.

interpretação deve ser relativizada e entendida sempre nesses marcos de injustiças, opressões e abusos. Trouxemos essa discussão apenas para mostrar como a criação de identidades (de qualquer tipo) oferece-se como uma possibilidade que permite demarcar fronteiras que, muitas vezes, volta-se contra as tentativas de autoafirmação.

Além dos jovens aos quais nos referimos, é comum que os operadores monitorem outras pessoas que fazem parte do grupo formado pelos "indesejáveis", sobre as quais também se deposita o estigma, destacando-se as prostitutas, os bêbados e os usuários de crack. Nestes casos, trata-se de um monitoramento informal no sentido de zombaria, motivando comentários e risadas diversas pela sala de controle. No caso dos usuários de crack trata-se, também, de um tipo de monitoramento no sentido de produtividade, pois o uso de drogas é recorrente e é registrado como uma ocorrência.

Portanto, um controle da circulação cujo alvo é uma população urbana em sua totalidade não pode deixar na sombra o fato de que existem alvos diferentes de observação e vigilância. Em geral, nas grandes cidades dos países de primeiro mundo os alvos são as minorias étnicas, sobretudo árabes e mulçumanas, mas também latinos e africanos; já nas cidades dos países de terceiro mundo, os alvos preferidos são, sobretudo, os indivíduos jovens pertencentes às classes dominadas que vivem nos bairros populares, mas que circulam pelos espaços públicos das cidades.

Finalmente, gostaríamos de finalizar advertindo sobre os perigos que se correm quando admitimos inadvertidamente os discursos maniqueístas que depositam o estigma sobre os dominados, como buscamos demonstrar neste subcapítulo e no anterior, a partir das pesquisas que fizemos tanto na sala de controle das câmeras quanto em alguns espaços públicos de Vila Velha. Para tanto, utilizaremos como referência a releitura que faz Zanotelli (2014) sobre os micros e macrofascimos a partir da obra de Deleuze e Guattari.

Deleuze e Guattari apud Zanotelli (2014) estabelecem uma diferenciação entre Estados totalitários. Para eles, há Estados totalitários sem fascismos (por exemplo, ditaduras militares e o estalinismo) e Estados totalitários fascistas, como o nacional-socialismo alemão (nazismo) e o fascismo italiano. Este segundo tipo de Estado totalitário se inscreve numa escala macropolítica, é centralizador, mas necessita, para ser devidamente compreendido, de uma abordagem micropolítica, pois,

> [...] o fascismo é inseparável de focos moleculares que pululam e saltam de um ponto a outro, em interação, antes de ressoarem todos juntos no Estado nacional-socialista. Fascismo rural e fascismo de cidade ou de bairro, fascismo jovem e fascismo ex-combatente, fascismo de esquerda e de direita, de casal, de família, de escola ou de repartição: cada fascismo se define por um microburaco negro, que vale por si mesmo e comunica com os outros, antes de ressoar num grande buraco negro central generalizado (DELEUZE e GUATTARI, apud ZANOTELLI, 2014, p. 86-87).

O fascismo só pôde se instalar, segundo Deleuze e Guattari apud Zanotelli (2014), em função dos microfascismos presentes no corpo social alemão, que resultaram, finalmente, num Estado

centralizador legitimado, o nazismo. Outro autor citado por Zanotelli (2014), Christophe Dejours, tenta responder o "absurdo nazista",

> [...] invocando a "banalização do mal" na Alemanha e na Europa do período entre duas guerras como processo longo, preparatório, de humilhações e agressões cotidianas que fizeram com que os judeus, ciganos, comunistas, homossexuais e "minorias" diversas, fossem, aos poucos, considerados como "sub-raça". Portanto, quando chegaram os processos fascistas massivos de extermínio não teria havido "sensibilização" para o que aconteceu, não se teria visto mais os seres humanos como fazendo parte da "raça humana"; os corpos e as mentes de uma larga parte da população europeia já estariam banhando-se no microfascismo (DEJOURS, apud ZANOTELLI , 2014, p. 87).

Christophe Dejours apud Zanotelli (2014) desloca a questão para a sociedade francesa atual, considerando a banalização da injustiça social e o racismo em relação aos estrangeiros: não seriam microfascimos esperando a hora certa para dar o bote e se tornar explícito numa organização centralizadora e macropolítica? Se esse processo de injustiça e racismo já é problemático na França, o que dizer do Brasil?

Historicamente marcado por tantas injustiças e desigualdades, o racismo no Brasil encontra raízes no passado colonial, é legitimado pelo Estado, percorre a mídia, as multinacionais e, por fim, está incrustado nos discursos, atos e mentes de parcelas da população, e não apenas entre aqueles pertencentes às classes dominantes (os operadores das câmeras de Vila Velha eram, em sua maioria, pobres ou membros das classes médias inferiores, bem como os entrevistados de Riviera da Barra). Como nos alertam Deleuze e Guattari, "o fascismo é um movimento de fascínio das massas, um corpo canceroso mais do que um organismo totalitário" (DELEUZE e GUATTARI, apud ZANOTELLI, 2014, p. 87).

5.2 O desrespeito à individualidade

Quando iniciei a pesquisa, costumava ficar atento às ruas por onde passava no sentido de encontrar ali câmeras de vigilância. Mas sempre questionava se o aspecto invasivo de controle exercido, que inicialmente me atraíra para a pesquisa, não poderia ser relativizado considerando a distância em que as câmeras estavam em relação às pessoas. Isto porque, nas raras oportunidades que tive para visualizar as imagens produzidas por câmeras, seja na TV, em residências ou em estabelecimentos comerciais, as imagens sempre me pareceram pouco claras, distantes e fixas, o que dificultava a visualização das pessoas e colocava limites em minha suspeita de "invasão" provocada pelas câmeras.

A minha impressão foi desfeita na primeira visita que fiz à central de videomonitoramento. Ao contrário das imagens pouco nítidas e distantes que estamos acostumados a ver quando observamos monitores em algum estabelecimento comercial ou quando a TV resolve mostrar algum incidente através de imagens de câmeras, as imagens das câmeras da prefeitura de Vila Velha, como em geral são as das câmeras instaladas pelo Estado, são surpreendentemente nítidas e permitem uma vigilância "perfeita" dentro de seu raio de ação.

Descobri que as câmeras podem ter diferentes tecnologias e isso determina as imagens produzidas. Em geral, podemos dizer que as câmeras que observamos em estabelecimentos comerciais ou em residências não produzem imagens de boa qualidade comparadas às que estão nas ruas. Além disso, estas normalmente são fixas, portanto, não podem ser monitoradas, o que explica a sua invariável distância em relação ao que observa. Se a câmera registra um incidente e se é preciso recorrer à gravação feita, a imagem pode ser congelada para que se utilize a ferramenta de *zoom*, porém a imagem perde qualidade à medida que se exige a sua aproximação.

Já as câmeras da prefeitura de Vila Velha produzem imagens de excelente qualidade dentro de seu raio de ação. Se inicialmente verificamos que ela é fixa (embora ela possa girar 360º) assim como as câmeras comuns, o recurso de congelamento da imagem e a utilização da ferramenta *zoom* permite uma aproximação detalhada de qualquer ponto que esteja na área contemplada pela câmera. É possível, por exemplo, ler placas de carro, distinguir se uma pessoa fuma maconha ou crack e até mesmo verificar a marca do batom utilizado por uma mulher enquanto ela abria sua bolsa no caixa do supermercado – relato impressionante que ouvi de uma operadora quando ela trabalhava no videomonitoramento de um grande supermercado, cujas câmeras possuíam a mesma tecnologia das que são utilizadas pela prefeitura.

Todo esse detalhamento das imagens me impressionou na primeira visita à central de videomonitoramento. A aproximação dos rostos das pessoas que estão nas ruas revela um aspecto invasivo que apenas as pessoas que pela primeira vez veem as imagens podem perceber. Muitos operadores disseram ter ficado tão impressionados quanto eu quando chegaram para o seu primeiro dia de trabalho. Aos poucos se acostuma, acha-se normal, como aconteceu com os operadores e mesmo comigo, que já não me surpreendia mais à medida que os dias iam passando. Porém, agora sei que quando estamos em ruas vigiadas por câmeras, a aparente distância em relação a elas pode ser superada caso o operador faça alguns pequenos movimentos com o *mouse*.

A ciência por parte dos operadores em relação à capacidade das câmeras em vigiar talvez explique a diferença verificada entre eles e as pessoas entrevistadas nas ruas quanto ao incômodo causado pela presença das câmeras no que se refere à violação da individualidade. Alguns operadores dizem que em algumas situações evitam lugares monitorados nos casos em que podem escolher outros, por exemplo, quando vão à praia, ou, conforme relatou um operador, que evita lugares monitorados por câmeras quando deseja fazer uso de maconha.

Uma passagem da entrevista realizada com um membro da equipe administrativa, também indica certo incômodo com a presença das câmeras. Veja:

> Sobre aquela pergunta que você fez sobre o constrangimento, aí eu me lembrei, eu me colocando como munícipe e sabendo do alcance e ouvindo as pessoas ali dentro: ‘ah, eu não vou nesse local na praia não porque vão dizer amanhã que eu estive na praia, vão me observar’. Mas falando por mim, todas as vezes que eu prezo por segurança eu procuro locais que têm câmeras. Agora se eu não quero ser visto, aí eu também me escondo, tipo assim, eu não quero que ninguém me veja com aquela pessoa ali, eu já sei, não vou ficar dando mole debaixo das câmeras (Entrevista com H., membro da equipe administrativa do videomonitoramento, 22/05/2014).

A individualidade frente às câmeras prezada pelos operadores em certas ocasiões não faz, em geral, parte do universo dos entrevistados nas ruas. Em geral, dizem que nunca evitam certos lugares caso saibam que eles sejam monitorados, bem como a presença da câmera não muda em absolutamente nada o que fazem ou deixam de fazer diante dela. São raros aqueles que se mostram incomodados quanto à presença das câmeras. Um deles, quando passou a estar ciente que existia uma câmera no local, afirmou que certo incômodo poderia surgir quando "não posso olhar a pessoa que me olha". Mas, na verdade, mesmo quando mencionam a individualidade de algum modo atingida pela vigilância, eles concluem que, sendo "cidadãos de bem", "cidadãos normais", não têm, portanto, nada a temer. As passagens abaixo ilustram bem a percepção dos entrevistados em relação à vigilância no que refere à violação de suas individualidades:

> Eu nunca roubei, nunca matei, se não estou infringindo a lei, não me intimida absolutamente em nada (Entrevista com E., morador, transeunte e diretor da associação de moradores do bairro Praia da Costa, 18/11/2014).

> Na realidade a gente até esquece disso, né [sic], nem me preocupo com câmera, tira a privacidade mesmo, você fica um pouco exposto mesmo, tudo o que você faz, até os movimentos, os gestos, tudo é monitorado. Mas não altera nada no que eu faço no meu dia a dia, mas eu nem me preocupo com isso, a gente que é cidadão normal nem se preocupa com isso, a gente até esquece das câmeras, mas se for pensar nisso a gente pensa 'opa, a gente tá sendo filmado'. A gente acaba esquecendo, fica na rotina normal né [sic] (Entrevista com P., gerente do Uniglória, 30/10/2014).

A primeira delas deixa clara a percepção geral dentre os entrevistados de que só deveriam se preocupar com as câmeras aqueles que infringem as leis (no caso, "roubar" ou "matar"). A segunda delas é mais ambígua: embora conclua que as pessoas acabam se esquecendo das câmeras, que o "cidadão normal" não deveria se preocupar, ela denuncia certa sensação de controle. Aqui, percebemos a convergência com a nossa conclusão de que embora as pessoas lidem, em geral, de maneira indiferente em relação às câmeras, a vigilância atualiza um estado de controle permanente sobre a vida cotidiana.

Mas, em geral, as nossas perguntas em relação às câmeras quanto aos prejuízos à vida cotidiana, ao incômodo causado pela vigilância e às possíveis "mudanças de comportamento" eram geralmente encaradas com surpresa por parte dos entrevistados. É possível concluir que, para os entrevistados, elas fazem pouco sentido, são absurdas, considerando que muitos não sabem da presença das câmeras naqueles locais e, quando sabem, não acreditam que "funcionem". Não podem conceber que alguém possa abordar a vigilância a partir desse ponto de vista, como pretendíamos. Para os entrevistados, as câmeras não "existem".

Se os entrevistados encaram estas perguntas como sendo absurdas é também porque as câmeras são unanimemente aceitas pela população e justificadas pelo discurso da segurança. Os questionamentos dos entrevistados giram no sentido do não "funcionamento" delas e, desde que funcionem e possuam alguma credibilidade, eles gostariam que a quantidade de câmeras fosse maior, pois o número atual não é suficiente.

Para os entrevistados, e também para a prefeitura, as câmeras apenas seriam invasivas caso não respeitassem os limites entre o espaço público e o espaço privado. Neste sentido, a individualidade das pessoas só é reconhecida caso elas estejam em suas respectivas residências. As passagens abaixo, retiradas de entrevistas realizadas em Riviera da Barra, são interessantes para termos uma noção de como a individualidade é entendida do ponto de vista dos cidadãos. Questionados sobre uma possível violação da privacidade no caso da utilização de câmeras, eles responderam:

> Eu acho que se o cara reclamar disso aí, acho que o cara está radicalizando. Coloca uma cortina na janela dele, coloca um *blindex*. Alguma coisa. Aí se não tem o videomonitoramento, o cara sobe no muro, pula a varanda dele, aí ele fala que não tem o videomonitoramento. Quando tem o cara vai querer andar pelado, a mulher dele vai querer andar de calcinha na varanda. Eu acho que reclamar disso é besteira. Ao mesmo tempo que tira a privacidade do cidadão, que tem casa própria, vai tirar privacidade do ladrão, do bandido, na hora de fazer alguma coisa errada (Entrevista com A., presidente da Associação de Moradores de Riviera da Barra, 17/10/2014).

> Não me importo com privacidade não, se me olharem saberão que eu sou um cidadão de bem. Acho que tem que ter mais câmeras, mas desde que funcione. A privacidade a gente tem dentro de casa, fechou a janela, acabou (Entrevista com J., morador das redondezas da praça de Riviera da Barra, 10/11/2014).

Como as passagens acima revelam, percebemos uma clara associação da individualidade com o ambiente privado. Na primeira delas, a privacidade em espaços públicos não é sequer mencionada (quando o entrevistado se refere à privacidade do "ladrão", do "bandido", ele implicitamente está se referindo à atuação da câmera no "combate ao crime", e não na privacidade enquanto direito à preservação da vida cotidiana, conforme a nossa abordagem). A segunda, além de confirmar o que dissemos acima quando a despreocupação em relação à privacidade está relacionada à autodefinição dos cidadãos enquanto "cidadãos de bem" ao mesmo tempo em que exige mais câmeras, demonstra que a privacidade só deve ser entendida em ambientes privados, no caso, a casa.

A nítida diferenciação entre espaços públicos e privados também é realizada pela política de vigilância da prefeitura. Essa diferenciação fica explícita nas passagens abaixo, retiradas da entrevista que realizamos com um membro da equipe administrativa e com um dos gestores do videomonitoramento. Perguntados sobre a questão da individualidade e do desconforto que as pessoas poderiam sentir em relação às câmeras, eles afirmaram:

> Até onde sabemos não existe relato de constrangimento, até porque os nossos servidores tem um treinamento de que não pode invadir a residência do munícipe de forma nenhuma, porque acaba tirando a privacidade, isso pode dar um processo contra a prefeitura. Eles são treinados e são operadores de vias públicas, eles devem acompanhar as demandas da rua (Entrevista com C., gestor do videomonitoramento de Vila Velha, 22/05/2014).

> Muito pelo contrário, eles querem mais câmeras. Mesmo porque eles não têm acesso às imagens. Você mesmo viu aquelas imagens [referência às imagens de sexo e furto em vias públicas que eles haviam me mostrado em outra ocasião], se aquelas pessoas tivessem acesso ficariam constrangidas, mas elas não estavam na casa delas, estavam na rua (Entrevista com H., operador e membro da equipe administrativa do videomonitoramento, 22/05/2014).

Quando questionados a respeito da capacidade de aproximação das câmeras, o gestor continuou:

> Ela tem um limite, dependendo da qualidade da câmera ela pode até distorcer as imagens. Nessa questão de achar bom ou não, o que não pode é instalar câmeras no banheiro, aí sim dessa forma está constrangendo a pessoas, as pessoas podem estar fazendo as necessidades dela, agora se está fora, onde todos transitam, não há nada que impeça, fora da residência (Entrevista com P., gestor do videomonitoramento, 22/05/2014).

Essa nítida diferenciação entre o público (as ruas), onde tudo pode, e o privado (as casas, o banheiro), onde nada pode, que transparece nas falas acima, nos encaminha para a diferenciação que DaMatta (1997) estabelece entre o conceito moderno de cidadania, verificado tanto no caso dos Estados Unidos como dos países europeus, das "muitas formas de cidadania" verificadas no Brasil.

O aspecto moderno da cidadania implica, de um lado, a ideia fundamental de indivíduo e, de outro, regras universais, um sistema de leis que vale para todos em todo e qualquer espaço social. Nesse caso, a igualdade de todos os homens perante a lei seria a garantia para a abolição das leis particulares e dos privilégios, dos quais a nobreza e o clero usufruíram durante um longo período na Europa[33].

O que DaMatta sugere é que no Brasil a noção de cidadania sofre um desvio que "[...] a impede de assumir integralmente seu significado político e nivelador" (DAMATTA, 1997, p. 75). Ao lado de um código legal pretensamente universal que teoricamente igualaria os homens, o Brasil convive com um código tradicional, baseado em relações de amizade, pessoais e familiares que muitas vezes se sobrepõe às determinações legais. O autor exemplifica com a expressão "Você sabe com quem está falando?", muito utilizada no Brasil em casos em que uma pessoa é confrontada com a lei, para ilustrar a noção de que a existência de uma lei universal no Brasil não impede que as pessoas desejem ser julgadas por determinado papel que elas desempenham na sociedade.

O autor utiliza casa e rua metaforicamente para indicar esses dois universos que, no Brasil, se misturam: o "tradicional" (simbolizado pela casa) e o "moderno" (simbolizado pela rua). A casa simbolizaria o tradicional no sentido em que ali predominam as relações familiares e pessoais, ou seja, as relações privadas; a rua simbolizaria o moderno, pois ali o predomínio seria das relações legais, universais e impessoais, ou seja, as relações públicas. Neste sentido, casa e rua são também metáforas para indicar, respectivamente, o privado e o público.

Mas para DaMatta, esses universos privados e públicos não constituem separações estanques, rígidas, pois, "[...] no Brasil, mais importante do que os elementos em posição, é a sua conexão, a sua relação, os elos que conjugam os seus elementos" (DAMATTA, 1997, p. 25). É neste sentido que o autor define a sociedade brasileira como relacional, isto é,

[33] Embora Foucault (2009) tenha dito que as liberdades formais e jurídicas muitas vezes obscurecessem as disciplinas enquanto mecanismos essencialmente inigualitários e assimétricos. Caldeira (2001) também desmistifica a ideia de um espaço público idealmente igualitário tantos no Estados Unidos quanto na Europa, segundo ela também estruturados com base em relações desiguais de classes, etnicidade e gênero.

> [...] um sistema onde a conjugação tem razões que os termos que ela relaciona podem perfeitamente ignorar [...] o segredo de uma interpretação correta do Brasil jaz na possibilidade de estudar aquilo que está "entre" as coisas. Seria a partir dos conectivos e das conjunções que poderíamos ver melhor as oposições, sem desmanchá-las, minimizá-las ou simplesmente tomá-las como irredutíveis (DAMATTA, 1997, p. 25).

É por isso que DaMatta diz que em situações específicas um elemento é capaz de totalizar o outro, o que ele chama de englobamento. A casa engloba a rua quando, por exemplo, a sociedade brasileira é tratada como se fosse uma "grande família", vivendo "debaixo de um amplo e generoso teto", o que o autor associa ao discurso populista, muito característico da política feita no Brasil. Da mesma forma, a rua pode englobar a casa, quando, por exemplo, mesmo diante de um caso considerado justo, uma lei é invocada como proibição direta e inapelável, pois a lei deve ser rigorosamente cumprida, o que o autor associa a situações autoritárias vivenciadas no Brasil[34]. Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei.

Se no Brasil a existência de um aparato jurídico legal não é suficiente para equalizar os homens, pois os privilégios ainda existem dependendo das relações que se estabelece, isso implica que o indivíduo, em ambiente público, está desprotegido. Comparando com um país em que o conceito moderno de cidadania prevalece, os Estados Unidos, DaMatta (1997) conclui:

> [...] nos Estados Unidos, o indivíduo isolado conta como uma unidade positiva do ponto de vista moral e político; mas no Brasil o indivíduo isolado e sem relações, a entidade política *indivisa*, é algo considerado altamente negativo, revelando apenas a solidão de um ser humano marginal em relação aos outros membros da comunidade [...] se o indivíduo (ou cidadão) não tem nenhuma ligação com pessoa ou instituição de prestígio na sociedade, ele é tratado como um inferior (DAMATTA, 1997, p. 77-78).

Esta inferioridade do indivíduo público exposto contrasta com os privilégios que ele pode manter em universos privados. É neste sentido que DaMatta (1997) estabelece a diferenciação entre "subcidadãos" e "supercidadãos" para o caso da sociedade brasileira. Para o autor:

> [...] em casa podemos fazer coisas que são condenadas na rua, como exigir atenção para a nossa presença e opinião, querer um lugar determinado e permanente na hierarquia da família e requerer um espaço a que temos direito inalienável e perpétuo. Em casa somos todos, conforme tenho dito, "supercidadãos". Mas e na rua? Bem, aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas "autoridades" e não temos nem paz, nem voz. Somos rigorosamente "subcidadãos" [...] (DAMATTA, 1997, p. 20).

Trouxemos essa discussão feita por DaMatta (1997) porque ela nos parece importante para tratar do caso da vigilância através de câmeras no Brasil, desde que devidamente adaptada. Adaptada

[34] Caldeira (2001) indica que a leitura que Roberto DaMatta faz da sociedade brasileira pressupõe ou propõe distinções nítidas e dicotômicas na vida social (casa/rua, privado/público, pessoal/impessoal, etc.). Para a autora essas distinções são forçadas e não existiriam na vida social, pois frequentemente elas ocorrem simultaneamente e sobrepõem-se umas às outras. Ora, essa leitura não nos parece correta porque o que DaMatta (1997) faz a todo momento é justamente sublinhar as sobreposições entre a casa e a rua. Quando Caldeira (2001) cita o caso da polícia brasileira para concluir que as ambiguidades, os tratamentos diferenciados, os privilégios, a legitimação de abusos, etc., são intrínsecos às instituições da ordem, talvez ela não tenha percebido que, neste caso, a "casa" englobou a "rua".

porque, por exemplo, as relações pessoais em geral não garantem privilégios que possam orientar os alvos da vigilância em espaços públicos, pois todos são vigiados de alguma forma, embora se deva lembrar o caso em que as relações pessoais favoreceram o dono de uma casa noturna no bairro Itapoã para expulsão de um comerciante informal, bem como o fato de que a vigilância prioriza os jovens dos bairros populares. Mas o que gostaríamos de sublinhar é que, de maneira geral, ninguém escapa ao "olho do poder".

Embora também as distinções entre público e privado sejam mais rígidas no que se refere à vigilância das câmeras (na rua pode, na casa não pode) quando comparadas às relações apresentadas por DaMatta (1997), nos parece que determinado aspecto da casa (a privacidade) está sendo englobado pela rua. Como a rua pertence ao "governo" ou ao "povo" e está sempre repleta de fluidez e movimento, ela é associada a um local perigoso (DAMATTA, 1997) e, por isso, é como se a vigilância da rua fosse um preço justo a se pagar, mesmo que não seja justo ter sua privacidade violada. Se enquanto estamos na rua, no domínio público, somos "subcidadãos", pouco importa se as imagens das câmeras estejam expondo pessoas, elas estão sujeitas a isso porque elas estão nas ruas, onde elas não são rigorosamente ninguém. É "natural" que na rua sua privacidade/individualidade não seja garantida.

Se na rua somos "subcidadãos", tudo muda de figura quando estamos em casa, no domínio privado, pois aqui o respeito à individualidade é religiosamente garantido. A casa distingue o espaço da calma, do repouso, da hospitalidade, enfim, define a nossa ideia de amor e carinho (DAMATTA, 1997). Aqui não podemos ser incomodados e seria um absurdo se os operadores das câmeras "invadissem" as residências, constituindo-se como um claro caso de constrangimento. Em casa somos "supercidadãos" e exigimos que assim seja. Embora essa política binária de vigilância que demarca claramente espaços públicos e privados seja, em geral, seguida pelos operadores, há algumas coisas a serem ditas.

Em primeiro lugar, em alguns casos o desrespeito à privacidade/individualidade acontece também nos espaços residenciais. Algumas câmeras mal programadas "invadem" as residências das pessoas através das janelas. Como não existe serviço de manutenção, o problema não pode ser resolvido. Por outro lado, em muitos lugares o monitoramento das câmeras permite a visualização de varandas e terraços. Em alguns casos, os operadores monitoram esses espaços sem nenhum constrangimento; em outros, mais comuns, o monitoramento das ruas exige, muitas vezes, que se "passe" sobre esses espaços.

Embora não se tenha presenciado situações de monitoramento em que os operadores estivessem interessados em registrar o interior das residências para fins específicos, alguns entrevistados disseram que isso já ocorreu. Ficou conhecido o caso, por exemplo, de um operador que sempre registrava um casal que sempre fazia sexo na mesma hora e local: às oito horas da noite, na varanda de um apartamento.

Entrevistamos algumas pessoas que moram em residências que podem ser alvos de observação das câmeras, nos bairros Praia da Costa e Riviera da Barra. Elas jamais pensam que a câmera possa ter acesso às áreas internas de suas casas, pois ela está, aparentemente, distante, portanto, não há a menor preocupação que isso ocorra. Apenas quando é mencionada a capacidade de aproximação das câmeras é que elas geralmente param para pensar, mas de qualquer forma isso não constitui exatamente uma preocupação.

Mas os funcionários do videomonitoramento nos relataram pelo menos dois casos em que pessoas pediram a retirada de câmeras nas proximidades de suas residências, embora não tenham sido atendidas. Da mesma forma, há casos em que câmeras são retiradas quando representam ameaças ao tráfico em alguns bairros, o que inclusive pode apresentar convergência com o caso da câmera de Riviera da Barra, que parou de funcionar, conforme relatamos. Antes de iniciar o trabalho de observação da central, os gestores mostraram um vídeo em que dois jovens tentaram retirar a câmera que supostamente vigiava uma casa de comercialização de drogas, embora não tenham obtido sucesso.

Mas, como dito anteriormente, existe uma relativa preservação dos espaços privados. O problema é mais grave nos espaços públicos: ali sim, tudo é permitido. Se na rua "tudo pode", as pessoas que ali estão são invariavelmente "invadidas" pelas câmeras e os operadores não fazem a menor cerimônia quando aproximam as imagens que mostram detalhadamente os rostos e os gestos das pessoas, independentemente do comportamento que apresentem.

Já destacamos que os alvos preferidos das câmeras são aqueles que pertencem às classes dominadas, particularmente os jovens de bairros populares, tanto em seus próprios bairros quanto nos demais espaços da cidade. Mas isso não impede, é claro, que pessoas sejam escolhidas ao acaso enquanto caminham nas ruas ou estão sentadas em praças, por exemplo. É possível saber exatamente o que as pessoas fazem em qualquer lugar que esteja sob o alcance das câmeras.

Portanto, além do monitoramento em si, que dota os operadores de informações gerais sobre os diversos espaços da cidade em tempo real, as informações são registradas continuamente e produzem-se arquivos que estão sempre disponíveis para uma utilização eventual. Existe ainda um tipo de monitoramento específico, que podemos chamar de "informal", que produz arquivos específicos, quando as câmeras são usadas para fins que não são aqueles para os quais elas foram imaginadas. Esse tipo de monitoramento está diretamente articulado à monotonia que marca o trabalho de vigilância exercido pelos operadores e constitui uma estratégia utilizada por eles para fazer o tempo passar. Portanto, antes de tratarmos do monitoramento informal que intensifica a já problemática violação da individualidade em ambientes públicos, apresentaremos alguns aspectos do tédio relacionado ao trabalho do monitoramento de câmeras.

5.2.1 O *boredom factor* (ou fator tédio)

Durante os primeiros dias de observação, quando o que se iria encontrar na sala de controle era ainda uma surpresa, uma das características que mais me chamava a atenção era a tranquilidade aparente do trabalho dos operadores. Inclusive essa palavra "tranquilidade" aparecia com frequência nos relatórios de campo dos primeiros dias, quando anotava as impressões mais gerais do ambiente de trabalho. No fundo, nada de especial acontecia.

As imagens das câmeras raramente mostram situações de "anormalidade". Se o objetivo consiste justamente no registro dessas situações, isso significa que na maior parte do tempo o trabalho dos operadores consiste na visualização de imagens rotineiras, tornando o trabalho monótono e repetitivo. É o que Smith (2004) chama de *boredom factor* (ou fator tédio), as longas horas de observação das imagens em que nada de diferente acontece. Esta situação parece ser uma regra deste tipo de trabalho, e foi observada em outros estudos (FIRMINO e TREVISAN, 2012; OLIVA, 2013).

O tédio relacionado ao trabalho de observação das câmeras parece, portanto, uma situação comum às salas de controle. Ele é, simultaneamente, efeito e causa da quase ausência de "anormalidades" nas rotinas dos espaços vigiados: se a princípio ele resulta da imposição da normalidade cotidiana, ele contribui também para alimentá-la, na medida em que os operadores tendem a ficar mais dispersos durante a observação, assim como cria situações de informalidades as mais diversas.

Eu mesmo facilmente me dispersava enquanto acompanhava as imagens ao lado dos operadores. Mas acrescentaria que além da questão que envolve a ausência de "anormalidades", o tédio do trabalho está relacionado a uma situação de completa irrealidade apresentada pelas imagens das câmeras: elas não fornecem os sons, os cheiros e as temperaturas da cidade, ou seja, não permite que ela seja apreendida pelos sentidos. O fator tédio alimenta-se, ao que parece, de uma absoluta indiferença e distância ao que se passa lá fora, o que dá uma nítida sensação de que tudo aquilo não passa de um filme. O trabalho posterior de observação e entrevistas nas ruas de Vila Velha serviu para reafirmar estas impressões.

Essa ausência de sentido e o nada diferente do habitual, proporcionados pelas imagens das câmeras, resultam em gestos corporais muito comuns dos operadores, tais como bocejos, olhares laterais e para cima, atenção às imagens da estação vizinha, mãos afastadas do *mouse*, olhos fechados, etc., que são respostas corporais comuns durante o trabalho. Assim como gera comentários gerais sobre as mudanças climáticas que ocorrem lá fora: 'parou de chover', 'tá ventando muito hoje', etc. Da mesma forma, expressões como "entediante" e "monótono" são adjetivos que eles quase sempre utilizam quando se pede que descrevam o trabalho que fazem. Veja:

> Eu acho sim o nosso trabalho muito **entediante** e a rotina às vezes cansa. Mas eu prefiro que nada aconteça, eu quero paz. Mas existe sim um desconforto pelo **tédio** que é trabalhar aqui dentro (Entrevista com P., operadora da equipe da manhã, 11/09/2015, grifo nosso).

> Eu faço faculdade de letras na Saberes. Eu estou aqui desde Janeiro e pretendo sair quando terminar o contrato em Janeiro próximo, não quero renovar não. Não gosto de trabalhar aqui não, acho muito cansativo e **entediante** (Entrevista com I., operadora da equipe da noite, 18/09/2014, grifo nosso).

> Ficar olhando os monitores, monitorando as câmeras, atrapalha o raciocínio, o pensamento, você fica **entediado** com isso, sabe?! (Entrevista com V., operador da equipe da manhã, 11/09/2014, grifo nosso).

Enquanto conversava com uma das supervisoras ela chamou a atenção de dois operadores que conversavam, mas logo depois disse não se incomodar, em geral, com as conversas. Veja:

> Na verdade eu não me incomodo que eles conversem entre si não, desde que não exagerem. Se não conversarem eles até dormem. É um trabalho muito cansativo e monótono (Entrevista com A., supervisora da equipe da tarde, 03/09/2014).

O tempo não passa! Este é o lamento fundamental dos operadores durante o trabalho e é comum ouvi-los contando as horas para o fim do expediente. De fato, percebia como as horas passavam lentamente durante o período de observação.

Embora seja comum escutar dos operadores e dos supervisores de que o fato de não haver ocorrências é um sinal positivo, significando que o sistema também atua no sentido de prevenção, paira no inconsciente coletivo um desejo de que a rotina seja quebrada por algum acontecimento extraordinário. E quanto mais extraordinário melhor. Veja a passagem abaixo, quando uma operadora explicita o desejo que na maioria das vezes é velado:

> Às vezes a gente até torce para que alguma coisa aconteça. Tipo um homicídio, sei lá. A gente nunca pegou homicídio aqui não, mas dá vontade de que alguma coisa aconteça para quebrar a rotina, nosso trabalho é muito entediante (Entrevista com R., operadora da equipe da manhã, 08/09/2014).

Embora não se tenha presenciado nenhum acontecimento extraordinário durante o trabalho de observação feito, é comum ouvir dos operadores relatos de situações atípicas (roubos, perseguições, brigas) que, segundo eles, dão uma "adrenalina" no ambiente, quando todos acabam se envolvendo e ficando muito agitados. Além de quebrar a rotina, fazer ocorrência é uma oportunidade que o operador tem para mostrar serviço, ao mesmo tempo em que satisfaz a si mesmo, pois é uma maneira encontrada de se sentir útil.

As situações de tédio são ainda mais comuns aos operadores que compõem a equipe de apoio, que naquele dia apenas cobrem eventualmente as estações que ficam vazias e, portanto, em geral, passam o turno apenas observando. Eles preferem estar operando as câmeras. Há também uma clara associação do tédio com determinadas estações, sobretudo aquelas em que estão as câmeras de bairros populares, onde a movimentação era menor comparada às que se localizam nas regiões centrais, comerciais e turísticas do município (embora, como vimos, os registros de ocorrências de uso/posse de entorpecentes seja maior nos bairros populares). Os operadores claramente preferem estar monitorando estas últimas, mas não apenas para fugir da monotonia, mas também porque as possibilidades de monitoramento informal aumentam. Outra variação do "fator tédio" ocorre durante

os finais de semana, principalmente aos domingos, quando a movimentação nas ruas é menor que nos demais dias e a "falta do que fazer" se acentua.

Mas nada se compara às madrugadas, quando os operadores ficam horas e horas olhando imagens onde a movimentação é muito escassa ou até mesmo inexistente, já que o número de pessoas na rua diminui consideravelmente. A mesma situação é observada por Firmino e Trevisan (2012), que também os leva a concluir que nesse período do dia o tédio é ainda mais flagrante. Os autores mencionam, inclusive, as dificuldades que os operadores tem para se manter acordados a partir de determinada hora da madrugada.

Juntamente com a ausência de vigilância por parte da equipe administrativa, isso contribui para que o ambiente de trabalho durante a madrugada seja mais informal, embora seja um turno mais desgastante, onde o cansaço parece mais explícito. A informalidade somada ao tédio leva os operadores a externar seus preconceitos e seus desejos pelo extraordinário sem o menor comedimento. Eis algumas falas ouvidas enquanto fazia as anotações:

> Vou pegar bandido! Cadê [sic] o marginal, cadê [sic] o ladrão? Ninguém faz nada, ninguém rouba, ninguém mata, ninguém estupra (Fala do operador O., da equipe da noite, 25/09/2014).
>
> Isso aqui é bandido, é bandido com certeza, nada acontece aqui (Fala do operador H., da equipe da noite, 26/09/2014).
>
> O que você vai fazer meu filho? Via pichar, vai fumar, vai cheirar? O infeliz sumiu (Fala da operadora B., da equipe da noite, 26/09/2014).

Os longos períodos de observação sem que nada aconteça, resulta em situações até mesmo engraçadas, quando os operadores fazem piadas com a própria rotina. Veja:

> O melhor operador é o pré-set (Fala do operador K., da equipe da noite, 26/09/2014).
>
> A melhor ocorrência que está tendo aí é o ponto de alagamento (Fala do operador C., da equipe da noite, 22/09/2014).
>
> Pessoal, o operador que fizer a melhor ocorrência hoje ganha uma barra de chocolate hein (Fala da supervisora W., da equipe da noite, 22/09/2014).

Quando não conseguiam registrar ocorrências mais relevantes, eles brincavam dizendo que o pré-set (o giro automático das câmeras) era o melhor operador da equipe ou que a ocorrência mais importante do dia era um ponto de alagamento, quando em dias de chuva a água cobre parte de uma rua. Da mesma forma, a própria supervisora do turno motivava-os, em tom de brincadeira, oferecendo um chocolate para uma possível melhor ocorrência.

Fazer piadas com a própria rotina e com o trabalho que realizam é recorrente entre os operadores e são situações também observadas por Firmino e Trevisan (2013). Os autores observam pertinentemente que há uma contradição entre a prática e os discursos dos operadores, o que verificamos no caso de Vila Velha. Se de um lado suas práticas demonstram ciência dos limites do

trabalho que realizam, por outro seus discursos são geralmente marcados por elogios às câmeras, embora, no caso de Vila Velha, muitos operadores façam críticas à situação atual do sistema de vigilância do município.

5.2.2 Intensificando o desrespeito à vida cotidiana: a informalidade na sala de controle

Como já mencionado, há um lado informal da sala de controle das câmeras que se expressa, sobretudo, no turno da madrugada e está diretamente associado ao "fator tédio". Como na maior parte do turno de trabalho não há muito que fazer, os operadores encontram diversas formas para ajudar a passar o tempo, algumas comuns às conclusões dos trabalhos de Smith (2004) e Oliva (2013), outras que são novidades e ainda outras que não acontecem no estudo de caso do município de Vila Velha.

Por exemplo, Smith (2004), descreve situações em que os operadores saem para fumar, leem jornais ou fazem palavras cruzadas. Assim como Oliva (2013), que menciona casos em que os operadores acessam a internet, jogam e assistem a filmes em seus *notebooks*, além de estudarem para concursos públicos. Em Vila Velha essas situações não foram observadas. Mesmo outras situações que os autores citados tratam como "estratégias informais", como tomar café e ir ao banheiro, embora também ocorram no caso de Vila Velha, não podem ser consideradas informais: existe um horário fixo e rígido para se tomar café e as idas ao banheiro não podem ser consideradas informais, pelos menos durante o dia, quando os operadores precisam ser autorizados pelo supervisor para a saída.

Mas diversas outras situações de informalidade são comuns aos trabalhos citados. Conversas, brincadeiras e piadas são muito recorrentes entre operadores e supervisores. As conversas giram em torno de assuntos gerais, de domínio comum, destacando-se os temas relacionados a futebol, sexo, mulheres, política, carros, religião, outras oportunidades de trabalho, etc. Durante o dia, essas conversas são mais comedidas, geralmente um diálogo entre operadores que estão lado a lado nas estações. Durante o turno da madrugada, porém, aproveitando-se do ambiente mais informal, as conversas são menos discretas e muitas vezes envolvem várias pessoas da sala, gerando discussões acaloradas com opiniões divergentes, das quais muitas vezes eu também participava. Os operadores falavam, gesticulavam, rodavam as cadeiras, olhavam para o companheiro na outra ponta da sala, para mim, para o supervisor, largavam o *mouse*, ficavam vários minutos olhando distraidamente para o monitor ou nem mesmo olhando para ele. Nesses momentos, o monitoramento das câmeras era, sem dúvida, deixado em segundo plano.

A minha presença na sala de controle gerava uma conversa à parte. Em geral, eles ficavam muito interessados na pesquisa, gostariam de saber mais detalhes, como, por exemplo, quais perguntas gostaria de responder, se era um trabalho para faculdade, se a pesquisa era remunerada, como poderiam ter acesso ao trabalho posteriormente, etc. Se interessavam consideravelmente também pelo fato de eu ser professor, profissão desprestigiada economicamente, mas que ainda confere certo respeito social a quem a exerce. Perguntavam a escola em que eu trabalhava, as séries às quais eu

lecionava, se havia problema de indisciplina e de violência, etc., e, em geral, concluíam argumentando que era uma profissão fundamental, mas demasiadamente desvalorizada.

A minha presença ainda era uma oportunidade para que liberassem suas angústias em relação ao trabalho que faziam. Nos primeiros dias era eu quem os estimulava a falar a respeito, mas com o decorrer dos dias e a confiança que foram adquirindo em relação a mim, eles falavam por eles mesmos. Ao mesmo tempo, eu era o interlocutor ideal para os operadores que precisavam falar de suas vidas particulares: ouvi muitas histórias envolvendo relacionamentos, filhos, viagens, projetos pessoais, etc.

Havia ainda os casos em que os operadores me viam como um possível consumidor para os produtos que vendiam, como no caso em que uma das operadoras me ofereceu perfumes importados que ela estava revendendo, segundo ela a um preço bem abaixo do que era encontrado no mercado.

O próprio monitoramento é, muitas vezes, usado para fins informais. É bastante comum, os operadores gastarem alguns minutos visualizando modelos de carros, comparando marcas e elogiando motos que eventualmente aparecem nos monitores. Assim como aconteceu de um operador gastar alguns minutos mostrando as vitrines de uma loja masculina do bairro Glória e uma sorveteria "muito boa", segundo ele, próxima à praça do bairro de Aribiri. Firmino e Trevisan (2012) citam os casos em que os operadores "perdem" tempo olhando preços de frutas e verduras em barracas nas ruas, lendo manchetes de jornais em bancas de revistas, seguindo os guardas municipais nas ruas ou acompanhando o trabalho de ciganos.

Considerando as estratégias informais mencionadas acima, as consequências sobre a vigilância se restringem a alimentar os problemas sobre a sua eficácia, uma vez que em muitos casos as câmeras não são monitoradas. Mas existem outras estratégias de monitoramento informal marcadas por um profundo desrespeito ao desenrolar das vidas dos cidadãos nos espaços públicos.

Destaca-se, por exemplo, um monitoramento informal característico que é o foco dado às mulheres que caminham nas ruas, o que revela um *voyuerismo* por parte dos operadores. Sobretudo no turno da madrugada, cuja predominância de homens é absoluta, são presenciadas diversas situações em que o monitoramento de mulheres é seguido de comentários por parte dos operadores com quem está ao lado. Durante a minha observação, muitas vezes era eu.

O trecho abaixo, que é parte da fala de um operador do turno do dia, expressa bem essa relação do monitoramento com o corpo feminino, presenciada durante a pesquisa, ao mesmo tempo em que indica como determinadas estações estão associadas à fuga do "fator tédio":

> Eu gosto de ficar na estação da orla, principalmente no verão, quando acontece muita coisa. Gosto de ficar vendo o que acontece. Uma vez filmei uma mulher bem gostosa [sic] de biquíni, o biquíni meio que entrou [sic] e eu quase vi ela pelada [sic]. Na época eu gravei o vídeo, mas depois deletei (Entrevista com V., operador da equipe da manhã, 08/09/2014).

Outra estratégia muito comum de monitoramento informal é a observação de pessoas em bares e nos seus arredores. Nestes casos, os operadores podem passar horas observando as pessoas sentadas

às mesas e as movimentações que ocorrem. Sabem, inclusive, os dias da semana em que as movimentações são maiores e fazem comparações com as semanas anteriores. O enquadramento das pessoas é acompanhado por comentários, geralmente com o operador que está ao lado, e, às vezes, com a sala inteira, que especulam o que as pessoas bebem, fumam, enfim, o que elas fazem. Presenciei também situações em que a vigilância de bares ocorria por mera diversão, por exemplo, quando pessoas nitidamente bêbadas arrancavam gargalhadas dos operadores enquanto dançavam.

Não apenas os bares, o monitoramento informal busca os locais em que as pessoas estão reunidas em grupos. Neste sentido, entradas de casas noturnas, postos de gasolina (ponto de encontro de jovens antes das festas) e, principalmente, as praias, são alvos constantes da vigilância. Sem dúvida uma oportunidade para fazer o tempo passar, mas, também, reveladora quanto à curiosidade em relação à vida alheia.

Em razão da minha presença, em algumas situações, os supervisores ficavam nitidamente constrangidos quando os operadores faziam uso das câmeras para esses fins. Eles tentavam justificar alegando que embora pudesse parecer uma curiosidade desnecessária, esses grupos precisam ser monitorados porque nesses casos costumam ocorrer brigas, uso de drogas, etc. Eu notava que a própria justificativa denunciava o contrário daquilo que eles pretendiam dizer.

Eis alguns outros casos de monitoramento informal envolvendo pessoas que foram presenciados: alunos dentro de uma escola, duas adolescentes se beijando, um rapaz que usava um *tablet* que chamou a atenção de um dos operadores, um casal que caminhava pelo calçadão, um agente da Guarda Municipal supostamente fora de forma (caso que denunciava um provável sentimento de inferioridade que os operadores sentem em relação aos funcionários da Guarda Municipal, cujos salários são maiores e os empregos mais estáveis). Enfim, o monitoramento para fins informais é uma prática comum entre os operadores.

Mas talvez o caso mais marcante de informalidade, e que não é parte dos resultados dos trabalhos de observação já feitos em salas de controle de câmeras, é a visualização das ocorrências anteriormente feitas. Como há um computador em cada estação, os arquivos das ocorrências ficam registrados e os operadores têm acesso a eles, independente da estação em que tenham sido feitos. Esta talvez seja a principal forma de "lazer" encontrada pelos operadores durante o trabalho, e eles passam uma considerável parte do tempo de trabalho fazendo isso.

Já havia notado este interesse em rever as ocorrências antes mesmo de começar o trabalho de observação, quando pela primeira vez estive no prédio onde funciona o videomonitoramento de Vila Velha e os funcionários da equipe administrativa mostravam as ocorrências mais marcantes (furtos/roubos, tentativa de homicídio, casal fazendo sexo na praia, etc.) sem que isso fosse pedido. Sem dúvida uma tentativa de fazer propaganda do sistema que estava começando a pesquisar, mas acima de tudo mais uma oportunidade para rever, comentar e mostrar acontecimentos que fugiam à rotina.

Como muitas vezes presenciava a chegada de uma equipe para o início do turno de trabalho, logo notei que após se ajeitarem nas suas respectivas estações e darem início ao monitoramento, eles abriam o monitor onde constava a lista das ocorrências anteriores e começavam a rever os vídeos e as descrições feitas. Não era apenas uma visualização individual por parte dos operadores: muitas vezes eles comentavam as ocorrências entre eles, indicavam as melhores para outros operadores e algumas vezes me chamavam para que eu também visse. Os supervisores não apresentavam resistência quanto a isso, ao contrário, eles também faziam parte da equipe dos curiosos.

Não apenas as ocorrências feitas são motivo para que as imagens sejam revistas. Mesmo situações banais e cotidianas são motivo de curiosidade enquanto os operadores monitoram as câmeras, como o caso que presenciei de uma mulher que tropeçou e caiu na rua e a operadora deu uma gargalhada, e voltou à imagem algumas vezes para rir novamente, embora não tenha registrado uma ocorrência.

Embora todas as ocorrências registrem algum tipo de "anormalidade", elas são muito diferentes entre si, como vimos. Acidentes de trânsito, pequenos furtos, brigas, casos de prostituição, uso de drogas, pessoas bêbadas, pessoas que caem nas ruas, pessoas que propositalmente tiram suas roupas em frente às câmeras, etc. Estes são os conteúdos dos vídeos vistos e revistos pelos operadores e supervisores (e, durante a pesquisa, também por mim!) que são motivos de comentários, opiniões e risadas e que representam a estratégia de informalidade mais marcante verificada na sala de controle.

Dentre essas ocorrências constantemente vistas pelos funcionários do sistema, os vídeos preferidos e os casos mais constrangedores são aqueles que envolvem pessoas fazendo sexo, prática que revela um *voyeurismo* ainda mais perverso. Como já afirmei anteriormente, na minha primeira visita à central, antes de começar a observação, os funcionários fizeram questão de me mostrar duas cenas explícitas de sexo entre casais que as câmeras haviam registrado. Uma oportunidade para fazer propaganda do videomonitoramento, para mostrar que ele funcionava? Sem dúvida, mas também mais uma oportunidade que eles tinham para comentar, rir e fazer piadas com aqueles vídeos.

No período em que fiz a observação esses vídeos também foram registrados, mas desta vez eram casos de sexo com prostitutas. As cenas de sexo são registradas como ocorrências, logo, não é apenas o operador que a registra que possui acesso às imagens, mas todos os outros operadores e supervisores. Portanto, as longas horas de trabalho podem ser abreviadas recorrendo-se a cenas de sexo explícito, o que geralmente os operadores fazem. Outras ocorrências registradas, assim como as cenas de sexo, como "atos obscenos", se referem a pessoas que tiram as roupas na frente das câmeras.

Se a vigilância em si já pode ser considerada um grave problema na medida em que desrespeita os cidadãos cuja vida cotidiana está exposta em tempo real e nos arquivos produzidos, nos parece que o registro de determinadas ocorrências banais que em nada contribuem para a melhoria das vidas das pessoas bem como o acesso irrestrito dos arquivos a todos os funcionários do sistema parece acentuar este problema. Devemos considerar, por exemplo, que os funcionários, que são, em sua maioria, moradores do município, possuem informações diversas sobre pessoas que podem, inclusive,

serem seus conhecidos. A imaginação pode ser capaz de construir situações diversas que já podem ter ocorrido ou que possam vir a ocorrer nesses casos.

Não bastassem os diversos casos de informalidade, o monitoramento das câmeras também é utilizado para fins pessoais. Uma das operadoras, por exemplo, fazia uso das câmeras para monitorar o namorado que trabalhava como motorista em um caminhão de guincho pelas ruas de Vila Velha. Pude observar, ainda, que um operador utilizava uma das câmeras localizada no bairro Praia da Costa para monitorar a mulher e o filho que brincavam em um parquinho na areia da praia, enquanto orgulhoso mostrava a cena para os demais operadores.

De fato, na rua tudo pode.

No Brasil, não há legislação federal que trate da relação entre privacidade e vigilância através de câmeras. Apenas alguns Estados como já indicamos anteriormente o caso de São Paulo, versam, mesmo que insuficientemente, sobre a privacidade relacionada às câmeras, como é o caso da obrigatoriedade de avisos em locais monitorados. O convênio anterior entre o Estado do Espírito Santo, que destinou parte dos recursos financeiros para a expansão do sistema de câmeras, e a prefeitura da cidade de Vila Velha, também obrigava a sinalização visual dos locais monitorados, embora o convênio atual não faça essa exigência[35].

Em termos federais, o tema da privacidade só aparece em contextos mais amplos, como no artigo 5º da constituição federal que em seu inciso X afirma que: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação" (BRASIL, 1988).

É evidente que o inciso acima citado está sujeito a inúmeras interpretações e muitas delas, pelo menos no caso do Brasil, fariam distinções entre a casa e a rua, no sentido de DaMatta (1997). Mas, podemos nos perguntar: será que a nossa intimidade, ou pelo menos um dos aspectos dela, não deve ser preservada também nas ruas? As câmeras, da forma como são operadas, não estão violando a nossa intimidade? E a nossa vida privada, será que não a carregamos para a rua? A honra e a imagem de uma pessoa não estão sendo violadas quando imagens dela fazendo sexo, por exemplo, são vistas cotidianamente numa sala de controle de videomonitoramento, mesmo que elas somente sejam visualizadas neste âmbito restrito?

O nosso objetivo não é trazer respostas para as questões apresentadas acima, mas tão somente problematizar a maneira como é entendida a privacidade, a intimidade e liberdade no caso brasileiro. Parece que no caso dos países europeus, que podem servir de exemplos para a cidadania moderna da qual fala DaMatta (1997) e onde a vigilância através de câmeras já é algo mais consolidado, os debates em torno dessas questões pelo menos existem, conforme nos mostra o trabalho de Gras (2004).

[35] Várias obrigações do convênio não são respeitadas pela prefeitura: o documento diz que cada operador só pode ser responsável por no máximo oito câmeras; a manutenção dos equipamentos é obrigatória; deveria haver fiscalizações de "postura" e "controle ambiental", ou seja, intervenção sobre os espaços, no sentido de "manter a ordem".

Muitos Estados europeus reconhecem que a vigilância através de câmeras em espaços públicos gera conflitos com o direito à privacidade e assim a regulamentação passa a ser necessária e desejável. Tanto para os que desejam instalar sistemas privados de monitoramento que contemplem espaços públicos quanto para as administrações públicas que desejam implantar sistemas públicos de monitoramento, as restrições também contemplam questões referentes à privacidade, o que não parece ser o caso brasileiro.

Existe, por exemplo, uma lei de 1998 de proteção de dados a nível europeu, que obriga todos os CCTV's (*Closed Circuit Television*) a dar garantias de que estejam manipulando adequadamente os dados registrados pelos seus aparelhos eletrônicos, de forma a garantir a privacidade das pessoas. No que se refere à questão específica relacionada à privacidade, Gras (2004) cita os casos específicos da Grã-Bretanha, da Alemanha e da Suécia.

Na Grã-Bretanha, uma lei de 1998 que versa sobre os direitos humanos garante a privacidade dos cidadãos inclusive em ambientes públicos. Gras (2004) se questiona, então, como fazer para conciliar a privacidade dos cidadãos nestes países, onde as câmeras se destacam como em nenhum outro. A autora indica que os CCTV's em geral conseguem se adaptar à legislação, que acaba não constituindo obstáculo para que proliferem, embora uma regulamentação mais rígida pareça ocorrer.

Em relação à Alemanha, Gras (2004) indica que há um debate que questiona se a simples observação de uma cena em que nenhum indivíduo é identificável constitui uma ilegalidade frente aos direitos básicos dos cidadãos alemães e requer, portanto, uma legislação específica. Mas a autora observa que na prática esta situação tem se tornado irrelevante porque o governo federal alemão introduziu uma legislação específica para a vigilância através de câmeras que permitiria a vigilância de alvos específicos com o objetivo de identificação de indivíduos, o que, segundo a autora, seria um desrespeito nítido em relação aos direitos básicos pessoais garantidos pelo direito constitucional alemão.

Já no caso da Suécia as restrições parecem ainda mais importantes. A instalação de um CCTV depende de uma autorização governamental, cuja exigência inclui informações detalhadas sobre o sistema no que se refere ao planejamento e à área de vigilância. A instalação depende ainda de uma justificativa de que a atuação do sistema será restrita a assuntos criminais, sendo que as câmeras que o compõem devem ser fixas e não podem ter a função de *zoom*. Finalmente, desde que não ultrapasse os direitos individuais, o sistema de vigilância poderá ser aprovado.

A autora cita ainda os casos da França e da Holanda para exemplificar que no caso dos países europeus a implantação de um sistema de monitoramento precisa obedecer algumas exigências, embora nestes casos ela não se refira diretamente à violação de privacidade.

A autora reconhece que apesar de contarem com legislações que regulamentam as vigilâncias e que até certo ponto protegem o cidadão, os países europeus não têm conseguido impedir a proliferação de câmeras, particularmente porque as interpretações das leis permitem manobras que muitas vezes favorecem os sistemas de vigilância. E os atentados ao World Trade Center e ao

Pentágono em 2001, em Nova York, nos Estados Unidos, como todos sabemos, terminam por justificar todo o investimento em estratégias de segurança que alimentam a vigilância através das câmeras, da internet, dos telefones, etc.

Embora as câmeras se proliferem pelos países europeus, Gras (2004) conclui que na Europa parece haver uma espécie de consenso em que aqueles submetidos à vigilância por câmeras devem estar cientes disso. Como a pessoa, então, estaria concordando com aquilo, o consentimento supostamente negaria qualquer violação. Mas a autora argumenta que há ainda muita controvérsia nessa questão porque, tratar-se-ia, no limite, de uma forma de consentimento quase obrigatória. Ela, inclusive, chega a dar um exemplo limite sugerindo um exercício de imaginação no qual hipoteticamente todos os estabelecimentos que comercializassem alimentos fossem monitorados por câmeras. Nesse caso, não restando opção às pessoas, elas seriam obrigadas a consentir.

O artigo de Gras é de 2004 e é provável que as legislações dos países citados tenham sofrido modificações. Mas o que gostaríamos de destacar é que, independente disso, parece claro que existe nos países europeus uma preocupação relativa à privacidade/individualidade no caso da vigilância através de câmeras (inclusive em espaços públicos) que não encontra paralelo no Brasil. Parece que a distinção feita por DaMatta (1997) entre "subcidadãos" e "supercidadãos" encontra um terreno fértil no caso da análise da individualidade frente às câmeras.

Ainda no que se refere à privacidade, parece haver uma preocupação por parte da prefeitura no que se refere ao controle das imagens. Como já comentamos em outro momento deste trabalho, as imagens produzidas pelas câmeras são de sigilo absoluto. Elas podem ser solicitadas (em casos de crimes, por exemplo), mas o acesso é exclusivo da polícia civil para casos de investigação. Portanto, os funcionários do videomonitoramento não têm acesso às imagens para fins pessoais e o uso de equipamentos eletrônicos na sala de controle é restringido particularmente em função disso. Gravar, copiar, tirar fotos das imagens são, portanto, práticas ilegais, salvo em casos de investigação da polícia, como dito acima. Inclusive, o nosso trabalho na central só foi autorizado a partir da elaboração de um documento no qual precisávamos deixar explícito o nosso comprometimento em não salvar, copiar ou registrar qualquer tipo de arquivos de imagens. No fundo, essa era a única preocupação.

Mas uma coisa que intrigava enquanto acompanhava o trabalho dos operadores era a facilidade com que eles poderiam ter acesso às imagens, caso desejassem. Embora não tenha observado casos deste tipo, não surpreenderia caso um deles, ou mesmo qualquer funcionário do videomonitoramento, de alguma forma registrasse os arquivos para uso pessoal. Como foi relatado certa vez por uma operadora, que gostaria de ter copiado os arquivos das imagens feitas por uma câmera nas proximidades de sua casa, pois segundo ela registrava um "nóia" (expressão muito comum utilizada para se referir ao usuário de crack já dominado pela droga) que ela desconfiava ter invadido e roubado sua casa. As imagens não foram liberadas e ela não pôde dar a lição que gostaria no suspeito. E o que garante que ela não tenha copiado os arquivos?

Nas entrevistas realizadas nas ruas, apenas um entrevistado se mostrou preocupado com o tratamento, por parte da prefeitura, das imagens produzidas. Mencionou a necessidade de controle absoluto para que os operadores não copiem os arquivos produzidos. Finalizou a fala dizendo que os operadores devem ser preparados, responsáveis, pois "trata-se de uma questão ética".

Embora não haja nenhuma legislação específica no Brasil que regulamente a utilização de imagens produzidas por câmeras em vias públicas, o controle das imagens por parte da prefeitura de Vila Velha parece atender às exigências de proteção ao cidadão, que só ocorre, mais uma vez, em termos gerais, como é o caso da Lei Federal nº 10.406, que, em seu artigo 20, diz: "Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais" (BRASIL, 2002).

No caso do município de Vila Velha, a política em relação às imagens é definida a partir do contrato estabelecido entre a prefeitura e a empresa que prestava a manutenção das câmeras. Como já afirmamos anteriormente, as imagens das ocorrências consideradas relevantes pela equipe administrativa são mantidas em arquivo por tempo indeterminado, enquanto todas as outras imagens são eliminadas depois de 45 dias em que foram registradas, embora no dia a dia da nossa observação, notamos que os arquivos de imagens permaneciam, muitas vezes, por um período maior que esse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho problematizamos o tema dos espaços públicos fragilizados num contexto de cidades monitoradas a partir do estudo de caso das câmeras de vigilância do município de Vila Velha – ES. Essas câmeras se inserem num contexto de objetos técnicos que exercem a função de vigilância dos sujeitos sociais e seus espaços como forma de controle. Elas atualizam e alimentam um estado de vigilância onipresente a partir da multiplicação de olhares entrecruzados ao mesmo tempo em que produzem informações socioespaciais em série.

As câmeras, porém, são apresentadas pelos discursos daqueles que as utilizam como ferramentas que supostamente auxiliariam a segurança pública. Realizando um trabalho de observação "por trás" das câmeras, no espaço onde elas são operadas, constatamos uma série de fatores que contradizem esses discursos, particularmente aqueles relacionados ao trabalho dos operadores e o descaso da administração atual com o sistema de vigilância. Com isso, acreditamos ter questionado o determinismo tecnológico que geralmente marca a abordagem das câmeras.

Eis alguns dos fatores que são obstáculos para a vigilância: o número de câmeras a serem monitoradas por cada operador é elevado; em muitos casos, elas não são monitoradas; os equipamentos que constituem o sistema de videomonitoramento estão sem manutenção; não existe articulação suficiente entre o videomonitoramento e os demais setores da prefeitura; os salários dos operadores são baixos e os seus empregos instáveis; o trabalho é extremamente cansativo e monótono; o sistema não auxilia o trabalho da polícia, com quem não tem nenhuma credibilidade.

Por outro lado, quando fizemos a pesquisa "na frente" das câmeras, observando o cotidiano de três áreas vigiadas bem como entrevistando transeuntes, comerciantes e moradores, descobrimos que as câmeras não garantem a "sensação de segurança" que pretendem. Os entrevistados possuem uma relação surpreendentemente indiferente em relação às câmeras, o que é alimentado pela quase total ausência de efeitos diretos sobre os espaços vigiados. Os entrevistados esperam que as câmeras atuem impedindo ou atenuando alguns "problemas" sob os seus pontos de vistas: limitando o trabalho informal, impedindo o uso e o tráfico de drogas, controlando os moradores de espaços públicos, "organizando" o uso dos espaços e evitando crimes. Como as câmeras não ajudam na resolução desses "problemas", os entrevistados terminam por concluir que elas não "funcionam".

Portanto, as duas frentes da nossa pesquisa ("por trás" e "na frente" das câmeras), acreditamos, desconstroem o discurso oficial largamente generalizado que considera as câmeras uma panaceia para os desvios.

É evidente que os limites da vigilância de espaços públicos que apresentamos no decorrer do trabalho nos obrigam a repensar o tratamento que em geral é conferido aos objetos técnicos que nos cercam. Um tipo de trabalho empírico como o que fizemos pode ajudar a relativizar as suas importâncias em termos de controle dos sujeitos e espaços, que poderiam ser superdimensionadas em caso de uma abordagem puramente teórica.

O panóptico, por exemplo, pode ser relativizado quando constatamos a indiferença dos cidadãos para com as câmeras. Se, em geral, eles não sabem da presença das câmeras e, quando sabem, não acreditam que "funcionem", os efeitos diretos do poder sobre seus corpos e mentes são, provavelmente, limitados. Ironicamente, nos parece que a câmera que melhor exerce essa função direta do poder é justamente aquela que vigia a sala de controle. Ali sim, até certo ponto, os indivíduos interiorizam a vigilância e têm os movimentos de seus corpos restringidos, como indicamos no capítulo 3 deste trabalho. As disciplinas estão atualizadas justamente no ponto de onde elas devem se irradiar. Aqui parece fazer sentido a advertência de Foucault no sentido de um poder múltiplo, anônimo, que não se localiza e que também funciona de baixo para cima e lateralmente. Como nos diz Foucault, o poder "[...] é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce" (FOUCAULT, 2008a, p. 219). Fiscais perpetuamente fiscalizados.

Da mesma forma, acreditamos que a utilização de conceitos tais como *arquipélago carcerário* (SOJA, 2008), *cidades sob controle: o novo urbanismo militar* (GRAHAM, 2011) e *sociedade do controle* (DELEUZE, 2007), com toda a carga de dramaticidade que carregam, não parecem suficientemente satisfatórios, sem as devidas relativizações, para um tipo de estudo como o que fizemos para o caso de Vila Velha.

Feitas essas breves relativizações de algumas questões teóricas, é chegada a hora de relativizar também o nosso trabalho. Fizemos um estudo de caso e os resultados devem ser entendidos neste contexto específico, embora algumas comparações que estabelecemos ao longo do trabalho revelam que alguns deles possuem aspectos de universalidade. Se fizemos alguns questionamentos em relação à teoria que trata do "controle", foi apenas com a intenção de demonstrar a importância de um trabalho empírico que revelasse algumas situações que um trabalho puramente teórico não conseguiria.

Se, por um lado, relativizamos o "controle", não cairemos na armadilha de baixarmos a guarda diante de fenômenos que "[...] merecem ser pintados com cores fortes, e não em tons pastéis" (SOUZA, 2008, p. 88). Primeiramente porque a utilização de câmeras atualiza e alimenta um estado de controle através da multiplicação de olhares pela cidade, independentemente da relação que os cidadãos estabeleçam com elas. Os próprios motivos que levam os entrevistados a afirmarem que as câmeras não "funcionam" revelam os seus desejos, qual seja, a utilização delas enquanto ferramentas de controle socioespacial.

Porém, é por, principalmente, representar mais um obstáculo à vitalidade dos espaços públicos que, no nosso trabalho, questionamos a utilização de câmeras. No caso de Vila Velha, a nosso ver, a utilização de câmeras compromete ainda mais os espaços públicos por ameaçar três condições indispensáveis à sua existência: a liberdade, a pluralidade e a individualidade.

A liberdade porque com um estado de controle instaurado, indiretamente os cidadãos interiorizam a vigilância e são os sujeitos do próprio controle. Por outro lado, as restrições diretas à liberdade estão potencialmente postas quando os próprios desejos dos cidadãos revelam essa função

das câmeras, o que também é parte do discurso das administrações públicas quando definem a função das câmeras enquanto "organizadoras do espaço urbano". Vimos, porém, que os efeitos diretos sobre os espaços vigiados de Vila Velha são próximos de nenhum, pois este não parece ser o interesse da administração atual da prefeitura. Mas não devemos nos enganar: as condições, para tanto, estão postas.

As câmeras são ainda ferramentas que potencializam uma característica já muito enraizada na sociedade brasileira que é o estigma sobre os negros, os pobres e os moradores dos bairros populares. As câmeras não realizam uma vigilância genérica sobre uma população, elas procuram alvos específicos, como vimos em relação aos jovens dos bairros populares. Elas fortalecem muros simbólicos maniqueístas que dividem a cidade entre os "bons" e os "maus" indivíduos. Neste sentido, elas atualizam a normalização descrita por Foucault (2009) a respeito das disciplinas: estabelecendo a regra, o padrão, as informações das câmeras podem descrever, medir e comparar os indivíduos.

Esse desrespeito aos pobres que a vigilância alimenta enfraquece os espaços públicos porque representa perigos a outro requisito fundamental para que eles existam: a pluralidade. Por outro lado, esse problema se fortalece quando os próprios entrevistados admitem a utilização de câmeras para controlar o comércio informal, os moradores de rua e os usuários de drogas.

Finalmente, as câmeras desrespeitam acintosamente a individualidade dos cidadãos em espaços públicos. Se os jovens pobres da periferia são os alvos preferidos das câmeras, isso não exclui o fato de que todos de alguma maneira são vigiados, considerando, principalmente, a capacidade de aproximação das câmeras. Portanto, as informações produzidas ininterruptamente descrevem, medem, comparam a todos os cidadãos, cujo acervo de arquivos está sempre disponível para uma utilização eventual.

Como escreve Santos (2008), se a informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são equipados para facilitar a sua circulação, ela, em geral, é exclusiva e só circula em circuitos restritos. É o que acontece com as informações produzidas pelas câmeras de Vila Velha: seu acesso é exclusivo da prefeitura e das forças de segurança. O monopólio das informações por um centro de decisão permite o exercício do poder em qualquer ponto do espaço, o que relativiza o fator "distância". Podemos pensar aqui na atuação da polícia que, utilizando-se das câmeras, pode aumentar territorialmente o seu poder de ação, embora tenhamos visto que a articulação da polícia com o sistema de câmeras seja precária no caso de Vila Velha.

Esse monopólio nos interroga ainda sobre os privilégios sobre as informações banais, mas que paradoxalmente podem ser importantes, que detêm aqueles que têm acesso às imagens. Referimo-nos aqui aos casos em que as câmeras são operadas para tratar de assuntos pessoais, como apresentamos anteriormente o caso da operadora que utilizava a câmera para acompanhar o namorado ou do operador que a utilizou para visualizar a esposa e o filho; aos casos em que os operadores veem e reveem cenas de sexo como estratégia informal para fazer o tempo passar; aos casos em que os operadores ficam atentos aos carros que param nas zonas de prostituição (como me disse certa vez um

dos operadores, “vai que é alguém conhecido”); ou ainda aos casos em que os operadores focalizam pessoas usando drogas. Essas questões dizem respeito diretamente ao tema da privacidade que deve ser respeitada também em espaços públicos. Onde estão os limites éticos da vigilância?

Isso sem falar nos casos em que algumas câmeras mal programadas possuem “tomadas” que “invadem” as janelas de residências e outras ainda que podem facilmente registrar situações em terraços e varandas, embora tenhamos observado que a privacidade residencial é relativamente bem preservada.

Outra questão que deve ser posta na medida em que pode trazer ainda outro problema é um possível vazamento das imagens. Embora não termos presenciado situações deste tipo, elas existem como virtualidade, pois os arquivos podem de alguma maneira vazar, através dos próprios funcionários do videomonitoramento ou por qualquer outra pessoa que tenha tido acesso à sala de controle das câmeras.

Se a utilização de câmeras contribui para a fragilização dos espaços públicos, as câmeras sabotam a pretensão de garantir qualidade de vida à população, quando pretendem oferecer segurança aos cidadãos de Vila Velha. Ao contrário, como solução liberal para o controle dos desvios a partir de uma simples gestão dos efeitos, as câmeras são apenas justificativas políticas de que algo estava sendo feito em nome da segurança, embora os verdadeiros problemas não sejam enfrentados.

Por outro lado, o aspecto de modernidade das câmeras, acaba por respaldá-las em relação à população, pois as administrações públicas que as utilizam estariam sintonizadas com as soluções utilizadas pelas cidades contemporâneas. A tecnologia tudo justifica. Porém, mediadas pela técnica, as relações entre o Estado e as pessoas com as quais ele deveria se preocupar se enfraquecem e a tendência, ironicamente, é o aumento da sensação de insegurança nos espaços das cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória, E.S.: crescimento e metropolização.** 1999. 560f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BERGAMASCHI, Rodrigo Bettim. **A geografia dos acidentes de trânsito na Região Metropolitana da Grande Vitória – ES, entre 2005 e 2013**. 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BERNARDO NETO, Jaime. Mercado imobiliário e produção do espaço urbano: a expansão dos empreendimentos imobiliários na orla de Vila Velha/ES a partir dos anos 80. **Geografares,** Vitória, nº 10, p. 99-127, mar. 2012.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em 25 jun. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em 09 fev. 2015.

BRASIL. Portaria nº 1.885, de 2 de dezembro de 2013. **Ministério do Trabalho e Emprego.** Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/2013-1.htm>. Acesso em 06 fev. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Casa Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em 01 abr. 2015.

BRASIL, Gutemberg Hespanha. et. al. **Pesquisa de vitimização e diagnóstico na região de Nova Rosa da Penha – Cariacica/ES** – Relatório técnico final. Vitória, 2010.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros.** Crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CÂMERAS DE ENFEITE. **A Gazeta**, Vitória, 14 out. 2014.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória.** Vitória: Florecultura, 2002.

CORREA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2013.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DO BEM, Nízio Cesar Silva. **O Grande Irmão urbano: um estudo sobre o videomonitoramento em Vila Velha/ES.** 2012. 124f. Dissertação (Mestrado Associado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais – PUC/SP) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2012.

FERREIRA, Francismar Cunha. **A produção imobiliária e a renda da terra: estudo de alguns casos na Região Metropolitana da Grande Vitória.** 165f. Monografia - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

FIRMINO, Rodrigo José; TREVISAN, Elisa. Watching the watchers in the monitoring public spaces in Curitiba, Brazil. **Surveillance and Society**, vol. 10, n. 1, p. 28-41, 2012. Disponível em: <www.surveillance-and-society.org/cctv>. Acesso em 09 mar. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:** a vontade de saber**.** 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____Microfísica do poder. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

_____. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREIRE, Ana Lucy de Oliveira. Dinâmicas socioespaciais da Região Metropolitana da Grande Vitória – ES. **Tamoios**, Rio de Janeiro, ano III, nº 1, jun. 2007.

GRAHAM, Stephen. **Cities under siege**. The new military urbanism. New York: Verso, 2011.

GRAS, Marianne L. The legal regulation of cctv in Europe. **Surveillance and Society**, vol. 2. N. 2-3. P. 216-229, 2004. Disponível em: <www.surveillance-and-society.org/cctv>. Acesso em 09 fev. 2015.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo demográfico 2010.

INSEGURANÇA: Vila Velha está sem o serviço de videomonitoramento. c2013. Disponível em: <www.eshoje.jor.br/_conteudo/2013/04/noticias/seguranca/3177-inseguranca-vila-velha-esta-sem-o-servico-de-videomonitoramento>. Acesso em: 04 fev. 2015.

KANASHIRO, Marta Mourão. **Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo.** 124f. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LIRA, Pablo et. al. Estrutura social e organização social do território: análise da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória. In: LIRA, Pablo; OLIVEIRA JUNIOR, Adilson Pereira; MONTEIRO, Latussa Laranja. **Metrópoles**: território, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das metrópoles, 2014.

LOMELL, Heidi Mork. Targeting the unwanted: video surveillance e categorical exclusion in Oslo, Norway. **Surveillance and Society**, vol. 2, n. 2-3, p. 346-360, 2004. Disponível em: <www.surveillance-and-society.org/cctv>. Acesso em 04 fev. 2015.

MARTINAIS, Emmanuel; BÉTIN, Christophe. Social aspects of CCTV in France: the case of the city of Lyons. **Surveillance and Society**, vol. 2, n. 2-3, p. 361-375, 2004. Disponível em: <www.surveillance-and-society.org/cctv>. Acesso em 09 mar. 2015.

MOREIRA, Elizete da Neiva. **O comércio e a emergência do imobiliário: transformações urbanas na Glória.** 2008. 58f. Monografia - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

MULHER é vítima de bala perdida na Praia da Costa. c2013. Disponível em: <g1globo.com/espírito-santo/noticia/2013/08/mulher-e-baleada-na-cabeca-na-praia-da-costa-em-vila-velha>. Acesso em 04 mai. 2015.

OLIVA, Diego Coletti. **Entre olhos eletrônicos e olhares humanos**. 2013. 151f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SARTÓRIO, Fernando Domingos Vieira. **Uma geopolítica do urbano: Grande Terra Vermelha, Região Metropolitana da Grande Vitória – ES.** 129f. 2012. Monografia - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SANTOS, Jair. **Vila Velha: onde começou o Estado do Espírito Santo.** Vila Velha: Editora do autor, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SMITH, J. D. Smith. Behind the screens: examining constructions of deviance and informal practices among CCTV control Room operators in the UK. **Surveillance and Society**, vol. 2, n. 2-3, p. 376-395, 2004. Disponível em: <www.surveillance-and-society.org/cctv>. Acesso em 04 fev. 2015.

SOGAME, Maurício. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. **Geografares**, Vitória, nº2, p. 95-103, jun. 2001.

SOJA, Edward W. **Postmetrópolis**. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de sueños, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole.** O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade**. 2008. 533f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

VIDEOMONITORAMENTO ajuda na prisão de suspeitos no bairro 1º de Maio. c2014. Disponível em: <http://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2014/04/videomonitoramento-ajuda-na-prisao-de-suspeitos-no-bairro-1o-de-maio-5124>. Acesso em: 01 abr. 2015.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: a cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: Seppir, 2012.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; BRASIL, Gutemberg Hespanha. Pesquisa domiciliar de vitimização no município da Serra/ES-2007. In: Agenda Serra 21 - **Plano Estratégico 2007- 2027 - Prefeitura Municipal da Serra**. Serra: PMS, [2008]. 1 CD-ROM

ZANOTELLI, Cláudio Luiz; MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. **Análise dos discursos sobre a criminalidade e a delinquência nos jornais A Gazeta, Notícia Agora e A Tribuna e seus efeitos sobre a política de segurança e a percepção social de (in) segurança.** 2008. 166f. Relatório de pesquisa - Secretaria de Segurança Urbana da Prefeitura Municipal de Vitória, fev. 2008.

ZANOTELLI et. al. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume, Fapes, 2011.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **Geofilosofia e geopolítica em mil platôs.** Vitória: Edufes, 2014.